

Nelson da Silva Junior

Wellington Zangari

organizadores

A PSICOLOGIA SOCIAL E A QUESTÃO DO HÍFEN



Nelson da Silva Junior
Wellington Zangari
(organizadores)

A psicologia social e a questão do hífen

Programa de Psicologia Social do Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo

Blucher

A psicologia social e a questão do hífen

© 2017 Nelson da Silva Junior, Wellington Zangari (organizadores)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA

A psicologia social e a questão do hífen [livro eletrônico]
/ organização de Nelson da Silva Junior, Wellington
Zangari. – São Paulo: Blucher, 2017.
284 p.; PDF, il. color.

Bibliografia

ISBN 978-85-803-9235-7 (e-book)

ISBN 978-85-803-9234-0 (impresso)

1. Psicologia social I. Silva Junior, Nelson II. Zangari,
Wellington

17-0277

CDD 302

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicologia social

Sobre os autores

Alessandro de Oliveira dos Santos

Responsável pela área de intercultura e raça-etnia. Orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) nas linhas de pesquisa: processos psicossociais básicos – relações indivíduo-grupo e psicologia social, saúde coletiva e política. Coordenador da linha de pesquisa psicologia e relações étnico-raciais no Programa de Psicologia Social e do Trabalho do IP-USP. Pesquisador-associado do Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids da USP (Nepaids). Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (Maps), onde ministra a disciplina Pesquisa Psicossocial das Desigualdades na Amazônia. Colabora com o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF), com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP), com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) e com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Tem experiência nos temas: relações interculturais e étnico-raciais; direitos humanos; desigualdades; sexualidade; religiosidade; violência; comunidades tradicionais; conflitos socioambientais; turismo de base comunitária; e planejamento em saúde. Atualmente, é o coordenador da Comissão de Pós-Graduação (CPG) do Instituto de Psicologia da USP.

Arley Andriolo

Professor-associado do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), onde é coordenador do Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte. Bacharel e licenciado em História pela

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e pela Faculdade de Educação (FE-USP) e doutor em Psicologia Social pelo IP-USP, recebeu o título de livre-docência em 2014, com a tese *A transformação do mundo em pintura: estudos em psicologia social do fenômeno das imagens*. Orientador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do IP-USP, segue a linha de pesquisa em psicologia social de fenômenos histórico-culturais específicos, na subárea de percepção e experiência estética na vida social. Conforme abordagem em fenomenologia social, seus projetos são dedicados à compreensão das imagens, da estética e da arte na vida social.

Belinda Mandelbaum

Concluiu o doutorado (2004) e a livre-docência (2010) em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Coordena o Laboratório de Estudos da Família do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de produtividade em pesquisa PQ-2 (2016-2019). Criou, organizou e supervisiona o Serviço de Atendimento a Famílias e Casais (Sefam) do IP-USP. Realizou estágio na Clínica Tavistock, em Londres, para acompanhamento de trabalhos de assistência psicológica a famílias, e coordena o intercâmbio entre o IP-USP e o Departamento de Estudos Psicossociais da Birkbeck College/Universidade de Londres. Coordena cursos de extensão sobre práticas com famílias em instituições dirigidos a profissionais da rede pública de saúde, da assistência social, da educação e da área jurídica. Participou de um projeto de pesquisa interdisciplinar sobre juventude, violência e sexualidade na cidade de São Paulo (2010-2012) com financiamento da Fundação Ford e coordena, desde 2011, o projeto Reconstrução dos Espaços da Memória com Famílias de São Luiz do Paraitinga, com financiamento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. É autora de *Psicanálise da família* (Casa do Psicólogo, 2010, 2. ed.) e *Trabalhos com famílias em psicologia social* (Casa do Psicólogo, 2014), além de diversos capítulos em coletâneas e artigos em revistas nacionais e internacionais. É chefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP-USP desde 2014.

Eda Terezinha de Oliveira Tassara

Professora titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Graduada em Física, mestre, doutora e livre-docente em Psicologia pela USP, foi professora visitante do Departamento de Física da Universidade de Pisa, na Itália (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, USP e Istituto Nazionale di Fisica Nucleare – INFN), do Laboratoire de Psychologie Environnementale (LPE) da Universidade de Paris V

(Fapesp, Acordo USP-Cofecub e Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS), do Centre de Recherches Historiques da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris (EHESS e CNRS) e da Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla – UPAEP, no México (Fapesp, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, UPAEP e Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología – CONACYT). É presidente da Comissão Estadual de São Paulo do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, e do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental – Funbea, consultora do Ministério da Educação, e representante brasileira para o acordo firmado entre o Ministério da Educação e o Science Group Museum (Reino Unido) para a criação de um Museu de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo. Coordenadora do Grupo em Política Ambiental do Instituto de Estudos Avançados da USP e coordenadora do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção – Lapsi, do IP-USP, onde conduz pesquisa em cooperação internacional Brasil-México (Fapesp, CNPq). Suas publicações versam sobre as temáticas de psicologia social, política ambiental, intervenções socioambientais e crítica da ciência e da cultura.

Esdras Guerreiro Vasconcellos

Doutor pela Ludwig-Maximilians Universität München, na Alemanha (1985). Tem experiência na área de psicologia, com ênfase em psicologia social e clínica, em psicossomática, neurociências e psiconeuroendocrinoimunologia. Atua principalmente nos seguintes temas: estresse, *coping*, resiliência, *distress* moral, amor e sexualidade e psiconeuroendocrinoimunologia. Publicou 22 artigos em periódicos, 3 livros e 19 capítulos de livro desde sua primeira publicação em 1990.

Everton de Oliveira Maraldi

Pesquisador de pós-doutorado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Possui mestrado e doutorado em Psicologia Social pelo IP-USP e bacharelado em Psicologia pela Universidade Guarulhos (SP). Realizou estágios de pós-doutorado nas universidades de Coventry e Oxford, no Reino Unido, onde trabalhou em estudos sobre psicologia das crenças, experiências religiosas e espirituais e suas implicações para a saúde. É pesquisador colaborador do Brain, Belief and Behaviour Research Group da Coventry University, na Inglaterra. É laureado da Academia Paulista de Psicologia (gestão 2013-2015) com o prêmio de melhor tese de doutorado. É membro pesquisador das seguintes organizações: Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais da USP; Laboratório de Estudos em Psicologia Social da Religião (LabPsiRel) da USP e

Parapsychological Association (PA), nos EUA. É coordenador do Grupo de Estudos em Alterações e Anomalias da Identidade – Gealter, uma atividade de extensão do Inter Psi. Seus principais temas e áreas de pesquisa incluem: psicologia social da religião; espiritualidade, religião e saúde; dissociação e transtornos dissociativos; *self* e identidade psicossocial; experiências anômalas; e cognição social implícita.

Fábio de Oliveira

É coeditor dos *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) (1992), mestrado em Psicologia Social pela mesma universidade (1997) e doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2005). Realizou estudos de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 2012. Foi psicólogo do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho da USP entre 1996 e 2013, docente da PUC-SP entre 1997 e 2013 e coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da PUC-SP entre 2001 e 2003. Desde 2006, é membro do grupo de trabalho “Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Sua atividade de pesquisa está voltada para o estudo dos processos de trabalho no cotidiano a partir das condições concretas e das relações entre pessoas. Essa linha de investigação inclui o interesse por temas como: relações de poder no trabalho, crítica à gestão tradicional, formas de emancipação, autogestão, cooperativismo e economia solidária.

Fatima Regina Machado

Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) (2009) e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2003) com período sanduíche no Center for Applied Semiotics da Indiana University Bloomington. Mestre em Ciência da Religião pela PUC-SP (1996). Psicóloga pela Universidade Paulista (2015) e licenciada e bacharel em Letras pela Faculdade (atual Universidade) Anhembí Morumbi (1994). É pesquisadora do Laboratório de Psicologia Social da Religião (LabPsiRel) e segunda líder do Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais, ambos pertencentes ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP). É membro do grupo de trabalho “Psicologia & Religião” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Participou do grupo de trabalho Diverpsi – Diversidade Epistemológica não Hegemônica em Psicologia, Laicidade e Diálogo com Saberes Tradicionais (2014-2016), alocado no Núcleo de Métodos e Práticas Psicológi-

cas do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP). É membro da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-SP. É pós-doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião (CRE) da PUC-SP, área de concentração: Estudos Empíricos da Religião; linha de pesquisa: Comportamentos e Representações Religiosas. Colabora como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Psicologia e Religiosidade: Peculiaridades, do CRE-PUC-SP.

Geraldo José de Paiva

Doutor em Psicologia Escolar (1979), livre-docente (1993) e titular (2000) em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Pós-doutorado (1988) em Psicologia da Religião na Université Catholique de Louvain-la-Neuve (Bélgica). Estuda os processos de formação da identidade religiosa e das culturas pré-religiosas. Orientador do Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP desde 1979, tem quinze orientações de mestrado, doze de doutorado e uma de pós-doutorado concluídas. Está aposentado no momento. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Nível 2. Coordenador do grupo de trabalho “Psicologia & Religião” na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Atua como assessor externo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do CNPq e da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Seu estudo de livre-docência publicado em forma de livro mereceu prêmio outorgado pela Academia Paulista de Psicologia (1995), demonstrando o reconhecimento pela sua contribuição única em sua área de pesquisa. Tem 39 artigos publicados em periódicos científicos, 29 capítulos de livro e 7 livros desde sua primeira publicação em 1976.

Gustavo Martinelli Massola

Possui graduação em Psicologia (1997), mestrado em Psicologia Social (2001) e doutorado em Psicologia Social (2005) pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Atualmente, é professor do IP-USP e orientador de doutorado no seu Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Coordena o Convênio Acadêmico Internacional entre a USP e a Universidade Popular Autónoma do Estado de Puebla, no México. É editor da revista *Psicologia USP* e membro da diretoria da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia. Atua principalmente nos seguintes temas: psicologia socioambiental, constituição psicossocial da identidade, psicologia social e controle social. Publicou 10 artigos em periódicos, 2 livros e 8 capítulos de livro desde sua primeira publicação em 1997.

Ianni Regia Scarcelli

Professora-associada do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP); orienta doutorado e mestrado em programa de pós-graduação, na área de concentração Psicologia Social, linha de pesquisa Política, Saúde Coletiva e Psicologia Social, e mestrado profissional no Programa de Pós Graduação em Formação Interdisciplinar em Saúde. Vice-diretora do Coral da USP desde 2014, foi presidente da Comissão de Graduação do IP-USP (2011-2015). Possui graduação em Psicologia (1984), mestrado (1998), doutorado (2002) e livre-docência (2016) em Psicologia Social pela USP. Tem experiência na área de psicologia, com ênfase em psicologia social e do trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia social, saúde mental, formação, saúde coletiva, políticas públicas e processos participativos.

José Moura Gonçalves Filho

Graduou-se em Psicologia na Universidade de São Paulo (USP) (1986). Na mesma universidade, realizou mestrado (1995) e doutorado (1999) em Psicologia Social. Seu tema persistente de investigação corresponde ao que tem designado como humilhação social ou humilhação política. Atualmente, é professor doutor no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP. Publicou 11 artigos em periódicos e 12 capítulos de livro desde sua primeira publicação em 1988.

Leonardo Breno Martins

Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) (2015). Mestre em Psicologia Social também pela USP (2010). Psicólogo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2004). É pesquisador do Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais e do Laboratório de Psicologia Social da Religião (LabPsiRel), ambos pertencentes ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP). É coordenador do IlusoriaMente – Grupo de Estudos Interdisciplinares da Percepção e da Arte Mágica, vinculado ao Inter Psi. É pós-doutorando no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP-USP com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), tendo como temas de pesquisa a influência social sobre crenças e experiências alegadamente paranormais.

Leny Sato

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) (1982), mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1991), doutorado em Psicologia Social pela USP (1998) e livre-docência em Psicologia pela USP (2006). É professora titular do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP) desde 2008. É coeditora dos *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. Foi docente visitante na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha) em 2009. Líder do grupo de pesquisa “Trabalho e Processos Organizativos na Contemporaneidade”, cadastrado no CNPq, em conjunto com prof. Henrique Caetano Nardi, desde 2004. Autora de publicação sobre lesão por esforço repetitivo (LER) que subsidiou decisão judicial do Tribunal Federal do Trabalho sobre saúde do trabalhador (2006). Coordenadora do projeto “Feiras e mercados no espaço lusófono: experiências de trabalho, geração de renda e sociabilidade”, com financiamento do CNPq (Edital ProÁfrica), com pesquisadores de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal e Brasil. Coordenadora do projeto “Redes Sociais e trabalho informal: estudo de feiras em São Paulo (SP) e Fortaleza (CE)”, com pesquisadores da Universidade de Fortaleza (Unifor), Universidade Federal do Ceará (UFC) e da USP.

Luís Guilherme Galeão da Silva

Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Tem experiência na área de psicologia, com ênfase em psicologia social e psicologia comunitária, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria crítica da sociedade, interdisciplinaridade nas ciências humanas, reconhecimento recíproco, psicologia comunitária e luta por direitos. É docente no curso de graduação em Psicologia e de pós-graduação em Psicologia Social do IP-USP. Participa do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP. É docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. Possui graduação em Psicologia pela USP (1995), mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP (2000) e doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2007). Foi professor da Universidade Paulista e da Fundação Getúlio Vargas (SP). Desenvolve pesquisa sobre autores contemporâneos da filosofia, sobre reconhecimento e teoria crítica da sociedade. Desenvolve também discussões sobre pesquisas empíricas de matriz crítica em comunidades urbanas periféricas. Atua em movimentos sociais e associações periféricas como União de Núcleos,

Associações dos Moradores de Heliópolis e Região e Fórum em Defesa da Vida dos distritos de Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luiz.

Marcelo Afonso Ribeiro

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – PQ-2. Doutor (2004) e livre-docente (2012) em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Estuda as novas formas das carreiras e das construções identitárias no trabalho, bem como o desemprego e a deficiência. Orientador do Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP desde 2006, tem cinco orientações de mestrado concluídas. Foi docente visitante na Univalle (Colômbia) em 2010. Coordenador do acordo de cooperação técnica estabelecido com o Ministério do Trabalho e Emprego para assessoria na área de informação e orientação profissional (2010-2012). Coordenador brasileiro do Colégio Doutoral Internacional Tordesilhas – Brasil, Espanha e Portugal. Em 2011, recebeu o diploma de “Reconocimiento por desempeño profesional en beneficio de la Orientación en América Latina” da Red Latinoamericana de Profesionales de la Orientación, sendo indicado seu representante brasileiro na gestão 2011-2012. Em 1998, recebeu o Prêmio Monográfico Madre Cristina Sodré Dória do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Foi presidente da Associação Brasileira de Orientação Profissional (Abop) na gestão 2009-2011. Tem 24 artigos publicados em periódicos científicos, 11 capítulos de livro e 3 livros desde sua primeira publicação em 1998.

Maria Inês Assumpção Fernandes

Professora titular (2008), mestre (1982) e doutora (1990) em Psicologia Social. Em 2004, defendeu sua tese de livre-docência sobre mestiçagem e ideologia, a partir de projetos referidos às linhas de pesquisa: políticas públicas e psicologia social e indivíduo, grupo e sociedade. É professora desde 1977 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) atuando na graduação e na pós-graduação, desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão nas áreas de saúde mental, processos coletivos, grupais e institucionais, nestes últimos considerando-se famílias e casais. Coordena o Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social (Lapso), pelo qual desenvolve projetos em parceria com instituições públicas nacionais e internacionais. No IP-USP, foi presidente da Comissão de Graduação por duas vezes e presidente da Comissão para a Reestruturação Curricular por seis anos (até 2002); foi chefe do Departamento de Psicologia Social por quatro mandatos e membro da comissão executiva da *Revista do IP-USP* (até 2007); atualmente, é presidente da Comissão de Cooperação Nacional

e Internacional (CCNINT). Em nível nacional, foi fundadora da Associação Brasileira para o Ensino da Psicologia (Abep) e membro de sua primeira gestão; é representante do Programa de Psicologia Social junto à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEPP) (desde 1994), editora da Coleção Psicologia, Inconsciente e Cultura, da editora Casa do Psicólogo, e membro do conselho editorial da editora Zagodoni e de vários periódicos.

Mariana Prioli Cordeiro

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestrado e doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Realizou estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), no departamento de Psicologia Social, e pós-doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Atualmente, é professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP-USP e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia social, abordagens (pós) construcionistas e política pública de assistência social. É editora de seção da revista *Psicologia & Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). Participou de uma comissão no Conselho Federal de Psicologia (CFP), responsável pela elaboração de uma nota técnica com os parâmetros para a atuação de psicólogos(os) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Publicou 16 artigos em periódicos, 2 livros e 6 capítulos de livro desde sua primeira publicação em 2005.

Nelson da Silva Junior

Graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) (1985); Diploma de Estudos Avançados (DEA) em Psicopatologia Fundamental pela Universidade de Paris 7 – Denis Diderot (1992); doutorado em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris 7 – Denis Diderot (1996); pós-doutorado pela Universidade de Paris 7 – Denis Diderot (1997); pós-doutorado pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) (1999); e livre-docência pela USP (2006). Foi professor visitante da Université de Bretagne Occidentale (2006). Coordenador da equipe brasileira do Projeto “Estudo comparativo internacional das marcas corporais autoinfligidas à luz dos laços sociais contemporâneos”, pelo Programa Capes/Cofecub 2008 em cooperação internacional com a Université Rennes 2. Pesquisa principalmente nos seguintes temas: corporeidade, impactos psíquicos do neoliberalismo, linguagem e epistemologia da psicanálise. É autor dos livros *Le Fictionnel en Psychanalyse: Une étude à partir de l’oeuvre de Fernando Pessoa* (1999) e *Linguagens e pensamento* (2007). Primeiro-secretário da

Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF). Membro da International Society for Psychoanalysis & Philosophy, Membro do conselho consultivo da revista *Ide: Psicanálise e Cultura*, da revista *A Peste* e da *Sig Revista de Psicanálise* e do conselho científico da Coleção Ato Psicanalítico, da Editora Annablume.

Sandra Maria Patrício Ribeiro

Doutora (2008) em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Foi credenciada como orientadora do Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP em 2011 e tem três orientações de mestrado concluídas. Ao final de 2016, tinha quatro orientandos de doutorado. Em sua atuação, destacam-se as ações de intercâmbios institucionais, com fortes conteúdos de inter e transdisciplinarização, inserção social e internacionalização. Tem 6 artigos publicados em periódicos científicos, 11 capítulos de livro (dois no prelo) e 3 livros organizados desde sua primeira publicação em 1999.

Sigmar Malvezzi

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1969), mestrado em Psicologia Social pela PUC-SP (1979), doutorado em Department of Behaviour in Organizations pela University of Lancaster (1989) e livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP) (2006). Tem atividades regulares como docente visitante em 18 universidades estrangeiras, entre elas: Universidade Paris V (França), Universidade de Coimbra (Portugal), Universidade de Lisboa (Portugal) e University of Texas (EUA), e, atualmente, está vinculado a três universidades latino-americanas (Univalle – Colômbia, Universidad Tecnológica Nacional – Argentina e Universidad Católica de Montevideo – Uruguai) como professor visitante regular de mestrado e doutorado. Atua como assessor externo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Academy of Management (EUA). Foi docente do Programa Erasmus Mundus WOP-P (*Work, Organization and Personnel Psychology*). Professor-associado do Departamento de Psicologia Social. Tem experiência na área de psicologia, com ênfase em psicologia do trabalho e organizacional, atuando principalmente nos seguintes temas: organização, trabalho, recursos humanos, globalização, gestão e psicologia. Tem 37 artigos publicados em periódicos científicos, 14 capítulos de livro e 2 livros desde sua primeira publicação em 1980.

Vera Paiva

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Nível 1D. Professora titular no Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) desde 1987. Na pós-graduação, é orientadora nos programas de Psicologia Social (IP-USP), Medicina Preventiva (Faculdade de Medicina – FM-USP) e Saúde Pública (Faculdade de Saúde Pública – FSP-USP). Tem se dedicado à inovação das práticas de saúde (prevenção e cuidado), em especial no campo da Aids, com ênfase no estudo psicossocial da desigualdade das sexualidades e dos gêneros. De dezembro de 2016 a março de 2017, esteve como *visiting scholar* no Center for Iberian and Latin American Studies/University of Califórnia, San Diego, EUA. Coordenou o Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (Nepaids) da USP, grupo interdisciplinar que congrega, desde 1991, professores de diversos programas de pós-graduação na USP e em outras universidades e instituições públicas de pesquisa e alunos de graduação e pós-graduação dedicados a ensino, extensão e pesquisa. Desde o Nepaids, tem desenvolvido extensa colaboração com os programas (nacional, estaduais e municipais) de Aids. No plano internacional, tem sido consultora junto às Nações Unidas (Organização Mundial da Saúde – OMS; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco; Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA; e Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids – Unaids); entre as universidades com as quais manteve intercâmbio em ensino e pesquisa, destacam-se a Columbia University (*Public Health*) e a University of Southern California (*Medicine – San Francisco e Public Health – Berkeley*), Harvard University (*Public Health*), Institut Pasteur/França (WAF) e University of California/San Diego. Em 2014-2016, presidiu a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP). No Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH, Lei 12.986), representou a sociedade civil (2014-2016). De 2003 a 2007, foi pesquisadora e professora convidada no Social Medical Department da School of Public Health da Columbia University. *Board* da Association for the Social Sciences and Humanities in HIV (2013-2015). Foi *MacArthur Individual Grantee* (1991-1994) e *Fogarty Fellow* na Universidade da Califórnia – Berkeley e San Francisco, onde também fez pós-doutorado (1996-1997). Tem 61 artigos publicados em periódicos científicos, 37 capítulos de livro e 8 livros desde sua primeira publicação em 1985.

Wellington Zangari

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Paulista (1986), mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1996), doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) (2003) e pós-dou-

torado em Psicologia Social pela USP (2006) com estágio na Division of Personality Studies – University of Virginia. É professor doutor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP), com dedicação exclusiva à docência e à pesquisa, ministrando aulas na graduação e na pós-graduação e orientando pesquisas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. É o segundo líder do Laboratório de Psicologia Social da Religião (LabPsiRel) e coordenador do Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais, ambos ligados ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP-USP. Atua como colaborador da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP). Foi membro (2014-2016) do grupo de trabalho “Diversidade Epistemológica não Hegemônica em Psicologia, Laicidade e Diálogo com Saberes Tradicionais” (DIVERPSI), alocado no Núcleo de Métodos e Práticas Psicológicas do CRP-SP. Tem experiência nas áreas de psicologia e ciências da religião, com ênfase em psicologia social da religião, atuando principalmente nas seguintes áreas: psicologia social, psicologia da religião, psicologia anomalística, hipnose e estados alterados de consciência e filosofia da mente. Recebeu dois prêmios Jabuti, em 2014 e 2015.

Zélia Ramozzi-Chiarottino

Formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), possui pós-graduação (D.E.S.) em Filosofia das Ciências pela Université d’Aix-Marseille, tendo como orientador Gilles Gaston Granger (1965-1967). Possui doutorado em Ciência pelo Instituto de Psicologia da USP (IP-USP) em 1970 (traduzido para o francês em 1972, compondo o acervo da Biblioteca dos Archives Jean Piaget), pós-doutorado em Linguística pela Università degli Studi di Roma (La Sapienza) em 1986-1987 e livre-docência em 1982. Foi professora titular do IP-USP em 1987, diretora do IP-USP de 1988-1992 e professeur invité da Université Lyon II em 1990. Foi bolsista sênior a convite da Université de Genève em 1995, professeur invité em Lyon I e II (2004) e travaux de recherche chez l’Hôpital Saint-Jean de Dieu em Lyon (2004). Foi fundadora do primeiro Laboratório de Epistemologia Genética do Brasil, em 1968, na cadeira de Psicologia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP) e professor/fundador do IP-USP, em 1970. Tem 8 livros publicados, sendo um na França, *De la théorie de Piaget à ses applications*; (Paidós/Centurion), e outro na Suíça, *Piaget Modèle et Structure*; vários capítulos de livro; e artigos publicados no Brasil, França, Suíça, Canadá e Portugal. Participou de várias apresentações em congressos nestes países e nos Estados Unidos, com orientandos (Fapesp), e também promoveu 5 congressos internacionais no Brasil sobre Epistemologia e Psicologia. É líder, ao lado de Yves de La Taille, do Grupo de Pesquisa-CNPq: Filosofia das Ciências e Psicologia. Orientou 65 mestrados e doutorados, subsidiados por 65 pesquisas de seu Laboratório de Epistemologia Genética e Reabilitação Psicossocial, que se dedica à filosofia da biologia com ênfase na teoria da ontogênese epigenética.

Conteúdo

Prefácio.....	17
Parte 1 – Psicologia social: história e fundamentos.....	23
○ psico-social/psicossocial – papel do hífen	25
○ fenômeno psicossocial e o problema de sua proposição	31
A fractalidade da psicologia social	41
Psico-social ou psicossocial? A questão do hífen e do bio-psico-social, ou da questão ortográfica à epistemologia	57
Parte 2 – Psicologia social e comunidades.....	69
A questão “psico-social” a partir do estudo de experiências anômalas/religiosas.....	71
A visão de Arakcy Martins Rodrigues sobre a ponte indivíduo-sociedade.....	83
Psicologia social crítica na periferia do capitalismo: a elaboração do sofrimento social e a luta por reconhecimento recíproco nas periferias	91
Parte 3 – Psicologia social e psicanálise.....	101
A queda do hífen: história, política e clínica	103
A psicanálise como hífen psicossocial.....	117
○ sofrimento como hífen na teoria social freudiana e sua atualidade. ○ exemplo das modificações corporais.....	135

Parte 4 – Psicologia social e cidadania	149
A imagem: unificação psicossocial por meio da experiência estética	151
Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial?	167
Conhecimento, opinião, estereótipo e o medo da alteridade	193
Parte 5 – Psicologia social e método	197
A psicologia social como projeto utópico	199
O <i>psíquico</i> e o <i>social</i> : releituras e reflexões em busca de uma reconstrução do sentido	209
Leituras políticas de questões de método: o caso da psicologia social	227
Parte 6 – Psicologia social e trabalho.....	243
Os hifens das relações eu-outro e homem-trabalho no século XXI	245
Psicossocial: <i>continuum</i> ontológico do processo relacional.....	263
O trabalho como fenômeno psicossocial	279
<i>Stress, coping, burnout, resiliência</i> : troncos da mesma raiz	285

Prefácio

A psicologia social e os múltiplos sentidos do hífen

A psicologia social nasceu com o reconhecimento de que certos processos psicológicos do indivíduo só ocorrem quando este se encontra em situação grupal ou de massa. Analogamente às propriedades oriundas das associações entre diferentes elementos químicos, as pessoas reagem de forma frequentemente inusitada quando estavam em situação grupal. Rapidamente, outros modelos pareceram explicar melhor esse tipo de fenômeno, aquele da primazia da forma total sobre os elementos que a compunham, como, por exemplo, o da *Gestalt*. Outros movimentos teóricos reforçaram a pertinência de uma forte dependência da área da psicologia social na sociologia, a saber, por um lado, a progressiva preocupação com os processos de socialização na constituição do indivíduo, e, por outro, a teoria crítica da Escola de Frankfurt. Este múltiplo reconhecimento da anterioridade do social sobre o individual, contudo, deixa em aberto não apenas os *loci* de gênese destes processos, como também não responde à difícil questão de saber *se* e *como* o indivíduo pode influir nos processos sociais.

Os textos aqui organizados se propõem a abordar esse quiasma entre o social e o individual a partir de um elemento gráfico: o hífen. À primeira vista, pode parecer imprópria a proposta de uma discussão a respeito de um grafismo inexistente em nossa língua para o termo “psicossocial”. O dicionário Houaiss não previa um hífen para a palavra em questão, mesmo antes da reforma ortográfica que o baniu definitivamente de muitos vocábulos da língua. Nossa insistência em tal impropriedade deve ser justificada: ela vai além de uma nostalgia linguística pelo que nunca existiu e se refere, sobretudo, à tensão conceitual entre o hiato de dois aspectos da psicologia social, o *social* e o *psíquico*, e o reconhecimento de sua necessária implicação mútua.

De fato, subjacente a este difícil, mas incontornável pareamento entre o social e o psíquico, uma questão epistemológica subjaz à natureza mesma da psicologia social como forma autônoma de conhecimento. Seria a autonomia disciplinar da psicologia social garantida por uma intersecção objetivamente presente na realidade ou seria ela um território administrativamente construído a partir dos dois domínios heterogêneos, aqueles da psicologia e da sociologia? Também não é raro que uma dessas disciplinas se apresente como podendo “absorver” a outra, do mesmo modo que é possível pensar que a química é “apenas” um subconjunto da física. Nesse caso, não seria o nome “psicologia social” uma simples reunião artificial de uma oposição artificial e equivocada entre a psicologia do indivíduo e os processos sociais?

Ora, eficaz, apesar, ou precisamente, em função de sua impropriedade léxica, o hífen aponta, assim, para um debate epistemológico de longa extensão e cuja primeira referência no campo filosófico é, sem dúvida, a noção de *intermediário*, presente na *República* de Platão. Este termo seria ali responsável por legitimar ontologicamente aquilo que reúne o universal e o singular em sua constituição. Não cabe aqui retraçar a fortuna crítica dessa questão na filosofia, apenas sublinhar como o problema que nos ocupa possui uma antiga legitimidade no pensamento filosófico. De todas as áreas da psicologia, a psicologia social é aquela que toma essa tensão conceitual como um dos problemas que definem seus objetos primeiros e, portanto, sua identidade no campo acadêmico. Não será surpresa, portanto, que precisamente suas categorias clássicas, como socialização, estigma e preconceito, estereótipos etc., sejam impensáveis sem uma resposta formalizada ou simplesmente silenciosamente assumida do problema do quiasma entre o singular e o universal, entre o indivíduo e a sociedade. Com efeito, não é um exagero concluir que esta tensão, tão precisamente apontada por um grafismo inexistente, constitua a *própria essência* da psicologia social enquanto um campo acadêmico autônomo, capaz de conjugar teorias heterogêneas entre si.

Os textos aqui organizados oferecem uma amostra desta heterogeneidade. São as versões escritas e reelaboradas dos trabalhos apresentados no Primeiro Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, realizado em 30 de novembro de 2015 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), a partir de um convite feito pela Comissão aos docentes do programa. A organização desses textos pode ser rapidamente compreendida a partir das seis partes que compõem o presente livro.

Na primeira, *Psicologia social: história e fundamentos*, estão reunidos os textos que abordam a questão do hífen na própria constituição de nossa disciplina. Tal retorno aos fundamentos é representado aqui em dois movimentos. De um lado, aquele que visa o questionamento ontológico dos conceitos e fenômenos psicossociais, como trabalhado por José M. G. Filho, e também pelo recurso a

modelos topológicos mais amplos, apresentado por Mariana Prioli. De outro lado, pela retomada do problema do hífen a partir de pesquisas básicas, como na proposta de Zélia Ramozzi-Chiarottino, que criou e desenvolveu o campo da reabilitação psicossocial fundada na epistemologia genética de Jean Piaget, e pela análise fina dos processos identitários em jogo nas conversões religiosas realizada por Geraldo Paiva.

A indissociabilidade entre a pesquisa e a atuação em âmbito social é um dos elos mais fortes que reúnem os docentes de nosso programa. Nada melhor para representá-lo que o conjunto de textos reunidos na segunda parte deste livro, *Psicologia social e comunidades*. Nela, Leny Sato recupera a obra de Arakcy Martins Rodrigues, que soube como poucos demonstrar que a centralidade da questão do hífen pela intersecção entre os aspectos psicológicos e sociais, invariavelmente presente em suas pesquisas, estava nos próprios fenômenos. Este é também o caso do texto apresentado por Wellington Zangari, Fatima Regina Machado, Everton de Oliveira Maraldi e Leonardo Breno Martins, pesquisadores do Laboratório de Psicologia Anomalística e do Laboratório de Psicologia Social da Religião que, em suas análises, distinguem vários processos de interação entre a cultura local e o sujeito na constituição narrativa de experiências religiosas e anômalas. Se o texto em questão sublinha o processo de *ressignificação retroativa* nesta interação, o texto de Luiz Guilherme Galeão, a partir de teóricos da Escola de Frankfurt e, particularmente, de Axel Honneth, explora o modelo da dialética para a compreensão da relação mutuamente constitutiva entre o indivíduo e a sociedade, particularmente a partir das expressões patológicas da dominação psicológica, a saber, o *preconceito*, a *humilhação* e o *desrespeito*.

A terceira parte deste livro é dedicada a uma abordagem teórica específica, a saber, a da psicanálise junto à psicologia social. Em seu texto, Maria Inês Fernandes e Ianni Scarcelli tomam o grupo, como proposto por Pichón Rivière e por René Kaës, como elemento-chave de uma construção metapsicológica fortemente enraizada no contexto político, em que a negatividade do hífen entre o psíquico e o social possui uma função conceitual própria. Os dois textos seguintes tratam da especificidade do hífen no método e na teoria psicanalíticos. Belinda Mandelbaum discute em detalhes a posição da psicanálise como uma disciplina no interior da psicologia social, além de estabelecer interessantes relações entre Freud e Walter Benjamin. De minha parte, proponho a utilização da noção de sofrimento como um analisador do modo como as relações entre o sujeito e o contexto social foram pensadas na obra freudiana, e de que modo o sofrimento poderia continuar a ser utilizado para pensar o mal-estar na cultura hoje.

Na quarta parte, intitulada *Psicologia social e cidadania*, agrupamos os textos que mais explicitamente se voltam para a constituição do sujeito histórico e político. Arley Andriolo faz, assim, uma completa revisão do papel da imagem e

da experiência estética no quiasma da psicologia social, cobrindo tanto os aspectos epistemológicos quanto as experiências inovadoras de intervenção política junto a comunidades a partir da imagem. Vera Paiva resgata as políticas públicas contra a aids no Brasil como um exemplo palpável e, a meu ver, definitivo da urgência de uma substituição da abordagem sociopsicológica inevitavelmente individualizante pela abordagem psicossocial na psicologia na saúde. Em outras palavras, trata da incontestável importância da inclusão das dimensões de cidadania, direitos humanos, inclusão e vulnerabilidade social no planejamento, estruturação e execução das políticas de saúde. Já Alessandro dos Santos parte de sua experiência como docente para apontar uma sistemática falha na formação profissional presente nos currículos de psicologia quanto à natureza e à dinâmica política das noções de opinião, estereótipo e o medo da alteridade, resultando em mecanismos de reprodução de efeitos deletérios do preconceito e da discriminação e da humilhação social, oriundos do racismo pela própria academia.

A parte dedicada ao cruzamento entre *Psicologia social e método* retoma a discussão da identidade da psicologia social, primeiramente a partir da natureza utópica do seu projeto, tão bem assinalada pelo hífen e trabalhada por Gustavo Massola, e, em segundo lugar, pelo conceito de *interação humana*, no texto de Sandra Patrício. Já Eda Tassara, em um trabalho de longo fôlego conceitual, retoma a psicologia social a partir da primazia da leitura política nas questões de método.

A última parte deste livro, *Psicologia social e trabalho*, reúne os questionamentos a respeito do lugar do hífen a partir do trabalho. Em seu interessante texto, Sigmar Malvezzi recupera de Aristóteles a oposição entre *produção natural* e *produção pela arte* para, com esta segunda forma, pensar o trabalho enquanto um hífen presente em todas as ações pelo sujeito com seus outros e seu mundo. Pensado enquanto *produção pela arte*, e portanto, como *trabalho em seu sentido lato*, o hífen adquire um lugar fundamental na reflexão dos desafios impostos à constituição do sujeito e do mundo humano no contexto altamente técnico e científico da atualidade. Esta potencialidade ontológica do hífen entre o sujeito e o âmbito social é também trazida à luz pelo texto de Marcelo Afonso Ribeiro, que, não sem fazer uma extensa revisão bibliográfica sobre as várias soluções ao problema, considera-o a partir do modelo do *continuum* entre estes dois polos. Fabio de Oliveira, por sua vez, sublinha o papel insubstituível da subjetividade do trabalhador na realização do trabalho, retomando, a partir de uma outra faceta, portanto, o papel do trabalho como intermediário (e, portanto, como hífen) entre a singularidade do sujeito e sua inserção social. Nosso livro se encerra com rica análise de Esdras Vasconcellos a respeito da evolução histórica de três termos essenciais à área da saúde no trabalho, a saber, *coping*, *burnout* e *resiliência*, entendendo como central a relação destes com o conceito pioneiro de *stress*.

A meu ver, o conjunto destes trabalhos é uma excelente introdução ao problema do hífen como ele se apresenta hoje, em suas facetas conceituais, metodológicas e políticas na área da psicologia social. Cada um dos textos aqui presentes apresenta o problema a partir de um ponto de vista específico, o que permite que o leitor avalie a pertinência do hífen enquanto um problema, de fato, real nesta área de conhecimento. Finalmente, gostaria de ressaltar o fato que este é, também, um livro com um valor histórico para nosso programa, uma vez que reúne, pela primeira vez e em um só conjunto, a diversidade dos pontos de vista e das produções teóricas de nossos docentes em torno de um tema fundamental a todos nós, a psicologia social enquanto tal.

São Paulo, 15 de outubro de 2016

Nelson da Silva Junior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP)

Parte 1

Psicologia social:
história e fundamentos

O psico-social/psicossocial – papel do hífen

Geraldo José de Paiva

1.1 Papel do hífen

Julgo sempre útil recorrer à origem da palavra, que muitas vezes fornece o ímpeto primigênio para seu uso posterior.

A palavra *hífen* (*hyphén*) consta no *Dicionário grego-francês* de Anatole Bailly (origem 1894) como advérbio e como substantivo. O significado do advérbio é “num todo”, “num só corpo”; o significado do substantivo é “traço em forma de arco para marcar a união de duas letras ou de duas partes de uma palavra”. *Hífen* é uma junção da preposição *hypo* (sob) e do numeral neutro *hen* (um).

O papel do hífen é, então, o de colocar sob uma unidade, de unir, razão por que em francês se diz *trait d’union* (“traço de união”).

Quando, portanto, propõe-se *psico-social*, indica-se a união entre o psíquico individual e o grupo, o coletivo.

Na história da ortografia, verificam-se mudanças no uso do hífen. Há palavras nas quais se tornou desnecessário, às vezes como mera simplificação da escrita, outras vezes porque a união se tornou tão íntima que não há por que continuar separando os termos que compõem a palavra.

As línguas variam no uso do hífen. No alemão, por exemplo, não se usa praticamente o hífen – ao contrário, as palavras se engrenam umas nas outras sem a menor interrupção. Em francês e em português, os hifens não são exceção, apesar das reformas ortográficas.

Quanto a *psico-social*, em inglês, por exemplo, mantém-se o hífen: *psycho-social psychology*; em francês, por vezes se escreve *psycho-social* (ROUSSIAU, 2008, p. 12), as mais das vezes se escreve *psychosocial* (Le Petit Robert, 1990), numa só palavra. Também no português atual as palavras se tornaram uma só: psicossocial, embora em algumas publicações se encontre psico-social.

1.2

Conquanto a intenção dos organizadores deste Simpósio seja expressar a unidade entre a psique, própria da pessoa individual, e o social, eu advogaria a obsolescência e o desaparecimento do hífen em psicossocial e a compenetração do psíquico no social e do social no psíquico.

É comum dizer, com efeito, que toda psicologia é social, porque “nenhum homem é uma ilha” e, mesmo que o fosse, estaria rodeado de água por todos os lados... O próprio conceito de ilha associado ao indivíduo exige a existência de água, que associa ao social.

Sei que a psicanálise privilegia o indivíduo em sua dinâmica consciente e, principalmente, inconsciente. Porém, esse indivíduo, até em seu inconsciente pessoal ou coletivo, é uma entidade relacional, primeiramente com outras pessoas, mas também com o ambiente físico. Nesse sentido amplo, pode-se dizer que toda psicologia é social.

1.3

Gostaria de propor, no entanto, uma vinculação maior do psíquico com o social, de forma que o psíquico só pode ser social e o social só pode ser psíquico. E gostaria de calçar esta proposta com algum estudo empírico. Tenho feito, na verdade, muitos estudos relativos à formação da identidade religiosa de convertidos, particularmente de brasileiros católicos a novas religiões japonesas. Esses estudos, de natureza empírica, têm produzido uma informação que nem sequer estava sendo buscada – a saber, a de que a identidade do convertido só se realiza quando, ao mesmo tempo, a pessoa se filia ao novo grupo religioso e reelabora sua cadeia de significantes. Verifiquei que quando falha, total ou parcialmente, seja a filiação ao grupo, seja a reelaboração dos significantes, não se opera a conversão, ou seja, não se tem uma nova identidade religiosa. O que se obtém é a manutenção da antiga religião, com empréstimos mais ou menos artificiais de uma segunda ou terceira, ou o relativo enfraquecimento da primeira identidade, ou a total desidentificação religiosa.

Insisto em que a falência, total ou parcial, seja na adesão grupal, seja na reelaboração cognitiva, afeta a formação da identidade em medida recíproca: uma reelaboração insuficiente aponta para uma pertença também insuficiente; uma pertença superficial está em paralelo com uma reelaboração deficiente do referencial religioso no estudo da conversão.

1.4

Tratei teoricamente desse assunto valendo-me, de um lado, da teoria da identidade social, de Tajfel, complementada pela teoria da autoprototipicalidade, de Turner, e, de outro lado, de dois conceitos de inspiração lacaniana, relativos aos modos de apreensão da realidade. A teoria da identidade destaca a percepção de pertença ou de não pertença a um grupo, resultante do processo de categorização; a teoria da autoprototipicalidade destaca o protótipo de um grupo e a aproximação, menos ou mais perfeita, a esse protótipo pela pessoa. Os conceitos tomados de empréstimo a Lacan são o de imaginário e de simbólico. Em resumo, o imaginário, que é a estruturação mais antiga na psique e que, no entanto, permanece pela vida toda, refere-se ao semelhante e “se alimenta de várias imagens: sinônimos, analogias, homologias, metonímias e isomorfismos” (PAIVA, 2007, p. 81). O simbólico refere-se à cadeia de significantes e, embora possa lidar com elementos semelhantes, produz um significado novo, transitando “pela diferença, pela alteridade, pela metáfora” (PAIVA, 2007, p. 81). Sob o regime do imaginário, a pessoa assimila o grupo e seu protótipo ao grupo a que já pertence e ao protótipo desse grupo. Sob o regime do simbólico, a pessoa pode até manter sua relação com o grupo de origem e seu protótipo, porém os transmuta no grupo e no protótipo novos.

1.5

Alguns casos ilustrativos, resumidos de publicação anterior (PAIVA, 2007):

A, na Perfect Liberty, há doze anos, mudou o grupo de pertença do católico para o da PL; refere-se ao catolicismo como religião anterior e contrapõe-se a peelistas que vão a outras religiões; declara que do catolicismo não ficou muita coisa de forte e que, no lugar das coisas deixadas de lado, vieram outras, novas. A frequenta as atividades de culto da PL e busca orientação de vida com os agentes religiosos peelistas. Demonstra ter mudado, também, de simbólico religioso, possuidora que é do protótipo pealista: a pessoa e a função do Fundador, os ensinamentos e preceitos, a prece poderosa do *oyashikiri*, a orientação dos mestres, a dedicação em tornar “artística” a vida de cada dia. Os poucos elementos católicos que persistem (os dez mandamentos, o “amai-vos uns aos outros”, a missa dominical) compõem sem destaque e podem ser caracterizados como imaginários. Na trajetória de A, verifica-se mudança de identidade, pois houve a substituição (1) de um grupo religioso por outro e (2) de um simbólico por outro.

B, na PL há catorze anos, afirma, literalmente, que “sempre se identificou com a igreja [católica]”, mas que a PL veio responder a seus questionamentos do dia-a-dia. Ainda vai à missa, mas não pratica os ensinamentos que ouve. Dedic

todo o tempo livre à PL, amparada nas referências peelistas: a pessoa e a função mediadora do Fundador, as cerimônias rituais, a palavra salvífica *oyashikiri*, os preceitos e práticas relativos à elaboração artística da vida, o caráter de espelho do indivíduo, que reflete as falhas e vícios da família. B refere-se ao catolicismo e ao espiritismo como *religião* e à PL como *filosofia de vida*, com o que, aparentemente, aponta realidades para ela não coincidentes. Sua referência ao catolicismo precisa ser provocada e restringe-se à missa, à inoperância do ensinamento católico e à influência negativa da família católica não praticante. Esses não se tornam, contudo, elementos que passem a gravitar, ao modo do imaginário, ao redor da articulação peelista, o que sugere não se ter ainda estabelecido com exclusividade um simbólico substituto da religião anterior. B dá a impressão de que está caminhando para a plena aceitação do simbólico da PL, o que parece demonstrar-se também pela intensa dedicação às atividades peelistas e à pouca frequência do culto católico.

C filia-se com seriedade ao grupo PL, que, aparentemente, não se encontra em competição com a religião católica, à qual diz continuar pertencendo. Destaca na PL o engrandecimento pessoal e cultural e a ausência de qualquer pressão relacionada com a adesão religiosa. Parece relacionar-se com a PL como grupo de natureza não religiosa, de grande influência em sua vida pessoal e social. Não parece ter substituído o simbólico religioso anterior por outro simbólico religioso, mas ter acrescentado ao simbólico religioso católico um simbólico de tipo socio-cultural. Dá a forte impressão de que pertence igualmente a dois grupos, cada qual com seu simbólico: um grupo de apoio socioafetivo eficiente e estruturado (a PL) e um grupo religioso (católico).

D tem o protótipo da Seicho-no-ie: inexistência do pecado, filiação divina perfeita, o deus interior, a purificação do subconsciente pela leitura dos sutras/mantras na meditação, o corpo como casulo do espírito, o carma dos antepassados, o agradecimento constante, a vocação missionária. Refere-se à Seicho-no-ie como sua religião. Em outros momentos, porém, fala da Seicho-no-ie não como religião, mas como filosofia, que lhe faz compreender melhor a religião católica, de cujo grupo não se desligou, afirmando que continua católica, vai à igreja e manda celebrar missas, invoca nominalmente os anjos, lê a bíblia, mantém o hábito da oração. C parece, então, considerar o catolicismo como sua religião de base, subsumida atualmente pela Seicho-no-ie, e tendente, na Nova Era, a ser, juntamente com as outras religiões, absorvida no mesmo vértice, simplesmente deus como luz e energia interior. Do ponto de vista do simbólico, portanto, revela-se indefinida, porquanto não possui um eixo de significação que articule os múltiplos elementos religiosos de referência, dando a impressão de que se deixa dirigir por dois aglomerados religiosos regidos pelo imaginário, sugerindo ambiguidade de identidade religiosa e não permitindo, no momento, um juízo do processo

de transformação da identidade, levando a perguntar se, em seu caso, ainda há lugar para o conceito de identidade.

1.6 Conclusão

Embora os exemplos tenham dito respeito à formação da identidade religiosa, os princípios de análise – a saber, pertença grupal e elaboração cognitiva do protótipo do grupo – aplicam-se à formação de qualquer identidade. Mediante os conceitos de imaginário e de simbólico, é possível discriminar a natureza tanto da pertença grupal como da elaboração cognitiva. Quando a pertença grupal é nítida, é acompanhada pela correspondente elaboração cognitiva do protótipo grupal; igualmente, quando a elaboração cognitiva do protótipo grupal é nítida, observa-se pertença inequívoca ao grupo. Em ambos os casos, não se exclui a permanência de elementos anteriores, que se mantêm imaginariamente na nova constelação grupal e cognitiva. Inversamente, quando falha uma ou outra, observa-se, nos extremos, a manutenção ou o esvaziamento tanto do simbólico cognitivo anterior como da anterior pertença grupal.

Confirma-se, então, a desnecessidade do hífen em *psicossocial*, pois tanto a elaboração psíquica quanto a relação grupal acabam sendo uma única realidade psicossocial.

Referências

BAILLY, A. *Dictionnaire Grec-Français*. Paris: Hachette, [s. d.].

Le Petit Robert. *Dictionnaire de la Langue Française*. 5. ed. reformulada. Paris: Le Robert, 1990.

PAIVA, G. J. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *Psico*, Porto Alegre, v. 38, p. 77-84, 2007.

ROUSSIAU, N. *Psychologie sociale de la religion*. Paris: PUF, 2008.

O fenômeno psicossocial e o problema de sua proposição

José Moura Gonçalves Filho

Por que o adjetivo *social* para fenômenos psicológicos? Por que falamos em fenômenos *psicossociais*? Haverá fenômeno cuja inteligibilidade não exija espessar suas determinações sociais? E haverá fenômeno que deva ser interpretado sem que a interpretação considere o lugar social do intérprete? Todo fenômeno, exigindo atenção sobre suas determinações e sobre o ponto de vista de seus intérpretes, não exigirá atenção social?

Um fenômeno, no modo como se manifesta, inclui a visada daqueles para quem houve manifestação. O fenômeno e a visada reclamam-se mutuamente. Um fato aparente, no modo como aparece, inclui a perspectiva daqueles para quem houve aparição. Um fato inclui aqueles que o testemunham: o pendor das testemunhas participa da coisa testemunhada. Inversamente, incluídos no campo do fato e movendo-se em seu meio, sentimos atrações e pressões que nos superam, vivemos uma influência como que externa e que mais ou menos dirige nossos testemunhos. Mas eis o assunto que mais especificamente impõe-se aqui: condições sociais parecem informar assiduamente o fenômeno e o ângulo pelo qual o vivemos. E parecem informá-los, o fenômeno e o ângulo, simultaneamente.

Um fato, se o tomamos mais objetivamente, pelo lado das coisas, parece socialmente lavrado. Condições sociais parecem ter atuado na gênese do fato, operando sobre seu aspecto, finalmente, mais insistente e, então, sobre sua estrutura ou esquema assumido por sua organização mais definitiva. Também se o tomarmos mais subjetivamente, pelo lado dos que o testemunharam, condições sociais parecem também informar o ângulo pelo qual o fato foi vivido. Condições sociais parecem reconhecíveis na posição daqueles para quem e com quem o fato foi formado. As pessoas movem-se por posições no mundo, tornam-nas suas, assumem-nas como próprias. As pessoas encarnam suas posições. Também mudam de posição e, muitas vezes, participam bem ativamente do surgimento do fato ou de

sua alteração: as ações livres, nessas vezes, vencem os comportamentos gregários ou viciados. As pessoas ganham em grupo e nele repisam inclinações de afeto ou opinião, aquilo que caracteristicamente chamamos de atitudes. O deslocamento de posições muito compartilhadas para posições inéditas e mais solitárias altera atitudes. Essas mudanças de posição e atitude implicam mudanças de percepção, mudanças de opinião e podem acompanhar ou iniciar mudanças de fato.

Estes assuntos são controversos. Abrem logo um problema. Abrem dificuldades epistemológicas, que estão entre as mais difíceis de enfrentar e solucionar, pois costumam pedir igual distância de condutas objetivistas ou subjetivistas, o que, por sua vez, pode pedir uma revisão crítica e mesmo alteração das noções de sujeito, objeto e objetividade.

Não nos furtemos a estes assuntos e ao problema. Busquemos, entretanto, tomar o problema sob forma didática. Os recursos didáticos ligam-se algumas vezes a posturas epistemológicas já cristalizadas, não mais interrogadas: os recursos didáticos ocasionalmente ilustram soluções epistemológicas sem mais retomar a formação dessas soluções. Mas recursos didáticos podem tornar-se fecundos: podem trazer para o meio de nós a imagem ou a narrativa de um fato instigante, pois que abre algum problema de interpretação. Revivemos, então, o fato e o problema de interpretação que levanta. O fato e o problema aberto podem reencontrar soluções teóricas de grande envergadura teórica, mas retomando o que as tornou necessárias e um caminho que a elas conduz outra vez. E recursos didáticos podem, às vezes, atingir um máximo de fecundidade: podem trazer problemas não resolvidos. São horas em que o fato assinalado é tão instigante quanto desconcertante.

Vou arriscar ser didático: vou partir de um fato, um certo fato, um único fato, bem singular. Um. Mas, assim mesmo, desejaria que fosse capaz de mais ou menos comunicar-se com outros fatos: ou seja, desejaria partir de um exemplo. Os exemplos são fatos testemunhados e lembrados ou fatos imaginados e verossímeis, mas fatos que sejam notados como modelos e alavancas: ou seja, são fatos capazes de levantar problemas próprios e soluções ali pertinentes tanto quanto lançar-nos para fatos parentes, lá inspirando a percepção de problemas e também os trabalhos de alguma solução. Os exemplos distinguem-se por seu poder heurístico.

Para as finalidades deste texto, vou, então, partir de um fato muito bem inventado, valendo-me como exemplo de uma peça publicitária que pretendia dar divulgação a um jornal londrino. Recordemos as etapas do filme.¹

1 Depois de entregar ao leitor a lembrança e a discussão seguintes, topei pela internet com o filme nunca mais revisto. Era de 1986 e havia só uma vez feito a experiência de seus poucos trinta segundos. O que até ontem guardava dele, devo admitir, era menos lembrança do que paráfrase. Minha falha memória afastara-se dele quanto a certos aspectos, conferindo-lhe posições. Ainda assim, foi ele a guiá-la. Portanto, imaginação, mais que memória, foi trazida aqui ao leitor, mas me parece fiel ao argumento do velho e bom filme.

Considere o leitor o que vimos. Inicialmente, a tela escura. Então, abre-se a imagem característica de um velho *gentleman* sobre uma calçada: o homem levava chapéu-coco sobre cabelos brancos e, encapotado contra o frio, trazia também um guarda-chuva. Parecia à espera de alguém. Via-se atrás dele uma imensa porta, luxuosamente emoldurada, lembrando a entrada de bancos opulentos ou hotéis grã-finos. Subitamente, um jovem rapaz aparece correndo, vem pelo lado esquerdo, esbarra no velho e ambos caem atabalhoadamente. A tela escurece por instantes e ficamos com a impressão de um acidente, um encontrão, um choque casual e lamentável entre um jovem apressado e um velho desprevenido.

Abre-se outra vez a cena, a mesma cena desde o início. Mas agora a câmera havia se deslocado para a esquina direita e fazia ver o velho em perfil. Atrás dele, os sinais da grande porta, e víamos desde já o jovem, antes de correr, parado na esquina esquerda. O rapaz, então, mira o velho fixamente e parte em direção ao cavaleiro como quem pretendesse deliberadamente atingi-lo e derrubá-lo. A tela mais uma vez escurece e, neste momento, somos tomados pela surpreendente percepção de um golpe, o revoltante golpe de um jovem robusto contra um velho indefeso.

Mais uma vez, abre-se a cena. A câmera retomou a visão frontal, embora recuando muito, de modo que vemos desde já o prédio inteiro, definitivamente um hotel. Vemos o pobre velho postado na calçada, vemos o jovem que irá agredi-lo, mas, nova surpresa, vemos então um piano pender de uma janela ao alto, bem ao ponto de desembaraçar-se de uma corda e cair sobre o velho azarado. O jovem, agora o notamos melhor, olha rapidamente para o alto, atina com o desastre iminente, corre e empurra-se com o velho para longe do trecho em que o piano vai se esmigalhar. Uma ação de socorro! A tela fecha-se escura pela última vez e lemos em maiúsculas brancas: “A NOTÍCIA POR TODOS OS ÂNGULOS”. Abaixo, em letras sóbrias, o nome do jornal propagandeado.

Afinal, diante de que fato estamos? Um acidente casual, um ataque intencional ou um comovente salvamento? Algumas ideias podemos conceber e, no quadro deste exemplo, parecem justificadas. Entre elas, quem sabe, as seguintes:

- A terceira manifestação da cena parece incluir as duas primeiras e superá-las. É a mais complexa das três, a mais rica em relações: capaz de dar a verdade limitada e provisória das duas primeiras, relativizando-as. A terceira cena afirma, infirma e excede as duas primeiras, em favor de uma manifestação mais decisiva e duradoura. Coisa semelhante se pode sustentar sobre a segunda cena relativamente à primeira.
- O ponto de vista do observador participa do fato manifesto: um esbarrão ao acaso, um golpe ou a prestação de socorro são manifestações dependentes do lugar do observador na situação em que o acontecimento transcorre. O observador é não só ligado às suas atitudes. É ligado à posição de seu corpo

no observatório. Os sentidos da cena são dependentes de mediações corporais. O corpo participa da inteligência do mundo e de seus desdobramentos, indicando participação até mesmo nos desdobramentos que aparentemente muito se afastariam de balizas sensoriais.

A participação do observador na constituição da cena e de seus sentidos não é suficiente para o que seria uma afirmação, afinal, não garantida: os sentidos da cena são construídos pelo observador. O mais plausível e que parece sustentável é que os sentidos da cena se constituem com o observador, e não independentemente. E a posição cênica do observador correspondeu, em cada caso, a um lugar objetivo em que sua visão formou-se e mais ou menos cresceu: representa, literalmente, um ponto de vista, um lugar no mundo e não uma fabricação do sujeito. Um lugar encontrado ou buscado pelo sujeito, assumido ou recusado (nessa medida, subjetivo), mas não um lugar constituído unilateralmente pelo sujeito.

A matriz de sentido não parece concentrada em nenhum ponto da cena, em nenhum elemento isolado, numa pessoa ou numa coisa, no observador ou na coisa observada, mas parece vibrar entre todos, nos intervalos e vínculos entre pessoas, entre coisas, entre pessoas e coisas. Daí que se poderia sugerir que a matriz de sentido está em “campo”, emprestando-se o conceito como recebido da Psicologia da Gestalt.

A noção de campo pede incluir e limitar o poder do sujeito na constituição de sentido. O sujeito ganha traço tradicionalmente reservado ao objeto: a participação passiva, não só ativa, na constituição de sentido.

A noção de campo pede incluir e limitar o poder do objeto, na constituição de sentido. O objeto ganha traço às vezes tradicionalmente reservado ao sujeito: a participação ativa, não só passiva, na constituição de sentido.

Há, portanto, reversibilidade entre sujeito e objeto, e a diferença entre eles pede novas razões pelas quais se faça pensar. Há casos de quem renovou e de quem abandonou, em ciência, filosofia e religião, as noções de sujeito e objeto.

- A experiência de três manifestações de uma mesma cena parece admitir uma ideia de objetividade que talvez seja recomendável assim formular: caráter das proposições cada vez mais retiradas do exame estrutural e variado da cena.

Um sentido parecerá tanto mais objetivo quanto mais respeitar os valores assumidos pelos elementos cênicos segundo sua posição na ordem mais ou menos móvel do conjunto.

Um sentido parecerá tanto mais objetivo quanto mais esposar, reunir, trocar e superar pontos de vista parciais e os seus sentidos, buscando, incansavelmente, algum ponto sintético do qual possa retirar um sentido maior que, aproveitando proposições preliminares, prepare proposições mais decisivas, embora nunca definitivas. A variação de pontos de vista dá em proposições menos insólitas, sem nunca presumir coincidência entre proposições últimas e a verdade.

[Neste ponto é que convido os alunos a considerar o que seria um quarto ou quinto grau de variação significativa da cena, supondo-se mais outros pontos de vista, agora eminentemente temporais. Suponhamos a notícia de que o jovem salvador estava em conluio com outros dois jovens. Providenciaram, os três, a queda oportuna do piano, mas que só viesse a se consumir quando o velho inglês estivesse livre de perigo. Tudo planejado para que se obtivesse uma robusta recompensa do velho. Ou seja, a percepção do fato segundo sua longa preparação no tempo pode revelar astúcia no que parecia gesto desinteressado e amável: o salvamento era simulado e pretendia, veladamente, extorquir um milionário. Mas suponhamos ainda mais: o cavalheiro era, na realidade, um avaro banqueiro que, operando como hábil agiota, havia endividado e explorado um grande número de famílias pobres, aí incluídas as famílias dos três jovens. Ora, os jovens eram, afinal, justiceiros sagazes e de mãos sem sangue.]

- As noções de verdade e relatividade parecem exigir-se uma à outra e assumem uma acepção tão filosófica quanto política.

A relativização da verdade parece impor-se, embora valendo diferentemente de uma licença para abusos especulativos segundo o humor ou caprichos do intérprete. A relativização da verdade parece impor-se tanto quanto a verificação da relatividade. Variando as situações e as perspectivas, a verdade varia, é relativa. Uma cena, variando, faz variar seu sentido. Uma mesma cena, invariável, tem seu sentido variado com a variação de perspectivas pelas quais a compreendemos. Cenas variadas e uma mesma cena podem assumir mais de um sentido, mas nunca sentidos arbitrários: muitos sentidos, mas não quaisquer sentidos.

Ganhamos atenção quando passamos por muitos sentidos válidos. Atenção é o que, de um lado, especialmente ganhamos das iniciativas de diferente habitação corporal de uma mesma cena, fator subjetivo de moderação ou alteração do sentido: as posições do corpo são mais ou menos reguladas pelo encontro e desencontro com outros corpos e, portanto, digamos outra vez, nunca são unilateralmente definidas; todavia, são imprevisíveis e os mais livres deslocamentos do corpo trazem para a cena verdadeiras alterações de sentido.

Vislumbrada, a verdade é valor-limite, sempre derivativo, infinito: vibra por perspectivas que se fazem variar e trocar, tarefa sem fim. Toda afirmação verificada é relativa. E proposição alguma pode arvorar uma coincidência com a verdade, que também pode ser tratada como conceito vazio: a verdade jamais é preenchida; trata-se de um alvo sempre afastado, mas que vemos polarizar a interminável passagem de proposições estreitas para menos estreitas, abraçando crescentemente mais cenas ou mais manifestações de uma mesma cena.

Ocorre que a variação e a troca de pontos de vista são acontecimentos tão gnosiológicos quanto políticos: dependem do direito de agir e falar. Os pontos de vista são tanto mais trocados e tanto mais variam quanto mais os direitos de

tomar iniciativas e de conversar forem estendidos a agentes e interlocutores sem aceção de pessoas. No horizonte das ciências, isto implica tomar os sujeitos de pesquisa, estes atores mais ou menos ativos e mais ou menos passivos, como testemunhas e, nesta medida, como naturais e incomparáveis investigadores do fenômeno tematizado, nele implicados primeiro e mais longamente.

Parece indispensável supor para uma testemunha tanto quanto para o pesquisador a mesma dignidade comunicativa, todos iguais no direito de mover-se pelo fenômeno e dele falar diversamente. Buscaremos imaginarmo-nos uns no lugar dos outros, verificando e formulando o resultado desse intercâmbio. O apuro dessa imaginação vicária pede muitos deslocamentos do pesquisador para o mundo das testemunhas, o deslocamento mais profundo consistindo em entrar em comunidade de destino com as testemunhas; e pede, repetimos, confirmar ou trazer as testemunhas para a posição de investigadores.

Este comércio político não pretende tornar-nos, pesquisadores e testemunhas, equivalentes, mas é condição da passagem de todos nós para pontos de vista mais objetivos, uma condição de ciência. Nossas contribuições são diversas e nosso mútuo enriquecimento é feito da persistente diversidade que acompanha a hora em que finalmente nos tornamos amigos, hora que foi preparada por um cancelamento de desigualdade política ou começo de cancelamento, um cancelamento de dominação, outra coisa que um cancelamento de pluralidade.

Ecléa Bosi, em biografia sobre Simone Weil, anotou um episódio de infância: a menina ouviu de um tio-avô que os nobres italianos seriam gente simples. Imaginem que, numa recepção, um marquês dirigia-se à sua velha ama, tratando-a calorosamente por “tu”, de igual para igual. O tratamento por “tu”, como noutros idiomas, é fórmula de proximidade. A menina não hesitou retrucar com entusiasmo e esperança:

– E a velha ama, ela também tratava por “tu” o marquês?

A igualdade precisa ser decidida pelos dois lados, precisa supor o que se percebe pelo lado das amas.

Voltemos ao problema inicial, a saber: por que o adjetivo *social* para fenômenos psicológicos? Por que falamos em fenômenos *psicossociais*?

Hoje, há muitas maneiras de nos decidirmos sobre o objeto da psicologia. Seguem tenazes e válidas certas decisões, como: o comportamento; a ação; o trabalho; a aprendizagem; a sexualidade humana; os processos cognitivos (a percepção, a memória, a imaginação, o pensamento discursivo, a inteligência, a crença) ou os processos afetivo-cognitivos (os sentimentos; os desdobramentos corporais

e mentais da exposição aos signos, aos enigmas e aos rostos); a loucura; a solidão; a comunidade e a violência; a arte e a recepção da arte; a religião e a mística.

Em certa medida, nenhum desses apareceria por si mesmo como um objeto de psicologia social. Ou digamos positivamente: quaisquer deles podem contar como objetos de psicologia social, desde que tomados sob perspectivas que variem o bastante até alguma apresentação de sua constituição no tempo, constituição biográfica e histórica. A psicologia social reclama alguma forma narrativa na apresentação de seus objetos. Atingindo ou partindo de crônicas muito pessoais, reclama historicidade.

Esta metódica exigência de uma pluralidade de perspectivas até que alcancemos traços histórico-biográficos de manifestação do objeto leva a psicologia social a uma condição fronteiriça, ali onde atendemos, sem parar e imperfeitamente, a uma necessidade de diálogo com antropólogos, sociólogos, economistas, geógrafos, artistas, biólogos, engenheiros, físicos, químicos, médicos e historiadores. A lista de parceiros pode crescer indefinidamente.

Ciência de fronteira ou parceria. E serão imprescindíveis, como já apontamos na primeira parte do texto, os parceiros distinguidos por participação no fenômeno interrogado. É o que traz os psicólogos sociais para perto de testemunhas, depoentes, observadores e pensadores naturalmente implicados na trama e experiência do fenômeno. São cidadãos sobre os quais caiu um destino comum e que foi por eles questionado ou interpretado, neles encontrando, individualmente e também coletivamente, algum sentido, alguma pista de sentido e sempre a baliza de quais sejam os problemas e enigmas a enfrentar. Que sejam eles encontrados não como objetos de pesquisa, mas como indispensáveis interlocutores na interrogação de objetos. São interlocutores em quem a vivência assumiu ou pode assumir algum traço de vivência compartilhada ou experiência. Será pertinente, aqui, um argumento com força de exemplo: não existem, rigorosamente falando, os oprimidos; existem pessoas que carregam e interrogam a opressão, tendo todas e cada uma delas o que dizer.

Daí que em psicologia social seja amiúde encarecida a memória dos atores: o trabalho que realizam sobre lembranças, as lembranças mais solitárias e as lembranças mais ou menos coletivas (apoiadas por grupos de enraizamento, por lugares e objetos). Neste ponto, põem-se alguns temas: as lembranças desembaraçadas e o pensamento; as lembranças amarradas e os estereótipos; a memória sustentada por condições econômico-políticas da convivência urbana ou rural e a memória impedida por condições econômico-políticas da convivência urbana ou rural; as lembranças e os mundos, as lembranças e as ideologias.

A psicologia social propõe-se *eletivamente* uma tarefa. Uma tarefa que, como vimos, é exigida pela manifestação cada vez mais objetiva dos fenômenos: variar perspectivas e conversas até, suficientemente, tomar os fenômenos no tempo da duração

biográfica e da duração histórica, quando mais ganham revelação, tanto quanto alteridade. Eis uma tarefa que seria lamentável restringir a psicólogos sociais, o que a tornaria, afinal, impossível. Trata-se de uma tarefa que os psicólogos sociais, tantas vezes, recebem de outras escolas de psicologia, de outras ciências ou artes e da memória de cidadãos leigos. Trata-se de uma tarefa a fomentar em todo e qualquer exercício de psicologia, praticado ou não por profissionais. Uma tarefa que vale para a caracterização do psicólogo social, mas que não é exclusivamente sua.

Pois bem, a tarefa eletiva levou-nos, muitas vezes, a fazer notar dois tipos de fenômenos:

Há fenômenos cuja inteligibilidade não pode dispensar percepção histórica, ao preço de entrarem em distorção quando tomados sob perspectiva unilateral e sob aspecto abstrato. Há fatos que, tomados imediatamente, na redoma do indivíduo, fazem valer como acidente fortuito ou violência o que é salvamento, fazem valer como malicioso engodo de um velho o que é justiça sem sangue contra um inescrupuloso agiota.

Interpretações distorcidas tornam-se graves, sobretudo, quando vêm completar a desmoralização de pessoas. Certas atitudes ou ações pessoais e coletivas são tomadas sob ângulos que, isolados, vão isolar: roubando mundo e história, vão propô-las como coisas do indivíduo ou de seu grupo, facilmente rebaixando-as como doença, incapacidade ou crime. Coisa mórbida, coisa de néscios ou coisa imoral. Medicalismo, psicologismo e judicialismo dão-se as mãos e semeiam moralismo. Atitudes e ações, sob perspectiva alargada e mais objetiva, revelam coisa bem diferente de uma doença, uma tolice ou um crime. A distorção serve reiteradamente à justificação e exaltação da dominação e dos dominadores.

Houvesse tempo, trataria aqui, como exemplo, de dois problemas referidos à humilhação racial: de cidadãos e cidadãos negros brasileiros (o sentimento de que o golpe racista fosse dirigido à cor da pele e não à cor como signo de alguém visado como representante de um grupo subordinado; e o problema de uma expressão tão ambígua ou sobretudo equívoca: racismo interiorizado, uma ideia que precisa ser reexaminada clínica, política e teoricamente).

Há fenômenos que podemos destacar/assinalar como distintivamente humanos: porque só notados entre nós ou porque, entre nós, são notados em incomparável regime de complexidade e relevância (polarizam motivos e ações). Ocorre que estes fenômenos, indispensáveis para a conquista sem esforço do sentimento de dignidade humana e pessoal, têm em comum, além de contarem com capacidades semiológicas e capacidades éticas (o que haveremos de esclarecer), o fato de não poderem prescindir da companhia de outros humanos para que assumam suficiente realidade e sentido – ou seja, são fenômenos sociais em sentido muito radical (a sociabilidade e a pluralidade humana não se lhes põe como acréscimo secundário, mas como condição necessária, embora não suficiente).

Chegados a este ponto, que deveríamos entender pelo adjetivo *social* associado ao adjetivo *psicológico*? Que os objetos de investigação psicológica exigem, para sua mais segura proposição objetiva, que sejam provados segundo relações. Relações que variam no espaço e que variam no tempo, relações sentidas do lado do objeto e do lado do sujeito.

As relações se põem simultaneamente, podem ser tomadas num quadro simultâneo, aquilo que os linguistas designaram como quadro sincrônico, mas podem também ser tomadas diacronicamente, temporalmente, quando assumem uma mobilidade e uma abertura que fazem perceber algum jogo vivo em todo sistema e um jogo, afinal, capaz de modificação do sistema. As relações dão esquemas de inteligibilidade, esquemas que se tornam historicamente mais ou menos rígidos ou se mantêm vivos, ou seja, maleáveis e mutantes.

O esquema dá distâncias, a posição de elementos em relação aos outros, a simetria e a assimetria; dá o intercâmbio entre eles, a maior ou menor correspondência entre eles, e também os casos de equivalência ou reversibilidade entre eles. Um esquema melódico dá a distância de tons e semitons entre notas, dá também a correspondência entre notas e os casos de linhas melódicas comparáveis, paralelas ou iguais.

O intercâmbio entre elementos, sua correspondência, a comunicação dos elementos, sempre supera a sua esquematização. Os esquemas saem de intercâmbios vivos, muito mais do que servem para vir assinalá-los, abraçá-los e, às vezes, amarrá-los.

E toquemos finalmente numa espécie de impasse de psicologia social. A categoria relação tende a prevalecer sobre os termos do relacionamento, sobre os polos que afinal são representados pelos elementos ou unidades do relacionamento. Há quem decida, então, que relação é nome para o evento mais originário: o movimento primeiro indefinido de relacionamentos precederia a hora em que as relações se sedimentam tanto quanto os seus polos, os seus extremos, a figura dos elementos então percebidos como relacionados. Tudo se passaria como se a figuração dos elementos e sua configuração fossem contemporâneos: as figuras não seriam mais antigas que suas configurações, não seriam precedentes.

Os elementos, entretanto, tomados como perfeito resultado secundário, perfeito e secundário resultado de relação, tendem a ser tomados como evanescentes, como entes evanescentes e até mesmo como nada. Mas há quem tenha, na história contemporânea das ideias (penso em Lévinas), encontrado motivos para afirmação do rosto não como um *elemento*, mas, ainda assim, como um *ente vertical*, isto para apontá-lo aquém e além de sua *identidade*, aquém e além dos *valores horizontais* que assume por relacionamentos e que o identificam como elemento. O rosto como

um ente vertical, mas, ainda assim, outra coisa que nada: uma pessoa. A noção de pessoa representa um limite para a psicologia social, um limite que pode ser desmanchado ou adotado. Um limite que pode ser adotado contra um uso dissolvente e tirânico da noção de relação, talvez puramente especulativo.

O conceito de relação está entre os mais caros, urgentes e indispensáveis para uma psicologia social. Mas é possível não o tomar como um trator e reconhecê-lo em parceria com o conceito de pessoa e com conceitos aparentados ao conceito de pessoa. Isso, entretanto, deixamos para uma outra vez.

Referências

- Arnheim, R. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- Asch, S. E. *Psicologia social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- Bosi, E. Simone Weil: *A razão dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Bosi, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- Lévinas, E. *Humanisme de l'autre homme*. Paris: Fata Morgana, 1972.
- Merleau-Ponty, M. *A estrutura do comportamento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

A fractalidade da psicologia social

Mariana Prioli Cordeiro

O que é psicologia? O que é social? Ou, ainda, o que é psicologia social? Questões aparentemente simples de serem respondidas, mas que possuem uma infinidade de respostas possíveis. Afinal, há várias abordagens teóricas, métodos e práticas que se dizem psicossociais.

Apesar de admitirmos a existência de muitas vozes, poucas vezes nos prestamos a dialogar, a discutir, a contrapor nossas ideias com as daquelas(es) que fazem “outras” psicologias sociais. No geral, segmentamos aquilo que já é segmentado. Se a psicologia social é uma “parte” da psicologia, pegamos essa parte e a dividimos em várias partes menores: a psicologia social comunitária, a do trabalho, a das instituições, a construcionista, a psicanalítica, a cognitivista, a crítica, a das teorias das representações sociais... Cada uma com seus posicionamentos, com suas técnicas, com seus métodos. Cada uma “no seu quadrado”.

Ao longo da história, tivemos alguns “incidentes críticos” que romperam essas fronteiras e trouxeram à tona o debate sobre o que é psicologia social (CORDEIRO; LOPES, 2009). Isso aconteceu, por exemplo, no início dos anos 2000, quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) decidiu criar um título de especialista em psicologia social, definindo-a como a área da psicologia que “atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social” (Resolução 05/2003, p. 1-2).

De acordo com Esther Arantes (2005), a instituição desse título de especialista gerou debate não somente sobre os aspectos normativos e burocráticos do exercício da profissão, mas levantou uma série de questões, como: a psicologia social trata da discussão subjetiva dos fenômenos sociais, da dimensão social do subjetivo ou da aplicação e investigação da psicologia em uma perspectiva social?

Ela refere-se a um ramo da psicologia ou a um espaço de intersecção entre a psicologia e a sociologia?

Em 2005, a revista *Psicologia & sociedade*, editada pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), publicou um encarte especial dedicado justamente a discutir essas questões. Em um dos artigos dessa coletânea, o então presidente da ABRAPSO, Cornelis van Stralen, defende que a psicologia social constitui um campo de intersecção entre a psicologia e a sociologia e, portanto, sua prática profissional não coincide com a prática profissional da psicologia – o que, para o autor, faria com que as(os) profissionais da área não precisassem se sujeitar à ação reguladora do CFP. Em suas palavras, o reconhecimento da psicologia social como especialidade “aparentemente é resultado dos esforços do CFP para ampliar o campo profissional da psicologia” (STRALEN, 2005, p. 93).

Neuza Guareschi, presidente da ABRAPSO na gestão anterior a de van Stralen, também se posiciona contra o registro da especialidade em psicologia social, mas seu argumento é outro: em ofício encaminhado ao CFP (2002), ela afirma que a proposta de uma especialidade em psicologia social não é coerente com a finalidade e a composição da associação que presidiu, pois vai de encontro aos auspícios da luta pela compreensão de que toda psicologia é social. Nessa carta, afirma que a posição da diretoria da ABRAPSO é de não legitimar uma ação que venha depor ao contrário desta luta e, também, não contribuir para a formação de uma especialidade em psicologia social, correndo o risco de delimitar o compromisso ético-sócio-político que se quer para a prática de qualquer profissional como um fazer técnico somente dos profissionais especialistas nessa área (GUARESCHI, 2002, p. 2).

Ou seja, para a autora, a psicologia social não é uma especialidade, pois o adjetivo social refere-se ao compromisso, à reflexão crítica e ao engajamento político que toda(o) psicóloga(o) deve ter.

Heliana Conde Rodrigues (2005) parece concordar com a postura defendida por Guareschi (2002) e a complementa afirmando a importância de considerar a historicidade dessa (in)disciplina. Para a autora, a psicologia social não é o campo de intervenção capaz de substituir todos os outros por ser puro, bom ou belo, “mas o *campo de análise* a ser permanentemente reinventado, em todas as nossas práticas profissionais e acadêmicas, no intuito de impedir a ‘colagem’ entre o *que* temos feito (campo de intervenção) e o *como*, historicamente, o temos feito” (p. 86, grifos da autora). E nos lembra que, historicamente, temos invalidado os pobres ao afirmar que suas famílias são desestruturadas; temos incapacitado pessoas para a vida civil; temos atribuído carências a culturas não hegemônicas, temos feito prognósticos de periculosidade a partir de virtualidades biográficas racistas... Diante disso, Rodrigues (2005) sustenta que

em nada é inócuo o registro como especialidade de uma Psicologia Social: tal registro a desloca do plano da produção de uma multiplicidade de ações analítico-críticas para o de um produto a ser meramente registrado-consumido nos mercados profissionais e acadêmicos do mundo contemporâneo. Para tanto, fez-se necessário, inclusive, desconsiderar a história da Psicologia Social no Brasil, ao afirmar ser o novo especialista aquele que “promove a problematização e construção de proposições que qualificam o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social”. Arrogando-se o começo de tudo, a Psicologia Social tornada especialidade se faz, portanto, um novo produtor de esquecimento-desconhecimento (p. 86-87).

Não é meu objetivo, aqui, defender nem criticar a criação do título de especialista em psicologia social, mas usar o debate que ele suscitou para ilustrar a diversidade de definições, objetos e projetos políticos que fazem parte desse vasto campo que convencionamos chamar de “psicossocial”. Esses pequenos trechos de artigos e documentos oficiais nos permitem dizer que há uma psicologia social que é uma especialidade da psicologia, enquanto outra encontra-se em um espaço de interseção da psicologia com a sociologia; em uma, o adjetivo *social* enfatiza o compromisso político que toda(o) psicóloga(o) deve ter; em outra, ele faz referência a práticas normalizadoras e opressoras; uma se define a partir do foco na relação indivíduo e sociedade, enquanto a outra se propõe a ser um campo de análise continuamente reinventado.

Cada uma dessas definições poderia ser usada para falar de um conjunto de controvérsias sobre o que é a psicologia social, complexificando ainda mais a questão e tornando ainda mais difícil definir o que queremos dizer quando usamos essas duas palavras conjugadas. Tomemos como exemplo a definição de van Stralen (2005): psicologia social é a área de interseção entre a psicologia e a sociologia, ou seja, é a área que articula aspectos estruturais e aspectos subjetivos, integra explicações psicológicas e sociológicas, coloca o hífen entre o psíquico e o social. Muitas(os) autoras(es) concordam com essa postura, mas outras(os) tantas(os) defendem que temos de desfazer dicotomias como indivíduo-sociedade ou conhecimento-realidade, e nesse sentido não faria sentido colocar hifens. Há ainda aquelas(es) que enfocam somente um lado dessa dicotomia: priorizam questões individuais ou aspectos sociais; produção de conhecimento ou a “realidade em si”.

É importante destacar que considero que essas não são diferentes perspectivas de um mesmo objeto, mas são diferentes objetos, são diferentes psicologias sociais. Em outras palavras, considero que a psicologia social não é um objeto singular e definido, que pode ser olhado, interpretado e analisado de diversos ângulos e perspectivas, mas algo que pode ser feito, construído e performado de maneiras diferentes. É, portanto, um objeto múltiplo.

Mas é importante ressaltar que, embasada nas reflexões de Annemarie Mol (2002), entendo a noção de multiplicidade não como sinônima de diversidade. Quando falamos que há várias psicologias sociais, estamos falando de diversidade. Já quando falamos que a psicologia social é múltipla, estamos falando que ela é mais do que uma e, ao mesmo tempo, menos do que muitas. Ela é diversa e, ao mesmo tempo, singular. Ela é como o objeto fractal da matemática, é algo que está entre o zero e o um (CORDEIRO, 2012; CORDEIRO; SPINK, 2014).

Podemos, assim, pensar a psicologia social como um arquipélago que tem várias ilhas, mas estas não estão totalmente separadas – afinal, podemos construir pontes entre elas, podemos pegar um barco e viajar de uma ilha a outra... dependendo da distância – e de nosso fôlego –, podemos até nadar de uma ilha a outra. Mas essas relações, *links* e associações não estão dados de antemão. Eles precisam ser feitos, precisam ser performados. Neste capítulo, falo justamente disso, de como é que co(ordenamos) as várias versões da psicologia social, que pontes criamos, que meios encontramos para fazer com que ela seja não só mais do que uma, mas, também, menos do que muitas.

É importante destacar que essas reflexões foram fortemente influenciadas pelas obras de autores e autoras da Teoria Ator-Rede (TAR), como a própria Annemarie Mol (1999, 2002, 2008), John Law (1999, 2008) e Bruno Latour (2005, 2012). Apesar do nome, a TAR não é propriamente uma teoria, é mais um agrupamento de formas de fazer pesquisa que têm algumas características comuns, entre elas a defesa do princípio da simetria generalizada. Este princípio propõe que desfaçamos dicotomias como indivíduo-sociedade, humano-não humano, micro-macro etc. – o que não significa dizer que dicotomias não existam, mas que elas são efeitos, são produtos de nossas práticas. E a concepção de sociedade da TAR também difere da concepção hegemônica, mais próxima da obra de Durkheim (1974 [1895]). Latour (2012), fortemente influenciado pelas reflexões de Gabriel Tarde (2007 [1895]), propõe que pensemos sociedade não como um domínio da realidade capaz de determinar nossas ações, mas como um princípio de conexões, um movimento, uma transformação, um efeito da associação entre uma série de elementos heterogêneos.

Para me fazer mais clara, acho que é importante dar, aqui, um exemplo. Algumas correntes da psicologia social fazem uso da noção de contexto social para explicar comportamentos – muitas vezes, aproximando essa noção da de fato social. Dizem que um jovem cometeu um ato infracional por conta do contexto de miséria e violência em que está inserido. Mas, para os autores e autoras da TAR, não existe um domínio da realidade pronto e acabado chamado “contexto”, algo que está lá fora, como se estivesse em outra dimensão, com poder suficiente para determinar nossas ações (LATOURE, 2012). Mas isso, obviamente, não significa dizer que nossas ações sejam totalmente autônomas. A TAR parte do pressuposto

de que não existe um domínio da realidade chamado contexto, mas existem atores que nos fazem fazer coisas: o olho roxo da mãe, a escola, a rua, os amigos, a fome, as drogas, o tênis Nike de R\$ 800, a necessidade de ter o tênis Nike para ser reconhecido socialmente, o traficante... todos esses elementos são considerados parte da rede de relações desse jovem, ou seja, essas materialidades e pessoalidades afetariam o jovem ao mesmo tempo em que seriam afetadas por ele. O que convencionamos chamar de “contexto”, portanto, não estaria lá fora, mas estaria aqui, nas relações que esse jovem estabelece, seria um efeito da associação entre todos esses elementos heterogêneos (CORDEIRO, 2010).

Sendo assim, nessa forma de pensar, não falaríamos da necessidade de colocar o hífen entre indivíduo e sociedade ou entre o psíquico e o social, pois o hífen é usado para unir coisas que, por princípio, estão separadas. Se desfazemos essas dicotomias e se pensamos sociedade como um efeito da associação entre elementos heterogêneos – incluindo aí os indivíduos, com seus sentimentos, emoções, relações etc. –, não temos o que unir. O adjetivo *psicossocial* serviria, aqui, mais para enfatizar essa inseparabilidade do que para unir coisas separadas.

Feito esse esclarecimento, vamos ao tema central deste capítulo: as estratégias de (co)ordenação das diferentes versões de psicologia social.

3.1 Uso de uma definição singularizante

Uma das formas de lidar com a diversidade de psicologias sociais é abordar essa área do conhecimento como se houvesse apenas uma maneira de ela existir, omitindo suas controvérsias, problematizações e condições de produção. É dizer, por exemplo, a “psicologia social é isto e ponto final”. Esta é, sem dúvida, a estratégia mais utilizada em manuais e livros introdutórios da área (CORDEIRO, 2012). Talvez isso ocorra porque ainda somos influenciadas(os) por uma forma de pensar ciência que desconsidera ontologias múltiplas, que busca verdades generalizáveis, que se agarra a certezas provisórias e localizadas. E mesmo em nossas conversas cotidianas, dificilmente relativizamos nossas afirmações. Se alguém nos pergunta “que dia é hoje?”, prontamente respondemos que é dia X do mês Y – pouco provavelmente encontraremos uma pessoa que diga que há várias respostas possíveis a esta simples pergunta, pois há o calendário gregoriano, o chinês, o lunar, o maia, o asteca...

Mas voltando aos livros introdutórios, vamos a um exemplo. No livro *O que é Psicologia Social*, Silvia Lane (2006 [1981]) define essa área do conhecimento como aquela que

estuda a relação entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobre-

vivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade. Porém, a história não é estática nem imutável... *E a grande preocupação atual da Psicologia Social é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não apenas como ele é determinado, mas, principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive (p. 10, grifos nossos).*

Lane (2006 [1981]) não diz que há várias formas de definir esa área do conhecimento e que ela o define “de uma maneira X”, mas diz simplesmente que a psicologia social é aquela que estuda a relação entre o indivíduo e a sociedade e que se preocupa em conhecer como o “homem” se torna agente da história. Ao definir psicologia social dessa maneira, a autora não só omite que, como já vimos, há psicólogas(os) sociais que se posicionam contrárias(os) à dicotomia indivíduo-sociedade, como também desconsidera que outras(os) tantas(os) não buscam entender como o “homem” se torna agente da história, mas que objetivam compreender o presente ou antecipar o futuro (OLIVEIRA, 2008; SOUZA, 2005).

Podemos dizer que textos que fazem uso desse modo de (co)ordenação criam singularidade “apagando”, “camuflando” ou desconsiderando a existência de diferentes versões dessa área do conhecimento. No entanto, de acordo com Law (2008), há maneiras de lidar com a diversidade sem criar objetos singulares; aquilo que Mol (2002) chamou de “distribuição” é um exemplo disso.

3.2 Distribuição

Na distribuição, a ideia central é que diferentes versões de um objeto podem coexistir “pacificamente”, desde que não tentem ocupar o mesmo lugar no tempo e no espaço (MOL, 2002). Dizemos, por exemplo, que nas escolas a psicologia social busca evidenciar a estrutura concreta e simbólica dos conflitos escolares (ALVES; SILVA, 2006); que nas instituições de saúde a psicologia social visa compreender processos de saúde e doença, o funcionamento dos serviços, bem como os mecanismos de promoção e proteção da saúde (VAN STRALEN, 2007); enquanto que nas comunidades a psicologia social preocupa-se em desenvolver a consciência de suas(seus) moradoras(es) como sujeitos históricos e comunitários (GÓIS, 1993). A despeito de possuírem diferentes objetivos e métodos, essas psicologias sociais não entram em conflito. Afinal, cada uma acontece em um ambiente determinado: uma ocorre em escolas, outra, em instituições de saúde e a terceira, em comunidades.

Outra forma de evitar o “choque” entre diferentes psicologias sociais é distribuí-las geograficamente e dizer, por exemplo, que na Europa a psicologia social é de um modo, enquanto que nos Estados Unidos ela é de outro. Ou, ainda,

distribuí-las temporalmente, dizendo que antes da crise da década de 1970 a psicologia social era positivista e depois da crise passou a ser comprometida com a transformação social. Ou distribuí-las de acordo com sua origem e seu objeto de estudo, separando-as em psicologia social psicológica e psicologia social sociológica.

Muitas vezes, essas psicologias sociais recebem nomes distintos: a psicologia social “pré-crise”, por exemplo, é conhecida como “experimentalista” ou “positivista”, enquanto que a “pós-crise” é “crítica” (CORDEIRO, 2013). O trabalho em comunidades frequentemente é chamado de “psicologia comunitária” ou “psicologia social comunitária”, enquanto que o que ocorre em instituições seria parte da “psicologia institucional”, da “psicologia escolar” ou da “psicologia do trabalho”. No entanto, quando as(os) profissionais que atuam nesses diferentes lugares ou momentos históricos dialogam, usam um nome comum: psicologia social. Nos encontros da ABRAPSO, por exemplo, participam profissionais e pesquisadoras(es) que atuam em diversos lugares, leem diferentes autoras(es), estudam temáticas distintas e militam por causas específicas. Mas durante os encontros da associação, todas(os) – ou pelo menos quase todas(os) – são psicólogas(os) sociais. O rótulo “psicologia social” funciona, portanto, como um mediador, como uma espécie de ponte que liga as diferentes versões dessa área do conhecimento.

Outro mediador que muitas vezes impede que distribuições acabem por fragmentar a psicologia social em uma série de objetos não relacionados é o discurso sobre a necessidade de promover transformações sociais. O CFP, por exemplo, afirma que a psicologia social “atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, *sob diferentes enfoques* teóricos e metodológicos, *com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social*” (Resolução 05/03, p. 1, grifos nossos). Ou seja, para o CFP, a despeito de estarem distribuídas em diferentes correntes teórico-metodológicas e campos de atuação, as diferentes psicologias sociais estão conectadas por um objetivo comum: problematizar e propor ações sociais.

Em outros textos, psicologias sociais distintas não se unem por uma preocupação política comum, mas pelo fato de se referirem às relações dinâmicas entre o indivíduo e a sociedade, ou, ainda, pelo fato de serem capazes de compreender o ser humano como sujeito da cultura (CORDEIRO, 2012; CORDEIRO; SPINK, 2014).

3.3 Adição

Assim como os objetos podem ser distribuídos, eles podem, também, ser re-combinados para formar entidades compostas. Mol (2002) chama esse mecanismo de (co)ordenação de “adição”. Frequentemente, documentos oficiais e textos introdutórios definem psicologia social somando uma série de práticas e objetos. A Resolução 05/03 do CFP, por exemplo, afirma que

o psicólogo nesse campo desenvolve atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da Saúde, Educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social. Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas. Realiza estudo, pesquisa e supervisão sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualifiquem o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social (p. 2).

Assim, de acordo com essa resolução, o(a) psicólogo(a) social faz pesquisa e propõe políticas públicas; trabalha com movimentos sociais e com a comunidade em geral; intervém nos âmbitos da saúde e da educação; atua nos mundos do trabalho e da justiça; lida com questões referentes ao meio ambiente e à comunicação social... essas diferentes práticas e locais de atuação são alinhados e somados de maneira que passam a referir-se a um objeto único: a psicologia social.

É importante ressaltar que a coordenação para a singularidade não depende da possibilidade de se referir a um objeto preexistente, mas ela é uma tarefa. Desse modo, não existe uma psicologia social que pode ser pensada a partir de diferentes perspectivas que, ao serem devidamente identificadas e somadas, podem nos dizer o que essa área do conhecimento de fato é. O processo é inverso: ao definir a psicologia social desta maneira, o CFP soma e subtrai uma série de práticas e, como resultado, cria uma psicologia social singular.

Além de singular, essa psicologia social é composta. Ou seja, é uma unidade formada por uma série de elementos agrupados. É como um trabalho de *patchwork*, no qual tecidos com diferentes texturas, cores e padrões são cortados, alinhavados e costurados, formando um todo. No entanto, esse todo não é igual à soma de suas partes – afinal, uma colcha de *patchwork* não é um mero agrupamento de retalhos, mas algo que cobre camas, decora quartos, evoca lembranças, aquece corpos... Do mesmo modo, a psicologia social performada pelo CFP também não se reduz à soma das atividades descritas na Resolução 005/2003. Ela provoca debates, estabelece normas, define quem pode e quem não pode receber o título de especialista na área, influencia políticas educacionais, embasa concursos públicos etc. (CORDEIRO, 2012; CORDEIRO; SPINK, 2014)

3.4 Inclusão mútua

Podemos dizer que, ao definir as especialidades da psicologia, o CFP cria uma identidade para cada “tipo” de profissional: o(a) especialista em psicologia social seria aquele(a) que estuda a relação indivíduo-sociedade, propõe políticas públicas e intervém na área social; enquanto que o(a) especialista em trânsito desenvolveria pesquisas e interviria “no campo dos processos psicológicos, psicossociais e psicofísicos relacionados aos problemas de trânsito” (Resolução 14/00, p. 19); e o(a) especialista em psicologia jurídica atuaria no âmbito da justiça, “centrando sua atuação na orientação do dado psicológico... para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial, além de contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis” (p. 19).

No entanto, como não há um eu definido e estável, que está sempre em oposição ao mundo exterior (KONDO, 1990), considero que não faz sentido tentarmos delimitar a identidade da(o) psicóloga(o) social ou discutirmos em que medida ela se diferencia da de profissionais de outras áreas ou subáreas do conhecimento. Segundo Dorinne Kondo (1990), as questões que devemos colocar-nos são outras: de que modo e em que situações os eus (no plural) são construídos? Como essas construções podem ser complexificadas e alentadas pela multiplicidade e ambiguidade? E como elas moldam e são moldadas por relações de poder?

Assim como a oposição binária entre o eu e o outro, a delimitação de fronteiras entre diferentes áreas do conhecimento também não nos permite contemplar a complexidade da psicologia social. De acordo com Annemarie Mol (2002),

as maneiras ocidentais dominantes de cingir [*framing*] o que pertence e o que não pertence, o que é de espécie similar e o que é de categoria diferente, são de caráter regional. Elas agrupam o que é de tipo semelhante e imaginam, ou criam, uma fronteira ao redor. O que é diferente é também pertencente a outro lugar (p. 135, tradução livre).

Mas o estabelecimento desses limites nem sempre é fácil. Não é fácil, por exemplo, dizer onde começa e onde termina a psicologia, a sociologia e a psicologia social, pois as fronteiras entre essas três disciplinas (e outras tantas) frequentemente são borradas. Alguns(as) pesquisadores(as) da área – como, por exemplo, Arthur Ramos (2003 [1936]) e Cornelis van Stralen (2005) – argumentariam que essa dificuldade resulta do fato de a última estar situada na intersecção das duas primeiras – de ser, portanto, um “objeto fronteiro”. Mas se observamos as práticas que fazem a psicologia social existir, percebemos que elas não estão circunscritas a uma única região, mas envolvem elementos e associações “pertencentes” a diversos lugares, campos do conhecimento e instituições. Percebemos, portanto,

que essa disciplina não corresponde ao espaço intermediário do diagrama que algumas vezes utilizamos para representá-la (Figura 3.1), mas envolve um emaranhado de materiais heterogêneos, justapostos, unidos e transformados pelas relações que estabelecem.

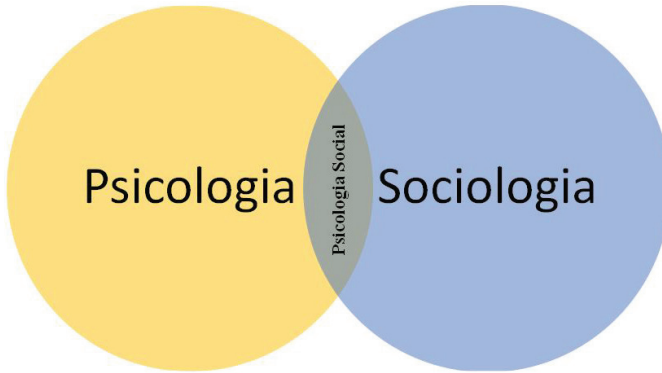


Figura 3.1 Representação gráfica da psicologia social como objeto fronteiroço.

Fonte: Cordeiro (2012).

Além de forçar uma localização e delimitação “geográfica”, falar em “fronteiras” restringe nossas possibilidades de abordar as diferenças internas a cada “região”. Afinal, essa metáfora destaca apenas os pontos de divergência entre os diferentes lados da divisa. “Aqui ou ali, cada lugar é localizado em um lado de uma fronteira. É assim que um ‘dentro’ e um ‘fora’ são criados. O que é parecido está perto. O que é diferente está em outro lugar” (MOL; LAW, 1994, p. 647, tradução livre).

No entanto, “dentro” da psicologia social também há diferenças. Mas, se para pertencer à mesma “região” é preciso ser “igual”, como estabelecer os limites dessa disciplina? Será que podemos falar, aqui, em limites? Como, então, pensar a relação da psicologia social com outras áreas do conhecimento? Ela inclui explicações psicológicas ou está incluída na psicologia? Se assumíssemos a definição de van Stralen (2005), tenderíamos a escolher a primeira opção: a psicologia social “não se restringe ao campo da Psicologia” (p. 93), ela é um todo, e uma de suas partes é formada por conhecimentos psicológicos. Mas se assumíssemos a postura do CFP, diríamos o contrário: a psicologia é um todo e uma de suas partes (ou especialidades) é a psicologia social (Resolução 05/03).

Eu procuro não seguir nenhum desses caminhos. Procuro pensar que um objeto pode incluir e, ao mesmo tempo, estar incluído em outro. Ou seja, penso as áreas do conhecimento de uma forma intransitiva: não como uma *matryoshka*, na qual as bonecas maiores incluem as menores (Figura 3.2), mas, usando a metáfora proposta por Michel Serres (1994), como bolsas maleáveis que podem

incluir-se mutuamente – como, por exemplo, aquelas sacolas de compras reutilizáveis (ou *ecobags*), que possuem saquinhos acoplados para guardá-las (Figura 3.3). Quando vamos ao supermercado, dobramos a sacola e a colocamos dentro do bolsinho, mas quando precisamos utilizá-la, retiramo-la e guardamos o bolsinho dentro da sacola.

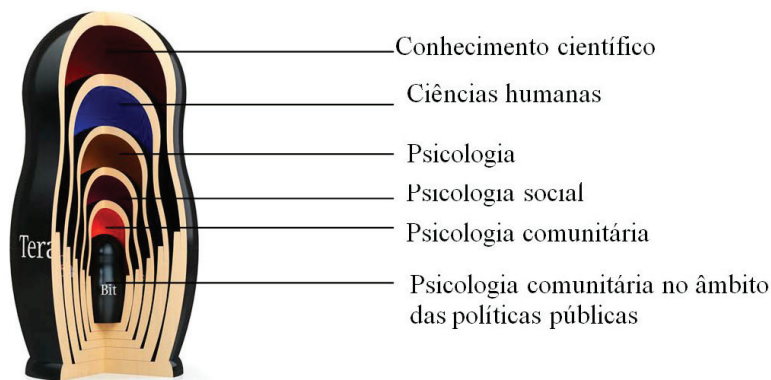


Figura 3.2 Forma transitiva de performar as áreas do conhecimento.

Fonte: Cordeiro (2012).

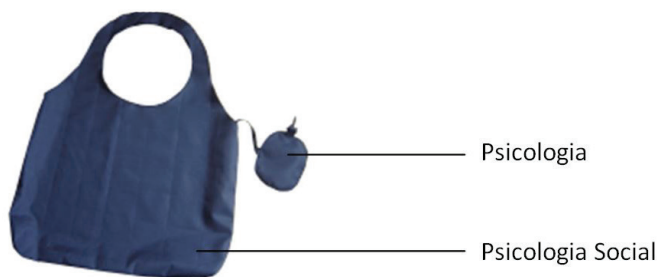


Figura 3.3 Forma intransitiva de performar as áreas do conhecimento.

Fonte: Cordeiro (2012).

Assumir essa postura evita, entre outras coisas, problemas na hora de definir o “tamanho” das áreas, subáreas e especialidades. Afinal, o que é maior: a psicologia social ou a psicologia comunitária? Intervenção psicossocial ou clínica psicanalítica? Provavelmente, muitos(as) pesquisadores(as) se deparam com essa dificuldade ao preencherem formulários ou cadastrarem seus currículos na plataforma Lattes – tanto que, nessa plataforma, o escalonamento dos campos do saber não é padronizado. Algumas(uns) pesquisadoras(es) colocam, por

exemplo, a psicologia comunitária como uma subárea da psicologia, outras(os) a colocam como uma especialidade da subárea psicologia social (CORDEIRO; SPINK, 2011).

Dizer que disciplinas acadêmicas incluem-se mutuamente nos remete à discussão sobre “transdisciplinaridade” – sendo esta entendida não como a simples ação de conectar áreas afins ou buscar enriquecer uma disciplina com contribuições oriundas de outras disciplinas, mas como a supressão de fronteiras entre diferentes ciências (IÑIGUEZ-RUEDA, 2003). Quando não mais buscamos traçar fronteiras, complexificamos a realidade. Permitimos que um método, uma teoria ou um objeto de estudo estabeleça diferentes relações, pertença a diferentes campos disciplinares, seja “topologicamente” múltiplo.

Referências

- ALLPORT, G. W. The historical background of modern social psychology. In: LINDZEY, G. (Ed.). *Handbook of social psychology*. Reading: Addison-Wesley, 1954. p. 3-56.
- ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- ALVES, C. P.; SILVA, A. C. B. Psicologia escolar e psicologia social: articulações que encontram o sujeito histórico no contexto escolar. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 23, p. 189-200, 2006.
- ARANTES, E. M. M. A psicologia social como especialidade: um debate que continua. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 81-82, 2005.
- ARENDETT, R. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a psicologia social. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 8, n. 1, p. 5-13, 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista. Resolução n. 05/03, 14 de junho de 2003. Brasília – DF. Disponível em: <http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2003_5.pdf> Acesso em: 13 de mar. 2009.
- _____. Institui o título profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Resolução n. 014/00, 20 de

dezembro de 2000. Brasília – DF. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2000_14.pdf> Acesso em 13 dez. 2015.

CORDEIRO, M. P. Psicologias sociais cientificista e crítica: um debate que continua. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 716-729, 2013.

_____. *Psicologia social no Brasil: multiplicidade, performatividade e controvérsias*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

_____. Psicologia social ou psicologia das associações? A perspectiva latouriana de sociedade. *Psico*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 303-309, 2010.

CORDEIRO, M. P.; LOPES, F. T. P. Psicologia social ou psicologias sociais: uma análise dos repertórios interpretativos que dão sentido a este campo profissional. In: ABRAPSO. *Anais, XV encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social*. Maceió, AL: Universidade Federal do Alagoas, 2009.

CORDEIRO, M. P.; SPINK, M. J. P. A multiplicidade da psicologia social brasileira. *Athenea Digital*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 289-300, 2014.

_____. A psicologia social brasileira nos currículos de professores de pós-graduação da área. In: *Memórias, XXXIII Congresso Interamericano de Psicologia*. Medellín: Sociedad Interamericana de Psicologia, 2011.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974. Trabalho original publicado em 1895.

ESCÓSSIA, L; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

FARR, R. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GÓIS, C. W. L. *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza: Edições UFC, 1993.

GUARESCHI, N. M. F. [carta] 6 jun. 2002, Porto Alegre [para] FURTADO, O., Brasília. 2f. Resposta à solicitação do Conselho Federal de Psicologia para que a ABRAPSO se posicione frente à criação da Especialidade em Psicologia Social.

- IÑIGUEZ-RUEDA, L. La psicología social como crítica: continuismo, estabilidad y efervescencias tres décadas después de la crisis. *Revista Interamericana de Psicología*, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 221-238, 2003.
- KONDO, D. *Crafting selves: Power, gender, and discourses of identity in a Japanese workplace*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- LANE, S. T. M. *O que é psicologia social*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. Trabalho original publicado em 1981.
- LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; Baruru: Edusc, 2012.
- _____. On recalling ANT. In: HASSARD, J.; LAW, J. (Ed.). *Actor Network Theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 15-25.
- LAW, J. *After method: mess in social science research*. New York: Routledge, 2008.
- _____. After ANT: complexity, naming and topology. In: HASSARD, J.; LAW, J. (Ed.). *Actor Network Theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999. p. 1-14.
- LAW, J.; URRY, J. Enacting the social. *Economy and society*, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 390-410, 2004.
- MOL, A. *The logic of care: health and the problem of patient choice*. London: Routledge, 2008.
- _____. *The body multiple: ontology in medical practice*. London: Duke University Press, 2002.
- _____. Ontological politics: a word and some questions. In: HASSARD, J.; LAW, J. (Ed.). *Actor Network Theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999. p. 74-89.
- MOL, A.; LAW, J. Regions, networks and fluids: anemia and social topology. *Social Studies of Science*, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 641-671, 1994.
- OLIVEIRA, C. S. Os devires da cidade pandemônio. In: GUARESCHI, N. (Org.). *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 131-142.

RAMOS, A. *Introdução à Psicologia social*. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. Trabalho original publicado em 1936.

RODRIGUES, H. B. C. A psicologia social como especialidade: paradoxos do mundo psi. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 17-28, 2005.

SERRES, M. *Atlas*. Paris: Julliard, 1994.

SOUZA, L. C. G. *O ensino da psicologia social e suas representações: o saber em formação e a formação do saber*. 2005. 180f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 63-92.

TARDE, G. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. Trabalho original publicado em 1895.

VAN STRALEN, C. J. Psicologia social e saúde coletiva. In: MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. (Org.). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 271-291.

_____. Psicologia social: uma especialidade da psicologia? *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 17-28, 2005.

Psico-social ou psicossocial? A questão do hífen e do bio-psico-social, ou da questão ortográfica à epistemologia

Zélia Ramozzi-Chiarottino

Os organizadores desse simpósio sobre o hífen estão de parabéns. O tema, aparentemente, é linguístico; contudo, para o departamento de psicologia social, abriga, em nossa opinião, questões complexas que envolvem epistemologia e, inclusive, a Lógica.

Refletindo sobre a questão do hífen, pensamos que psico-social indicaria uma pertença simultânea a dois conjuntos (usando a linguagem da Lógica) – no caso, psicologia e sociologia. O psico-social seria aquela conhecida intersecção entre os dois conjuntos que preserva em ambos um universo apenas a ele específico: psicologia de um lado, sociologia de outro. Ao contrário disso, psicossocial, sem o hífen, a nosso ver, refere-se apenas à própria intersecção dos dois conjuntos, sem a indicação de campo específico, seja à psicologia, seja à sociologia; menos eloquente, portanto.

Como para nós o importante é, justamente, entender que a construção da psique só pode acontecer nas trocas com o social, parece-nos que o hífen é mais revelador, mesmo porque, ainda para nós, o “bio”, precede sempre o psico-social. Não concebemos a psique sem o organismo, ou seja, pairando no “éter”... Aprendemos, assim, com os gestaltistas e depois com Jean-Piaget (ele mesmo, em pessoa), que “no princípio era cérebro” e, a partir daí, há a construção do ser humano, bio-psico-social, na intersecção, portanto, da biologia, psicologia e sociologia.

Trabalhamos toda uma vida com reeducação, com reabilitação psico-social, tendo sempre que partir dos exames neurológicos para saber que técnicas e que estratégias usarmos para inserir a criança, às vezes, até na própria família (muitas vezes, o sinal de que isso estava a acontecer era o de que, ao perceberem melhoras significativas no comportamento das crianças, as mães – sempre de baixa renda – começavam a vesti-las melhor...). É preciso que se diga que nossos procedimentos foram muito bem-sucedidos e aplicados a vários casos diferentes: disfasia evo-

lutiva, surdez profunda, ausência da construção das noções espaço-temporais e causais (quase sempre confundida com retardo mental antes dos exames neurológicos e de nossas provas criadas especificamente para identificar essas ausências).

Nossas pesquisas sempre tiveram dois objetivos, o primeiro, psico-social, o outro, epistemológico: de um lado, inserir os “participantes” na vida social, tornando-os capazes de estabelecer trocas materiais e simbólicas com o seu meio-ambiente; de outro lado, essas pesquisas constituíam-se numa forma de procurar *falsear* o modelo de Jean Piaget, de acordo com os princípios popperianos. Nossos dados sempre corroboraram a teoria da *evolução epigenética* do biólogo e epistemólogo suíço e, conseqüentemente, sua teoria do conhecimento. Evidentemente, nosso trabalho realizou-se no âmbito da *ontogênese epigenética* e apenas com seres humanos. Transcreveremos, a seguir, a título de exemplo da natureza de nossos trabalhos, assim como da pertinência, a nosso ver, da compreensão do campo psico-social como indicativo da união dos campos da psicologia, da sociologia e da biologia, nossos comentários a uma pesquisa recentemente submetida à nossa avaliação.

Em dezembro de 2015, fomos convidadas para compor uma banca de doutorado na Université de Lyon2 (França), exatamente sobre reeducação e inspirada na teoria de Jean Piaget.

O tema da tese foi *L'intervention reméditative en vue de l'insertion professionnelle des déficients intellectuels*, ou seja, uma reeducação que visa à inserção profissional de deficientes intelectuais.

Ao ter como ponto de partida a teoria de Jean Piaget, essa tese, defendida por Adriana Marquer-Oliveira e dirigida pelo Professeur Émérite Jean-Marie Besse, inseriu-se perfeitamente nos trabalhos de nosso Laboratório de Epistemologia Genética, fundado em 1968, ainda no âmbito da Cadeira de Psicologia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e que, quando nos transferimos definitivamente para Psicologia, com a fundação do Instituto de Psicologia, em 1970, passou a incluir em seu nome “e reabilitação psico-social”. Assim, acolheria nossas pesquisas bio-psico-sociais, além de epistemológicas e sempre devedoras da filosofia das ciências.

O tema do trabalho de *madame* Marquer é absolutamente relevante do ponto de vista psico-social: *a inserção de deficientes intelectuais no mercado de trabalho*.

Nos objetivos da tese, a doutoranda escreve que seu estudo, sua pesquisa, teve como objetivo não somente o desenvolvimento e a construção das estruturas cognitivas dessa população, mas também o aprimoramento e a generalização de *competências*, a fim de facilitar a inserção profissional.

No método é explicada a organização da pesquisa, o plano seguido e a escolha dos sujeitos: vinte adultos trabalhando numa instituição para deficientes intelectuais, em Lyon. O objetivo do trabalho foi inseri-los no trabalho para pessoas, digamos assim, normais e com elas competir.

O plano foi o de, inicialmente, avaliar o QI, as competências e os resultados obtidos em algumas “provas piagetianas” pelos participantes da pesquisa, para, posteriormente, iniciar o trabalho de preparação para a inserção no trabalho por intermédio das técnicas de remediação criadas por Jean-Marie Dolle. As *competências* (nesse contexto) certamente disseram respeito a múltiplas capacidades no sentido de “ser capaz de realizar”, além daquelas cognitivas que conduziriam ao compreender as situações.

A avaliação inicial (pré-teste) foi realizada com o WISC III e com algumas provas piagetianas (conservação da substância, classificação e seriação). Em seguida, o grupo experimental (dez sujeitos) participou de uma “intervenção remediativa” durante trinta sessões. Os vinte sujeitos passaram pelo pós-teste. Os resultados foram discutidos no final: o grupo experimental melhorou suas *competências*, mas quanto ao aspecto cognitivo/operatório não houve progressos. Diga-se que as atividades previstas para a remediação foram muito bem realizadas. Nossa afirmação baseia-se na leitura de quinhentas páginas de protocolos.

Para nós, os resultados foram os esperados, pois sempre nos pareceu que a remediação (reeducação) visando progressos cognitivos/operatórios implicaria anos de trabalho, e não meses; assim foi sempre com nosso tipo de reeducação e com a “remediação” criada por Dolle.

Tendo participado durante anos (1972-1980) de aulas e de seminários ministrados pelo próprio Jean Piaget na Universidade de Genebra sobre a ontogênese do ser humano enquanto fenômeno epigenético (posição dos biólogos J. Piaget e C. H. Waddington, pois ambos demonstram, no processo de construção do indivíduo, não a pré-formação genotípica, mas a importância das trocas estabelecidas com o meio); a partir daí, idealizamos, no âmbito de nosso laboratório, uma pesquisa que durou trinta anos, tendo gerado mais de cinquenta teses de doutorado e mestrado: *O elo perdido na ontogênese humana*. Realizamos estudos de caso visando modificações endógenas a partir de *pressões exógenas intencionais exercidas pelo meio* sobre o fenótipo de crianças alijadas da interação social, já com diagnóstico médico: ou de afasia, ou de disfasia evolutiva, com retardo mental aparente (sem lesões cerebrais) ou com traços psicóticos severos.

Nossa hipótese partiu da conjectura de que tais diagnósticos (que não indicavam nenhuma pré-formação patológica) poderiam ter sido determinados pela ausência, no comportamento da criança, da construção das relações espaço-temporais e causais em suas trocas com o meio. *Em nossa formação, aprendemos que sem as noções de espaço, tempo e causalidade, o real e a experiência vivida não se organizam e nem podem chegar à consciência para que uma linguagem natural seja construída.*

A nossa pergunta foi: em algum momento da ontogênese ter-se-iam perdido um ou mais elos do processo embriológico bio-psico-social, cujas perdas

teriam impedido as citadas construções e determinado, assim, a exclusão social dessas crianças?

Criamos, então, técnicas inéditas para identificação desses “elos perdidos” no processo ontogenético, e, a partir daí, criamos também estratégias específicas para cada caso, visando a construção das noções espaço-temporais e causais que, uma vez adquiridas (em média, depois de dois anos de trabalho com cada sujeito), permitiram-lhes a construção do real e a aquisição da linguagem. A hipótese inicial e as pesquisas também iniciais foram publicadas na França, em 1989. Depois disso, nossas estratégias chegaram a ser reaplicadas no Hôpital Saint-Jean de Dieu, em Lyon, hospital de psiquiatria infantil, com a mesma intenção: fazer com que crianças vitimizadas pelo comportamento dissocial se reorganizassem por intermédio da aquisição das noções espaço-temporais e causais.

Lendo a tese de Adriana Marquer, imediatamente observamos que, apesar de esta conter a história e longas descrições das atuais concepções de *deficiência intelectual*, não havia aí um *conceito* desta deficiência. A preocupação das organizações (inclusive da Organização Mundial da Saúde) de não “discriminar” socialmente as crianças organicamente prejudicadas termina por misturar os problemas neurológicos, psicológicos, sociais, linguísticos etc., o que impede, em grande parte, um projeto adequado, que vise a inserção social desses sujeitos marginalizados por uma “deficiência intelectual”, que não se sabe exatamente o que seja, a não ser pelos resultados obtidos nos testes de QI!

A OMS, por incrível que pareça, não tem um conceito para “deficiência intelectual”, embora pretenda para as pessoas com esse *handicap* “melhor saúde, e uma vida melhor”... Nesse contexto, a OMS coloca no mesmo grupo os que têm lesão cerebral, os autistas, aqueles que têm a síndrome de Down, os internados em orfanatos e os rejeitados pela família! Uma panaceia, um exemplo claro das ideias obscuras e confusas. Que dificuldade para *madame* Marquer!

Nós nos perguntamos: na ausência de um conceito de *deficiência intelectual*, a intervenção remediativa deve intervir sobre o que, exatamente? Sobre o simples comportamento dos sujeitos? Nesse caso, necessariamente, *estamos no universo da “modificação do comportamento”*. *A ausência do conceito leva-nos, automaticamente, ao empirismo ingênuo e a um pragmatismo também ingênuo, e é isso que a maioria das pessoas não entende!* Criar conceitos não é apenas discriminar com um nome, como se fosse um apelido qualquer. Ao contrário, o *conceito científico* auxilia a “inclusão” na medida em que resulta de pesquisas que podem levar anos e conduz a outras tantas neste mesmo sentido. Com Gilles-Gaston Granger, nosso mestre, estamos convencidas de que “*le problème fondamental des sciences*

de l'homme est de trouver le moyen de donner 'droit de cité' aux significations dans un système de concepts abstraits [...] (1994, p. 261)¹.

Como se deve entender essa afirmação? As ciências humanas têm que ultrapassar as descrições, as constatações, e passar a entender aquilo que até agora é apenas observável, têm que criar um sistema de conceitos abstratos com o qual se possa trabalhar na teoria e na prática para recuperar crianças, para saber como inserí-las no seu ambiente. Admitir “democraticamente” um comportamento especial “diferente” sem querer entendê-lo ou explicá-lo para remediá-lo, isso sim é lamentável. Tivesse Sigmund Freud pensado assim e a psicanálise não existiria, não ocuparia lugar relevante no conhecimento do ser humano. Sem essa área do conhecimento, quantas pessoas teriam deixado de “ter melhor saúde e uma vida melhor”, como diz a OMS!

No caso da reeducação, porque nosso referencial teórico sempre foi a teoria de Jean Piaget, lutamos para que a psicologia entendesse o lugar do organismo na vida psíquica! Piaget escreve:

“L'organisation héréditaire de notre système nerveux, de nos organes moteurs et sensoriels, sont à la fois au point de départ de la connaissance humaine et au point d'arrivée de l'évolution des espèces animales considérée sous l'angle de l'adaptation psychomotrice au milieu” (1949 /1950, p. 276, v. III).²

Vemos aqui o esboço de sua teoria do conhecimento, de seu *kantismo evolutivo*, que é a extraordinária transposição da problemática de Kant para o domínio da *biologia*, com a também extraordinária concepção *de um a priori* construído (PIAGET, 1960). Tal é a nossa convicção.

Há no trabalho de *madame* Marquer uma compensação para a ausência do conceito de *deficiência intelectual*, que é a introdução da noção de *competência*, muito mais importante do que o nível do QI. *Competência* necessariamente envolve as capacidades externas e internas (sobretudo as neurológicas) do ser humano, mas tem a vantagem de escapar sutilmente do “politicamente incorreto”. Escreve o orientador da Tese: “*Ces formes d'activité (les compétences) réfractent les manières, plus ou moins efficaces de s'y prendre face à une tâche*” (BESSE, J. M. apud MARQUER, p. 89)³.

1 Tradução livre: “O problema fundamental das ciências humanas é encontrar um meio de dar legitimidade (reconhecimento) às significações (humanas), inserindo-as num sistema de conceitos abstratos”.

2 Tradução livre: “A organização hereditária de nosso sistema nervoso, de nossos órgãos motores e sensoriais estão ao mesmo tempo no ponto de partida e no ponto de chegada da evolução das espécies animais considerada sob o ângulo da adaptação psicomotora ao meio”.

3 Tradução livre: “Essas formas de atividade (as competências) refratam as maneiras, mais ou menos, eficazes de se encarar uma tarefa”.

A doutoranda afirma que sua tese está baseada na teoria de Jean Piaget. No entanto, como no Brasil e em muitos outros países, a pesquisadora entende que a “teoria de Piaget” e o “modelo piagetiano” sejam, no fundo, construtivismo e desenvolvimento. Diz ela:

1. “Notre étude a ainsi pour objectif d’optimiser non seulement le développement et la construction des structures cognitives auprès de cette population mais également de transposer et généraliser des compétences afin de faciliter l’insertion professionnelle.” (p. 118).

2. “Nous nous sommes appuyés sur la théorie de Piaget dans un abord constructiviste.” (p. 289).

3. “Les fondements de notre recherche sont basés sur le modèle piagétien. [...] et sur la Remédiation créé par Jean-marie Dolle” (p. 289).

Como estávamos no país no qual estudamos e construímos a essência de nossa carreira, terra natal de nosso eterno orientador Gilles Granger, vimo-nos na obrigação de dizer uma verdade que ainda não havíamos dito nem escrito no Brasil: muitas teses que se dizem baseadas na teoria piagetiana na verdade foram alicerçadas na “representação social” dessa teoria – conceito fantástico criado por Serge Mucovici, o grande pesquisador francês na área da psicologia social que escreveu sobre a “representação social” da psicanálise, entrevistando leigos que sempre acreditavam saber o que era a psicanálise. O caso da teoria piagetiana foi mais grave porque entendidos do assunto deixaram-se levar pela representação social dessa teoria. É preciso que se diga: o próprio Piaget, já idoso e doente, influenciado por muitos, contribuiu para isso. Houve uma época em sua vida (final da década de 1960 e toda a de 1970) em que escreveu textos que *se*, e somente *se* forem seus, são contraditórios entre si. Estudamos seus manuscritos com o financiamento que recebemos da Universidade de Genebra para este fim e, curiosamente, verificamos que faltavam nos cofres alguns desses textos que contradizem sua teoria escrita e repetida nos cinquenta anos anteriores... e que foram todos escritos de seu próprio punho e que podem ser confrontados com os publicados.

Desenvolvimento cognitivo e construtivismo são dois temas que podem ser abstraídos da teoria de Piaget sem dúvida alguma; no entanto, o biólogo e epistemólogo suíço jamais teve a intenção de criar uma teoria do desenvolvimento humano enquanto tal – aliás, um cientista como Piaget não pensaria num “desenvolvimento humano” restrito ao aspecto cognitivo, como o que ele teria realizado. Desenvolvimento e construtivismo, na verdade, para Piaget, são sempre os epigenéticos, embora ele mesmo tenha, no ocaso de sua vida, abstraído os temas do contexto que criara durante mais de meio século: o organismo, o aspecto endógeno da aquisição do conhecimento.

A construção de sua teoria sobre a ontogênese epigenética que repete a filogênese obrigou Piaget a acompanhar a construção do sujeito epistêmico, inteiramente formal, subjacente ao sujeito epistemológico, concreto, ou seja, obrigou-o a observar o comportamento de crianças enquanto brincavam e discutiam entre si; inicialmente, no Laboratório de Binet. Contudo, é preciso que se diga, Piaget interessou-se pelo ser humano e não por Pedro ou Paulo. Observou a construção cognitiva na criança, mas não para explicá-la como indivíduo ou pessoa; buscou, isso sim por intermédio dela, entender a *embriologia mental do ser humano*. Então, quase por acaso, descobre, ainda no Laboratório de Binet, o outro polo de sua teoria: *as ações dessas crianças eram isomorfas à “Álgebra da Lógica” de Couturat* (apud PIAGET, 1960, p. 59). Na obra de é preciso que se diga, Piaget, os assim chamados “desenvolvimento” e “construtivismo” são, evidentemente, a “partitura facilitada” da embriologia mental observada na ontogênese humana. A partitura facilitada na música clássica implica sempre em perdas harmônicas inimagináveis; no caso da teoria de Piaget, a perda incomensurável foi a do abandono da explicação do elo necessário entre o aspecto endógeno e o exógeno da ontogênese, substituída por descrições apenas a respeito do *desenvolvimento* ou *construtivismo*. A perda irreparável foi a da importante sub-hipótese de Piaget, formulada já na época do seu estágio no Laboratório de Binet e que permite a formulação de sua teoria, ou seja, a de que toda possibilidade de ação visando conhecer o mundo, assim como toda possibilidade de raciocínio ou pensamento cuja intenção seja a de explicar ou a de descobrir as razões de algo, origina-se no funcionamento cerebral, isomorfo à lógica de classes e relações. Contudo, da mesma forma que poucos ouvidos são capazes de identificar as perdas harmônicas das músicas clássicas em suas partituras “facilitadas”, poucos perceberam as perdas epistemológicas da versão facilitada da teoria piagetiana. A história e a filosofia da ciência, no entanto, perceberam, e a teoria de Piaget tem sido por elas solenemente ignorada. Hoje, raramente encontramos alguma referência a Jean Piaget nesses contextos. É uma grande perda! Vejamos em seguida o porquê.

A teoria de Piaget, longe de ser uma teoria do desenvolvimento ou da aprendizagem, é uma Teoria da Evolução Epigenética (filogênese e ontogênese) (1974a). A palavra epigênese, na teoria de Jean Piaget, foi inspirada pelo grande biólogo inglês C. H. Waddington (1946, 1957) e cujo conceito descrevia suas próprias pesquisas, durante quarenta anos (1929-1965), com as *limnae stagnalis* (PIAGET, 1965a, v. 15, n. 17), depois com os *sedum sediforme*, (PIAGET, 1974a) até chegar à fenocópia cognitiva humana. Waddington e Piaget criaram uma teoria da evolução que se ombréia às de Darwin e Lamarck, porém epigenética e segundo a qual o genoma e todo o organismo se constroem graças às trocas com o meio, mas cuja construção jamais é devida às condições fortuitas ou ao acaso (bem ao contrário de Jacques Monod, biólogo francês, Prêmio Nobel de Medicina ou Fisiologia em 1965). Os fenótipos para

Piaget são sempre considerados como “respostas” do genótipo às agressões do meio, de acordo com Waddington e Dobzhansky (PIAGET, 1974a, 1967).

A obra sobre a Adaptação Vital (1974a, últimas linhas), Piaget finaliza-a dizendo que a escrevera, sobretudo, para mostrar que, em todos os domínios abordados no estudo da evolução, as novidades aparentemente aleatórias dependeram sempre das condições anteriores, genótípicas não fortuitas.

Considerada sob um outro ângulo, a teoria de Piaget é uma Teoria do Conhecimento necessário e universal (o conhecimento científico), baseada na ontogênese humana que explica sua evolução orgânica e, ao mesmo tempo, a evolução do sujeito do conhecimento, que desvenda os mistérios da natureza (PIAGET, 1967). Nas obras citadas anteriormente, Piaget esmiuça a função das estruturas mentais orgânicas no conhecer e explicar o mundo enquanto esse conhecimento é constituído por sistemas de relações lógico-matemáticas necessárias e universais. Seu *desenvolvimento* ou seu *construtivismo* sempre foram desenvolvimento e contrutivismo epigenéticos do sujeito epistêmico, ou seja, do sujeito universal do conhecimento, passível de ser conhecido por intermédio da observação e da abstração daquilo que há em comum em todos os indivíduos observados, e cujas particularidades individuais nunca a ele interessaram.

A teoria de Piaget sobre o sujeito epistêmico e sua evolução, ou seja, evolução de um sujeito real que se constrói do ponto de vista da *forma*, implica, necessariamente, a famosa distinção feita por ele mesmo, entre o *Réussir* e o *Comprendre* (PIAGET, 1974b). *Réussir* é compreender, em ação, determinada situação para alcançar um fim proposto. Compreender é conseguir (*réussir*) entender em pensamento as mesmas situações até resolver os problemas por intermédio da *descoberta das razões* que os envolvem e poder entender as ligações existentes entre essas razões, em pensamento, quanto ao *porquê* e ao *como*.

Muitas teses inspiradas na teoria de Piaget no mundo inteiro (inclusive a de *madame Marquer*) consideram que a criança adquire a noção de conservação quando, por exemplo, diante de duas bolas de plasticina, que anteriormente eram iguais em volume de massa, observando-as, em seguida, transformadas em duas formas diferentes, em que uma lhe “parece ter mais massa que a outra”, toma consciência de que nada foi juntado ou retirado da massa anterior. Essa descoberta, em geral verbalizada “ninguém tirou nada, nem pôs nada”, puramente empírica, é considerada como *aquisição da noção de conservação*. No entanto, segundo Piaget (ele mesmo, é bom que se diga), a conservação é devida à dedução (processo interno, não verificação empírica); ele escreve:

la conservation semble donc être due à une déduction a priori et analytique, qui rend inutile l'observation des relations, ainsi que l'expérience elle-même. [...] le raisonnement qui aboutit à l'affirmation de la conser-

vation consiste en son essence en une coordination des rapports, sous son double aspect de multiplication logique des relations et de composition mathématique des parties et des proportions (1941, p. 24).⁴

Na *Epistémologie mathématique et psychologie* que escreveu com o matemático Evert Willem Beth (BETH; PIAGET, 1961, p. 256), diz Piaget:

En tous ces domaines, l'avènement des groupements se marque par la construction de notions déductives fondamentales qui demeuraient absentes aux niveaux préopératoires: ces sont les notions de conservation, qui constituent les invariants des groupements précédents (conservation des ensembles, des logueurs etc)⁵.

Estamos enfatizando a importância de se considerar adequadamente o papel ou a função do aspecto endógeno na teoria piagetiana. *No entanto, teríamos a certeza de que esse conhecimento auxiliaria os processos de reeducação?* Com certeza, sim, pois, apesar de Piaget escrever em seus textos apenas sobre crianças ditas “normais”, seu objetivo era explicar *o ser humano universal*. Por que e como seriam suas ideias interessantes para a reeducação dos *deficientes intelectuais*?

Expliquemos:

Segundo Piaget, a passagem da ação à conceituação, na ontogênese, consiste em uma espécie de tradução da causalidade em termos de implicação (conferir no livro anteriormente: *Réussir et Comprendre*). As coordenações causais das ações permitem alcançar fins materiais, por exemplo, como aconteceu com os sujeitos de *madame Marquer* na lavanderia, um exemplo de compreensão da causalidade que poderia evoluir para as implicações “a blusa está suja, deve ser lavada”, “a blusa está limpa, ela foi lavada”. Já a implicação é uma conexão entre as significações: a blusa está limpa *porque* foi lavada. Se ela tivesse enfatizado esta conexão, teria ajudado a tomada de consciência entre os participantes da pesquisa. Parece-nos que este trabalho não foi feito. “Compreender consiste em descobrir a razão de um acontecimento” diz Piaget (PIAGET, 1974b, p. 241-242). Nesse caso: *se a*

4 Tradução livre: “A conservação parece, pois, ser devida a uma dedução a priori e analítica que torna inútil a observação das relações, assim como a própria experiência [...] o raciocínio que resulta na afirmação da conservação consiste, em sua essência, em uma coordenação de relações, sob seu duplo aspecto de multiplicação lógica das relações e de composição matemática das partes e das proporções”

5 Tradução livre: “Em todos esses domínios, a presença dos agrupamentos se marca pela construção de noções dedutivas fundamentais que permanecem ausentes nos níveis pré-operatórios: são as *noções de conservação* que constituem os invariantes dos agrupamentos precedentes (conservação dos conjuntos, dos comprimentos etc.)”

blusa está limpa, *então* ela foi lavada. A implicação da qual falamos aqui não é a implicação logico-matemática [a implicação entre premissas verdadeiras e falsas], mas, sim, uma implicação entre significações muito simples, chamada por Piaget de *implicação significativa*, aquela que liga duas significações e as conecta. A implicação significativa leva a compreender, a descobrir a razão das coisas, a descobrir sistemas de relações mesmo muito simples. O “se... então” leva também a compreender a *negação*. É preciso que nos lembremos de que a *transitividade* também depende da possibilidade de negar. Piaget escreve:

En un mot, il n'est pas d'activité cognitive, qu'il s'agisse d'actions matérielles comme d'opérations mentales, sans que ses éléments positifs soient exactement compensés, mais en droit et en tant que nécessité de caractère logique, par des éléments négatifs leur correspondant terme à terme. (PIAGET, 1960, p. 59)⁶

Não teria havido na tese de madame Marquer, como em tantas outras aqui no Brasil, uma negligência dos aspectos negativos, sendo as propriedades positivas as únicas “pregnantes” (que se impõem ao espírito e à percepção), como diria Piaget? Aliás, desde que Immanuel Kant escreveu seu belíssimo *Versuch, den Begriff der negativen Größen in die Weltweisheit einzuführen*⁷ (KANT, 1949 [1763]), poucos deram importância para essa questão. Piaget percebeu o significado profundo de tal ideia na superação das contradições e especialmente na contradição dialética (1974c). Não nos esqueçamos de que Freud enfatizou de modo especial *Die Verneinung*, (“A negação”), colocando o conceito no centro de sua obra.

A maneira de *madame* Marquer ver a teoria piagetiana é diferente da nossa, mas, como diz Martial Guéroult (1955) na introdução de seu extraordinário livro *Descartes selon l'ordre des raisons*, “le changement des générations variant sans cesse la lumière qui éclaire les oeuvres, accuse tour à tour en elles le relief de certaines pensées [...] mais ces jeux d'éclairage laissent le monument intact”. Assim, apesar das diferentes interpretações do monumento deixado por Jean Piaget, ele permanecerá intacto para o futuro que há de vir; e a reeducação será, então, mais ou menos, beneficiada por ele, conforme as luzes que o iluminarem.

Lutamos toda uma vida para demonstrar, com Jean Piaget, que os processos psíquicos – tanto aqueles lógico-matemáticos quanto as “paixões da alma” – ligam-

6 Tradução livre: “Em uma palavra, não há atividade cognitiva, quer se trate de ações materiais como de operações mentais, sem que seus elementos positivos sejam compensados (mas em direito) e enquanto necessidade de caráter lógico, por elementos negativos, a eles correspondendo termo a termo”.

7 Tradução livre: “Ensaio para introduzir no conhecimento do universo o conceito de grandeza negativa”.

se, necessariamente, ao cérebro, como tentaram provar, dentre outros, Descartes (século XVII), La Mettrie, Galvani (século XVIII) Helmholtz, Charcot, Claude Bernard, (século XIX), Luria, Penfield, Gerald Edelman (Prêmio Nobel 1972), Kandell (Prêmio Nobel 2000) e também Jean Piaget, o realmente injustiçado, incompreendido. Alguns desses nomes foram enfaticamente lembrados por ele durante toda sua vida e sua obra, especialmente Helmholtz, Claude Bernard e Penfield, cuja teoria “casa” com a sua na concepção do surgimento das imagens mentais (conferir interessantes comentários em GRUBER; VONÈCHE, 1977, 1995, p. 655-656). Um dos aspectos complicados da relação psiquismo/organismo é justamente o pensamento simbólico, pois a função semiótica ou simbólica permanece ainda como um “resíduo” no âmbito da explicação neurológica exaustiva.

Em relação à obra de Jean Piaget, quisemos, em vão, durante mais de quarenta anos, demonstrar seu papel na história da ciência como biólogo/filósofo, autor de uma teoria da evolução epigenética considerando-se a filogênese e a ontogênese; e na história da filosofia, como o criador de uma teoria do conhecimento oriunda da *ontogênese epigenética*, ou seja, baseada na biologia como ele sonhara desde a juventude (PIAGET, 1965b).

Em 2015, na Université de Lyon2, na França, enfim, pudemos oficialmente colocar nossa posição nesta banca de doutorado! Daí este pequeno artigo dizendo o que nunca foi dito e nem escrito no Brasil.

Tudo que escrevemos visa *quasi* demonstrar a necessidade de se colocar um hífen no psico-social para se falar da intersecção entre o psíquico e o social, preservando os universos do psiquismo e do social que não necessariamente se sobrepõem. De outro lado, procuramos mostrar que em Psicologia Social ou não, o “bio” está sempre presente.

Referências

- BETH, E. W.; PIAGET, J. *Épistémologie mathématique et psychologie*. Paris: PUF, 1961. p. 256.
- DOLLE, J. M.; BELLANO, D. *Ces enfants qui n' apprennent pas*. Paris: Paidós/Centurion, 1989.
- GRANGER, G. G. *Formes, opérations, objets*. Paris: VRIN, 1994. p. 261.
- GRUBER, H. E.; VONÈCHE, J. J. *The essential Piaget*. New York: Basic Books, 1977/1995.
- GUEROULT, M. *Descartes selon l'ordre des Raisons*. Paris: Aubier, 1953.

KANT, I. *Essai pour Introduire en Philosophie le concept de Grandeur Négative*. Paris: VRIN, 1949 [1763].

PIAGET, J.; SZEMINSKA, A. *La Genèse du Nombre chez l' enfant*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1941.

PIAGET, J. *Introduction à L'épistémologie génétique*. Paris: PUF, 1950. p. 276. (v. III).

_____. Les modèles abstraits sont-ils opposés aux interprétations psycho-physiologiques dans l' explication en psychologie? *Revue Suisse de Psychologie Pure et Appliquée*, Berne, v. 19, n. 1, p. 58-9, 1960.

_____. Note sur des *Limnae stagnalis* L. Var. *Lacustris* Stud. Elevées dans une mare du plateau vaudois. *Revue suisse de zoologie*, Genève, v. 72, n. 38, 1965a, p. 769-785.

_____. *Sagesse et illusions de la philosophie*. Paris: PUF, 1965b.

_____. *Biologie et connaissance*. Paris: Gallimard, 1967.

_____. *Adaptation vitale et psychologie de l'intelligence: sélection organique et phénocopie*. Paris: Hermann, 1974a.

_____. *Réussir et Comprendre*. Paris: PUF, 1974b.

_____. *Recherches sur la Contradiction*. Paris: PUF, 1974c.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. *Em busca do sentido da obra de Jean Piaget*. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *De la théorie de Piaget, à ses applications*. Tradução Jean-Marie Dolle e Patrick Guillaume. Paris: Paidós/Centurion, 1989.

WADDINGTON, C. H. *How animals develop*. London: George Allen & Unwin Ltda, 1946.

_____. *The strategy of the genes*. London: George Allen & Unwin Ltda, 1957.

Parte 2

Psicologia social e comunidades

A questão “psico-social” a partir do estudo de experiências anômalas/religiosas

Wellington Zangari
Fatima Regina Machado

Everton de Oliveira Maraldi
Leonardo Breno Martins

O ímpeto inicial diante da questão do significado do hífen na expressão *psico-social* foi abordá-la por uma via epistemológica “pura”, descolada de um objeto concreto ou a partir de referências históricas que permitissem um contexto dentro do qual seria possível uma escolha justificável frente às múltiplas possibilidades de solução das inúmeras relações possíveis entre o “psico” e o “social”. Tal inclinação, no entanto, perdeu sua força no momento em que se buscou transpor aquelas reflexões epistemológicas e históricas ao contexto das pesquisas que temos desenvolvido junto aos colegas nos laboratórios a que pertencemos: o Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística¹ e o Laboratório de Psicologia Social da Religião².

- 1 O Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais do PST-IP-USP realiza estudos e pesquisas interdisciplinares a partir de ferramentas conceituais e metodológicas da psicologia social buscando a avaliação psicossocial de experiências humanas alegadamente anômalas. Experiências anômalas são vivências incomuns ou que, embora sejam vivenciadas por um número substancial de pessoas (MACHADO, 2009), não se enquadram nas explicações científicas disponíveis no momento, desviando-se do preconizado pelo *mainstream* científico. São consideradas experiências anômalas: experiências alucinatórias; sinestesia; sonhos lúcidos; experiências fora-do-corpo; experiências de abdução por seres alienígenas; experiências de quase-morte; memórias de vidas passadas; experiências de curas anômalas; experiências místicas; e experiências extrassensoriais e extramotoras (popularmente conhecidas como “fenômenos parapsicológicos” ou “paranormais”). A psicologia anomalística considera as experiências anômalas como fatos psíquicos, não entrando no mérito de seu aspecto ontológico. Para uma descrição detalhada de cada tipo de experiência anômala, ver Cardeña, Lynn e Krippner (2013).
- 2 O Laboratório de Psicologia Social da Religião do PST-IP-USP realiza estudos teóricos e empíricos, buscando refletir a respeito das construções e dos avanços teóricos do campo, além de investigar a experiência e o comportamento religioso em diversos grupos e suas implicações em diferentes esferas do comportamento social. Por *experiência religiosa* compreendem-se aquelas vivências cujo sentido a elas atribuído é da ordem do transcendente delineado por algum ou vários sistemas religiosos.

Essa tentativa, frustrada, demonstrou-se insuficiente para dar conta da especificidade dos objetos de estudo que perseguimos: a epistemologia “pura” e a historiografia da psicologia social simplesmente não permitem avaliar facilmente as relações entre o “psico” e o “social” das (ou nas) experiências anômalas/religiosas. Fez-se necessário inverter o projeto inicial e fazer, quem sabe, uma reflexão epistemológica e histórica a partir daquelas experiências. Seriam elas inspiradoras para uma tomada de posição frente à questão do hífen a que ora nos debruçamos? Teriam elas um caráter *sui generis* capaz de fazer emergir uma nova reflexão (ou inflexão) acerca da natureza das relações entre “psico” e “social”?

Para começar, talvez seja oportuno apresentar um dos principais temas do campo da psicologia da religião e da psicologia anomalística que é a origem das crenças religiosas e paranormais. Teriam tais crenças uma natureza eminentemente cultural ou uma natureza individual? Os autores que se debruçam sobre esta questão se dividem entre essas duas possibilidades. Os defensores da perspectiva animista, como o clássico Tylor (1871), sustentam que por trás da multiplicidade de crenças religiosas haveria uma experiência praticamente individual, de ordem quase fisiológica. A origem da própria religião teria sua base na tentativa humana de explicar suas experiências oníricas. A existência (ou coexistência) de dois mundos, um da vigília e outro do sono, fora interpretada como a existência, de fato, de duas instâncias vivenciais diferentes, pelas quais os seres humanos poderiam transitar. O sonho teria sido a experiência humana básica para a construção da crença na existência de um mundo espiritual. Durante os sonhos, o ser humano se sente desvinculado de seus limites corporais e capaz de executar ações que jamais lhe seriam possíveis quando em vigília: encontra-se com seres desconhecidos e com pessoas falecidas e vê a si mesmo travando contato com tais entidades. Sonhos desse tipo teriam dado origem à crença na existência da alma. As habilidades próprias da ausência de um corpo durante o sonho ofereceram as características da alma. Capaz de ir-se ao longe com a rapidez do pensamento, a alma, apesar de sua incorporeidade, abrigaria certas características de seu “corpo de origem”. Assim, as deficiências físicas de uma dada pessoa seriam estendidas à sua alma, e assim por diante. Dessas ideias resulta, ainda, a diferença entre conceitos religiosos de “alma” e “espírito”. A alma seria aquela parte do vivo que pode dele se desprender à noite e penetrar na dimensão dos espíritos, estes já totalmente destituídos de corpos, e com eles interagir por tempo limitado. Os espíritos coabitam com suas almas, mas também com os corpos daqueles de seu povo. Como sofrem das mesmas paixões de enquanto encarnados, os espíritos poderiam ajudar ou atrapalhar os vivos em suas diversas atividades. Estabeleceu-se, assim, um sistema de atribuições de causas e soluções para as mais diferentes ocorrências cotidianas, como, por exemplo, a possibilidade de espíritos possuírem os corpos de outras pessoas e, por meio de certos rituais, apaziguá-los oferecendo sacrifícios.

Por trás dessa perspectiva estaria o pressuposto de que “da repetição dessas ideias nasce pouco a pouco a ideia de que existe em nós um duplo, um outro nós mesmos que, em condições determinadas, tem o poder de abandonar o organismo em que reside e de ir vagar ao longe” (DURKHEIM, 1915 [1989], p. 82).

Mais recentemente, Hufford (1982) apresenta a importância de se considerar a possibilidade de que experiências pessoais possam estar na base de determinadas crenças, tanto religiosas quanto folclóricas. Coletou casos de pessoas que disseram ter sido visitadas pela *Old Hag*, a “Bruxa Velha”, figura lendária de uma idosa de feições monstruosas que surgiria enquanto as pessoas estivessem dormindo, acordando-as e impedindo-as de se moverem com o único objetivo de assustá-las. Os casos foram primeiramente coletados em Newfoundland, Canadá, onde a lenda da *Old Hag* parece ter se originado e mantido. Posteriormente, Hufford descobriu que, mesmo fora desse ambiente cultural, norte-americanos descreviam eventos similares, com equivalente tipo de imagens experimentadas e com a mesma frequência de ocorrências. Usando esses dados, Hufford refutou a hipótese da “fonte cultural”, que sugere que as experiências com a *Old Hag* seriam derivadas exclusivamente da exposição a elementos culturais. Propôs que poderia ser derivada de uma experiência fisiológica semelhante à paralisia do sono e, assim, a experiência pessoal da *Old Hag* poderia ser fonte, mais do que totalmente consequência, da crença culturalmente fornecida. Pesquisas posteriores sobre o mesmo fenômeno mostraram que os mais variados contextos culturais experimentam semelhantes visitas noturnas, mas lhes atribuem a entidades e propósitos distintos, como demônios estupradores na Europa medieval central, duendes sequestradores no norte da Europa, a Pisadeira (um misto de demônio e feiticeira) no interior do Brasil, alienígenas na cultura norte-americana contemporânea, entre diversos outros exemplos (*exempli gratia* ADLER, 2011).

Evidentemente, a cultura fornecerá os elementos interpretativos que poderão ser assimilados e utilizados por novos seres humanos na tentativa de dar sentido a experiências congêneres. Hufford notou que muitos teóricos apresentaram noções distorcidas a respeito dos episódios da *Old Hag* ao procurar enquadrá-los em teorias previamente estabelecidas dentro da antropologia e da psicologia. Usando a perspectiva de Hufford, uma forma de distinguir entre experiências anômalas puramente causadas pela cultura e aquelas que também apresentam elementos de base individual é a avaliação da transculturalidade de determinada experiência, ou seja, a verificação de sua universalidade. McClenon (1988, 1990), por exemplo, conduziu um amplo estudo transcultural com o intuito de comparar dados a respeito de experiências anômalas entre chineses e americanos. Os dados revelaram que a frequência dos relatos é equivalente nos dois grupos e que o conteúdo de experiências como as de *déjà vu*, de paralisia do sono, de percepção extrassensorial, de contato com os mortos e de experiências fora-do-corpo mostram pro-

funda similaridade entre os diferentes grupos. Osis e Haraldsson (1977) apresentaram dados de um estudo transcultural das “experiências de quase-morte” que apoiam a ideia de um substrato individual para a crença. O antropólogo Ronald Rose (1956), além de realizar estudos propriamente etnográficos a respeito das crenças e experiências mágicas, testou, experimentalmente, as alegadas habilidades paranormais de aborígenes australianos, chegando a conclusões semelhantes.

Também a psicologia cognitiva da religião (para uma revisão, ver PAIVA, 2007) tem defendido um substrato “natural” para a religião. Haveria, no dizer de Barrett (2011), “características universais da mente humana que, interagindo com seus ambientes social e natural, informam e restringem o pensamento e o comportamento religiosos”. Assim, para Barret (2004), alguns aspectos da cognição humana são pré ou extraculturais.

De posse dessas informações, podemos retornar à questão fundamental. Diante desses dados, alguns poderiam ser tentados a considerar a origem das crenças religiosas/paranormais como à margem da cultura, posto se tratar de algo de foro privado, talvez de base orgânica. Nesse sentido, a discussão sobre o “psico” “social” perderia sua relevância; não obstante, o que quer que compreendêssemos como “psicossocial” poderia ser reduzido à esfera do biológico. Note-se que o aparente dilema se encontra provavelmente em praticamente todos os campos da psicologia social, não sendo exclusividade do estudo de experiências anômalas/religiosas. Estamos, na verdade, diante de uma “pegadinha” epistemológica que afetará nossa compreensão do que seja a dimensão psicossocial.

Trata-se aqui de diferenciar a questão das possíveis origens de um fenômeno ou experiência e suas conseqüências na esfera social. O que as experiências anômalas/religiosas parecem iluminar é o fato de que uma experiência, para assim ser compreendida – em toda sua especificidade enquanto “experiência humana” –, demanda o reconhecimento de que, embora sua origem possa não ser socialmente construída, ela mesma, como experiência, é resultado da interação humana com o ambiente social.

O citado exemplo dos episódios sugestivos de paralisia do sono ilustra o ponto. Ainda que tal fenômeno seja verificado em todas as culturas investigadas a respeito e possa ser explicado em termos neurofisiológicos (ADLER, 2011), a experiência de ser raptado por duendes ou alienígenas, ser molestado sexualmente por demônios ou inconvenientemente pisoteado pela Pisadeira depende fundamentalmente da subjetividade ativa no ambiente social. De início, ainda que similaridades possam ser reconhecidas nos aspectos basilares das experiências (*exempli gratia*, corpo paralisado, imagens e sensações estranhas), há significativas discrepâncias entre os episódios nos diferentes contextos culturais. Tais distinções foram tamanhas que, a despeito de sua ocorrência em todos os tempos e culturas pesquisados, apenas na década de 1980 Hufford (1982) propôs o re-

conhecimento de semelhanças. Demônios noturnos da Idade Média podiam ter corpo deformado, pele escura, chifres e intenção de produzir descendentes por meio de práticas sexuais intensas no próprio leito das vítimas. Duendes podiam, ao contrário, raptar as vítimas de seus leitos e conduzi-las a mundos subterrâneos repletos de maravilhas aterradoras. Alienígenas, ora no próprio leito das vítimas, ora levando-as para suas naves espaciais, realizam (de modo mecanizado, sem emoção) exames médicos e psicológicos, recolhem amostras de tecido, sêmen e óvulos, roubam pensamentos, produzem seres humano-alienígenas e obrigam as vítimas a ajudarem na convivência com tal prole; às vezes, ensinam verdades espirituais e fazem profecias.

Mesmo dentro da mesma categoria de episódios, aspecto geral este já culturalmente delimitado, ocorrem grandes variações de forma e significado de acordo com o contexto. Por exemplo, ainda que a globalização da informação esteja atenuando este aspecto, os alienígenas praticantes de sequestros na América do Norte são quase invariavelmente descritos como de baixa estatura, extremamente magros e possuindo pele cinza, cabeça desproporcionalmente grande, olhos negros também grandes, ausência de orelhas e nariz, além de boca, narinas e ouvidos como fendas discretas. Já no norte da Europa, os alienígenas adeptos de semelhantes práticas são comumente loiros e possuem olhos azuis, medindo mais de dois metros. Na África e nas Américas Central e do Sul, os relatos tendem a trazer alienígenas das mais diversas conformações, incluindo seres de aparência robótica e animalésca, gordos, magros, com variável número de olhos, extremidades dos membros semelhantes a garras, pinças ou mãos, comunicação por voz (em idiomas diversos), grunhidos ou pensamentos, e assim por diante.

Um olhar mais próximo continua a revelar influências da cultura não somente nos contornos das experiências, mas em seu sentido último. Áreas rurais brasileiras tendem a ser visitadas por alienígenas com outras intenções e atividades. Eles são reticentemente identificados como entidades folclóricas e forças da natureza, zelando por espaços geográficos e simbólicos que não deveriam ser partilhados com o ser humano. Estabelece-se, pois, uma relação de distinção ou afastamento entre este último e a dimensão do mistério, relação coerente com o que desde outrora se verificava na religião e em figuras folclóricas locais que zelam por algum espaço, propriedade ou conhecimento. O assalto noturno aos que dormem é deixado, por sua vez, à Pisadeira. Já em contextos urbanos, ao menos na região sudeste do país, os alienígenas buscam contato com as pessoas para lhes facilitar a “evolução espiritual” por meio da revelação de verdades últimas nas quais elas seriam protagonistas, estabelecendo, pois, uma relação de proximidade ou mesmo identidade entre o ser humano e o mistério (MARTINS, 2015).

Os diversos exemplos levantados anteriormente ilustram um pouco da complexa relação entre crença e experiência. É, por vezes, difícil isolar o papel de cada

uma dessas variáveis em narrativas de eventos anômalos ou paranormais, uma vez que estabelecem relações constantes e, em última instância, interdependentes. Parece-nos que a relação entre crença e experiência é, portanto, da ordem da retroalimentação; independentemente de qual delas tenha disparado inicialmente o processo, ambas tendem, em seguida, a estabelecer uma relação de constante *feedback*, na qual moldam e são moldadas uma pela outra em uma interação recíproca. A maior ou menor relevância de cada uma só é aferível mediante a análise *a posteriori* de casos individuais, sendo de antemão inviável supor qual das duas preponderará em relação à outra.

Há casos em que, ao retomar certos eventos passados, reinterpretando-os à luz de um sistema de crenças particular, o indivíduo se convence de haver experimentado fenômenos de natureza espiritual ou paranormal para os quais não atribuíra anteriormente o mesmo significado. É o que se dá, entre tantos outros exemplos, com religiosos espíritas, ao reinterpretarem sonhos de infância ou outras vivências nebulosas de seu passado como sinais ainda incipientes de uma mediunidade não desenvolvida ou como irrupções eventuais de memórias de outras reencarnações, processo esse a que se poderia chamar de *ressignificação retrospectiva* (MARALDI, 2011). A motivação para tal emerge, entre outras razões, do fato de o indivíduo buscar certa consistência entre as crenças recém-adquiridas e a trajetória de vida percorrida até aquele momento, necessidade essa diretamente reforçada pelo grupo (com vistas à manutenção da identidade e ideologia coletivas), mas igualmente relevante do ponto de vista individual, devido às muitas funções psicodinâmicas e cognitivas que desempenha (preenchimento de lacunas entre discursos, necessidades e experiências incoerentes ao longo da história de vida etc.). Sob esse aspecto, há como que uma fusão ou imbricação entre a identidade individual e certos elementos de crença compartilhados em um dado contexto. A memória desempenha aí um importante papel, uma vez que, não sendo representação fiel ou fotográfica dos eventos, mas um processo criativo e de reconstrução permanente (BOSI, 2003), ela então se adere às expectativas de crença, oferecendo novos significados e implicações para situações antes pouco compreendidas, pouco enfatizadas ou mesmo negativamente concebidas (traumas, infortúnios etc.). Tais significados podem, ainda, estender-se ao futuro, constituindo, assim, o campo da *ressignificação prospectiva*, base de certas aspirações e projetos de vida (MARALDI, 2011).

As diferenças individuais desempenham, nessas circunstâncias, uma função não negligenciável. Alguns indivíduos parecem particularmente propensos a enxergar padrões e significados por toda a parte, mesmo quando tais padrões parecem muito pouco prováveis ou não estão presentes de modo algum, como as pesquisas experimentais parecem ter verificado com participantes de grupos de esoterismo *new age* (BARLEV et al., 2015).

Há outros casos, porém, em que, ao contrário do modelo supracitado, no qual o sistema de crenças adotado parece exercer um papel inicialmente preponderante, é a experiência que fornece os elementos disparadores que necessitarão, imediata ou posteriormente, de elaboração e significação. A tais disparadores e à estranheza que causam soma-se uma série de outras vivências e tentativas de atribuição de significado que parecem ocorrer em uma *espiral ascendente de complexidade* (MARTINS, 2015), que vai das mais simples vivências às mais complexas, em um processo de confirmação mútua gradual e expansivo. Decorre daí o fato de as narrativas acerca dessas experiências soarem, algumas vezes, bizarras a um observador externo que não tenha vivenciado e acompanhado semelhantes processos em si mesmo. Um exemplo bastante ilustrativo pode ser encontrado na forma como determinadas reações fisiológicas são depois assimiladas pelo sistema de crença como comprovações ou indicadores da ação de certos agentes sobrenaturais. Nas giras umbandistas ou nas sessões espíritas, não é incomum registrarmos relatos de sensações físicas variadas, como dores em determinadas partes do corpo; arrepios ou alterações na temperatura corporal; anestesia, enrijecimento ou imobilidade temporárias de certas regiões do corpo, como boca, braço, mão, pernas etc.; taquicardia; enjoos; mudanças repentinas de humor e estranhas sensações de presença ou aproximação sem que alguém tenha efetivamente adentrado o recinto ou se aproximado fisicamente do médium (MARALDI, 2011, 2014; ZANGARI, 2003).

Consideradas isoladamente e desprovidas do significado espiritual que lhes é outorgado, tais experiências nada parecem indicar, a não ser uma série de ocorrências psicofisiológicas estranhas ao indivíduo. Contudo, na medida em que ocorrem num contexto em que já se espera que elas sejam concebidas como emanções de fontes espirituais, esses automatismos são logo admitidos como sensações que espíritos desencarnados apresentariam em virtude das circunstâncias específicas que teriam caracterizado suas próprias mortes ou o processo em si mesmo da comunicação mediúnic. Dessa forma, se alguém relata sentir uma anestesia bucal, a interpretação pode ser a de que o espírito comunicante é o de alguém que teria morrido com câncer na boca. Se há sensação espontânea de intenso calor, então o espírito comunicante teria morrido queimado, e assim por diante (MARALDI, 2011). Uma vez mais, as diferenças individuais demonstram aqui sua importância, dado que algumas pessoas parecem particularmente mais propensas a relatar fenômenos dissociativos e somatoformes cuja ocorrência é, assim, concebida como advinda da intervenção de seres aparentemente invisíveis (MARALDI, 2014). É a partir de sonhos, vagas sensações físicas e automatismos que o guia espiritual vai adquirindo forma. Num segundo momento, são atribuídos a ele um nome e características identificatórias. Em seguida, suas manifestações vão ocorrendo com mais frequência e estabelecendo um estilo apropriado,

uma narrativa, até, por fim, adquirir funções definidas na vida do médium e nas práticas do grupo. Tais casos são exemplos robustos da profunda interconexão entre processos biológicos, psicológicos e sociais, os quais se acham descritivamente separados ao olhar do especialista, mas não exatamente aos olhos do leigo, para o qual seu sistema de crenças oferece, muitas vezes, interpretações globais e totalizantes.

Há que se ter em conta, ainda, que mesmo nas ciências cognitivas e nas neurociências, modernamente, a dicotomia biológico *versus* cultural tem sido questionada e abandonada em favor de uma perspectiva menos exclusiva. A esse respeito, ao apresentar tanto a “psicologia cognitiva” quanto a “religião”, vejamos como Paiva (2007) pondera a questão:

Há uma insuficiência certa nesse par de conceitos, porque “religião” é um fenômeno social e cultural, ao passo que “Psicologia cognitiva” diz respeito ao indivíduo e, no caso particular do estudo da religião, às condições pré-psíquicas que tornaram possível filogeneticamente e tornam possível ontogeneticamente a realidade “religião”. Em geral, tende-se a admitir entre ambas uma complementaridade, diversamente explicada. A explicação mais radical dessa complementaridade exclui a imagem de uma “ponte” entre biopsicologia e cultura e admite a co-evolução de uma e outra, condicionando-se mutuamente, como pode ser visto em Geertz (2000), Pyy-siäinen (2003) e Paiva (2006). O reconhecimento da complementaridade não impede de se procurar levar ao limite o ponto de vista de cada disciplina que estuda o fenômeno religioso. O desejável é que as disciplinas não percam o contato umas com as outras, mesmo porque cada uma delas não é capaz de abarcar o inteiro campo de investigação e trabalha, cada qual, com evidências incompletas e hipóteses independentes (p. 184-185).

Aprendemos, portanto, que talvez mais que buscar por uma resolução definitiva que permita encontrar uma forma única de relacionar o “psico” com o “social”, talvez seja mais fértil a compreensão de que nossos fenômenos se situam, efetivamente/simbolicamente, como o hífen desse binômio. À luz dos estudos que realizamos em nossos laboratórios, consideramos o hífen entre “psico” e “social”, do ponto de vista metafórico, como representante da ligação entre essas duas instâncias humanas, e, como tal, pode suscitar diferentes interpretações. Hífen este que, de acordo com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, perdeu-se. Assim, temos não uma justaposição de dois vocábulos, mas uma palavra apenas, “psicossocial”, o que, ao nosso modo de ver, vem reforçar simbolicamente a importância de serem considerados esses dois âmbitos da constituição da subjetividade não apenas como inter-relacionados, mas como amalgamados. Como um

hífen – esse pequeno traço na posição “entre” elementos –, pode-se pensar numa articulação que se inicia no biológico, mas não se encerra nele, passar para o plano linguístico, à medida que as experiências, sejam quais forem, são narradas e, assim, enredadas numa cadeia simbólica que confere sentido ao que o indivíduo vivenciou. A experiência, compreendida como hífen, impele-nos ao diálogo interdisciplinar e, talvez, transdisciplinar, uma vez que se deve reconhecer o papel limitado das disciplinas em seu trabalho solitário e isolado. As divisões entre disciplinas não deveriam refletir diferenças reais entre diversos aspectos (fisiológicos, psicológicos, sociais), mas simplesmente convenções humanas para o seu estudo e investigação. Tais divisões devem-se à limitação do conhecimento humano, não a uma separação objetiva entre tais coisas.

Finalizando, gostaríamos de extrapolar o âmbito de nossas reflexões ressaltando, ainda, a relevância da imbricação entre o psicológico e o social para a materialização do compromisso social da psicologia. Os estudos de psicologia anomalística e de psicologia social da religião podem parecer alheios às questões sociais mais prementes. No entanto, as reflexões deles decorrentes quanto à inter-relação entre social e psicológico levam a considerações mais aprofundadas, empiricamente fundamentadas e complexas sobre a constituição da subjetividade. Deste modo, pensamos que, mais do que pontuar uma conexão racionalizada do que seja “psico-social”, é desejável que psicólogos sociais incorporarem/desenvolvam uma atitude decorrente da profunda compreensão do que se denomina ou adjetiva como “psicossocial”. Essa atitude contribui para o entendimento da intrincada constituição da subjetividade e para a articulação de modos de intervenção na medida em que não desconsidera que temos um corpo, aspecto individual que enseja o psicológico que habita e constrói o social ao mesmo tempo em que é simbolicamente habitado e construído pelo social (MACHADO, 2014). Desconsiderar essa dialética, distinguir radicalmente e privilegiar um ou outro aspecto enseja uma compreensão empobrecida do sujeito e de seu contexto – como bem ilustram os estudos que brevemente comentamos. Compreender essa complexidade é encontrar a brecha pela qual se pode escapar de determinismos individualizantes e da “cilada do exclusivamente social” (SAWAIA, 2005), abrindo caminho para a possibilidade de protagonismo do sujeito.

Que o hífen, neste contexto, não seja a representação daquilo que separa, mas, sim, daquilo que une, amalgama e, potencialmente, empodera.

Referências

ADLER, S. R. *Sleep paralysis: night-mares, nocebos, and the mind-body connection*. New Jersey: Rutgers University Press, 2011.

BARLEV, M. et al. *Anomalous experiences and paranormal attributions in a new spiritual movement*. Paper presented at the Psychology of Religion and Spirituality Preconference at the Society for Personality and Social Psychology, Long Beach, CA, 2015.

BARRETT, J. *Why would anyone believe in God?* Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2004. In: BARRETT, J. Cognitive science of religion: looking back, looking forward. *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 50, n. 2, p. 229-239, 2011.

_____. Cognitive science of religion: looking back, looking forward. *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 50, n. 2, p. 229-239, 2011.

CARDEÑA, E.; LYNN, S. J.; KRIPPNER, S. *Variedades da experiência anômala: análise de evidências científicas*. São Paulo: Atheneu, 2013.

DURKHEIM, E. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989. Publicado originalmente em 1915.

GEERTZ, C. *Available light: anthropological reflections on philosophical topics*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

_____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HUFFORD, D. J. *The terror that comes in the night: an experience-controlled study of supernatural assault traditions*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1982.

MACHADO, F. R. *Experiências anômalas na vida cotidiana: experiências extra-sensório-motoras e sua associação com crenças, atitudes e bem-estar subjetivo*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. 344 p.

_____. *Tópicos de psicologia social: apontamentos para reflexão*. Apostila didática. São Paulo, 2014. No prelo.

MARALDI, E. O. *Metamorfoses do espírito: usos e sentidos das crenças e experiências paranormais na construção da identidade de médiuns espíritas*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. 454 f.

_____. *Dissociação, crença e identidade: uma perspectiva psicossocial*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. No prelo.

MARTINS, L. B. *Na trilha dos alienígenas: uma proposta psicológica integrativa sobre experiências “ufológicas” e “paranormais”*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. 456 f.

McCLENON, J. A survey of Chinese anomalous experiences and comparasion with Western representative national samples. *Journal for Scientific Study of Religion*, [S.I.], v. 27, p. 421-426, 1988.

_____. Chinese and American anomalous experiences: the role of religiosity. *Sociological Analysis*, [S. l.], v. 51, p. 53-67, 1990.

OSIS, K.; HARALDSSON, E. *At the hour of death*. New York: Avon, 1977.

PAIVA, G. J. Congresso da Associação Internacional de Psicologia da Religião. *Boletim – Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, n. 3/06, p. 38-44, 2006.

_____. Psicologia cognitiva da religião. *REVER – Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 7, p. 183-191, 2007.

PYYSIÄINEN, I. *How religion works: Towards a new cognitive science of religion*. Leiden: Brill, 2003.

ROSE, R. *Living magic: the reality underlying the psychical practices and beliefs of Australian aborigines*. Chicago: Rand McNally, 1956.

SAWAIA, S. A dialética contra a cilada negadora da práxis social (Prefácio). In: MARTINS, S. T. F.; ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. (Org.). *Método histórico social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 7-14.

TYLOR, E. *Primitive Culture*. New York: Harper & Row, 1871.

ZANGARI, W. *Incorporando papéis: uma leitura psicossocial do fenômeno da mediunidade de incorporação em médiuns de Umbanda*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. 350 f.

A visão de Arakcy Martins Rodrigues sobre a ponte indivíduo-sociedade¹

Leny Sato

Tomo aqui como objeto de minha reflexão a contribuição de Arakcy Martins Rodrigues para o tema desta coletânea. Isso porque ela foi a primeira pessoa de quem ouvi falar sobre o “hífen” como uma tarefa da psicologia social. Sua afirmação foi algo assim: “muito já se estudou a sociedade; muito já se estudou o indivíduo. O que falta é estudar o hífen que liga o indivíduo e a sociedade”. E este é o desafio ao qual Arakcy se lança, perseguindo uma questão teórica de grande envergadura a partir da psicologia social, expressa no título de suas disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP: “Indivíduo, grupo e sociedade”, oferecida em dois semestres. Essa é linha mestra que “amarra” a diversidade de temas por ela estudados, pois, a rigor, ela abraçou uma dupla tarefa: conhecer em profundidade temas de pesquisa e encontrar uma leitura que expressasse o traço de união entre indivíduo e sociedade, havendo, para ela, a mediação do grupo.

A esse respeito, em 1978, Arakcy Martins Rodrigues escrevera:

Se, por certos períodos, tendi para uma explicação intra-subjetiva do homem, se em outros, o peso da percepção das determinações sociais me levou praticamente a abdicar da Psicologia, como ocorreu com inúmeros estudiosos de Psicologia Social, procurei aqui um equilíbrio na busca de uma explicação interativa entre o homem e os processos sociais historicamente dados.

1 Este capítulo é versão modificada da apresentação do livro *Indivíduo, grupo e sociedade*, de Arakcy Martins Rodrigues e organizado por Leny Sato. Agradeço aos comentários e sugestões de Cris Fernández Andrada e ao trabalho de preparação e acabamento de Flávia Uchôa.

Sei que enveredo por um caminho perigoso: tenho consciência do risco que representa, hoje, ‘desenterrar’ a ponte indivíduo-sociedade que, por um acordo tácito, foi deixada de lado pelos cientistas sociais nas últimas décadas. Sei ainda que ocupo um lugar de fronteira, reivindicado por várias disciplinas. Região vulnerável, alvo fácil para os estudiosos que ocupam espaços mais centrais nas áreas de Psicologia, Psicanálise, Sociologia e Antropologia (RODRIGUES, 1978, p. 15).

Meu objetivo é apresentar a sua singular contribuição a partir de alguns traços presentes em suas publicações. Opto por não reproduzir seus artigos citados à exaustão, mas (apenas) pontuar aqueles seus aspectos que evidenciam o objeto aqui tomado para reflexão. O objeto dessa reflexão não é o tema em foco em cada um de seus trabalhos, mas, sim, como o “hífen” se configura. Fica aqui o convite para que as(os) leitoras(es) tomem contato direto com a obra de Arakcy Martins Rodrigues².

O privilégio de ter tido uma convivência próxima, pessoal e profissional com Arakcy Martins Rodrigues oferece tanto facilidades como dificuldades para falar de seu pensamento e de seus trabalhos. Facilidades porque me permite conhecer um texto não escrito em seus artigos, mas que nele está presente, oferecendo sustentação pra a compreensão de seu pensamento; dificuldades porque, justamente por conhecer a sua forma de pensar, sua grande exigência intelectual e sua crítica aguçada, posiciono-me em um lugar difícil, uma vez que, inevitavelmente, a cada palavra, a cada frase e a cada encadeamento de ideia, vem-me a pergunta: será que Arakcy concordaria comigo? E vi-me, em vários momentos, querendo trocar ideias com Arakcy... Revivi alguns momentos como sua aluna em sala de aula, como sua orientanda nas longas reuniões de orientação (ocasiões nas quais me dizia que apenas dava “palpites”!) e como sua colega de departamento; enfim, nossas longas conversas no Instituto de Psicologia da USP, em sua casa, ao telefone.

Como não poderia deixar de ser, os trabalhos de Arakcy têm a marca de sua formação pessoal e trajetória profissional: a graduação em Filosofia, a especialização em Psicologia, a formação em Psicanálise e os estudos em Sociologia (particularmente, a influência de Pierre Bourdieu); o trabalho em equipes multidisciplinares, no qual realizou pesquisas com abordagens quantitativas e qualitativas. Disse-me, certa vez, sobre sua formação, algo como: “concluí que é difícil trabalhar em equipes multidisciplinares, então resolvi eu mesma ser multidisciplinar!”. Seus trabalhos têm a marca de sua inserção profissional no ensino superior. Por vários anos, estive vinculada à Escola de Administração de

2 O livro *Indivíduo, grupo e sociedade* traz quase todos os artigos e capítulos do livro de autoria de Arakcy Martins Rodrigues. Não integra essa coletânea o livro *Operário, operária*, publicado pela Editora Símbolo em 1978.

Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, junto ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Parte dessa trajetória poderá ser conhecida na entrevista que concedeu aos *Cadernos de psicologia social do trabalho*³.

A trajetória profissional de Arakcy Martins Rodrigues e sua especial sensibilidade e inteligência fizeram com que sua contribuição para a psicologia social seja singular, focando, nas diversas temáticas estudadas, a relação individual-coletivo, realidade material-realidade simbólica, mundo objetivo-mundo subjetivo. As pesquisas desenvolvidas tratam dos seguintes temas: família, gênero, trabalho, organizações, crenças religiosas e aids⁴. Pode-se observar que em muitos desses trabalhos foi empregado o “discurso livre”, modalidade de colheita de depoimento oral desenvolvida por Arakcy, na qual a psicanálise, a psicologia social e a sociologia estão fortemente presentes. A partir do emprego do discurso livre, ela construiu importantes reflexões sobre a construção do discurso biográfico entre pessoas de camadas populares, que poderão ser conhecidas no artigo “Comportamento da mulher em relação ao trabalho” (RODRIGUES, 1997).

A perspectiva por ela adotada rejeitava leituras dicotômicas e universalizantes. Sua especial admiração pela obra de Pierre Bourdieu repousava, dentre outros motivos, no fato de considerar que esta, sim, possibilitava estudar a relação indivíduo-sociedade. Em uma de suas aulas no Instituto de Psicologia da USP, comentara que, embora houvesse diversas teorias que procurassem tematizar essa relação, apenas Bourdieu considerara, mediante o conceito de *habitus*, o “hífen” que liga os dois termos do binômio “indivíduo-sociedade”. O *habitus*, como conceito mediador, evitaria que grandes “saltos” fossem dados para relacionar o homem e o contexto. Pierre Bourdieu, que recusa a visão substancialista, era um autor especial para Arakcy e, no curso de pós-graduação, o qual contemplava um único texto dele, intitulado “Estrutura, *habitus* e práticas”, era motivo suficiente para suscitar grande interesse de seus alunos. Muito embora houvesse este único texto, Bourdieu estava fortemente presente no decorrer do curso.

Além da influência de Pierre Bourdieu, a de Kurt Lewin, a da Escola Sociotécnica e a da psicanálise (por meio de Wilfred Bion, Izabel Menzies e Christophe Dejours) podem ser identificadas em seus artigos, os quais sempre focam “a pessoa no contexto” e o “contexto na pessoa”. Arakcy sempre almejava a compreensão das condições de produção dos discursos, das práticas e das representações.

3 A entrevista concedida por Arakcy Martins Rodrigues a mim e ao Fábio Oliveira foi publicada em 1999 na revista *Cadernos de psicologia social do trabalho*, volume 2, número 1.

4 Todos os artigos aqui citados foram publicados na coletânea *Indivíduo, grupo e sociedade*, em 2005.

O contexto poderia ser o grupo, o estrato social ou a classe social. Assim, é a análise em *O do Catulé e outros demônios* (1981b)⁵ que toma um acontecimento de fanatismo religioso ocorrido na Semana Santa em Catulé (lugarejo de Minas Gerais), em que crianças de um grupo foram mortas, além do fenômeno de conversão de três homens. Aqui, Arakcy sempre busca a compreensão dos comportamentos individuais à luz do funcionamento do grupo e sempre busca a compreensão dos movimentos do grupo à luz das condições materiais de vida. Esse mesmo olhar está presente no artigo intitulado “Lugar e imagem da mulher da indústria” (RODRIGUES, 1992). Nele, a posição social da mulher na sociedade se expressa material e simbolicamente no espaço fabril, segundo expectativas de desempenho de papéis. As representações de supervisores de produção no artigo “Processo produtivo e visão do trabalho entre supervisores de uma empresa automobilística” (RODRIGUES, 1988) são estudadas considerando-se tanto a posição dos sujeitos no espaço social configurado na empresa como a tarefa que desempenham.

Arakcy claramente criticava uma visão substancialista, apresentando as limitações para a compreensão dos fenômenos que são objetos da psicologia. As características dos indivíduos só podem ser compreendidas reconhecendo-se a sua posição relativa no grupo, na família ou na categoria socioprofissional. Representações, práticas e o universo psíquico nunca são considerados abstraídos da realidade material e cultural; são, enfim, fenômenos psicossociais. Tal leitura é bastante clara no já referido *O do Catulé e outros demônios* (1981b); no artigo “Dinâmica grupal e indivíduo no sistema de distribuição de privilégios na família” (RODRIGUES, 1981a), no qual reafirma que o estudo da família deve ser conduzido mediante a leitura de comportamento grupal e, nesse contexto, discute o problema do indivíduo – no caso, sobre como se dá a distribuição de privilégios –, sempre atenta à classe social à qual pertence a família; e em “O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias” (RODRIGUES, 1984), que será mais comentado a seguir.

Em seu estudo sobre os motoristas de táxi⁶, a fim de situá-los no espaço social, Arakcy procedeu à configuração do trabalho autônomo na sociedade capitalista e lançou mão do conceito de pequena burguesia, o que lhe permitiu reunir elementos para se aproximar da descrição das condições objetivas daquele grupo

5 Essa análise foi apresentada em entrevista concedida a Olgária F. Matos e a Fernando Mesquita, publicada também como capítulo na coletânea *Indivíduo, grupo e sociedade*, em 1999. Foi publicada originalmente em Galvão e Prado Jr. (1981).

6 “O trabalho autônomo e semi-autônomo” é o quarto capítulo do livro *Indivíduo, grupo e sociedade*. Trata-se de um dos textos que não haviam sido publicados anteriormente nesta coletânea. O texto é produto de uma pesquisa empírica realizada sob os auspícios do Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, desenvolvida entre os anos de 1978 e 1980, e faz parte do *Relatório de pesquisa* n. 11, EAESP/FGV, de 1981.

socioprofissional. A localização dessa categoria socioprofissional no espaço social mais amplo e a configuração de um espaço social próprio dos motoristas de táxi não têm como função descrever o “perfil” desses trabalhadores, mas têm a intenção de angariar subsídios para lançar hipóteses sobre a dinâmica das disposições subjetivas daqueles agentes, notadamente, como é ser trabalhador autônomo e semi-autônomo nesse contexto.

Suas pesquisas sempre partem de uma clara hipótese que está fortemente ancorada num arcabouço teórico-metodológico. Essa característica está muito presente no artigo “Padrões afetivos na família e empresa familiar” (RODRIGUES, 1991). A hipótese é de que há uma divisão por gênero no que se refere aos vínculos afetivos entre os familiares e a organização empresarial familiar. Os primeiros se dirigem preferencialmente para o lado materno e a empresa familiar se articula em torno do lado paterno. É notável a síntese alcançada por Arakcy e que se expressa no questionário utilizado. Tal síntese, por certo, só pode ser alcançada mediante um rigoroso processo anterior de construção do objeto de pesquisa, o qual considerou a posição do indivíduo no grupo familiar e na empresa. Nenhuma das questões presentes no questionário está além ou aquém das hipóteses de trabalho; nenhuma das questões é “deixada de lado”, sem análise; nenhuma das hipóteses deixa de ser respondida. O rigor com relação ao método empregado em cada pesquisa transparece, também, pelo detalhe e pela sinceridade com que apresenta os procedimentos de pesquisa; seus alcances e seus limites. Podemos ver essa postura, por exemplo, no livro *Operário, operária* (RODRIGUES, 1978).

Seu olhar de pesquisadora que “mergulha” no universo dos pesquisados e a forte âncora teórico-metodológica pode ser observada em “Dinâmica grupal e indivíduo no sistema de distribuição de privilégios na família” (RODRIGUES, 1981a). O olhar aguçado e atento sobre os achados do trabalho de campo mostra-nos que um pequeno detalhe do universo social dos pesquisados ganha sentido em sua articulação com a teoria. Assim, a fim de ilustrar sua teoria sobre família – presente naquele artigo e em outro intitulado “O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias” (RODRIGUES, 1984) –, Arakcy descreve e analisa diversas tarefas domésticas, as quais desempenham papel importante na configuração familiar. Tarefas como “olhar a casa”, “olhar as crianças”, “pôr o feijão no fogo” são diferenciadas de “encerar a casa, lavar a roupa, temperar a ‘mistura’”. Nesse cuidadoso processo, mostra que descrever é já um trabalho de interpretação. Cada uma dessas atividades não pode ser tomada isoladamente, mas só fazem sentido quando relacionadas às outras. As tarefas só ganham seu sentido quando se identifica quem do grupo familiar pode “olhar a casa” ou “pôr o feijão no fogo” e a quem se reserva o segundo grupo de tarefas domésticas. Há aí uma hierarquia entre os que cuidam da casa, administram-na, e os que auxiliam nessa tarefa. Análises como estas, que focalizam o cotidiano, o comezinho,

o corriqueiro, também estão presentes em “Lugar e imagem da mulher na indústria” (RODRIGUES, 1992), no qual a divisão sexual do trabalho está presente não apenas em grandes grupos de atividades “femininas” e “masculinas” e, por conseguinte, expressando-se em diferentes funções, mas em situações nas quais, aparentemente, não haveria diferenças pelo recorte de gênero, como é o caso da operação de máquinas. Mulheres e homens podem operar máquinas, mas às mulheres é reservada a operação de máquinas secundárias.

Uma outra marca no trabalho da Arakcy é o seu estilo de escrita: seus textos são bastante claros, clareza esta sustentada em complexas articulações teóricas, as quais se encontram “encarnadas” em seus artigos.

Muito embora seja notável a maior concentração de publicações sobre a temática do trabalho, das organizações e da família, quando comparadas aos artigos sobre crença religiosa e sobre aids, Arakcy foi uma psicóloga social que utilizava categorias, conceitos e noções comuns que transitavam pelos diversos temas, havendo, também, cruzamentos temáticos, como é o caso de trabalho e família, organizações e família, aids e coletivos de trabalho. De forma extremamente criativa, articulava os temas “organizações” e “família”, como se pode observar em “Padrões afetivos na empresa familiar”.

Nenhum dos termos – indivíduo, grupo e sociedade – é trabalhado isoladamente. Um exige o outro e, ao proceder a essa articulação, Arakcy o faz sob a óptica da psicologia, focando as representações e as práticas com o olhar atento para a pessoa. Esse eixo, que aqui denominei “a pessoa no contexto” e “o contexto na pessoa”, possibilitou que Arakcy Martins Rodrigues nos deixasse importantes contribuições para uma psicologia social do trabalho, uma psicologia social das organizações, uma psicologia social da família etc...

Por tudo isso, dos temas estudados, Arakcy extraía os problemas teóricos para desenvolver a sua contribuição para a psicologia social a partir da “passagem” indivíduo, grupo e sociedade mediante uma outra passagem: filosofia, psicanálise, psicologia social e sociologia. Sendo um caminho de dupla mão, se, de um lado, o conhecimento dessa psicologia social possibilita contribuir originalmente para cada um dos temas e problemas estudados, de outro, ao debruçar-se sobre cada um deles, Arakcy Martins Rodrigues contribui de forma singular para a psicologia social.

Referências

GALVÃO, W. N.; PRADO JR., B. (Eds.). Almanaque psicanálise em questão. *Brasiliense*, São Paulo, n. 12, 1981, p. 24-37.

RODRIGUES, A. M. Comportamento da mulher em relação ao trabalho. *Revista do Instituto Brasileiro de Psicanálise*, [S. l.], ano 3, n. 4, p. 35-43, 1997.

- _____. Dinâmica grupal e indivíduo no sistema de distribuição de privilégio na família. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 37, p. 52-59, 1981a.
- _____. Lugar e papel da mulher na indústria. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (Org.). *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 266-288.
- _____. O do Catulé e outros demônios. In: PRADO JR., W. N. G. B. (Org.). *Almanaque de Psicanálise em Questão*, São Paulo: Brasiliense, n. 12, p. 24-37, 1981b.
- _____. O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias. In: AGUIAR, N. (Org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 204-219.
- _____. *Operário, operária*. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.
- _____. O trabalho autônomo e semi-autônomo. In: RODRIGUES, A. M.; SATO, L. (Org.). *Indivíduo, grupo e sociedade: estudos de psicologia social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 57-103.
- _____. Padrões afetivos na família e empresa familiar. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 35-48, 1991.
- _____. Processo produtivo e visão do trabalho entre supervisores de uma empresa automobilística. *RAE*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 5-14, 1988.
- RODRIGUES, A. M.; SATO, L. (Org.). *Indivíduo, grupo e sociedade: estudos de psicologia social*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SATO, L.; OLIVEIRA, F. Entrevista: Arakcy Martins Rodrigues. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-84, 1999. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v2/v2a12.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

Psicologia social crítica na periferia do capitalismo: a elaboração do sofrimento social e a luta por reconhecimento recíproco nas periferias

Luis Galeão-Silva

7.1

Neste texto, *nós discutiremos a relação entre a dimensão psicológica e a social como definidora do campo da psicologia social tanto no âmbito do conhecimento quanto na prática. A ação de reunir ou dividir esses termos poderia ser apenas uma questão de definição de categorias. Por exemplo, a gramática indica a reunião dos termos como psicossocial. E, no campo da psicologia social, temos tanto a defesa da forma psicossocial como a do hífen do termo psico-social. Propomos contribuir com o conhecimento dessa relação a partir da teoria social e da prática (comprometida com interesses coletivos). Deste modo, consideramos a relação entre o psíquico e o social determinada por mediações históricas. Tanto a sociedade define as condições de existência e formação da dimensão psicológica quanto há nesta dimensão particular diferentes reações – subjugadas, resistentes e criativas – às formas dominantes na sociedade. É na compreensão dialética e histórica das relações entre sociedade e psicologia que se encontra a especificidade do nosso ponto de partida, ou seja, a psicologia social definida a partir da teoria crítica da sociedade. Consideramos esta teoria por meio de dois modelos diferentes – o negativo e o reconstrutivo –, elaborados por teóricos e pesquisadores associados ao Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt. Consideramos essas tendências como matrizes para definir essa relação em um contexto histórico específico, como a periferia do capitalismo que ilumina as formas gerais do tempo histórico. A periferia é, ao mesmo tempo, um posicionamento político e social em relação ao centro detentor do capital, do conhecimento e do poder, bem como um lugar produtor de identificações e identidades sociais de grupos que resistem e criam novas formas de expressão, memória e organização*

social. Neste sentido, a periferia pode ser compreendida como um significante para designar locais sociais de pessoas oprimidas e desconsideradas como cidadãs.

As consequências da dominação na dimensão psicológica são heterogêneas e fortemente determinadas por diferentes graus de elaboração do sofrimento social. Essas consequências vão de formulações patológicas até críticas. As expressões patológicas – o desrespeito, a humilhação e o preconceito – são formas de reação subjetiva à dominação. Outras formas apontam na direção da resistência à opressão e da criatividade – o reconhecimento recíproco, a capacidade de realizar atividades coordenadas e estéticas – ao serem críticas à dominação, sendo ou produtos acadêmicos, ou populares, cujo sentido é o da emancipação social.

Deste modo, destacam-se dois vetores de análise para a psicologia social: de um lado, aquele do grau de utilidade da irracionalidade do sofrimento; do outro, a elaboração que leva da reação até resistência e a realização de capacidades individuais e sociais por meio da luta por reconhecimento.

Consideramos que a chave para um projeto de psicologia social crítica na periferia do capitalismo é a descrição das condições psicossociais (da resistência e da regressão) das periferias do capitalismo e a reconstrução normativa por meio do reconhecimento recíproco formado na memória e na interação social. Deste modo, consideramos que esta comunicação dialoga com os seguintes conceitos: o psicossocial, a psicologia social crítica e o reconhecimento recíproco.

A relação da dimensão psicológica com a dimensão social é definidora do campo da psicologia social como pesquisa e atuação. Lembramos que entre o social e o psicológico há categorias intermediárias. São categorias que mediam essas relações, como o grupo, a identidade, o *self*¹. Definir tanto as dimensões como as suas mediações poderia ser apenas uma questão de nomeação de categorias.

Consideramos que esta questão permite compreender a definição dessas categorias como uma necessidade histórica. Tanto a sociedade define as condições de existência e formação da dimensão psicológica, bem como suas mediações como linguagem, cultura e capital, quanto há nesta particularidade características resistentes às formas dominantes na sociedade. É na compreensão dialética e histórica das relações entre sociedade e psicologia que se encontra a especificidade da psicologia social definida a partir da teoria crítica da sociedade.

Nós reconhecemos que há outras definições de psicologia social crítica (FREITAS 1998; GUARESCHI, 2005; LIMA; CIAMPA, 2012). Mas, neste texto, atemo-nos à reflexão sobre as consequências para este campo de estudo da teoria crítica da sociedade nos séculos XX e XXI. Deste modo, recuperamos a noção de psicologia social crítica (*kritischem Sozialpsychologie*) apresentada por Theodor

1 O *self* é uma instância intermediária entre sociedade e os processos “mentais” para G. H. Mead (1952).

Adorno (1970). A teoria crítica da sociedade precisa de ciências sociais que descrevam aspectos empíricos da sociedade, pois estes revelam as formas como a dominação se expressa, bem como a distância das possibilidades humanas demonstram a necessidade da crítica. Para que essas afirmações sejam compreendidas, é necessário apresentar os princípios da teoria crítica.

A relação entre a teoria crítica e a pesquisa empírica teve um grande desenvolvimento a partir dos pesquisadores ligados ao Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt. Há dois conceitos fundamentais para compreender a teoria crítica da sociedade: a história social e a razão dialética. A história social é a resultante de conflitos que expressam a dominação social e negam a emancipação social. Na história, as relações entre os agentes sociais são regidas por um tipo específico de razão: a dialética. Esta permite compreender a história como relações contraditórias entre afirmação e negação, possivelmente superáveis pela negação da negação. Estes dois conceitos são fundamentais para compreender o papel da ciência e da relação entre as dimensões social e psicológica. Esses pesquisadores produziram dois modelos diferentes de teoria crítica da sociedade e, conseqüentemente, sobre o papel da realidade social e de sua descrição pelas ciências sociais. Esses dois modelos são o negativo e o reconstrutivo. (NOBRE, 2004).

Estes modelos da teoria crítica da sociedade nos interessam por dois motivos: em primeiro lugar, por situarem as ciências sociais, em particular a psicologia social, na história social e na razão dialética por meio de um projeto de pesquisa interdisciplinar que reuniu a crítica e a pesquisa empírica; em segundo lugar, por desvelarem as contradições entre a sociedade e a psicologia a partir de diferentes ângulos: descritivo e normativo.

Adiantamos que a descrição dos conflitos sociais na história indica que a dominação organiza a distribuição do território como uma dimensão importante para descrever a dominação e a formação de movimentos de resistência e reconstrução. Por exemplo, Milton Santos (2002) e Erminia Maricato (2000) descrevem que o capital determina a distribuição do espaço a partir do seu valor como mercadoria, o que significa que, para além das aparências, a desigual concentração dos mais pobres nas periferias e centro deteriorado das cidades é uma determinação da desigual distribuição do capital. Nós destacamos que esses conceitos se desnudam a partir da realidade social *da periferia do capitalismo*. Mas vamos retomar os modelos e a forma como integram a pesquisa e a crítica para refletirmos sobre a relação entre o psíquico e o social.

O Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, em 1930, reuniu pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Neste primeiro momento, a questão principal era como as massas, em vez de procurarem a emancipação, aderiram a regimes autoritários. Para tanto, era necessária uma definição da relação entre as partes e o todo da sociedade. Esta relação é definida, a partir da razão dialética, como

uma relação contraditória entre a afirmação e a sua negação. A dimensão psicológica é uma parte deste todo; logo, também está submetida a essas determinações (WIGGERSHAUS, 2010).

Ser submetida a determinações do todo social (históricas) não significa que a parte (dimensão psicológica) seja uma mera cópia. A dimensão psicológica apresenta resistências a essas determinações. Essa resistência não se trata de uma natureza não dominada. Ocorre exatamente porque o todo social é dialético e por causa das contradições entre dominante e dominado torna possível a resistência da dimensão particular. Isto acontece por haver nesta dimensão particular as possibilidades de realização da emancipação do ser humano que existem no todo social. Ou seja, há na dimensão particular tanto a expressão da dominação quanto a da superação desta por meio das potencialidades criativas e de resistência inerentes às relações dialéticas entre afirmação e negação. A razão dialética revela que a afirmação – a dominação que se expressa na desigualdade social, o desrespeito – está em contradição com a sua negação – a resistência que se expressa na necessidade da alienação do trabalho para gerar o valor desigualmente distribuído e o senso de injustiça naqueles e naquelas que são desrespeitados.

Refletimos sobre os modelos a partir de suas consequências de fortalecimento e enfraquecimento para a análise política e epistemológica da relação entre psicologia e sociedade em uma sociedade de classes.

O modelo negativo da teoria crítica leva ao fortalecimento da crítica da relação entre todo e parte, o que, para uma compreensão do psicossocial, revela dois fatores fundamentais: a prevalência da dominação acima das aparências de harmonia ou entendimento e a relação dialética entre aspectos psicológicos e sociais. Ou seja, ressalta-se que não é apenas a descrição das condições a tarefa da psicologia social; é necessário, também, a crítica ao que o potencial humano é impedido de se realizar. O enfraquecimento da crítica ocorre quanto às consequências práticas desta abordagem. Ela apresenta uma dificuldade para articular ações sociais de resistência, bem como perceber os elementos de crítica surgidos da práxis nas periferias do capitalismo. Ao nosso juízo, falta-lhe uma teoria da ação social que contemple a variação e a criação em condições opressivas e que representem uma crítica prática à dominação. Podemos dizer que, para a psicologia social, falta uma crítica política que considere as ações práticas e os conhecimentos produzidos nas interações dos participantes de lutas sociais.

O segundo modelo da teoria crítica é o reconstrutivo. Habermas identificou um déficit filosófico na crítica negativa da razão. Esse déficit ocorre por esta crítica se transformar em tautológica. A razão dialética também estaria comprometida com a dominação por se comportar com o não idêntico aos seus conceitos tal qual um regime autoritário. Deste modo, a razão crítica à própria razão sem identificar o que poderia ser uma negação da negação dessa contradição entre idêntico e não-idêntico. A implicação dessa tautologia é não permitir identificar

uma superação da contradição nas situações históricas como nos movimentos sociais e na política. A superação dialética no modelo crítico estava restrita à estética e, mesmo assim, suas possibilidades de realização da negação da negação eram muito reduzidas por ser uma esfera dominada por meio da indústria da produção e circulação de bens culturais: a indústria cultural.

A proposta de reconstrução do materialismo histórico a partir de suas bases normativas permitiu uma recuperação da crítica nas interações, o que inclui a estética e aspectos das ações instrumentais. Esta ênfase identificou uma relação menos determinada das estruturas sociais com as dimensões particulares por entender que a história se estende para a “integração social” por meio de experiências sociais. Essas experiências têm um núcleo normativo comum. Para essa teoria, o papel da normatividade passa a ser central para a regulação e os conflitos sociais. Esse modelo de teoria crítica identifica a interação social com a psicologia social, e suas análises corroboram com a definição do objeto da psicologia social como psicossocial.

Diremos que o fortalecimento da crítica desta segunda abordagem é a reconstrução da possibilidade de ação política e social. O enfraquecimento representado por esta é de um certo “déficit sociológico” ao propor alternativas normativas sem uma crítica à mediação do capital e da dominação na linguagem. Esse déficit é, em parte, diagnosticado por Axel Honneth no caso das relações de poder na linguagem. Consideramos que este é mais enfrentado posteriormente a partir de uma consideração das duas ênfases e do lugar social da crítica (VOIROL, 2012).

As análises da sociedade, no sentido da reconstrução, detectaram um certo arrefecimento das forças utópicas em uma sociedade do bem-estar social europeia. As ações normativas, em parte, contemplavam o respeito ao outro – apenas em parte, por continuar havendo a alienação das ações para finalidades heterônomas, fundamentalmente a reprodução do capital.

7.2

Nosso terceiro elemento para compreender a relação entre a psicologia e a sociedade é o lugar do sujeito no tempo e no espaço. O território é o local de onde interagimos com natureza e outros seres humanos na história:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (MARX, 2011, p. 25)

A descrição dos conflitos sociais na história indica que a dominação organiza a distribuição do território como uma dimensão importante para descrever a dominação e a formação de movimentos de resistência e reconstrução. Por exemplo,

Milton Santos (2002) e Erminia Maricato (2000) descrevem que o capital determina a distribuição do espaço a partir do seu valor como mercadoria, o que significa que, para além das aparências, a desigual concentração dos mais pobres nas periferias e centro deteriorado das cidades é uma determinação da desigual distribuição do capital. Nós destacamos que esses conceitos se desnudam a partir da realidade social da *periferia do capitalismo*.

As contradições do todo social se manifestam também nas suas partes, mesmo as mais distantes. Ao analisar a obra de Machado de Assis, o crítico Roberto Schwarz (1977, 1990) identificou que na periferia do capitalismo era possível revelar a condição humana em determinado momento histórico. Esta análise ressaltou a hipocrisia das “ideias fora do lugar” do século XIX – os ideais liberais no Brasil Imperial, uma sociedade distante da revolução industrial, na qual os ditos liberais mantinham escravos em vez de receberem a mais-valia do trabalho de empregados livres para vender sua força de trabalho. Consideramos que essa não é a idiosincrasia da elite brasileira, mas a contribuição dessa parte do sistema social do capital para revelar a contradição do liberalismo com a sua própria base material. Ou seja, o liberalismo é parte de um sistema social que se fundamenta na produção da mais-valia, seja por meio do trabalho livre ou escravo.

Mas as contradições do todo social se manifestam também nas suas partes, mesmo as mais distantes. Ao analisar a obra de Machado de Assis, o crítico Roberto Schwarz (1977, 1990) identificou que na periferia do capitalismo era possível revelar a condição humana em determinado momento histórico. Esta análise ressaltou a hipocrisia das “ideias fora do lugar” do século XIX – os ideais liberais no Brasil Imperial, uma sociedade distante da revolução industrial, na qual os ditos liberais mantinham escravos no lugar de receberem a mais-valia do trabalho de empregados livres para vender a sua força de trabalho.

Não concordamos com a noção de que haja um patamar normativo inferior na periferia. Defendemos que há uma normatividade condizente com as contradições sociais e, deste modo, as ações morais são expressão da sociedade. Por exemplo, um pobre no Brasil não é moralmente mais permissivo com o roubo do que o rico. Quando um pobre diz que vota em um político que “rouba, mas faz”, ele não é mais permissivo do que um rico que diz não votar com essa justificativa. Para o rico, não é roubo a diferença de muito mais serviços públicos prestados aos ricos do que aos pobres, sendo que nos países centrais do capitalismo esta distância é bem menor. A iniquidade da distribuição dos bens sociais na periferia do capitalismo permanece como correlato da acumulação da mais-valia por uma fração da população mais rica. Esse lucro é exportado para os países centrais e elites locais por meio da manutenção de distorções normativas, que justificam a exploração de parte desta população periférica. E é produzido um lugar aquém da pobreza, o *límpem* para a teoria econômica, ou seja, o

imprestável para o trabalho regular. Observamos formas de resistência e assujeitamento. Entendemos que estas considerações nos levam à obrigação de situar empiricamente e normativamente nossos esforços críticos nas opressões e nas ações das pessoas que contradizem a gramática hegemônica da dominação. Essa exigência nos leva, necessariamente, a definir os territórios humanos nos quais habitam e circulam essas pessoas – nas periferias das cidades, nas ocupações irregulares, nas áreas de litígio entre populações que reivindicam as formas produtivas e de conhecimento tradicional como ponto de partida para formas de definição da solidariedade e da identidade: quilombola, caiçara e indígena.

7.3

A relação entre a dimensão psicológica e a sociológica é marcada por uma luta por reconhecimento. A revisão do modelo reconstrutivo nos leva à discussão da luta por reconhecimento, na qual a dimensão psicológica é intersubjetiva *per se*. Sua constituição permite observar a gramática dos conflitos sociais por reconhecimento – os quais pautam a identidade e a cidadania dos diferentes do padrão hegemônico: mulheres, homossexuais, transsexuais e travestis, negros, indígenas –, bem como a necessidade de consideração dos humilhados e dos marginalizados na história: o *lumpem* proletariado e os desempregados de longa permanência.

Essa revisão recoloca no centro das relações as construções normativas a partir do conflito. Estas se dão em três dimensões de conflito, quais sejam: a integridade do corpo e o afeto, o respeito e o respeitar, e, por fim, o reconhecimento recíproco e a realização dos potenciais de ação (HONNETH, 2003).

Essas dimensões comportam a contradição do todo social expressas em suas próprias gramáticas: as relações amorosas, as relações do direito e as relações de solidariedade recíproca.

Para Axel Honneth, as três dimensões do reconhecimento recíproco – amor, direitos e solidariedade – permitem a compressão da dinâmica do processo de luta por reconhecimento e indicam, também, um ponto culminante do processo: o reconhecimento recíproco, que inclui a origem e o sentido dos processos de mudança social:

[...] a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo do reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar à auto-relação prática quando aprendem a se conceber na perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais (2003, p. 155-156).

A primeira dimensão é o amor, que, como dimensão do reconhecimento recíproco, é compreendido não como um sentimento romântico, mas como “[...]”

todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizade e de relações pais/filhos” (HONNETH, 2003, p. 159).

A segunda dimensão é o reconhecimento jurídico e se distingue da primeira experiência de reconhecimento, o amor. O reconhecimento jurídico exige uma generalização cognitiva não necessária nas relações próximas: “[...] só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: [...]” (HONNETH, 2003, p. 179).

A última dimensão do reconhecimento recíproco são a solidariedade e a estima social. Essa relação é dependente de condições históricas e sociais (HONNETH, 2003, p. 200). Entretanto, caso seja uma formação de estima fundamentada em hierarquias ou em estamentos (grupos sociais restritos na sua identificação de seus membros e que desvalorizam os diferentes da sua identidade), essa estima perde o seu caráter de reconhecimento recíproco.

Por fim, essas dimensões são indicativas de como podem surgir mudanças sociais. As expectativas normativas surgem de experiências concretas de reconhecimento e de sua negação por atos de não reconhecimento. Para cada dimensão do reconhecimento, há o seu desrespeito: ao amor, opõe-se a violação; aos direitos, o seu desrespeito e à estima social recíproca, a degradação e a ofensa (HONNETH, 2003, p. 211).

O amor, o direito e a comunidade de valores não são igualmente capazes de levar à tensão moral que caracteriza a luta social. Para tanto, é preciso uma generalização de objetivos que possam chegar a se apresentar como conflitos sociais e só o direito e a estima social se apresentam deste modo. A “luta social” passa a ter uma teoria sobre a sua semântica coletiva:

[...] luta social no contexto de nossas considerações –: trata-se do processo prático no qual experiências de desrespeitos são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 256).

O que encontramos sobre a denominação de “comunidade” entre populações urbanas em grande vulnerabilidade social é exatamente um processo prático de reconhecimento mútuo e auto-realização que demanda uma ampliação do reconhecimento.

Por isso, para a psicologia social comunitária, a “comunidade de valores” se apresenta como a possibilidade de uma conceituação dinâmica e crítica do seu objeto de estudo. A comunidade deixa de ser uma indicação geográfica para descrever, ao mesmo tempo, as relações práticas que instituem novas expectativas de respeito e as ameaças à integridade corporal, aos direitos políticos e sociais e à dignidade.

Deste modo, podemos concluir com as mediações da dominação, da ação produtora de respeito recíproco e ação coordenada:

a) As consequências da dominação na dimensão psicológica são heterogêneas e com diferentes graus de elaboração do sofrimento social. Essas consequências vão de formulações patológicas até críticas. As expressões patológicas – o desrespeito, a humilhação e o preconceito – são formas de reação subjetiva à dominação. Outras formas apontam na direção da emancipação – o reconhecimento recíproco, a capacidade de realizar atividades coordenadas e estéticas – ao serem críticas à dominação, sendo ou produtos acadêmicos, ou populares.

b) Consideramos dois vetores de análise para a psicologia social: de um lado, o grau de utilidade da irracionalidade do sofrimento; do outro lado, qual é a elaboração que leva da reação até resistência e a realização de capacidades individuais e sociais.

7.4

A chave para um projeto de psicologia social crítica na periferia do capitalismo é a descrição das condições psicossociais (da resistência e da regressão) das periferias do capitalismo e a reconstrução normativa por meio do reconhecimento recíproco formado na memória e na interação social. Nestes termos, não há, ainda, uma negação da negação da afirmação psicossocial e a sua negação psico-social. Temos que manter a contradição entre elas. Isto para mantermos nossa utilidade na luta social e na busca por ações e normatividades que superem a dominação.

Na sociedade (descritivamente) *o centro é um polo de poder e controle do conhecimento*, sua circunscrição é exatamente a expressão da dominação. Normativamente, o conhecimento com centro em toda parte é um princípio de interação do si mesmo como outro, no qual todos estão no centro. É preciso manter a compreensão de que é uma expectativa normativa – diríamos utópica – cuja constituição geral não podemos esperar, embora a sua imediatez esteja na contradição presente que a gesta.

Por fim, enunciamos, por meio da arte, que a *periferia* está para o todo da sociedade assim como o *sertão* está para o mundo:

“O sertão está em toda parte – o sertão está dentro da gente”. (Guimarães Rosa, 1988)

Referências

ADORNO, T. Erziehung nach Auschwitz 1966. In: _____. *Erziehung zur Mündigkeit, Vorträge und Gespräche mit Hellmuth Becker 1959-1969*; Herausgegeben von Gerd Kadelbach. Berlin: Suhrkamp, 1970. p. 88-104.

- FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 1998.
- GUARESCHI, P. A. *Psicologia social crítica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- GUIMARÃES ROSA, JOÃO. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- HONNETH, A. *The critique of power: reflective stages in a critical social theory*. Boston: MIT Press, 1993.
- _____. *A luta pelo reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C. *Metamorfose humana em busca da identidade na perspectiva da psicologia social crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.
- MEAD, G. H. *Mind, self and society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1952.
- NOBRE, M. Modelos de teoria crítica. In: NOBRE, M. (Org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papyrus, 2008.
- SANTOS, M. *Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- VOIROL, O. Teoria crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 93, p. 81-99, 2012
- WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

Parte 3

Psicologia social e psicanálise

A queda do hífen: história, política e clínica

Maria Inês Assumpção Fernandes

Ianni Régia Scarcelli

Se, como afirmado em diferentes momentos históricos e por diversos autores, a psicologia social constitui uma matéria híbrida, situada num ponto de confluência de várias áreas – psicologia, sociologia e antropologia – a problemática específica que estudamos inscreve-se e se define como campo dos limites, das fronteiras e das demarcações, dos filtros e das passagens.

Assim, tendo como terreno os limites e fronteiras, trabalhamos com os espaços e formações intermediários, *figura de mediação*. Isto quer dizer que, ao operar nesse meio, estamos inseridos numa investigação sobre “o conflito ingênito entre o diferido e o imediato, entre o contínuo e o descontínuo, entre o terror e o pensamento” (CHOUVIER et al., 2012, p. 12).

Tendo como pano de fundo essas questões, dois caminhos de pesquisa têm sido percorridos no Lapso. Um deles investiga os processos psíquicos e sociais tendo como horizonte as decorrências técnicas e o foco nas práticas institucionais e políticas. O outro investiga elementos para uma construção metapsicológica no seio da psicanálise, que se volta para a investigação do sujeito como sujeito do vínculo e dos grupos; portanto, uma investigação sobre os processos psíquicos intersubjetivos.

Tanto num caminho como no outro, o *grupo* tem sido o lugar privilegiado para a investigação e compreensão desses processos psico-sociais.

Assim, neste trabalho, refletiremos sobre este percurso e suas consequências para o desenvolvimento da pesquisa sobre dispositivos de intervenção clínica nas instituições. Neste trajeto, coloca-se em debate, fundamentalmente, como há pouco mencionamos, uma concepção de sujeito. Os conceitos de vínculo, mundo interior, realidade histórica, realidade psíquica e alianças inconscientes são objeto de reflexão.

8.1 As marcas de uma história

Há exatamente quarenta anos, a situação política na América Latina era de extrema violência. A transição de um regime totalitário à democracia implicava sobrepor-se a dificuldades de diversas ordens nos domínios jurídico-políticos e sócio-culturais. Os espaços para pesquisa nas universidades eram ameaçados. A circulação de pessoas entre países da América do Sul procurando escapar da repressão política era frequente. Da Argentina, chegaram professores e profissionais “psi”. Inicia-se, nesse período, uma troca de ideias teóricas/conceituais e políticas com impactos técnicos e de assistência nos domínios da saúde e da educação. A psicologia social de Pichon-Rivière começa um diálogo com as referências teóricas da psicanálise e das psicoterapias de grupo no Brasil. Após 1980, este diálogo reunirá as contribuições de René Kaës.

Contar esta história requer um cuidado especial quando se faz um recorte histórico e político. Isso implica a exclusão de muitos fatos. Tendo como finalidade narrar a história de um percurso teórico e sua trajetória no contexto sul-americano e fundamentalmente no âmbito de instituições de formação e de cuidado, o tecido final do texto revela-se, também, pelo seu avesso.

Abordar a situação política na segunda metade do século XX exige, também, muitos cuidados. Nos diferentes continentes, de forma diversa, a Segunda Guerra Mundial havia revelado aspectos do funcionamento psíquico até então pouco explorados. As neuroses de guerra foram intensamente investigadas a partir da chegada dos soldados combatentes em suas cidades de origem e seus efeitos tinham sido psiquicamente devastadores. Além, é claro, dos corpos mutilados, destruídos, que impediam a retomada da vida no trabalho, na família e na sociedade.

O Brasil, que sempre recebeu grandes fluxos migratórios desde o final do século XIX, acolheu novamente, durante a guerra e no pós-guerra, um grande contingente de migrantes como efeito das condições sociais e políticas da Europa, sabidamente conhecidas.

De outro lado, com a expansão econômica do pós-guerra, efeito da aceleração industrial, outras e novas situações sociais e políticas se configuravam e exigiam novas condutas. Transformara-se o campo do trabalho, as relações familiares ficaram mais complexas, a família não mais se apoiava nos mesmos pilares, a vida emocional e afetiva exigia novas soluções.

A aceleração econômica no final dos anos 1950 havia permitido, especialmente no Brasil, a construção de um novo parque empresarial e a exigência de mão de obra implicava uma demanda por formação qualificada. Essa situação exigia uma grande transformação no sistema de regulação institucional, principalmente em educação.

No início dos anos 1960, as transformações sociais e políticas que decorreram desses anos de aceleração econômica mostravam um Brasil um pouco mais fortalecido para o enfrentamento de outras e novas mudanças sociais, à época sustentadas por ideologias de esquerda que, dentre outras, tinham a reforma agrária como a mais polêmica. Essas propostas de reforma social e política, contudo, não foram toleradas pelos setores políticos conservadores marcadamente representados pelo poder militar. Um golpe militar toma o poder em 1964 e o Brasil enfrentou um período totalitário de vinte anos.

Neste cenário, o início dos anos 1970 no Brasil (e também na América do Sul, por razões semelhantes) foi um período turbulento no que se refere às condições sociopolíticas. Os chamados “anos de chumbo” evidenciaram um processo de transição à democracia marcados pela violência do Estado. A tortura e o medo pela segurança pessoal e institucional conviviam com uma intensa atividade política clandestina. O Ato Institucional número 5 (AI 5), no final dos anos 1960, havia retirado dos cidadãos as liberdades sociais e políticas. O governo militar exercia seu poder tiranicamente. O clima geral da população era de insegurança. As atividades cotidianas eram vigiadas. Na universidade, a insegurança imprimia às relações sociais de amizade e companheirismo uma intensa suspeição. Toda atividade de pesquisa passava pelo crivo do Estado. As reuniões estudantis eram alvo de intensa vigilância. Os professores e estudantes eram perseguidos. Toda manifestação política era marcada pela repressão policial.

A universidade sofria uma “limpeza” em seus quadros funcionais acadêmicos, o que representava o afastamento de professores e a cassação de seus direitos civis. Muitos fugiam do país. Do Brasil, estudantes e professores partiam para o Chile, primeiro destino até a queda do Presidente Allende, em 1973; ou para a Europa, sendo a França e Portugal os destinos mais comuns. Essa fuga tinha o propósito de preservar a vida e a luta política.

Esse período de maior repressão política se estendeu até, aproximadamente, 1977. A anistia política, ainda num governo militar, começava a abrir a cortina de chumbo, mas as eleições diretas para presidente só viriam no final dos anos 1980.

No que se refere à Argentina, a situação de intensa repressão mostrava um cenário de agonia social. A ditadura de 1976 havia instalado a tortura e o desaparecimento dos presos políticos e marcava o país com o terrorismo de Estado. Professores e profissionais deixavam o país. O Brasil, apesar de estar ainda sob regime militar, era destino de muitos argentinos. No final da década de 1970, muitos cidadãos argentinos, dentre eles psicanalistas e psicólogos, chegaram ao Brasil; São Paulo e Rio de Janeiro foram os destinos mais procurados, apesar de outros estados também os terem recebido, como Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

8.2 Uma comunidade “psi”

Uma comunidade “psi” começa a se fixar no país e um novo diálogo se instala nesta área. A universidade, a pesquisa em psicologia no Brasil e as sociedades de psicologia em geral tinham se organizado em tempo muito recente, pois esta área como profissão tinha sido regulamentada somente em 1962. Por outro lado, a década de 1970 tinha se iniciado com uma grande reforma universitária. Esta alterava o regime de poder hierárquico dessa instituição e estabelecia novas regras para a formação em psicologia e para o exercício profissional que passou a ser regulamentado por instâncias externas à universidade.

Pela reforma universitária, iniciava-se um novo sistema educacional superior no país, que já havia sido testado no nível do ensino básico. De um lado, mudavam-se os cursos de formação para exercício profissional e se criavam os cursos destinados a pesquisadores em nível de mestrado e doutorado. De outro lado, contudo, permitia-se a criação de cursos privados de formação profissional, alinhando-se com a vertente da privatização do ensino básico, já implantado no país desde meados da década de 1950. Havia um novo mercado a se atender. O Estado não conseguia mais acolher a demanda de formação no ensino superior.

O exercício profissional da psicologia no âmbito das instituições, até a década de 1970, alinhava-se com as intervenções do serviço social, cuja formação era muito diferente. A partir desse período e com a regulamentação da profissão de psicólogo, novas formas de intervenção são exigidas.

Do ponto de vista das abordagens teóricas, disputam espaço nesse período a formação em Psicanálise, as formações em Psicodrama e a Escola de Potencial Humano de herança norte-americana. Os trabalhos de tradição psiquiátrica não convivem bem com a recente entrada da psicologia no campo da saúde mental; e as grandes reformas psiquiátricas da Itália e França só haviam chegado ao Brasil pela via teórica, mas não se refletiam nas práticas institucionais. A análise institucional e a psicoterapia institucional surgem no debate acadêmico por meio de Foucault e Castel, em áreas como a filosofia e ciências sociais, mas não “entram em campo” quando se refere a mudanças nas práticas institucionais. Assim, nesse momento, as instituições para abrigo de menores, as escolas e os hospitais, são objeto de atenção, mas não são objeto de grande transformação.

Sob este panorama, começa o diálogo entre argentinos e brasileiros com suas heranças culturais e institucionais marcadamente diferentes.

A formação em psicanálise na Argentina tinha sido sempre observada com respeito pelos brasileiros; porém, por meio dos imigrantes argentinos, chega com força ao Brasil a proposta do Grupo Plataforma, crítica ao modelo clássico de formação/transmissão em psicanálise.

Na Universidade de São Paulo, esta vertente crítica teve força suficiente para permitir a entrada de autores que acentuavam uma perspectiva em psicologia e sobre o psiquismo que se distanciava, em parte, da compreensão clássica psicanalítica sobre a constituição do sujeito psíquico.

Enrique Pichon-Rivière destaca-se como teórico de referência. Embora tendo estado no Brasil em algumas incursões teórico-clínicas não tinha ainda ocupado um lugar de destaque no cenário teórico brasileiro. O pensamento pichoniano associava-se a uma intensa prática clínica em hospitais psiquiátricos. Comprometia-se com uma investigação na qual a produção social da loucura e a crônica dos sofrimentos eram cotidianamente colocadas em debate. Esta perspectiva não tinha boa aceitação pela medicina psiquiátrica da época e, como decorrência, na Argentina, a consistência teórica de seu pensamento e a clínica que dela derivava tinham “praticamente desaparecido dos âmbitos universitários desde a ditadura de 1976 [...] ocultada e desvalorizada pela cultura pós-moderna que deu por caduco o pensamento dialético a partir do qual Pichon e seus seguidores produziram sua obra” (FABRIS, 2004, p. 8).

Ainda de acordo com o autor, no fim da década de 1970, o silêncio e a ignorância recaíram sobre a obra de um autor que poucos anos antes fora reconhecido como o mestre da psiquiatria argentina e sul-americana, a quem J. Lacan respeitava profundamente e H. Ey chamava de “meu grande irmão do sul” (FABRIS, 2004).

Nesses anos de 1978 e 1980, Pichon-Rivière será resgatado no Brasil. Seu pensamento crítico encontra na universidade ressonância teórica e técnica numa vertente política de herança marxista. Na Universidade de São Paulo, uma aliança entre argentinos e brasileiros se constrói e se fortalece, garantida por linhas de pesquisa em psicologia social, nome que Pichon atribuía ao desenvolvimento de sua abordagem teórica em psicologia. Sua obra *Da psicanálise à psicologia social*, com textos escritos entre 1934 e 1977, permitiu-lhe um processo de elaboração teórico-clínico no qual, assentado em fundamentos filosóficos da dialética histórico-materialista, constrói seu objeto teórico, o *vínculo*, incluindo nesse objeto uma concepção de sujeito *social e histórico*. Afirmava Pichon que sua teoria da saúde e da doença mental centrava-se no estudo do vínculo como estrutura.

Para termos um balizamento de seu pensamento, ou seja, dos fundamentos de seu ECRO (esquema conceitual referencial e operativo), sua *Weltanschauung*, faz-se uma exigência: cruzar as fronteiras teóricas e pagar o preço de alfândega, como diria Kaës. O preço implica o reconhecimento do que não pode ser aceito no estrangeiro e deve ser banido ou aceito sob restrição. Este foi um desafio para Pichon.

Nessa ultrapassagem de fronteira, a psicologia social de Pichon não pode mais sustentar a *teoria das pulsões* que havia apoiado sua prática clínica de 1940, a partir de um enfoque freudiano, até 1954, já com enfoque kleiniano.

A partir de 1955/1956, não mais voltará a utilizar estes conceitos ou o fará com a intenção de questioná-los. Esta crítica e abandono são simultâneos à inclusão dos conceitos de “processo em espiral dialética”, “vínculo” e “necessidade”. As razões para estas mudanças implicam diferenças na concepção de desenvolvimento psíquico, de um lado, e, fundamentalmente, “o papel determinante – e não condicionante ou desencadeante – que ele atribui à interação com o outro, que não mais é somente o outro simbólico mas o outro concreto” (FABRIS, 2004, p. 114).

O alcance desta nova proposição é produto de um complexo processo de elaboração apoiado em fatores ideológicos e metodológicos essenciais: o método dialético, a epistemologia convergente e a interrelação teórico-prática, sendo a *tarefa concreta* a referência e o objetivo permanentes (ROSENTHAL, 1983, p. 19).

Pichon propõe, de fato, uma Teoria Geral da Conduta, na qual faz uma conexão genética entre necessidade e vínculo. Entende que a necessidade experimentada e/ou exteriorizada como demanda de satisfação é produto de uma carência concreta de natureza material intrinsecamente ligada a uma vivência de perda objetual. Nesta medida, a satisfação da necessidade implica a apreensão material indissolivelmente ligada à do objeto. Articulam-se aqui a percepção e a ação específica destinada a resolver, mediante uma intervenção externa, a demanda e sua carência ou perda implícita. Assim, por meio da interação, aperfeiçoam-se as funções de percepção e seu ajuste à instrumentalização operacional da demanda ou busca de satisfação de *dupla fonte e objetivo*. A satisfação da carência implica a negação automática dela e a correlativa possessão onipotente de um objeto ou vínculo ideal ilimitadamente gratificante. Esta seria a essência da satisfação alucinatória (alucinação primária), na qual simultaneamente se satisfaria a necessidade de posse (apreensão) do objeto.

De acordo com Pichon, provavelmente a alucinação primária seja a mais primitiva representação vincular, gestada e registrada no nível somático correspondente aos estágios iniciais da organização bio-psico-social (ROSENTHAL, 1983, p. 24).

Esta seria a base da *aprendizagem*, ou seja, da aquisição conceitual da diferenciação e do re-conhecimento da realidade sujeito-objeto-contexto. Estaria aqui, expressa de forma sucinta, a concepção de Pichon acerca da gênese e organização operacional da conduta, ou seja:

A percepção da realidade inclui indissolivelmente, a carência material e a perda vincular e é o resultado natural delas [...] Isso determina que o objeto externo é, situacionalmente, ora gratificante ora frustrante; portanto buscado ou recusado, ambivalentemente (ROSENTHAL, 1983, p. 25).

Tal formulação teórica implica várias questões. Como o interno se faz externo e o externo se faz interno? E mais:

De que maneira uma ordem histórico social e suas diversas mediações institucionais, grupais e vinculares – consegue inscrever-se nos sujeitos, criar e modelar suas representações psíquicas e suas condutas. Que mecanismos específicos operam como articuladores do objetivo do mundo e do subjetivo das representações psíquicas (mundo interno). Como o intersubjetivo se faz intrasubjetivo e o inverso? (FABRIS, 2004, p. 110-111)

Vemos, então, que em Pichon e, consonante com sua filiação epistemológica, o intersubjetivo é abarcado pela *categoria de interação* ao inscrever o sujeito na ordem das relações concretas. O objeto teórico de sua teoria, o vínculo, “designará as relações *reais*, a ação concreta do outro e sua eficácia na configuração da conduta do sujeito mas, também, a modalidade de relação com seus objetos internos” (FABRIS, 2004, p. 108).

Este conceito procura instalar uma ruptura com as ideias clássicas e fundamentais da psicanálise ao acentuar a unidade entre o subjetivo e o objetivo como polos de uma contradição cuja unidade remete a um processo de construção/transformação intrínseco a ela.

Consoante ainda com essa filiação, a dimensão intrasubjetiva será definida como a *crônica interna da realidade externa*, na qual ocorre uma passagem fantasiada do fora ao dentro e, como decorrência, discutirá a fantasia inconsciente como um “projeto ou estratégia totalizante de uma ação sobre a base de uma necessidade” (PICHON-RIVIÈRE, 1975, p. 42). Nesta construção, vemos que o domínio da fantasia inconsciente deve ser considerado como a interação entre objetos internos (grupo interno) em permanente inter-relação dialética com os objetos do mundo exterior.

Essa passagem do fora ao dentro dirá respeito ao fato de que a “apropriação da realidade externa não é totalmente objetiva, já que o conhecimento é um processo de aproximação infinito ao real e, além disso, há o trabalho de mecanismos defensivos que operam um grau de distorção da leitura do real” (FABRIS, 2005, p. 109).

Esta definição de fantasia sublinha a concepção materialista da relação entre o objetivo e o subjetivo, ou seja, acentua que a interiorização sempre teve existência prévia no mundo externo; e assinala o caráter motivacional, situado e intencional do processo de internalização, pelo qual se configura, em cada aqui e agora com o outro, o mundo interno, agora nomeado *grupo interno*.

“O grupo interno é uma maneira de visualizar e conceituar – em um sentido funcional – o psiquismo humano. Trata-se de um repertório de estruturas vinculares

organizadas em uma unidade que as torna coerente”; uma concepção de psiquismo determinado e imerso no contexto sociocultural que constitui o habitat humano; habitat que se presta melhor a um modelo dramático (ARBISER, 2013, p. 124).

Os efeitos desse pensamento no âmbito das instituições revolucionam o campo das práticas e definem o objeto de estudo dessa psicologia social como sendo o desenvolvimento e transformação de uma relação dialética que se dá entre *estrutura social* e *fantasia inconsciente do sujeito*, assentada sobre suas relações de necessidade. Dito de outra maneira, “a relação entre estrutura social e configuração do mundo interno do sujeito, relação que é abordada através da noção de vínculo” (PICHON-RIVIÈRE, 1975, p. 206).

Desta psicologia social, configura-se o novo instrumento de trabalho: o grupo operativo. O grupo é o instrumento privilegiado de investigação e acesso ao sujeito, pois permite a “indagação do interjogo entre o psicossocial (grupo interno) e o sociodinâmico (grupo externo/dimensão intersubjetiva) por meio das formas de interação e dos mecanismos de atribuição e assunção de papéis” (PICHON-RIVIÈRE, 1975, p. 206). O caráter instrumental do grupo é efeito dessa orientação em direção a uma práxis pois, para Pichon, “a práxis introduz a inteligibilidade dialética nas relações sociais e restabelece a coincidência entre representações e realidade” (PICHON-RIVIÈRE, 1975, p. 207).

O argumento teórico apoiado neste cenário materialista dialético encontra no Brasil e na universidade, no final dos anos 1970, agora compondo essa aliança entre brasileiros e argentinos, um terreno fértil. A abertura política no país, embora ainda permanecesse sob o domínio militar, havia permitido a volta dos exilados políticos por volta de 1977 e intensas manifestações políticas emergiam – dentre elas, a de trabalhadores na área de saúde mental. Assim, temos:

No *campo político*, uma nova configuração de forças sociais se inicia. Os *movimentos sociais* ganham espaço político e institucional. As práticas nas instituições de cuidado se alteram. O trabalho com os grupos nas instituições se amplifica e ganha sustentação teórica e instrumentos técnicos.

No *campo teórico*, retoma-se a reflexão que, a partir do pós-guerra, principalmente na Inglaterra, havia gerado os debates sobre o campo da prática psicanalítica e reclamado outra compreensão sobre o sujeito psíquico e suas relações. Os conceitos de realidade material, realidade social e realidade psíquica exigiam novas reflexões.

O grupo e seu funcionamento tinham adquirido, a partir do entendimento das propriedades do dispositivo de grupo, um lugar privilegiado no tratamento de novas modalidades clínicas, por meio das quais se manifestavam as *novas patologias*. As investigações conduzidas por Bion e Foulkes na Inglaterra, desde os anos 1940 e 1950, e por Pichon-Rivière e Bleger na Argentina são doravante

repensadas, objeto de novas reflexões, pois já fornecem modelos inovadores de *inteligibilidade sobre os processos e formações psíquicas específicas das situações de grupo*.

As construções teóricas que já tinham sido consideravelmente transformadas permitem, agora, que novos *espaços psíquicos* sejam desbravados. A compreensão sobre o processo de funcionamento dos grupos solicita maior reflexão e consistência a fim de contemplar essas novas exigências.

Nesse período de luta política, de transformação de práticas e de reflexão sobre o funcionamento dos grupos, novas alianças teóricas são feitas.

A noção de vínculo e grupo interno, modelo dramático do psiquismo, mostrava a complexidade da relação realidade externa e realidade psíquica e pedia uma outra investigação. Neste interjogo teórico, a obra de René Kaës surge abrindo outros horizontes de pesquisa com o trabalho sobre o conceito de aparelho psíquico grupal (APG) e, fundamentalmente, já na década de 1990, ampliando o entendimento do funcionamento psíquico por meio do conceito de alianças inconscientes.

Um novo diálogo entre a tradição materialista da psicologia social de Pichon-Rivière e a psicanálise do sujeito como sujeito do grupo de René Kaës inicia-se no LAPSO (Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social), constituindo-se em mais uma de suas vertentes de estudo.

Por meio da leitura de seus trabalhos, entendemos que Kaës conhecia bem os trabalhos psicossociológicos, pois tinha elaborado reflexões sobre a problemática do sujeito nas relações de trabalho e lazer em *Images de la Culture chez les ouvriers français*. Ao aliar a pesquisa de campo com a teórica e ao formular o modelo do *aparelho psíquico grupal*, ele retoma a questão bioniana sobre o lugar do objeto na psicanálise; de outra forma, recolocava a questão da exigência de um discernimento sobre o objeto-grupo, o esclarecimento sobre seus efeitos, e pedia uma articulação sobre a relação entre o método e o objeto (KAËS, 2010a).

O modelo proposto de aparelho psíquico grupal procura dar conta dos processos inconscientes que estão em ação no agenciamento dos vínculos do grupo. Esta nova compreensão envolvia uma ruptura epistemológica, que podemos resumir da seguinte forma:

conceber o grupo como um sistema em tensão entre vários centros vai ao encontro de um verdadeiro obstáculo epistemológico que hesita diante da representação das relações elípticas entre a multiplicidade de lugares (foyers) "grupais" e a multiplicidade de (foyers)lugares "individuais". É nesta mudança de perspectiva que se inscreve o modelo de aparelho psíquico grupal (KAËS, 2010a, p. 5).

Segundo Kaës, esta mudança constatava que a epistemologia da psicologia social que sustentava as intervenções em grupo não podia conter a epistemologia da psicanálise por uma simples razão: a psicologia social não incluía o *inconsciente*.

Para nós, a trajetória, a partir daqui, instalará um campo intenso de pesquisa em torno dos conceitos capitais da psicanálise e da lógica intersubjetiva que a sustenta. Este projeto põe em destaque o programa de racionalidade pressuposto no processo psicanalítico e retoma a pergunta: qual o paradigma de racionalidade fundado na noção de intersubjetividade?

A exigência de compreensão do que se passa no estabelecimento do vínculo instalará nosso segundo vértice de pesquisa – *uma investigação sobre o que inere ao vínculo*. Neste caminho, pesquisa-se o processo de vinculação e as transformações que se tornam necessárias à sua constituição e consolidação pelas exigências de ligação e de continuidade entre organizações heterogêneas.

O caminho, apoiado nas contribuições de René Kaës (2010a), requer que compreendamos uma diferença no que se refere a vínculo e, em decorrência, grupo: (a) O que a psicologia social define (LEWIN, 1965) como um agenciamento particular de relações interpessoais e sociais regidas por relações de *diferença* e de *tensões* entre seus elementos constituintes; (b) O que a psicanálise caracteriza como um objeto de investimento, mobilizador de representações, que tem um papel capital no processo de construção das relações entre a realidade psíquica, a realidade social e a realidade material.

Seguir esse caminho supõe, do ponto de vista teórico, retomar a reflexão sobre a relação entre intersubjetividade e pulsão e, a partir daí, enfrentar um diálogo com o conceito de alianças inconscientes.

Em relação à questão de pulsão, Kaës a analisa na interrogação sobre os fundamentos da psique no vínculo. Nessa investigação, ele dará a ela uma grande importância no que se refere ao processo de passagem e de transformação que dará conta do conceito de apoio, pois,

se admite-se a pertinência da questão das relações entre a pulsão e o vínculo intersubjetivo, nós temos que examiná-la sob uma dupla face. De um lado, ela interroga a especificidade de uma pulsão que estaria diretamente implicada na formação do vínculo [...] de um outro lado, ela interroga a própria formação da via pulsional na intersubjetividade (KAËS, 2015, p. 218).

Nesse percurso, pode-se ver que ele relança o debate sobre a pulsionalidade na constituição do vínculo grupal e vai sustentá-la a partir de duas proposições abordadas sob o ângulo do *trabalho psíquico* e das exigências que lhe são impostas pela correlação de subjetividades: uma delas diz respeito à correlação da

psique com o investimento pulsional que ela recebe do objeto; a outra procede da correlação da psique com os processos responsáveis da formação do inconsciente, sob o aspecto em que esses processos dependem do conjunto subjetivo, no qual a medida de trabalho psíquico se expressa, pelas operações de co-recalque, nas alianças inconscientes (KAËS, 2010b, p. 220).

Entende-se, assim, que a questão do apoio e do encontro com a subjetividade do objeto estão no coração de suas proposições. Dessa forma, Kaës relança de outra forma a complexa questão da intersubjetividade.

Se esta questão não foi elaborada como uma problemática que se inscreveria no domínio dos objetos teóricos centrais da psicanálise, diria Kaës (1996), foi devido ao fato de que a tarefa fundadora da psicanálise dizia respeito à constituição da realidade psíquica inconsciente nos limites de um aparelho psíquico individual. Sabe-se, porém, que Freud interrogou “as condições familiares diretas e transmitidas, de geração em geração, para tentar entender a inscrição do sujeito numa cadeia; assim ele coloca em perspectiva um sujeito em sua divisão interna e em relação ao conteúdo psíquico dos vínculos que o precedem” (KAËS, 1996, p. 4).

Embora o conceito de intersubjetividade não esteja verdadeiramente constituído como um conceito psicanalítico, e isso se deve aos medos de se “deslocar o campo da psicanálise do intrapsíquico para o relacional, ou pior, em direção ao interacional” (KAËS, 2015, p. 247), deve-se reconhecer que a questão da intersubjetividade, em realidade,

coloca o problema do reconhecimento e da articulação de dois espaços psíquicos parcialmente heterogêneos, dotados cada um de conteúdos, de processos e de lógicas que lhe são próprias [...] Ela é a *estrutura dinâmica do espaço psíquico* entre dois ou vários sujeitos (KAËS, 2015, p. 248).

Esta afirmação de Kaës nos reenvia a duas questões relevantes para o nosso propósito: uma delas, abordada pela psicologia social de Pichon-Rivière, refere-se ao conceito de *gestalt-gestaltung* – uma estrutura em permanente estruturação e que diz respeito à própria definição de vínculo; a outra refere-se a uma teoria que não será aquela dos fundamentos sociais do vínculo – mas permite sustentá-la – e nem aquela da psicologia da interação, e sim a que fala do desejo inconsciente, desejo do outro e do objeto de desejo do outro.

O modelo desta teoria – o aparelho psíquico grupal – supõe pensar “as relações entre os espaços do grupo, dos vínculos intersubjetivos e dos sujeitos e dar conta das continuidades, das descontinuidades e das rupturas entre os espaços” (KAËS, 2015, p. 121). Neste quadro conceitual pode-se ter uma representação “da maneira como se forma um grupo, da realidade psíquica inconsciente que aí se produz e das formas de subjetividade que aí se manifestam” (KAËS, 2015, p. 121).

Trata-se, agora, de edificar uma teoria do sujeito do inconsciente enquanto ele seja, correlativamente, sujeito do grupo e, por extensão, sujeito do vínculo enquanto espaço psíquico específico de um casal, de uma família, de um grupo e de uma instituição.

Tomar em consideração o conjunto destas proposições implica notar o papel determinante das alianças inconscientes nas modalidades constitutivas do inconsciente do sujeito. Estas alianças, que são a matéria primeira do agrupamento, estão na base da gênese e dos efeitos do inconsciente nas formações e nos processos do vínculo.

O conceito de alianças inconscientes é o operador conceitual e clínico desta abordagem teórica. Ele amplia a compreensão do vínculo como o entendíamos em Pichon Rivière.

Esta proposição de Kaës (1993) repousa na afirmação de *que a negatividade está na base da construção do vínculo*. Por isso, entende-se que o que vai garantir a ligação, o vínculo, são as formações psíquicas nomeadas formações intermediárias, destinadas a regular a economia psíquica da vinculação. Em outras palavras, essas formações cumprem a função da aliança – *aliança inconsciente* – pela qual o vínculo é garantido. Ela tem a finalidade de garantir a retirada daquilo que impossibilitaria a manutenção do vínculo. Assim, este se constitui e se mantém pelo deixar de lado de conteúdos e processos, ou seja, pelo negativo.

A queda do hífen é a figuração desse processo. O hífen é o negativo, representando o que fica de fora na ligação entre o psíquico e o social.

A negatividade está na base da ligação entre o psíquico e o social.

Referências

ARBISER, S. *El grupo interno*. Buenos Aires: Libreria Paidós, 2013.

BLEGER, J. *Temas de Psicología: Entrevista y grupos*. Buenos Aires: Paidós, 1974.

CHOUVIER, B. et al. *Les processus psychiques de la médiation*. Paris: Dunod, 2012.

FABRIS, F.; GALIÑANES, M. D. *Psicología clínica pichoniana*. Buenos Aires: Ed. Cinco, 2004.

KAËS, R. *Le groupe et le sujet du groupe*. Paris: Dunod, 1993.

_____. *La parole et le lien*. Paris: Dunod, 1994.

_____. *Souffrance et psychopathologie des liens institutionnels*. Paris: Dunod, 1996.

_____. *Espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. *L'appareil psychique groupal*. Paris: Dunod, 2010a.

_____. *L'expérience du groupe*. Paris: Dunod, 2010b.

_____. *L'extension de la psychanalyse*. Paris: Dunod, 2015.

LEWIN, K. *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Pioneira, 1965.

PICHON-RIVIÈRE, E. *El proceso grupal*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975.

ROSENTHAL, J. C. Acerca de la teoría de la enfermedad única. *Temas de psicología social*, Buenos Aires, n. 5, nov. 1983.

A psicanálise como hífen psicossocial¹

Belinda Mandelbaum

O campo da psicologia social constitui-se, na atualidade, num instigante território problematizador dos modelos e métodos das ciências humanas. Não propomos que um ou outro método, um ou outro modelo, poderá mostrar-se, a partir desta problematização, mais eficaz na configuração desse campo. Não se trata de irmos em direção a um modelo ou método mais privilegiado. O que queremos salientar é que, na contemporaneidade, o encontro do psicológico e do social é um território fértil para se constituir algo assim como um laboratório para a produção em ciências humanas. Talvez não pequemos por exagero se dissermos que, no século XX, cada vez mais, o social foi em direção ao psicológico.

Benjamin (1971 [1940]), em suas teses da filosofia da história, abre este poderoso texto construindo uma enigmática imagem a respeito de uma imbatível máquina para ganhar no jogo de xadrez:

Como é sabido, diz-se que existia um autômato construído de tal forma que era capaz de responder a cada movimento de um jogador de xadrez com outro movimento que lhe assegurava o trunfo na partida. Um boneco vestido de turco, com a piteira de narguilé na boca, estava sentado diante do tabuleiro pousado sobre uma ampla mesa. Um sistema de espelhos produzia a ilusão de que esta mesa era em todos os sentidos transparente. Na realidade, encontrava-se lá dentro um anão corcunda, que era mestre no xadrez e mexia a mão do boneco mediante fios. Um equivalente de tal mecanismo pode imaginar-se na Filosofia. Deve vencer sempre o boneco chamado “Materialismo Histórico”. Pode competir sem mais com

1 Essa é uma versão modificada do artigo “Sobre o campo da Psicologia Social”, publicado originalmente na revista *Psicologia USP*, v. 23, n. 1, São Paulo.

qualquer um, quando coloca a seu serviço a Teologia, que hoje, como é notório, é pequena e desagradável e não deve deixar-se ver por ninguém (p. 77, tradução livre).

A estranha imagem construída por Benjamin no início dos anos 1940 parece servir para mapear o estado de coisas no embate teórico-filosófico no campo da filosofia da história, nessa época. Nesta imagem, o materialismo histórico é capaz de ganhar os torneios teóricos graças à intervenção tanto de um complexo mecanismo especular – produtor de uma ilusão –, quanto do auxílio de um habilidoso e deformado parceiro de jogo. Por meio da máquina especular, o que o boneco vestido à turca aspira pela piteira de *narguilé* são as velhas especulações teológicas, potencializando-se o impacto das suas jogadas para vencer o jogo. A potência do materialismo histórico no torneio intelectual lhe seria emprestada pela teologia, ainda que o materialismo, na inquietante imagem mostrada por Benjamin, seja o condutor das jogadas. A asserção de Benjamin implica uma estranha composição de modelos na qual o materialismo histórico pode servir de “boneco”, por assim dizer, da ventríloqua teologia, isto é, da concepção em princípio mais antagônica a si próprio. E é bom lembrarmos que essa imagem não é construída por qualquer pensador, mas por um polêmico do idealismo irracional da filosofia, mas também dos aspectos reducionistas e mecanicistas do materialismo histórico. Mas é que Benjamin, como bem mostra nessas teses, pensa sempre na história quando pensa os modelos teóricos. E sabe, como ele desenvolve nas teses que se seguem a essa, que as ruínas do passado – e delas fazem parte as concepções todas sobre o homem que foram elaboradas – nunca silenciam propriamente, podendo vir a resurgir em voz transfigurada, como a teologia por meio do materialismo histórico, em que as expectativas revolucionárias deste são alimentadas pela velha potência histórica das expectativas redentoras da teologia. Talvez o elemento central da imagem criada por Benjamin não seja o boneco vestido à turca nem o anão corcunda, mas o sistema de espelhos produtor da ilusão de uma mesa “em todos os sentidos transparente”, que vincula tempos do pensamento distanciados entre si.

No campo da psicologia social, nosso embate dá-se essencialmente no modo como entendemos o hífen pressuposto na integração entre o psicológico e o social, ao qual este campo de estudos parece sempre fazer referência. É a natureza deste hífen que parece sempre estar no horizonte dos estudos da psicologia social. Costumamos alocar este hífen numa virtual linha horizontal que separa indivíduo de coletivo e, em ressonância ideacional, o psicológico do social. Assim, o psicológico estaria em ressonância com o individual, o social, em ressonância com o coletivo, e o hífen entre ambos. Claro que já aprendemos que o indivíduo é uma construção do coletivo e, portanto, que o psicológico é um produto do social. Mas também aprendemos que o indivíduo anseia pelo coletivo, valoriza-o e se apega a

ele com a mesma intensidade e é dessa mesma raiz a partir da qual se desdobra em sujeito. Neste sentido, o social seria um desdobramento da demanda psicológica humana. Ou seja, aprendemos que entre o psicológico e o social, o hífen domina. Um produz o outro, ao modo como, na fita de Moebius, verso e reverso realizam-se transitoriamente, num contínuo infinito. Não apenas o hífen serve para indicar a existência de um conectivo entre o elemento psicológico e o elemento social, mas aqui o hífen serve para deixar surgir a própria essência relacional que é inerente a cada um dos elementos, para que estes possam existir como tais. O hífen é a natureza do psicológico e do social. Foi a história das realizações no campo das ciências humanas, e até das ciências em geral, que levaram a esse estado de coisas no qual o hífen se instaura para juntar campos aparentemente separados – o psicológico e o social.

Não é o caso, agora, de mostrar como os principais modelos de compreensão do homem e suas produções operaram no intuito de sinalizar o fortalecimento da essência relacional que define o psicológico e o social. Mas, sem dúvida, precisamos pôr em destaque as contribuições de Freud. Porque, mesmo que não sejam propriamente as suas construções teóricas que tiveram um impacto mais acentuado para salientar a importância do hífen – ainda que não possamos esquecer, por exemplo, a célebre frase com que, em 1921, ele abre o texto *Psicologia de grupo e a análise do ego*, de que não há psicologia que não seja psicologia social –, foi, sem dúvida, seu modelo mais geral de entender o homem que teve um impacto enorme sobre toda a produção de conhecimento no século XX, às vezes de forma invisível, como o anão na partida de Benjamin. Freud, ao criar e mobilizar o que poderíamos denominar como metáfora psicanalítica, isto é, o modo extremamente poderoso e singular de, ao mesmo tempo, estudar e dinamizar os fenômenos psicológicos, soube suscitar uma abordagem que, por suas implicações na história das ciências humanas, torna-a, a nosso ver, um legítimo representante a ser entendido, no campo da psicologia social, em analogia ao anão corcunda da teologia na imagem de Benjamin. A psicanálise pode ser quem mobilize os fios para os lances do jogo no interior deste campo. Claro que a psicanálise não é a sucedânea da teologia, se bem que, por sua potência articuladora, resquícios poderosos da teologia possam, neste discurso, também ser atualizados. Mas o que queremos salientar é a ação da linguagem psicanalítica no interior do campo da psicologia social. Freud soube dar ao psicológico um estatuto completamente original, permitindo a nomeação de relações e encadeamentos que ampliam nossa compreensão sobre o modo como os homens se constroem. Um exemplo que pode nos servir para ilustrar o que estamos sugerindo sobre o profundo impacto realizado por Freud pode ser extraído de seu ensaio de 1930, *O mal-estar na civilização*. Mesmo que as ideias centrais que Freud elabora neste texto possam nos parecer esboços teóricos não muito bem-sucedidos, levando em consideração

os desenvolvimentos na antropologia, na etnografia, na história, na psicologia e até na própria psicanálise, sua abordagem mais geral e o modelo a partir do qual concebe o homem e seu entorno ganham ainda, a nosso ver, uma legitimidade poderosa, ao imbricar de forma indissociável o psicológico e o social, o indivíduo e o coletivo, chegando até a imbricação da filogênese e da ontogênese. Assim, por exemplo, em sua investigação sobre as razões pelas quais “é tão difícil para o homem ser feliz” (p. 105), Freud indica três fontes “de que nosso sofrimento provém: o poder superior da natureza, a fragilidade de nossos próprios corpos e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade” (p. 105). Podemos nem levar em consideração toda a argumentação que Freud desenvolve a seguir. O importante é que ele entrelaça natureza, sujeito e cultura de forma indissociável para compreender um estado de coisas. E, do modo como ele opera, a velha distinção entre sujeito e objeto nos modelos causais ganha, por meio de sua compreensão, uma superação significativa, uma vez que o que seria do campo da cultura e do social – os relacionamentos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade – são, de algum modo, configurações resultantes também da ação da natureza no corpo, uma vez que as produções sócio-político-culturais têm também uma raiz funda, por meio da qual flui uma vitalidade pulsional, uma das forças responsáveis pela conflituosa dinâmica inerente à produção da história econômica, política, social e cultural. E isto sem mitigar propriamente a autonomia do campo social que, por sua vez, por meio do processo histórico que suscita, demanda no corpo a mesma imperiosidade, isto é, estabelece os mesmos limites e possibilidades determinantes para o seu existir, atuando sobre ele com a mesma imperiosidade com que a natureza atua, a ponto de talvez podermos nomear o cultural como uma segunda natureza do corpo, isto é, do homem. A imperiosidade que o social suscita tem a mesma coloração de urgência que a fome².

O corpo não é apenas um objeto dessas duas forças imperiosas – natureza e cultura –, mas um agente determinante entre a natureza e a civilização, porque cabe ao homem, para se tornar sujeito, apropriar-se, mesmo que nos seus estreitos limites, da condição de ser responsável diante da natureza e do social, e, portanto, o agente principal de sua realização histórica.

A potência com que Freud soube integrar o psicológico e o social teve um impacto, como dizíamos, sobre todo o campo das ciências humanas, contribuindo para tornar a psicologia social, a nosso ver, algo assim como um campo gravita-

2 Vale lembrar as reflexões de Marcuse (1979/1964) sobre a potência que a cultura tem para a criação de necessidades, a ponto de ele indagar-se, referindo-se especificamente à sociedade industrial de meados do século XX, se haveria ainda alguma necessidade humana genuína que não fosse construída pela cultura.

cional para o qual estas foram atraídas. Benjamin supõe um jogo de xadrez no campo da filosofia da história. E devemos ter em mente que não se trata apenas de um embate de ideias, mas, como um bom marxista, Benjamin sabe que se trata de um embate no campo da vida dos homens propriamente dita e de seus destinos, implicando, para além do cultural, o político, o econômico e o social. Isto é, implicando o poder. É, talvez, o mesmo embate que se trava hoje. Mas, a nosso ver, há um novo anão corcunda atuando nos destinos desses lances – o da psicologia. Não apenas a máquina que Benjamin monta no campo das ideias funciona em ressonância com a máquina especular que Freud (1976 [1900]) concebeu na construção de seu modelo de aparelho psíquico, no célebre capítulo VII da *Interpretação dos sonhos*³, como haveria também, na dinâmica própria do campo das ideias, algo assim como um inconsciente, desde onde velhos segmentos ideacionais atuariam no desdobramento das concepções atuais, numa complexa luta interna em que o novo é sempre uma reorganização das demandas de todas as aspirações humanas construídas ao longo da história. Ao instalar sua máquina especular, que opera em analogia com o modelo psíquico de Freud da primeira tópica, no campo das ideias, de algum modo, podemos dizer que Benjamin psicologiza, num certo sentido, a história do espírito, ao permitir entender o campo da história intelectual em analogia ao campo do desenvolvimento psíquico, isto é, lá como aqui, a razão sofre de transtornos. Também no campo da razão, o irracional pode irromper, como Adorno bem salienta em seus trabalhos. Este modo de entender as produções sociais e a própria ideologia já é resultado da força do hífen psico-social no pensamento contemporâneo. Toda a Escola de Frankfurt trabalhou assim.

Claro que não se trata de reduzir toda a complexidade do campo da psicologia social a uma concepção psicanalítica. A aplicação da psicanálise enquanto um agregado de teorias construídas ao longo da história dessa disciplina, sobre um determinado contexto a ser estudado, reduz em muito o alcance do que ela teria para oferecer ao estudo do fenômeno. Com isto, queremos dizer que, a nosso ver, a aplicação da psicanálise como um conjunto teórico pré-estabelecido sobre qualquer campo de investigações é um exercício limitado e em nada próximo

3 Lembremos que Freud utilizou um modelo óptico, isso é, um modelo especular para descrever sua concepção sobre o funcionamento do aparelho psíquico, levando em consideração seus achados sobre a produção onírica. Esse modelo devia dar conta de seus quatro achados essenciais em relação aos sonhos: 1. o sonho é um ato psíquico importante e completo; 2. o que o mobiliza é sempre a realização de um desejo; 3. a forma como se apresenta torna impossível reconhecer esse desejo, dada a deformação promovida pela ação de uma censura psíquica; e 4. além da ação da censura, colabora na formação do sonho a condensação e a representação por meio de imagens, e por vezes também o cuidado de que o sonho apresente um aspecto racional e inteligente.

do próprio exercício psicanalítico. Não se trata, portanto, de aplicar uma teoria psicanalítica no interior do campo da psicologia social. Para o modelo e o método psicanalítico serem mais eficazes, a psicanálise deve se desvestir de sua teoria a ponto de silenciar-se, porque só no silêncio dela o fenômeno que estamos apreendendo da psicologia social irá surgir com sua especificidade. E é próprio da psicanálise essa espécie de flexibilidade singular de poder ser, ao mesmo tempo, plena e transparente para a apreensão dos fenômenos estudados. O próprio da construção de conhecimentos nesse campo é a constituição de um processo de observação e intervenção cujos desdobramentos são seriamente levados em consideração por meio de uma reflexão intensa desses fenômenos, num diálogo com o conjunto de teorias que suportam e referenciam a intervenção psicanalítica, mas que outorga ao fenômeno observado o lugar privilegiado, nunca podendo este último ser deslocado ou eclipsado por qualquer concepção teórica tomada *a priori*. As teorias costumam ser muito ruidosas. Uma psicanálise mal aplicada, também. Esta propriedade da psicanálise, como aqui a estamos apresentando – a de ver-se impossibilitada de agir com toda a sua potencialidade se reduzida a uma série de construtos teóricos a serem aplicados sobre um fenômeno –, a nosso ver, é a mais rica contribuição que esse campo de investigações tem para oferecer para a criação de conhecimentos na universidade. Porque a psicanálise como a compreendemos demanda uma intervenção no real, uma prática obrigatória que possibilite uma estruturação do campo de investigação não dada *a priori*, suficientemente capaz de deixar emergir o conhecimento psicanalítico. As teorias, quando aplicadas no campo da psicologia social, costumam traduzir-se em ideologias com muita facilidade e operar sobre o fenômeno no sentido de instrumentalizá-lo, seja por meio de sua definição ou de uma ação prática. Mas se Benjamin está certo, se no embate visível existe uma enorme sobredeterminação de aspectos do invisível que operam de maneira irracional, com a capacidade de produzir fenômenos tão perturbadores quanto os violentos totalitarismos que assolaram o século XX, a psicanálise enquanto modelo e método pode nos auxiliar a indicar a presença deste invisível nos fenômenos sociais estudados, ampliando, assim, o conhecimento sobre eles. Claro que a produção humana ainda é essencialmente histórica. E claro que compreender como entendemos a história é essencial. Por isso, os lances mais imperiosos nas ciências humanas ainda se dão na filosofia da história, por ser o campo em que se significa a história. Mas o modo como têm se dado o conflito e a produção ideológica em nossos dias pauta-se por uma utilização e tentativa de impactar prioritariamente muito mais os aspectos psicológicos do que propriamente despertar e mobilizar as consciências históricas dos sujeitos envolvidos. A própria fragilidade da política, compreendida como jogo ideológico pelo poder, ou seja, a despolitização da política, empurrou o embate do poder para o campo da psicologia social. Basta, como exemplo para o que estamos querendo

ressaltar, o modo como se dão as campanhas eleitorais. Não é o discurso político que as rege, nem sequer as organiza. Mas, sim, o aprimoramento de um discurso e de uma imagem que pretendem implicar cada eleitor, levando em consideração sua psicologia, para falar em termos mais gerais e para sinalizar o que estamos querendo dizer.

Se privilegiamos a psicanálise como modelo e método, não o fazemos com o intuito de incrementar a psicologização do social. Ao contrário, se é certo que a psicologia adentrou profundamente a filosofia da história contemporânea, ou seja, os modos de se conceber a história, nossa proposta é a de utilizar o modelo e o método psicanalítico para auxiliar a localizar os fenômenos sociais estudados no interior da história, e não num marco psicológico exclusivo, uma vez que é exclusivamente a consciência histórica que permite a plena elucidação do fenômeno social. E, em se tratando de sujeitos, também neles uma psicologia social adequada é aquela que lhes auxilie a se saberem parte da história e tomar para si a possibilidade de atuar nela. Por isso, a psicanálise não é um fim, mas um instrumento hermenêutico para colaborar na elucidação dos diversos fenômenos abordados.

Se tudo que nós vimos discorrendo sobre a condição do hífen nos dias de hoje, isto é, seu entendimento e o modo como é operacionalizado⁴, é correto, isto nos leva a concluir que a história envolve uma psicologia, que a história é, também, uma realização psicológica, da mesma maneira como o corpo é uma realização histórica, sem nunca deixar de ser, também, uma realização da natureza. Nesta área, sempre devemos trabalhar de forma a garantir a multidimensionalidade do fenômeno.

4 O estudo, no momento histórico em que vivemos, que reconhece na técnica seu atributo identificatório mais perfeito, é, antes de mais nada, aplicabilidade, isso é, o desenvolvimento de dispositivos e equipamentos para o aperfeiçoamento do social. Em princípio, na nossa realidade, claro que nada temos a opor a este entendimento. E a psicologia social, sem dúvida, é uma poderosa ferramenta teórico-técnica para aprimorar a formação de profissionais que irão envolver-se nos serviços sociais e nas políticas públicas. Mas, justamente por isso, o estudo pode correr o risco de reduzir-se a um elemento manipulável ideologicamente, e a missão da universidade, atualmente, penso que seja dupla: por um lado, reconhecer sua raiz pública e trabalhar para o aperfeiçoamento da esfera pública, e por outro, lutar pela autonomia necessária para o estudo crítico, isso é, para garantir uma produção capaz de fazer a crítica de toda e qualquer ideologia, o que, nos dias de hoje, quer dizer também de toda e qualquer política pública. Este segundo aspecto também vai, em nosso entender, em direção ao aperfeiçoamento do público, pois a garantia do estudo crítico é também parte da luta por um homem que não seja reduzido à mera inserção numa ideologia determinada, tão própria dos fenômenos totalitários que assolaram tão violentamente o século XX e que hoje podem ganhar uma versão talvez aparentemente mais civilizada, mas não por isso menos violenta.

Voltemos a Freud. Quando ele localiza o hífen no natural, no corpo e no histórico, e quando os entrelaça de forma a familiarizá-los indissociavelmente, suscitando entre eles relações intercambiáveis dos lugares de cada um desses campos em relação aos outros, dependendo do fenômeno que se estuda – porque é próprio do método e do modelo psicanalítico não estabelecer uma hierarquia fixa e rígida entre os campos da natureza, do corpo e da história para o entendimento dos fenômenos humanos –, isto nunca é feito reduzindo um ao outro ou todos a um campo exclusivo, senão não seriam natureza, corpo e história. Freud nunca é unidimensional. Seu próprio modelo do aparelho psíquico, que é também o modelo psicanalítico, foi montado por ele justamente para dar conta da multiplicidade de determinações existentes na produção humana. Se o fenômeno do sonho é o modelo para a produção do aparelho psíquico, então, justamente por isso, o modelo deve dar conta da sobredeterminação na produção do sonho, a partir de instâncias diferentes e que nunca se reduzem umas às outras, mas que trabalham no interior de uma mecânica de íntimo entrelaçamento. E não apenas isto: o modelo também deve dar conta da multidiversidade com que os fenômenos humanos materializam-se na realidade. O modelo freudiano deve garantir a especificidade do sonhar em relação ao pensar. Tudo isso levou Freud a propor um modelo no qual, como ele diz nas *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1976 [1916-1917]), “fomos obrigados a ampliar o conceito de ‘psíquico’ e reconhecer como ‘psíquico’ algo que não é consciente” (p. 376). Isto quer dizer que o psíquico é sobredeterminado, também, a partir de um “para além” da consciência. E, assim como o sonho, todos os fenômenos humanos são sobredeterminados desde uma multiplicidade dimensional. Porque o inconsciente não é exclusivamente intrapsíquico, mas talvez a manifestação, de forma bruta, de todo o fazer humano ao longo da história. Freud (1976 [1930]) ergueu ao estatuto de lei uma estranha e surpreendente hipótese, mas de profundo significado para o que estamos querendo dizer: o que se viveu nunca desaparece. O esquecimento nunca significa a completa eliminação do traço mnêmico.

Desde que superamos o erro de supor que o esquecimento com que nos achamos familiarizados significava a destruição do resíduo mnêmico – isto é, a sua aniquilação –, ficamos inclinados a assumir o ponto de vista oposto, ou seja, o de que, na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer – o de que tudo é, de alguma maneira, preservado e que, em circunstâncias apropriadas (quando, por exemplo, a regressão volta suficientemente atrás), pode ser trazido de novo à luz (FREUD, 1976[1930], p. 87).

O inconsciente é o lugar da memória, e é o próprio Freud (1976 [1930]) que, para ilustrar este fenômeno da conservação em ação no âmbito psíquico, aproxi-

ma-o a uma compreensão fantástica de uma Roma, aqui apresentada, literalmente, na condição de uma cidade eterna.

Permitam-nos, agora, num voo de imaginação, supor que Roma não é uma habitação humana, mas uma entidade psíquica, com um passado semelhantemente longo e abundante – isto é, uma entidade em que nada do que outrora surgiu desapareceu e em que todas as fases anteriores de desenvolvimento continuam a existir paralelamente à última. Isso significaria que, em Roma, os palácios dos césores e as *Septizonium* de Sétimo Severo ainda se estariam erguendo em sua antiga altura sobre o Palatino e que o Castelo de Santo Ângelo ainda apresentaria em suas ameias as belas estátuas que o adornavam até a época do cerco pelos godos, e assim por diante. Mais do que isso: no lugar ocupado pelo Palazzo Caffarelli mais uma vez se ergueria – sem que o Palazzo tivesse de ser removido – o Templo de Júpiter Capitolino, não apenas em sua última forma, como os romanos do Império o viam, mas também na primitiva, quando apresentava formas etruscas e era ornamentado por antefixas de terracota (FREUD, 1976[1930], p. 88).

Os etruscos constituem-se num aglomerado de povos que se instalaram na península itálica há mais de 3 mil anos. A cidade eterna que Freud supõe condensa toda a história humana numa imagem arquitetônica em que nada é ruína, no sentido de perder quase que completamente sua vitalidade sênica. Tudo o que foi ainda está vivo e demanda na cidade eterna construída por Freud. A cidade eterna é o hífen, origem das variadas manifestações humanas, em todos os campos do seu fazer. E, por isso, todas as realizações humanas, o desenvolvimento de cada um – que também é realização humana –, a produção científica, a técnica, as ciências humanas, a literatura, a poesia e as demais artes são todas elaborações sobredeterminadas desta gigantesca e condensada memória viva, que, no seu pulsar, constitui a própria história, terreno no qual se enraízam todas as construções humanas. E, se dizemos que se enraízam, é num sentido de via dupla: toda construção é mais uma implantação, é mais uma edificação na cidade eterna. E, por outro lado, toda edificação é uma construção erguida a partir dos elementos e da vitalidade colocada à disposição pelo estado de coisas na cidade eterna. O novo não supera o velho. Entre o velho e o novo, a dinâmica é mais de estrutura. A história não é diacrônica.

Benjamin (1971 [1940]), em suas *Teses da filosofia da história*, também construiu uma imagem que, de algum modo, permite-nos aprofundar nossa compreensão da história, trabalhando em ressonância com a imagem da cidade eterna montada por Freud. Diz assim sua tese de número IX:

*Minha asa está pronta para o vôo,
 Vôo voluntariamente para trás,
 Porque se eu me detivesse algum tempo para viver,
 Teria pouca ventura.*

Gershom Scholem, *Saudações de Angelus*

Existe um quadro de Klee que se intitula *Angelus Novus*. Vê-se nele um anjo, ao que parece, no momento de distanciar-se de algo sobre o qual fixa o seu olhar. Tem os olhos arregalados, a boca aberta e as asas estendidas. O anjo da história deve ter este aspecto. Seu rosto está voltado para o passado. Naquilo que para nós se mostra como uma sucessão de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula, sem cessar, ruína sobre ruína, a depositar-se sob os seus pés. O anjo gostaria de deter-se, despertar os mortos e recompor o despedaçado. Mas uma tormenta desce do paraíso e provoca um redemoinho em suas asas, e é tão forte que o anjo não pode firmá-las. Essa tempestade o arrasta irresistivelmente para o futuro, ao qual dá as costas, enquanto o acúmulo de ruínas sobe diante dele, em direção ao céu. Tal tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 1940, p. 82, tradução livre).

Em Benjamin, resgatamos a dimensão dinâmica e processual que é inerente à história – o dinamismo que é inerente ao hífen que nos interessa. A história não é, propriamente, a cidade eterna, mas o que é possível apreender no aqui-e-agora, na ininterrupta tormenta do progresso que, desde o paraíso, sopra em direção ao futuro. Freud constrói a sua cidade eterna preservando-a do fluir da história. A cidade eterna é uma espécie de palimpsesto no qual todas as múltiplas camadas podem estar à disposição, manifestamente. Benjamin introduz o elemento dinâmico. E, então, a imagem da ruína deve novamente ser levada em consideração. Porque tudo que em Freud é edificação, em Benjamin, que tem o olhar fixo no paraíso, isto é, no território das expectativas de aperfeiçoamento e até de redenção do homem e dos fenômenos humanos, é visto como ruína, a demandar reparação. Cada construção, cada morto, demanda. A cidade eterna transforma-se no terreno não apenas de uma memória viva, mas de uma demanda intensa feita ao anjo da história, que a tempestade do progresso arrasta. A demanda é tão intensa que o anjo gostaria de se deter e, levando seriamente em consideração essa demanda de mortos e ruínas, edificar uma reparação. Mas a tempestade não dá tempo. E tudo o que o anjo pode construir em seu ato reparatório é, talvez, um fragmento mal-acabado que, imediatamente a seguir, dada a força da tormenta – que nada mais é do que o suceder do tempo –, transforma-se em nova ruína depositada sob os seus pés, isto é, numa nova demanda

a juntar-se ao grito desesperado das ruínas. E seria esse grito desesperado a realização da história.

A nosso ver, as imagens construídas por Freud e Benjamin podem complementar-se e, nesta realização, fortalecer nosso entendimento do hífen tanto em sua ação multidimensional quanto em sua organização. Porque do hífen emergem todas as produções humanas e, por sua vez, todas as produções humanas re-significam e re-organizam o hífen. Em alemão, existe um termo que talvez seja o que mais se aproxime para dar conta da operação no interior do hífen entre o psíquico e o social: trata-se da palavra *Weltanschauung*, que nós poderíamos traduzir como “visão de homem/visão de mundo” e que, como um conceito englobante, deve apontar ao mesmo tempo para o elemento estável e dinâmico que lhe é inerente. Estável porque, como um conceito englobante, acompanha todas as realizações do homem, como um sentido capaz de abranger em compreensão todo o estado de coisas da realização humana, abarcando algo assim como a história das meditações do homem sobre o homem. Toda produção humana se enreda em sentido. E, no aspecto dinâmico, fazemos referência à própria potencialidade do sentido, que é específica em relação a cada desdobramento das realizações humanas. Só que aqui não mais nos referimos ao sentido na sua dimensão abrangente, mas à concretude específica da atribuição de um sentido singular. Dizíamos antes que o hífen é manifestação de todo o fazer humano ao longo da história, e o aproximamos do inconsciente como sua manifestação em forma bruta e não lapidada. A *Weltanschauung*, isto é, as diversas visões de mundo e de homem e as ideologias que a filosofia da história foram depositando ao longo da história, bem como as que ainda são construídas, seriam justamente as operações de lapidação que são constituídas no hífen por meio da ação humana.

O que nós ganhamos ao integrar as imagens de Freud e Benjamin é que, em primeiro lugar, parece-nos que fortalece o terreno da história como campo no qual trabalhamos o hífen psico-social. Em segundo lugar, dada a tensão que se estabelece entre as duas imagens, entre edificações e ruínas, entre o elemento preservado e ativo destacado por Freud e o elemento frustrado e desapontador destacado por Benjamin, desta tensão pode emergir uma produção no campo psico-social que seja, ao mesmo tempo, um resgate de memória, uma re-significação e um ato reparatório. Ou seja, uma construção no sentido mais pleno do termo, uma vez que envolve memória e reparação. Acharmos importante apontar que a imagem de Benjamin é poderosa o suficiente para que também a entendamos não apenas como um constructo erguido para significar o trabalho da história enquanto práxis e estudo, mas, a nosso ver, esta imagem, de algum modo, também consegue acolher os processos de reconstrução pessoais que cada homem deve realizar. Porque, nos processos de reconstrução pessoais, um anjo da história particular – se quisermos usar a imagem que Benjamin põe em cena olhando por meio do quadro

de Klee – está em ação, com os mesmos olhos arregalados, a mesma boca aberta, a mesma tensão nas asas e, principalmente, a mesma implicação com o tempo: tudo o que ele dispõe é do passado, apresentado, ao mesmo tempo – se integrarmos as imagens de Freud e de Benjamin –, na forma de memória e ruína, a demandar o seu ato de construção pessoal, modo como o futuro se realiza.

Se Freud soube imprimir à psicanálise um caráter etiológico, isto é, uma vinculação com uma origem para a compreensão do fenômeno psíquico, na origem da psicanálise, Freud outorgou ao trauma o estatuto de origem do sintoma psíquico. Ali, a psicanálise surgiu. O trauma psíquico é uma comoção psíquica. Ferenczi (1981 [1933]) lembra que a palavra alemã *Erschütterung*, “comoção psíquica”, vem de *schutt*, “ruína”, compreendendo a destruição, a perda da própria forma. Em *Estudos sobre a histeria*, o primeiro trabalho psicanalítico de Freud (1976 [1895]), o trauma assume, em diversos momentos, essa condição de origem do conflito psíquico, do sintoma. Ali, o trauma é entendido como um evento advindo do real, como um choque na experiência real capaz de estremecer as defesas do eu. Mas, à medida que Freud foi se aprofundando em sua compreensão da realidade psíquica, o estatuto do real foi, por assim dizer, sendo absorvido ou englobado pelo da realidade psíquica. Freud nunca silenciou, propriamente, a força do real. Isto nós podemos ver em todos os casos clínicos, nos quais os aspectos do real são seriamente levados em consideração por ele. Mas Freud outorgava também à realidade psíquica um papel ativo na constituição do conflito. Podemos até afirmar que responsabilizar a realidade psíquica pelo conflito é uma das características básicas da psicanálise e, a nosso ver, isto se deve não apenas a Freud entender que a realidade psíquica se constitui a partir de um suporte pulsional, mas também talvez porque responsabilizar cada sujeito por seu sintoma seja uma etapa importante da terapêutica, no sentido de possibilitar a superação do sintoma. Em todo caso, é inerente aos textos psicanalíticos de Freud, quando vistos em seu conjunto, uma certa ambiguidade em sua posição em relação à ressonância do real na constituição psíquica e, mais especificamente, na noção de trauma. Se, por um lado, Freud avança no sentido de dar uma ênfase maior à realidade psíquica, por outro lado, esta realidade é constituída em resposta ao real. É isto que nós vemos apresentado em *Além do princípio do prazer* (1976 [1920-1921]), em que a angústia, a consequência imediata do trauma, funciona como um sinal organizador de todos os mecanismos de defesa do ego, isto é, ela é estruturadora da realidade psíquica. E mais: toda essa ênfase que Freud dá à filogênese nada mais é do que salientar o fator determinante dos elementos extra-psíquicos que, em Freud, de algum modo, também devem se constituir numa espécie de história psicológica para agir na psicologia de cada um. Assim é, por exemplo, em seus estudos em *Totem e tabu* (1976 [1913]), em que a angústia de castração e o próprio complexo edípico, que, em princípio, são para Freud invariáveis da constituição

psicológica de cada um, são determinados pela história psicológica na qual ficam enredados os processos históricos, morais e religiosos dos homens, até uma mítica horda primitiva na qual teria se dado o parricídio originário, cena histórica e origem de uma história psicológica singular dos homens.

Voltemos a Benjamin (1980 [1969]): num texto dedicado à obra do escritor russo Nikolai Leskow (1831-1895), ele reflete atentamente sobre a arte de narrar e o trabalho do narrador: “apresentar um Leskow como narrador não significa aproximá-lo de nós – significa, antes, aumentar nossa distância em relação a ele” (p. 57). O que Benjamin ressalta no início desse ensaio é que

a arte de narrar caminha para o fim. Torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar alguma coisa direito... É como se uma faculdade, que nos parecia inalienável, a mais garantida entre todas as coisas seguras, nos fosse retirada. Ou seja: a de trocar experiências (p. 57).

Benjamin ressalta a intimidade existente entre narrativa e experiência, e agrega: “a experiência caiu na cotação” (Benjamin, 1980 [1969], p. 57). Ele ilustra esta desvalorização tomando como exemplo o jornal: “qualquer olhada aos jornais comprova que ela [a experiência] atingiu novo limite inferior, que não só a imagem do mundo externo, mas também a do mundo moral, sofreu da noite para o dia mudanças que nunca ninguém considerou possíveis” (p. 57). Ao trazer à cena os jornais para falar sobre o estado de coisas do mundo externo e do mundo moral, Benjamin, a nosso ver, não apenas está problematizando este estado de coisas, mas também o modo como ele é representado, ou melhor, o meio pelo qual é representada a imagem do mundo externo e do mundo moral. McLuhan salientou que o meio é a mensagem. E Benjamin parece aqui salientar que os jornais, isto é, os meios de comunicação centrais sobre o mundo externo e o mundo moral, não são propriamente instrumentos para a troca de experiências, não são propriamente territórios em que se possa pôr em operação com sua plena força o essencial do narrador, isto é, a narrativa. O jornal pode informar, pode opinar, pode demandar, pode vender, pode dirigir, mas não narrar. E, por isso, o jornal não se constitui num campo por meio do qual os homens possam ganhar experiência. O que, pelo desdobramento do ensaio, quer dizer que a troca de informações veiculada pela mídia não abre o homem para uma transformação pessoal – atributo, para Benjamin, da situação de troca de experiências. Ao contrário, as informações que são veiculadas pelos jornais, as imagens do mundo externo e do mundo moral, encerram o homem na situação externa e no mundo moral em que ele já se encontra inserido: o jornal aprisiona o homem ao mundo externo e moral, sem lhe permitir a abertura que a narrativa e a experiência trazem consigo. Mas Benjamin (1980 [1969]) continua:

com a guerra mundial, começou a manifestar-se um processo que desde então não se deteve. Não se notou, no fim da guerra, que as pessoas chegavam mudas do campo de batalha – não mais ricas, mas mais pobres em experiência comunicável? O que dez anos mais tarde desaguou na maré de livros de guerra era tudo, menos experiência que anda de boca em boca. E isso não era de estranhar. Pois nunca as experiências foram desmentidas mais radicalmente do que as estratégicas pela guerra de posições, as econômicas pela inflação, as físicas pela batalha de material bélico, as morais pelos detentores do poder. Uma geração que ainda fora à escola de bonde puxado a cavalos ficou sob céu aberto numa paisagem onde nada permanecera inalterado, a não ser as nuvens e, debaixo delas, num campo magnético de correntes e explosões destruidoras, o minúsculo, frágil corpo humano (p. 57).

Nem sequer a “maré de livros” consegue pôr em circulação a experiência. Tudo se transformou, de um modo bem violento, “num campo magnético de correntes e explosões destruidoras” e, no entanto, nada parece dar conta da narrativa dessa transformação – nem os jornais, nem a maré de livros. Benjamin está falando de um transtorno ocorrido nas primeiras décadas do século XX – um transtorno que envolve a modernidade, a vida urbana, a tecnicização e uma guerra. E o modo como ele lida com este transtorno sugere que na história dos homens podem acontecer fatos que operam em analogia com aqueles que Freud detectou e que promovem a comoção psíquica no sujeito individual. Se, como afirma Ferenczi (1981 [1933]), “o trauma impacta o sujeito, fragilizando o seu sentimento de si, sua capacidade de resistir, de atuar e de pensar em defesa do próprio eu, promovendo uma comoção que não pode ser superada”, nem por uma transformação do mundo circundante, no sentido de afastar a causa etiológica da comoção, nem por meio da produção de uma elaboração capaz de superar a comoção; Benjamin sugere que, na história, o trauma silencia a experiência, ou melhor, a elaboração de uma vivência, que é o modo como os fatos vividos podem se realizar em experiência, ou seja, em vida elaborada, num patrimônio pessoal, resultado das aventuras de cada um no campo da vida. De acordo com a lógica do texto de Benjamin, é possível viver e não ganhar experiência. Este é um transtorno pessoal. Mas Benjamin, realizando uma arqueologia social, encontra um fator etiológico mais profundo, isto é, mais amplo, para essa incapacidade de elaborar a vida em experiência: os transtornos são pessoais, mas o fator etiológico é um estado de coisas no social: o desaparecimento do narrador e da narrativa promovido por um poder tecnocrata. Os soldados chegaram da Primeira Guerra Mundial, de acordo com ele, mudos. E os jornais e a maré de livros não puderam contribuir para a superação desse silêncio. Uma comoção atingiu a história, isto

é, as vivências humanas veem afetadas a sua possibilidade de elaboração. E todo um grupo social fica encerrado no silêncio, na incapacidade de transformar a vivência em experiência. Benjamin traz, assim, a noção de trauma – palavra originária do campo da medicina e utilizada por Freud para dar conta das comoções psíquicas – para o campo da história. Mais uma vez, nós podemos acompanhar como observações da clínica psicanalítica podem ser utilizadas no estudo dos fenômenos sociais. Nos dias de hoje, são diversos os autores que trabalham com a noção de trauma na história e observam a reação de grupos sociais a eventos violentos a partir deste referencial. Mas Benjamin, nesse texto, ainda pode ser uma referência para este campo de estudos. Porque, em sua agudeza reflexiva, ele sabe nomear que a catástrofe de uma guerra ou de eventos sociais violentos podem ocasionar bem mais do que as gigantescas perdas materiais e humanas que sempre estão envolvidas nesses acontecimentos. Podem acarretar uma comoção psíquica do grupo, isto é, um transtorno no modo como se representam e representam o mundo ao redor, e até na própria possibilidade de representação de si e do mundo, com um impacto intenso na história desse grupo social, a ponto de delinear as determinações básicas do modo como esse grupo social irá comportar-se historicamente. No caso que Benjamin estuda – as comoções históricas das primeiras décadas do século XX –, trouxeram consigo o emudecimento da narrativa, a impossibilidade de representar o vivido, portanto, de superá-lo com uma transformação de si. Freud (1976 [1917]), em *Luto e melancolia*, destaca que nos processos melancólicos, isto é, naqueles em que um acontecimento doloroso, uma perda, não é possível de ser superado por meio de um processo de luto, “a sombra do objeto cai sobre o ego”, isto é, o ego fica refém do objeto perdido e promotor da angústia, suscitando uma fragilização da coesão das formações psíquicas e a emergência de uma desorientação. É desta desorientação que Benjamin trata, num nível coletivo. O grupo social pode perder as instâncias narradoras, aquelas capazes de dar sentido à experiência para além do mero registro ideológico, que nunca dá plenamente conta da comoção grupal que o choque da história suscita. Os jornais e livros a que Benjamin se refere apenas põem em circulação uma imagem da realidade que coage o grupo social, no sentido de ficarem encerrados, reféns dessa realidade, isto é, esses jornais e livros não são espaços de elaboração, podendo ser, do modo como Benjamin os entende, instrumentos da mesma batalha e, portanto, ferramentas do “campo magnético de correntes e explosões destruidoras”.

Se sugeríamos anteriormente que o hífen da psicologia social é o lugar da memória e das operações com ela, isto é, o modo como se efetiva uma psicologia e um social específicos ou o modo como se entrelaçam natureza, corpo e cultura, um trauma social nada mais é do que uma comoção no hífen. É isto que Benjamin salienta ao tratar do silenciamento da experiência. O que parece transtornado é o trabalho com a memória. Benjamin, no mesmo texto, apontará para o esvazia-

mento da noção de sentido da vida, para a perda do lugar do conselho. O trans-torno do ato de recordar repercute em todas as dimensões daquilo que constitui a organização de um referencial identitário de si e do mundo e numa desorientação histórica, dado o eclipsamento do sentido da vida. O que Benjamin parece estar problematizando é a etiologia do fenômeno da alienação. A alienação é um conceito que também só pode ser compreendido levando-se em consideração o estado de coisas no interior do hífen. A alienação é uma situação de vida na qual, utilizando o modelo de Benjamin, o anjo da história é incapaz de escutar a demanda das ruínas e dos mortos.

Referências

- BENJAMIN, W. (1940) *Tesis de la filosofia de la historia*. In: *Angelus Novus*. Barcelona: Edhasa, 1971.
- _____. (1969) O narrador – Observações acerca da obra de Nicolau Leskow. In: ADORNO, T. W.; BENJAMIN, W.; HABERMAS, J.; HORKHEIMER, M. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- FERENCZI, S. (1933) *Reflexiones sobre el traumatismo*. Madrid: Espasa Calpe, 1981. (Obras completas, v. 4).
- FREUD, S. (1895) *Estudos sobre a histeria*. Edição *standard* das obras psicológicas completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1900) A regressão (capítulo VII). In: FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Edição *standard* das obras psicológicas completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1913) *Totem e tabu*. Edição *standard* das obras psicológicas completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1916-1917) Conferência XXI: o desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: FREUD, S. *Conferências introdutórias sobre Psicanálise*. Edição *standard* das obras psicológicas completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (v. XVI).
- _____. (1917) *Luto e melancolia*. Edição *standard* das obras psicológicas completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (v. XIV).

- _____. (1920-1921) Psicologia de grupo e a análise do ego. In: FREUD, S. *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Edição *standard* das obras psicológicas completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (v. XVIII).
- _____. (1930) *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Edição *standard* das obras psicológicas completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (v. XXI).
- _____. (1933) Conferência XXXV: a questão de uma *Weltanschauung*. In: FREUD, S. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Edição *standard* das obras psicológicas completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (v. XXII).
- FREUD, FLIESS, W. (1887-1902) *A correspondência completa de S. Freud para W. Fliess*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- MARCUSE, H. (1964) *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PATTO, M. H. S.; FRAYZE-PEREIRA, J. A. *Pensamento cruel – humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- ROBBEN, A.; SUAREZ-OROSCO, M. (Org.). *Cultures under siege: collective violence and trauma*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. (*Society for Psychological Anthropology, book 11*).

O sofrimento como hífen na teoria social freudiana e sua atualidade. O exemplo das modificações corporais

Nelson da Silva Junior

10.1 Introdução

As representações da teoria social de Freud, aquelas, por assim dizer, mais conhecidas, inspiram-se em três grandes textos: *Totem e tabu* (1913), *Psicologia de massas e análise do ego* (1920) e *O mal estar na civilização* (1930). Se o primeiro apresenta uma teoria da gênese da lei e da religião nas sociedades humanas a partir de uma construção hipotética e assumidamente especulativa, os dois últimos se concentram na análise dos efeitos irracionais da organização social.

Claro está que cada um destes textos é objeto de objeções provenientes de dentro e fora do campo psicanalítico. Contudo, poucas destas objeções levam em conta o *método* utilizado pelo criador da psicanálise para elaborar suas hipóteses sobre a organização social e seus efeitos. Este método, pouco conhecido, busca construir modelos sobre as determinações dos processos psíquicos a partir dos males individuais, das patologias psíquicas, enfim, do que escapa ao controle das consciências e causa sofrimento. Trata-se do método psicopatológico, que busca fazer inferências a respeito das estruturas subjacentes ao que é considerado normal pela sociedade a partir das aberrações e exageros presentes naquilo que ela julga anormal (SILVA JR., 1999).

Note-se desde já a sutil e radical potência crítica deste método. Com efeito, trata-se de tomar o que a sociedade expulsa de si como aquilo que pode revelar que o que para ela é mais inassimilável, e portanto, mais verdadeiro. Em suma, trata-se de assumir que o que ela julga como sua “norma” depende de uma constante vigilância e expulsão do que a isto não se adequa. Nas patologias e sofrimentos do indivíduo teríamos, assim, a chave de leitura de certas formas de controle e disciplina que a organização social faz sobre seus membros e seus corpos. Apesar das ressonâncias, esta chave de leitura não começa em Foucault, mas em Freud, e, antes dele, em Marx e Nietzsche, os três hermenutas da suspeita, segundo Paul

Ricoeur (1965, p. 40). Em tais hermenêuticas, a suspeita de que algo está sendo velado da consciência é um princípio de leitura dos discursos. Mas há diferentes suspeitas possíveis. O fato é que, se Nietzsche toma os valores morais e se Marx toma a ideologia capitalista como objeto de leitura das verdades veladas da e pela estrutura social, Freud toma os sintomas psíquicos, os sofrimentos dos sujeitos para fazer sua leitura sobre a sociedade e a civilização.

Uma reflexão sobre o que seria o sentido do hífen, nesse caso, revela nesse modelo de leitura não uma oposição, tampouco uma separação entre o indivíduo e a sociedade, (que, então, seriam reunificáveis por um elemento com função de hífen), mas, sim, um co-pertencimento e uma co-determinação, ao modo de vasos comunicantes, em que o nível do líquido em cada abertura está em relação com o nível de todas as outras.

A imagem do equilíbrio falseia, contudo, algo essencial do modelo freudiano. Assim, uma observação importante nesse ponto é a de que, neste modelo, não há lugar para uma situação de equilíbrio sem resto: não há possibilidade de uma revelação final da verdade nem para algo análogo à teleologia marxiana da história, em que a luta de classes e a falsa consciência chegariam ao seu termo uma vez que o proletariado assumisse o governo. Em vez disso, encontramos uma posição trágica na base do pensamento freudiano, que assume que a própria constituição da organização social depende de uma renúncia constante e uma exclusão de desejos. O equilíbrio social é, portanto, segundo Freud, essencialmente tenso e precário. Diferentemente de em Marx, não haveria redenção final no conflito entre a norma social e sua exceção, entre o seu interior e aquilo que é dele excluído. Por outro lado, isso não implica, nesse modelo, uma resignação à ordem social vigente e ao seu sofrimento inevitável. A posição ética oriunda da teoria freudiana é mais sutil. Procurarei explicitá-la e demonstrar seu funcionamento a partir da análise dos fenômenos de modificação corporal que têm crescido exponencialmente em nossa cultura. Trata-se, assim, de demonstrar o valor metodológico do sofrimento como chave de leitura da organização social (DUNKER, 2015).

A suposição de base por nós assumida no Latesfip (Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise) na investigação das patologias do social é que as formas de sofrimento não podem ser isoladas da própria organização social de onde surgem, sendo, portanto, formas privilegiadas de leitura destas últimas (SAFATLE, 2015). Freud supunha que a cultura possui um poder causal na produção de suas patologias e se referia a estas como “patologias da comunidade culturalizada” (FREUD, 1930). Como as razões disto nem sempre estão claras, proponho-me a fazer aqui uma exposição sobre o que sustenta tais diagnósticos. Buscarei, em outras palavras, demonstrar como funciona a estrutura conceitual psicanalítica capaz de produzir diagnósticos das culturas e o que as práticas do corpo nos informam sobre o nosso caso. Veremos, ainda, que esta estrutura conceitual orga-

niza a discussão a respeito da eventual aparição de “novos sujeitos” ao distinguir diferentes lugares para o sujeito e para as subjetividades.

Começemos com algumas observações preliminares sobre a abordagem psicanalítica do corpo: a saber, que, para a psicanálise, um corpo é sempre construído pelos discursos e que, portanto, haverá falhas nesta construção. Mas talvez seja mais preciso falarmos em falhas necessárias: estou me referindo, aqui, ao desencontro estrutural do corpo frente ao que se sabe e se diz sobre ele, sobre sua impossibilidade de compreensão absoluta pela linguagem. Freud descreve este desencontro constitutivo pelo modo tateante como o adulto busca a *ação específica*, a qual será capaz de apaziguar os gritos do recém-nascido em desespero. O adulto não sabe *a priori* do que sofre seu bebê, o choro não possui, desde o início, um significado nem a capacidade de significar. Lacan retoma este desencontro enquanto estrutural, isto é, como impossibilidade, uma vez que, para além dos erros e acertos do adulto, é sua própria captura na linguagem que separa o sujeito de um estado de imanência ontológica com seu corpo. Contudo, e simultaneamente a essa separação, a linguagem dá um corpo ao bebê, isto é, um corpo com significados nele inscritos e capaz de inscrever significados em outros corpos. Mas esse novo corpo, vítima e autor de significações, é essencialmente falho, exposto à experiência sempre lacunar do próprio campo do sentido.

Assim, do ponto de vista da psicanálise, o corpo se apresenta com uma dupla existência. Por um lado, ele é nomeado pelos pais e pela cultura desses pais, e, nesse sentido, o corpo é construído segundo a arbitrariedade dos significantes e de suas combinatórias a cada caso. Mas, por outro lado, este corpo, ainda que seja construído pela cultura, ou a ultrapassa, ou se coloca aquém desta. Ora, é precisamente por meio dos desencontros e falhas na construção simbólica dos corpos que este outro corpo, este corpo perdido e inapreensível pela linguagem, presentifica-se sob a forma de sofrimento e gozo (SAURET, 2008).

Temos desta posição teórica três consequências importantes. A primeira consequência desta teoria psicanalítica sobre o corpo diz respeito à insuficiência, ou melhor, fragmentariedade estrutural da linguagem diante do real do corpo. O saber sobre o real do corpo jamais será absoluto. A segunda é que o sofrimento e o gozo são indissociáveis da existência humana, esta espécie “afligida pela linguagem”, para retomar a expressão de Lacan. O sofrimento sinaliza que não somos só feitos de linguagem, mas também do que lhe escapa. A terceira consequência é que se pode isolar pelo menos dois vetores causais do sofrimento. O primeiro se localiza nesta paradoxal relação de determinação e exclusão mútua da linguagem, com o corpo inerente ao advento, ou melhor, ao nascimento do sujeito no universo da linguagem. É um sofrimento estrutural, invariável e necessário. Mas há um segundo vetor causal do sofrimento, presente na *arbitrariedade dos significantes e suas combinatórias*. Este segundo tipo de sofrimento admite variações, pois há

combinatórias significantes que são sensivelmente mais flexíveis e arejadas que outras, conforme nos demonstra a clínica cotidiana.

A presença de dois centros causais do sofrimento convida a pensar esse circuito como aquele de uma elipse, figura geométrica que tem dois centros em sua construção. De fato, esta presença de dois tipos de causalidade se encontra também na teoria freudiana da cultura. Com efeito, uma homologia estrutural pode ser reconhecida entre a teoria do corpo do sujeito e a teoria social de Freud. De modo que o mesmo tipo de relação paradoxal entre o corpo construído pela linguagem e o corpo que lhe escapa está também presente nas concepções de Freud sobre a cultura.

10.2 As patologias do social segundo Freud

Desde o início, a teoria psicanalítica parece se organizar segundo um antagonismo entre a natureza e a cultura: por um lado, o recalçamento pulsional é necessário para a instauração da cultura; por outro lado, seus efeitos serão patológicos sobre os sujeitos e suas relações “culturalizadas”. Mas, ao longo da obra de Freud, os efeitos patológicos em questão, ou seja, as *patologias do social*, sofrem uma alteração importante. Num primeiro momento, Freud concebe uma conciliação possível entre pulsionalidade e cultura sem resto patológico. A cultura retiraria da pulsão apenas o que seria necessário para sua constituição e, exceto nos casos de renúncias pulsionais excessivas, não haveria patologias causadas pela cultura. Mas, a partir de 1920, tal conciliação se torna conceitualmente impossível quando uma nova teoria pulsional inviabiliza a solução sublimatória. Nesta teoria, toda e qualquer sublimação teria como efeito a desfusão pulsional, liberando a pulsão de morte para agir sem rédeas ou para se reenlaçar a Eros em refusões particularmente nefastas (SILVA JR., 2012b).

Para nossa discussão, o importante nesta versão da etiologia cultural do sofrimento é que uma implacável lógica é proposta pelo pensamento freudiano: o mal-estar da civilização adquire uma segunda faceta ao lado daquela dos sintomas neuróticos, a saber, a inevitável liberação da pulsão de morte pela própria cultura, obrigando o psiquismo a dominá-la por uma economia masoquista, expressa fundamentalmente pelo *sentimento de culpa inconsciente* (SILVA JR., 2012a; GASPARD e al., 2014).

Neste nível de teorização, o que está sendo colocado em jogo por Freud é, evidentemente, uma *antropologia filosófica*, ou seja, uma teoria preocupada em compreender como se deu a separação entre a animalidade e o humano. Para Freud, tanto o corpo quanto a alma do homem culturalizado trarão a marca perene da dor e sofrimento resultantes da sua emancipação da animalidade. Contudo, este mal-estar é inevitável, e, caso sua teoria se restringisse a este diagnóstico, ela não poderia

dar origem a uma terapêutica. Ora, este não é o caso, pois há na teoria freudiana uma segunda fonte possível de sofrimentos, esta sim suscetível de uma terapêutica.

Retomemos, aqui, a figura da elipse, pois este é apenas um dos dois centros causais da teoria das patologias do social em Freud. No segundo centro, Freud atribui a eficácia patogênica ao problema da verdade. Mais especificamente, à relação deficitária dos discursos com a verdade histórica dos sujeitos e de sua vida em comunidade. Em outras palavras, as grandes narrativas de uma cultura, seus ideais, suas exigências morais, podem fazer adoecer na medida em que estabeleçam relações deficitárias dos seus sujeitos com a verdade de sua história e de seus desejos. Esta é a segunda fonte de sofrimento na teoria freudiana: a relação dos sujeitos com a verdade pode potencializar ou atenuar o sofrimento proveniente da estrutura de impasse entre a natureza e a cultura.

Assim, se o primeiro centro da elipse causal freudiana diz respeito a uma antropologia filosófica, isto é, ao que torna o homem diferente do animal, o segundo centro se inscreve numa *filosofia da história*, isto é, a relação do homem com sua verdade. É nesta relação que se localiza, para Freud, o papel propriamente político das teses psicanalíticas. Com efeito, desde 1908, em *A moral sexual civilizada e a neurose moderna*, até 1930, em *O mal-estar na civilização*, (FREUD, 1908, 1930) uma mesma acusação de hipocrisia moral é feita por Freud contra os discursos que negam ou escamoteiam a inegável natureza sexualizada ou agressiva do ser humano. Claro está que, se por um lado a psicanálise aponta para o caráter inevitável do mal-estar da vida em civilização, ela também aposta na minimização de tal sofrimento, buscando reduzir a *dor neurótica ao sofrimento humano comum*.

Está clara a homologia estrutural na teoria freudiana do corpo e da cultura por meio da figura da elipse. Em ambos os casos, a inserção na linguagem produz um resto necessário de sofrimento e gozo. Mas, uma vez no interior da linguagem, várias possibilidades de refração, concentração, desvio deste sofrimento e gozo se apresentam aos sujeitos e às culturas nas quais se inserem. Vejamos, em seguida, a questão das marcas corporais como sintomas da cultura atual e o funcionamento da chave de leitura freudiana nesse caso.

10.3 Sinais de alteração no equilíbrio masoquista

Os resultados de nossa pesquisa sobre as marcas corporais¹ demonstram que as funções psíquicas das práticas do corpo podem ser descritas pelas três

1 “Estudo comparativo internacional das marcas corporais autoinfligidas à luz do laço social contemporâneo. Funções das tatuagens e escarificações na economia psíquica dos jovens adultos: gênese, relação aos corpos, solução subjetiva”, 2008-2012, CAPES COFECUB, processo 609/08. Pesquisa desenvolvida em colaboração com o Laboratoire de Psychopathologie et clinique psychanalytique – Equipe d’accueil 4050. Université Rennes 2, França.

modalidades de masoquismo descritas por Freud (1924). Retomemos algumas referências sobre este conceito. Após mudanças radicais na base pulsional da teoria psicanalítica com o texto *Para além do princípio do prazer* (1920), Freud escreve *O problema econômico do masoquismo* (1924), dando ao masoquismo um lugar central na organização psíquica. Note-se, contudo, que o masoquismo é descrito segundo uma singular tripartição entre um masoquismo originário ou erógeno e dois outros, dele derivados: o masoquismo feminino e o masoquismo moral. Dito de outro modo, enquanto o masoquismo originário é parte da estrutura de todo e qualquer sujeito, o masoquismo feminino e o moral seriam suas possíveis expressões. O masoquismo originário seria uma disposição fisiológica do ser humano a associar qualquer tensão ou sensação de dor ao prazer. A separação final entre estes dois tipos de sensações só se dá pela intervenção da educação e da cultura. O masoquismo feminino, por sua vez, se expressaria nos clichês do masoquismo como perversão sexual, em que a humilhação e a servidão física e psíquica são condições para a excitação erótica. Contudo, as expressões do masoquismo moral são particularmente inquietantes. Por um lado, ele responderia por uma aparente intencionalidade do destino, por séries acontecimentos que parecem levar o sujeito inexoravelmente à ruína, e, em alguns casos, por ações criminosas que seriam realizadas unicamente em vista da necessidade de punição inconsciente. Por outro, o masoquismo moral seria responsável pela disposição dos sujeitos ao sacrifício ético, ao prazer na renúncia ao prazer. Segundo Freud, o masoquismo moral resulta de uma relação entre duas instâncias psíquicas, o eu e o super-eu. Ele seria o preço a pagar pela vida do ser humano em sociedade, que exige o recalçamento de sua agressividade constitutiva, conceitualizada pela pulsão de morte. Eis porque Freud o aponta como o *mal-estar da civilização* (1930).

Tal modelo econômico do masoquismo define certas expressões propriamente perversas deste como contingentes, como também fornece uma chave de compreensão inédita da economia psíquica do sujeito. De fato, ao postular um masoquismo originário no ser humano, Freud emancipa a reflexão psicanalítica das tradições darwinista e humanista que o pensam como naturalmente bom para si. O equilíbrio instável entre essas três modalidades de satisfação masoquista e o sadismo, que desvia essa agressão para o próximo, forneceria a solução para responder como o homem não acaba sempre dando cabo da própria vida. Freud descreve tal equilíbrio como dependente das relações entre a historicidade do sujeito e da cultura. Estamos, pois, diante de um conceito que possui uma expressão em cada um dos polos da elipse freudiana anteriormente descritos. O masoquismo erógeno seria a expressão de sofrimento invariável, ligada ao fato de o ser humano estar vivo. Já suas expressões na forma de masoquismo feminino e moral se colocam como dependentes da cultura e da história dos sujeitos e representam

a expressão variável do conceito, localizável no segundo polo da elipse. Feita esta retomada conceitual, passemos aos resultados empíricos de nossa pesquisa, às inferências que elas sugerem sobre a cultura atual.

Alguns sujeitos de nossas entrevistas optam, por um lado, por tatuagens de pertença a tribos, grupos rígidos e, eventualmente, a organizações religiosas. Trata-se de soluções que são compatíveis com aquelas sintomáticas, indissociáveis do eixo simbólico e que se organizam em torno masoquismo moral. Encontramos também soluções que se apoiam no imaginário, como aquelas marcas e modificações corporais que se mostram a serviço de um projeto de construção de uma identidade fortemente imaginarizada, seja com imagens de nomes que idealizam virtudes, seja com imagens de figuras idealizadas. A especularidade parece definir aqui a lógica presente em muitas dessas modificações, como mostra o crescente mercado das cirurgias estéticas. Este tipo de solução coincide com o que Freud denominou de masoquismo feminino, em que a cena fantasmática é organizada de modo a colocar o sujeito como objeto passivo do gozo de um outro.

Mas há também um terceiro tipo de práticas do corpo, particularmente inquietante em sua perigosa aproximação com o real, e que, de certo modo, está sempre presente em toda prática corporal. Aqui, a busca que parece dominar os sujeitos é a de uma experiência de intensidade absoluta, experiência excesso em que o sujeito simplesmente se dissolve ou apaga, como, por exemplo, nas suspensões corporais (SILVA JR.; LIRIO, 2005a). Diante da ausência de cena fantasmática e de culpabilidade inconsciente, tais práticas parecem ser soluções características do masoquismo erógeno.

Essa nova arquitetura do masoquismo (SILVA JR., 2014) sugere que as estruturas simbólicas que sustentavam a neurose e o masoquismo moral parecem ter perdido seu monopólio sobre a cultura e estão, hoje, compartilhando seu espaço de influência com outras estruturas. Em outras palavras, é possível discernir uma dinâmica em jogo entre estes três tipos de masoquismo, na qual o masoquismo moral parece estar perdendo terreno para os outros dois tipos. Para sustentar essa afirmação, baseamo-nos no surgimento de formas praticamente puras de masoquismo erógeno, num fenômeno social inédito em nossa história. Um sinal disso é a prevalência dos esportes radicais e de outras formas de busca de uma experiência de absoluto no corpo, assim como na busca de narcose por bebida ou drogas, e não mais a mera alteração psíquica em busca de verdades últimas como se via nos anos 1960 e 1970. A descrição destes fenômenos pela chave dos tipos de masoquismo ou das formas de gozo permite, assim, para além de uma primeira organização diferencial de tipos, uma visão sobre a cultura em seu movimento recente.

Em suas expressões patológicas, a identidade, o gozo e o erotismo são singularmente marcados por uma lógica compulsiva na busca e na representação de

limites. Por um lado, as tatuagens e outras modalidades de modificação corporal tendem a substituir a narrativa da história e da identidade do sujeito. Por outro, o limite a ser transgredido para que o erotismo possa existir é buscado não mais apenas nas instâncias que remetem à ordem paterna, como no masoquismo moral, mas na própria dor corporal. O masoquismo originário e o masoquismo feminino se veem, assim, cada vez mais encarregados da organização da economia pulsional dos sujeitos. Assim, as expressões propriamente patológicas dessas novas economias psíquicas respondem, a nosso ver, ao enfraquecimento das formações discursivas do patriarcado e sua substituição por formações discursivas propriamente narcísicas.

10.4 Corpos-identidade, corpos-capital-fixo² e corpos-commodities³

Tal reequilíbrio da economia masoquista responde, com efeito, à importância crescente das organizações narcísicas em torno das modificações corporais. Se em nossa pesquisa as tatuagens parecem muitas vezes compensar e substituir estruturas simbólicas da identidade (SILVA JR. et al., 2009), não é apenas nesse tipo de modificações corporais que podemos encontrar a prevalência narcísica. Seja no campo das patologias, seja no campo dos comportamentos aceitos como normais, há fenômenos sociais que indicam que as modificações corporais estão a serviço dos ideais egológicos, que, invariavelmente, relegam o corpo a um estatuto instrumental, aquele responsável pela identidade do sujeito. Vejamos três exemplos, a nosso ver, paradigmáticos, desta nova função do corpo em nossa cultura.

Assim, temos um primeiro exemplo no campo das patologias: o distúrbio de identidade de imagem corporal ou Biid (*body identity integrity disorder*), caracterizado pelo desejo de amputação de membros saudáveis (FIRST, 2005). A experiência relatada pelos sujeitos é a de que seu corpo não corresponde à imagem que tem si, que não se reconhece no seu corpo como é e diz se identificar com um ser amputado ou deficiente. A identidade do sujeito depende, portanto, de que seu corpo corresponda à sua imagem corporal, o que o leva a demandar a amputação de membros saudáveis.

2 O capital fixo consiste no capital físico que não é consumido durante um ciclo de produção. São os edifícios, máquinas e equipamentos. Corresponde ao ativo de uma empresa.

3 *Commodity* é um termo de língua inglesa que, como o seu plural, *commodities*, significa mercadoria. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. Usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores.

Mas há também uma faceta aceita como “normal” das demandas de amputação de membros. Com efeito, em nosso segundo exemplo, a questão da amputação e substituição de membros ou órgãos por próteses consideradas mais eficazes ou simplesmente melhores recoloca a questão da corporeidade em sua interface com a economia. Assim, o jovem sérvio Milo perdeu os movimentos do braço direito em um acidente de motocicleta dez anos atrás. Cirurgias conseguiram recuperar o braço parcialmente, mas sua mão ainda é incapaz de fazer movimentos básicos. Por causa disso, ele optou por amputar a mão disfuncional para colocar uma prótese mecânica em seu lugar. Milo, que tem 26 anos, diz que a solução de amputar sua mão é a melhor que pode imaginar, depois de viver uma década com uma mão deficiente⁴. Trata-se do que poderíamos chamar de função capital-fixa do corpo, isto é, o corpo como maquinário ativo fixo do indivíduo-empresa.

Com efeito, este é o inquietante sentido no horizonte do comentário de um especialista em ética médica da Universidade de Oxford, Bennett Foddy: “na medida em que a tecnologia evolui, podemos ter mãos biônicas melhores do que as mãos naturais e pessoas com mãos saudáveis querendo fazer substituições” (FODDY). O que estaria em questão seria a introdução, no campo da medicina, de um pensamento não mais pautado exclusivamente pelo eixo saúde-doença, mas diretamente pela funcionalidade e o aumento da produtividade calcado no próprio corpo.

Nesta nova “função” da medicina, sua interface com a economia de mercado passa a organizar as intervenções. Podemos, assim, imaginar a abertura de linhas de empréstimos especialmente voltadas para a aquisição de membros artificiais e/ou medicamentos psicoativos capazes de multiplicar a performance dos trabalhadores. Mas esta não é mera especulação futurística. Um dos nichos mais rentáveis do mercado financeiro se localiza naquilo que poderia ser definido como “*corpos-commodities*”, constitutivo de nosso terceiro exemplo sobre as funções do corpo em nossa cultura.

Com efeito, Laurie Essig, socióloga norte-americana, em seu livro *American plastic. Boob jobs, credit cards, and our quest for perfection* (apud CHOLLET, 2011), investiga o financiamento oferecido pelos bancos para realização de cirurgias estéticas. Segundo a autora, nos últimos dez anos o crescimento de procedimentos estéticos nos Estados Unidos aumentou 465%, ao mesmo tempo que 85% destes foram pagos por empréstimos bancários.

Essig afirma que dois discursos estão em jogo nessa relação: primeiramente, a aparente autonomia e liberdade do sujeito, que se vê condenado a se construir por meio de manipulações estéticas e corporais, frente ao que é oferecido pelo

4 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2011/05/20/jovem-decide-amputar-mao-e-substitui-la-por-protese-mecanica.jhtm>>.

discurso moderno; em um segundo momento, o discurso da multiplicação de capitais financeiros, este que está diretamente ligado e a serviço do primeiro. Isso porque os sujeitos entrevistados no livro dizem sentir-se assujeitados a uma norma estética como única saída possível, justificando esta escolha contraditoriamente pela crença da “liberdade de escolha”. Entre a sujeição às realidades da ciência e do capital, encontra-se, ainda, portanto, uma ideologia da modernidade, aquela da soberania de si, que serve como consolação à total sujeição dos sujeitos e seus corpos a uma nova ordem da cultura de mercado.

10.5 Conclusões

O impacto das relações de poder sobre o corpo por meio dos dispositivos e dos saberes é comum a todas as épocas e culturas (BERTHELOT, 1998; LE BRETON, 1990). Mas, diferentemente de outrora, quando as sociedades eram locais, bem definidas e estruturadas a partir de rituais religiosos ou de iniciação muito eficazes, os modos atuais de constituição do corpo e da relação com a sexualidade parecem se organizar em torno da categoria do indivíduo, responsabilizando cada um pelo modo como terá “acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade de seu corpo e à sua identidade” (FOUCAULT, 1976, p. 205). Cabe perguntar se essa herança tardia da modernidade, se esse movimento quase planetário de individualização, se esse cuidado contemporâneo de si promovido pela cultura atual, não age, na verdade, como um engodo, uma ilusão alienante do sujeito, que esconde uma dominação por discursos cada vez mais totalizante e hegemônica e o mal-estar particular a essa dominação. Questão que nos convida a definir como se dão os modos de produção social das subjetividades atuais para compreender como novos sintomas podem, eventualmente, surgir na cultura (GASPARD, 2010). Nesse sentido, compreendemos o desenvolvimento de certas práticas e usos do corpo enquanto respostas a impasses e à lógica do laço social contemporâneo (HILTENBRAND, 2005).

A proliferação e a coletivização dos modos de gozo no campo do consumo (SILVA JR.; LIRIO, 2005b), das práticas e usos do corpo (GASPARD; DOUCET, 2009), a busca de sensações extremas, os adoecimentos da função desejante teriam por correlato, segundo a hipótese de Freud apresentada na primeira parte deste texto, uma alteração importante dos laços sociais ou discursos. Ora, as práticas do corpo, em sentido amplo, são por nós consideradas como formas pelas quais os sujeitos se posicionam e reagem, em nossa cultura específica, ao resto necessário de sofrimento masoquista. Nossa hipótese é que é por meio da variedade das respostas individuais que implicam e fazem uso do corpo, de novos modos de gozar ou de novas maneiras para que os sujeitos possam tomar posição frente ao saber, ao poder e ao sexo que poderemos localizar as consequências subjetivas da atual economia de normalização, inerente ao neoliberalismo.

Lacan chamou de discurso da ciência e de discurso capitalista laços sociais e discursos que redefinem o contexto simbólico de nossa cultura de um modo radical. De que modo? O discurso da ciência reza que não há sentido no mundo, apenas explicações, e que tudo que existe pode ser explicado (SAURET, 2008). Este discurso afeta profundamente a relação dos sujeitos com o saber, no sentido de uma idealização e crença na onipotência do saber científico. O discurso capitalista, por sua vez, diz que não há interdição, apenas impotência ou potência financeira – apenas se posso ou não posso pagar –, o que afeta relação dos sujeitos com o gozo, que passa a ser considerado como sempre possível. Num mundo sem sentido, apenas organizado pelo funcionamento, em que todo gozo é virtualmente possível mediante o poder financeiro, é evidente que a própria estrutura dos sintomas neuróticos é abalada: sem a autoridade que garantiria o sentido e, portanto, o suposto saber, e sem a interdição que organizaria o desejo, a estrutura de solução de compromisso que organiza o sintoma fica necessariamente comprometida (SAURET, 2008), mas não necessariamente invalidada, uma vez que outras formas de laço social continuam a existir.

Para finalizar, retomemos aqui a vocação crítica da teoria social freudiana, anunciada no início deste texto, e o que as marcas corporais indicam a respeito de nossa cultura. Como vimos, na teoria freudiana, o masoquismo é o processo que garante a possibilidade de constituição do laço social, uma vez que ele é o único processo psíquico capaz de atenuar o poder destrutivo da pulsão de morte e seus efeitos deletérios. É nesse sentido que privilegiei, aqui, a descrição destas novas soluções inventadas pelos sujeitos para se abrigarem no laço social pela chave do masoquismo. Esta questão diz respeito às implicações políticas da dupla causalidade do sofrimento. De fato, as teses freudianas sobre o sofrimento inerente e inevitável da vida em sociedade não impedem a realização de uma crítica social genuinamente psicanalítica, que preserva o sentido crítico das formas de sofrimento e sua potência de transformação. Em *Por que a guerra?* Freud (1937) nomeia esse tipo de ação sobre o campo pulsional mediada pela palavra como uma terapêutica indireta. Os discursos sociais, seja na forma da religião ou da ideologia política, propõem, segundo Freud, valores invariavelmente ilusórios frente à natureza pulsional humana. Nesse sentido, o impasse político da antropologia filosófica freudiana se abre e permite uma reflexão crítica de longo alcance com relação aos efeitos deletérios para a vida humana, das utopias políticas e de outras ideologias totalizantes de mundo. Inversamente, o confronto com a verdade pode atenuar o fator etiológico do sofrimento oriundo da hominização e introduzir o pensamento político a uma lógica simultaneamente crítica e cautelosa: por um lado, uma política inspirada pela suspeita frente ao entusiasmo das soluções utópicas, por outro lado, uma política inspirada pela experiência clínica, em que o cuidado com o outro e a aceitação de uma parcela

de sofrimento tenham a primazia sobre conhecimento causal da doença e o projeto de sua cura definitiva.

Entende-se, desse modo, porque, independentemente das mudanças de modalidade e de conteúdo operadas em sua antropologia filosófica – fundamentalmente, a introdução de uma nova economia pulsional e seus correlatos como a pulsão de morte –, as críticas de Freud, quando se trata de encontrar na cultura a origem ou o fator agravante das patologias, dirigem-se invariavelmente a um mesmo alvo ao longo do tempo, a saber, a relação dos discursos com a verdade. Das duas origens de nosso sofrimento, apenas nossa relação com a verdade pode ser eventualmente modificada. Em nosso caso, aquele de uma cultura fundamentalmente determinada por discursos a serviço do capital, os fenômenos de modificação corporal indicam os efeitos da presença hegemônica de uma ideologia da soberania de si que nos coloca em dívida com nossa verdade.

Referências

- BERTHELOT, J. M. *Le corps contemporain: figures et structures de la corporéité. Recherches sociologiques*, Paris, n. 1, p. 7-18, 1998.
- CHOLLET, M. *Refazendo o mundo a golpes de bisturi*. Le monde diplomatique, Ed. Brasileira. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=903>>. Acesso em: 27 maio 2011. Acesso em: 4 mar. 2011.
- DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FIRST, M. B. Desire for amputation of a limb: paraphilia, psychosis, or a new type of identity disorder. *Psychological Medicine*, Cambridge University Press, v. 35, Issue 6, p. 919-928, jun. 2005.
- FODDY, B. (2011). *Jovem decide amputar mão e substituí-la por prótese mecânica*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2011/05/20/jovem-decide-amputar-mao-e-substitui-la-por-protese-mecanica.jhtm>>. Acesso em: 1 fev. 2017.
- FOUCAULT, M. *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976. (Histoire de la sexualité, v. 1).
- FREUD, S. (1908) *Die "kulturelle" sexualmoral und die moderne nervosität. Studienausgabe*. Frankfurt-am-Main: Fisher Taschenbuch Verlag, 1982. (v. IX).

_____. (1913) Totem und Tabu. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fisher Taschenbuch Verlag, 1982.

_____. (1920) *Jenseits des Lustprinzips*. *Studienausgabe*. Frankfurt-am-Main: Fisher Taschenbuch Verlag, 1982. (v. III).

_____. (1924) *Das Ökonomische Problem der Masochismus Studienausgabe (SA)*. Band. III: Psychologie des Unbewußten. Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1982. (v. III).

_____. (1930) *Das Unbehagen in der Kultur*. *Gesammelte Werke*. Band. XIV. Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.

_____. (1937) *Warum Krieg?* *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1982.

GASPARD, J.-L.; DOUCET, C. *Pratiques et usages du corps dans notre modernité*. Toulouse: ERES, 2009.

_____. *Nouveaux symptômes et lien social contemporain. Les fondamentaux de la psychanalyse lacanienne: repères épistémologiques, conceptuels et cliniques*. JODEAU-BELLE, L.; OTTAVI, L. (dir.). Rennes: PUR, 2010. p. 357-372,

_____. *La souffrance de l'être: formes modernes et traitements*. Toulouse: ERES, 2014.

GASPARD, J.-L. et al. Marques corporelles, tatouages et solutions subjectives à l'adolescence. *Neuropsychiatrie de l'enfance et de l'adolescence*, v. 62, n. 3, p. 168-176, 2014.

HILTENBRAND, J. P. *Insatisfaction dans le lien social*. Toulouse: Erès, 2005.

LE BRETON, D. *Anthropologie du corps et modernité*. Paris: PUF, 1990.

RICOEUR, P. *De l'interprétation*. Paris: Seuil, 1965.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SAURET, M. J. *L'effet révolutionnaire du symptôme. coll Humus*. Toulouse: ERES, 2008.

SILVA JR., N. Metodologia psicopatológica e ética em psicanálise: o princípio da alteridade hermética. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 3, n. 2, 45-73, 1999.

SILVA JR., N.; LIRIO, D. As destruições intencionais do corpo. Sobre a lógica do traumático na contemporaneidade. In: FRANÇA, C. P. (Org.). *Perversão: variações clínicas em torno de uma nota só*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005a. p. 131-144. (v. 1).

_____. The postmodern re-codification of perversion: on the production of consumer behavior and its libidinal grammar. *International Forum of Psychoanalysis*, v. 14, p. 217-223, 2005b.

SILVA JR., N.; et al. A narrativa do destino e a função identitária do corpo na modernidade. *A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia*, São Paulo, v. 1, p. 15-30, 2009.

SILVA JR., N. Corps et narration dans la modernité. In: DOUCET, C; GASPARD, J. L. *Pratiques et usages du corps dans la modernité*. Toulouse: Éditions Érès, 2009. p. 65-84.

SILVA JR., N. L'irréremédiable souffrance de la culture. In: COELEN, M.; NIOCHE, C. e SANTOS, B. (org.). *Jouissance et Souffrance*. Paris: Éditions Campagne Première, 2012a. p. 83-94. ISBN 978-2-9157-8986-7.

SILVA JR., N. Sublimation et vie économique. In: MIJOLLA-MELLOR, S. (Org.). *Traité de la sublimation*. Paris: Presses Universitaires de France, 2012b. p. 438-457. ISBN 978-2-13-05886-1.

SILVA JR., N. Souffrances dans la culture: une nouvelle architecture du masochisme. In: GASPARD, J. L. (Org.). *La souffrance de l'être formes modernes et traitements*. Toulouse: Éditions Érès, 2014. p. 29-44. ISBN: 978-2-7492-4080-0.

Parte 4

Psicologia social e cidadania

A imagem: unificação psicossocial por meio da experiência estética

Arley Andriolo

11.1. Considerações preliminares

Nas apresentações do Primeiro Simpósio Interno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (IP/USP, 2015), além de reconhecer o hífen como questão, notou-se uma clara tendência à sua supressão. Supressão esta que não se apresenta diretamente como dissolução do psíquico no social, ou vice-versa, mas como uma intersecção dinâmica, uma mescla.

As atividades do Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte (IP/USP) acompanham essa tendência devido aos fundamentos epistemológicos das pesquisas que investigam os problemas da arte, da estética e da imagem. A proposição fomentada por João Augusto Frayze-Pereira desde a fundação do laboratório implica uma perspectiva crítica às dicotomias do conhecimento, particularmente aquelas inscritas no pensamento fenomenológico: sujeito-objeto; indivíduo-sociedade; psíquico-social.

Na década de 1980, o fundamento fornecido pelo pensamento de Frayze-Pereira provinha de duas fontes básicas, Michel Foucault e Maurice Merleau-Ponty, acrescidas de leituras psicanalíticas, por meio das quais desenvolveu uma fenomenologia sem vínculos com os procedimentos husserlianos. Esta proposição crítica seguia uma discussão fomentada na Universidade de São Paulo por Marilena Chauí, que instaurou uma perspectiva crítica sem o abandono do texto fenomenológico.

Frayze-Pereira tem fornecido ampla contribuição aos estudos em psicologia e estética. Quando lançou sua tese de doutorado, *Olho d'Água: arte e loucura em exposição* (defendida em 1987 e publicada em 1995), afirmou o necessário trabalho de reflexão, sempre acompanhado de uma tensão instaurada pela triangulação artista-obra-espectador. O domínio da experiência estética “é constitutivo de um ‘campo de sentido’ cujos polos diferenciais são o autor e o leitor. A obra vive da tensão instaurada pela participação diferenciada do autor e do destinatário”

(FRAYZE-PEREIRA, 1995, p. 103). Esta concepção prolongava no Brasil o debate acerca de uma estética fenomenológica, ao mesmo tempo em que instalava a reflexão sobre a recepção estética no campo da psicologia.

Em primeiro lugar, propunha uma reflexão sobre a ordem simbólica, própria da vida humana, entrelaçada com o conhecimento da estética. Em segundo lugar, operava uma subversão nos usos da psicanálise por conta de um procedimento designado “psicanálise implicada”. De modo dialético, por um lado, o campo da psicologia da arte se formou no interior de trocas epistemológicas das ciências humanas, por outro, as próprias obras de arte e as práticas artísticas cumpriram um papel decisivo na formação desse campo. As transformações no campo artístico, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, forneceram impulso para o surgimento de teorias da arte críticas às tradições interpretativas, indagando a participação do público e os processos da história da arte.

De tal modo que a proposição de Frayze-Pereira posiciona a pesquisa em relação às propostas artísticas e não apenas às teorias. Resulta daí um pensamento no qual a dimensão da experiência sensível traz a estética para o centro (e origem) do conhecimento humano. Exemplo disso é a sua afirmação sobre o pensamento de Merleau-Ponty ser “estético de ponta a ponta”: porque é elaborado “por uma reflexão sobre a experiência originária do sensível”, por meio da qual encontrou na arte moderna a deiscência do ser (FRAYZE-PEREIRA, 2004, p. 24). Nas páginas de *O olho e o espírito*, lê-se: “imerso no visível por seu corpo, ele próprio visível, o vidente não se apropria daquilo que vê: aproxima-se dele somente pelo olhar, abre-se sobre o mundo” (MERLEAU-PONTY, 1964, p. 17).

A compreensão crítica sobre os significados da arte, da estética e da imagem em psicologia social possibilitou o desenvolvimento de diversas pesquisas, as quais não abandonam a questão da dicotomia psíquico-social. Tais pesquisas desdobraram-se sobre um campo notadamente interdisciplinar, além de psicólogos e psicanalistas, com músicos, artistas visuais, historiadores, antropólogos, entre outros. Ao constituir uma rede de conhecimento, pode-se situar o eixo desse campo de pesquisa: o conceito de experiência estética. Neste texto, procuro apresentar brevemente a concepção que norteia uma das linhas de investigação do Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte, particularmente dedicada ao mudo das imagens e à iconologia social. Trata-se de uma abordagem metodológica que prolonga a perspectiva crítica consolidada por Frayze-Pereira, procedendo à unificação psicossocial por meio da experiência estética.

11.2 Iconologia social

A psicologia, historicamente, defrontou-se com imagens, desde os desenhos da anatomia cerebral até os experimentos de percepção na Teoria da *Gestalt*.

No Brasil, nas interfaces com a psiquiatria, a visada psicológica sobre materiais iconográficos interpelou o conteúdo das imagens produzidas nos hospitais psiquiátricos; campo conflituoso do qual emergiu a contribuição da doutora Nise da Silveira. Na história da psicologia social brasileira, nomes importantes como Arthur Ramos e Nina Rodrigues dedicaram-se às relações entre imagens, artes e culturas. O primeiro examinou o significado de pinturas e desenhos, enquanto a segunda estudou as esculturas de origem africana.

Recentemente, as imagens da internet e os processos virtuais atraíram a atenção dos pesquisadores da psicologia. Embora não seja ainda um domínio muito amplo, existem novas abordagens em psicologia que estão trazendo as imagens para o centro da investigação (FORRESTER, 2000; WIESER; PRYBORSKI; SLUNECKO, 2012; SLUNECKO; 2012). Nota-se um interesse crescente sobre “a imagem de si” ou sobre a “imagem corporal”.

Observando os trabalhos publicados na área da psicologia no Brasil, uma importante sistematização foi feita por Lucas Neiva-Silva e Silvia Helena Koller (2002), circunscrevendo os usos da fotografia na pesquisa em psicologia. Adriana Bosco (2009), sob orientação de Vera Paiva, lançou mão da imagem fotográfica para examinar como mulheres percebiam a si mesmas e criavam sua identidade. Leny Sato (2009) explicitou a experiência de trabalhadores de uma feira fornecendo-lhes uma máquina fotográfica. Vanessa Maurente e Jaqueline Tittoni (2007) trabalharam com o tema da fotocomposição, enquanto Andrea Zanella (2006) estudou imagens de vídeo. Com estes últimos autores, foram reunidas experiências de pesquisas com imagens em duas coletâneas básicas (DIAS et al., 2009; ZANELLA; TITTONI, 2011). Pode-se notar, também, o filme-documentário *Espaços da memória* (2015), produzido pelo grupo de pesquisa coordenado por Belinda Mandelbaum com a pesquisa visual de Luiz Otavio de Santi, Andre Costa e Ary Diesendruck, em uma intervenção psicossocial por meio de imagens em São Luiz do Paraitinga (SP).

Nessas pesquisas, localiza-se esquematicamente um triplo sentido da imagem: (1) como ilustração do conhecimento em psicologia; (2) como documento público; (3) como procedimento em pesquisa. No primeiro caso, a posição crítica indaga sobre a natureza da ilustração, no segundo, há interlocução com os estudos de cultura visual e do imaginário, enquanto no terceiro dialoga-se com os chamados “métodos visuais” e as práticas de intervenção social por intermédio das imagens. Trata-se da compreensão de processos sociais de significação das imagens como tarefa no campo da psicologia, a qual nos remete aos estudos de iconologia.

A iconologia é uma iconografia, mas em uma perspectiva mais profunda. Esta distinção entre iconografia e iconologia foi formulada por Erwin Panofsky (1967 [1939], p. 3): a primeira é um “ramo da história da arte que identifica o conteúdo ou assunto de obras de arte como opostos a suas formas”; enquanto

a segunda é “um método de interpretação que visa a uma síntese mais que uma análise” (p. 8).

O método iconológico estabeleceu-se em uma posição crítica à iconografia, termo cuja raiz etimológica é encontrada em *eikon* – imagem – e *graphia* – descrição –; desse modo, “pressuporia um papel descritivo, capaz de alimentar classificações, comparações, tradições, circulação etc.”, como notou Ulpiano Meneses (2012, p. 244); a iconografia está fundamentada na descrição particular dos símbolos, enquanto a iconologia visa a um projeto de interpretação geral dos símbolos em horizonte histórico. Esta cisão foi sintetizada por Meneses (2012) em referência a Gottfried Boehm: a iconografia identifica na imagem a “significação interna de significações externas”, ao passo que a iconologia implica em “generalizações, integração de informação e perspectivas” (p. 244).

A iconologia também foi baseada em uma série de termos pertinentes ao domínio da psicologia, os quais Panofsky utiliza para fundamentar cada um dos níveis de sua interpretação. Por exemplo: personalidade, sensibilidade, expressão, emoção etc. Noutra ocasião, pude apontar algumas correspondências entre os estudos de Merleau-Ponty, Panofsky e Pierre Bourdieu (ANDRIOLO, 2011). Bourdieu designou a iconologia como uma ciência estrutural capaz de superar a dicotomia psíquico-social por meio do conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1992).

Ao prolongar o projeto iconológico de Aby Warburg, Panofsky elaborou um sistema de interpretação em referência ao sociólogo húngaro Karl Mannheim e ao filósofo alemão Ernst Cassirer e interessou-se pelos três níveis de interpretação e pelo conceito de forma simbólica. Dividiu o conjunto da abordagem em três passos: (1) descrição pré-iconográfica (e análise pseudoformal); (2) análise iconográfica; (3) interpretação iconográfica em sentido profundo ou interpretação iconológica. Cada um desses níveis refere um objeto da interpretação: (1) conteúdo primário, constituído pelo mundo dos motivos artísticos; (2) conteúdo secundário, constituído pelo mundo das imagens, histórias e alegorias; (3) significado intrínseco, constituindo o mundo dos “valores simbólicos”.

Todos esses níveis estão correlacionados a conceitos psicológicos, notadamente no terceiro nível, quando trata de “formas simbólicas” no sentido definido pela abordagem cultural de Cassirer (1944). Esse nível deve revelar atitudes básicas de uma nação, período, classe social, comportamentos filosóficos ou religiosos, “inconscientemente qualificado por uma personalidade e condensado em uma obra de arte” (PANOFSKY, 1967 [1939], p. 7). Assim, uma imagem precisa ser entendida em contexto psíquico e social. A abordagem iconológica descreve a experiência estética por meio de processos históricos expressos em condições psicossociais de significação.

De modo preliminar, o sociólogo Pierre Francastel (1990 [1951]), leitor e contemporâneo de Jean Piaget e Henri Wallon, considerava que uma imagem

não seria apenas uma representação, uma transposição figurativa ou simbólica de uma realidade. Chamava a atenção para a imagem como tal, em suas linhas, cores, formas e texturas, e os processos sociais implicados na circulação. Dizia:

Há o mundo, a imagem vivida; há a imagem percebida que é uma realidade espiritual para cada autor e cada espectador; há a imagem notada, que constitui o signo de reconhecimento; e a imagem virtual, que permite a transmissão do pensamento do autor para o espectador (p. 38).

O domínio da imagem na psicologia social pode, assim, compreender o estudo de processos sociais nos quais a imagem não é apenas uma coisa física, mas um movimento de mediações entre o objeto icônico e as imagens mentais dos observadores por meio da experiência corporal (sensorial e estética). Portanto, refere-se aos movimentos de transformação da imagem entre uns e outros, enquanto fenômeno imagético no processo social, na vida intersubjetiva. A imagem constitui-se em um campo de significação estética, política, econômica e cultural.

A iconologia social articula a reflexão teórica e metodológica à pesquisa empírica, notadamente em agentes e comunidades nos quais as imagens cumprem um papel importante. Dentre as pesquisas recentes no Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte, estão estudos das imagens nas redes discursivas da psicopatologia, nas imagens do inconsciente, em exposições de arte e intervenções terapêuticas, nas trocas entre imagens artísticas e imagens turísticas, nos estudos de filmes e fotografias, também em imagens compartilhadas a partir de experiências musicais e literárias. A atenção ao processo das imagens na sociedade conduziu à iconologia social, que se torna, também, um instrumento de intervenção e de tecnologia social na atuação do pesquisador em psicologia.

11.3 A retomada da iconologia

A iconologia social distingue-se da proposta original de Panofsky em dois aspectos principais. Em primeiro lugar, devido à contribuição sociológica de Pierre Bourdieu, as formas simbólicas passam a ser interpretadas por meio das relações de força e poder dentro dos campos sociais. Em segundo lugar, a retomada da iconologia, notável nas últimas décadas, introduziu problemas e conceitos não contemplados na proposta daquele historiador de arte.

Essa retomada representou um avanço nos objetivos das pesquisas. O trabalho de investigação sobre a longa duração, baseado em fontes clássicas e na compreensão da arte de séculos passados, foi ampliado para uma investigação do campo da recepção das obras de arte. Novas categorias são incorporadas aos estudos, os quais consideram tanto os meios de circulação das imagens quanto

a participação do corpo do espectador. Apenas para citar alguns autores, temos: Stefanou (1981), Mitchell (1986, 1994), Belting (2006) e Versteegen (2014). Em todos esses autores, a retomada da iconologia expressa implicações com o campo da psicologia. Não obstante, a grande maioria dos estudos dialoga com a psicologia, mas é proveniente de outros campos, como a história da arte e a antropologia¹. Assim, torna-se uma questão relevante: como a psicologia interpreta as imagens e dialoga com as humanidades?

Nos trabalhos de Norval Baitello Júnior (2005), em filosofia da comunicação, a interpretação das imagens remete a uma arqueologia. O autor afirma o caráter histórico e cultural da investigação ao “considerar as facetas sombrias e silenciosas das histórias, das pessoas e das coisas que servem de ponto de partida (e de chegada) na vida das imagens” (p. 40). Por sua vez, Hans Belting propõe considerar o mental e o físico como dois lados de uma mesma moeda em um processo dinâmico entre a imagem, o meio e o corpo. Afirmou: “a interação das imagens mentais e das imagens físicas é um campo ainda largamente inexplorado, o qual concerne à política das imagens em relação ao que os franceses chamam de *imaginaire* de uma dada sociedade” (BELTING, 2006, p. 8).

J. W. Thomas Mitchell designou sua proposta de “iconologia crítica” quando publicou o livro *Iconology: image, text, ideology*, em 1986. Colocou em questão o que se fala em relação às imagens e os termos associados aos discursos, como *picturing, imagining, perceiving, likening, imitating...* Há uma retomada da proposição de um *logos* (palavra, ideia, discurso, ciência) dos *icons* (imagem, semelhança, *picture*) no duplo sentido da “retórica das imagens”: (1) o que se diz acerca das imagens, interpretações; (2) o que as imagens dizem, histórias, descrições. Na retomada de Mitchell (1986, p. 9), a iconologia torna-se não a ciência dos *icons*, mas a “psicologia política das imagens”.

O domínio das imagens inscreve-se em uma vertente política, tanto dos movimentos sociais organizados quanto das lutas cotidianas por expressão e linguagem. Em uma concepção fenomenológica, o mundo da vida é lugar das ações políticas mais que das teorias políticas (JUNG, 1972). Nesse sentido: “a política das imagens pode ser compreendida como ação política em grande parte pré-reflexiva, no sentido assinalado por Merleau-Ponty, nos atos cotidianos de seus autores no mundo da vida, uma luta não articulada em conceitos ou palavras, mas em imagens” (ANDRIOLO, 2014, p. 103).

Baitello (2005) explorou em detalhes a concepção de Belting acerca de imagens endógenas e exógenas, a partir das quais dois vetores estão em constante tensão: interiorização (força imaginativa) e exteriorização (força desvinculadora

1 Entre os autores aqui citados, apenas J. Stefanou desenvolveu seus estudos nos quadros institucionais da psicologia, na Universidade de Strasbourg, sob a orientação de Abraham Moles.

ou dissociativa). Em uma abordagem psicossocial, pode-se considerar de modo esquemático as imagens em dois movimentos conjugados para a compreensão política: dimensão “interna”, nas imagens lançadas pela pessoa em suas ações políticas na vida cotidiana; dimensão “externa”, situada no contexto das lutas políticas nas quais as imagens estabelecem medições entre os processos sociais (ANDRIOLO, 2014).

11.4 Fenomenologia social e experiência estética

Neste texto, a pesquisa sobre o processo de significação das imagens em psicologia social situa-se no quadro teórico da fenomenologia. No entanto, trata-se de uma abordagem empírica e social em fenomenologia, em atenção às narrativas, discursos, descrições de experiências relacionadas aos objetos icônicos e aos movimentos das imagens.

Os procedimentos de uma fenomenologia ligada à vida social partem dos estudos sociológicos de Alfred Schutz e Thomas Luckmann (1974), os quais têm demonstrado contribuição importante à psicologia em seus aspectos ligados ao conhecimento da vida cotidiana, assim como às implicações políticas (JUNG, 1972). Conforme essa abordagem, as formas e significados devem ser apreendidos na experiência, como aparecem na vida cotidiana de sujeitos, organizações e processos sociais. Nas palavras de Langdridge (2008, p. 1.132):

O objetivo para o pesquisador é trabalhar de modo reflexivo com os dados para identificar padrões e temas através da experiência. [...] Não obstante estes desenvolvimentos recentes parecerem muito diferentes dos primeiros estudos, os fundamentos filosóficos são os mesmos, com alguns deslocamentos de foco. O coração de toda a fenomenologia é a descrição das ‘coisas tal como aparecem’ através do foco na experiência ‘como vivida’ e isto se mantém verdadeiro para todas as metodologias que participam desta família qualitativa particular.

A pesquisa por meio da experiência procede a retomada da longa tradição de estudos críticos ao dualismo entre o objetivismo e o subjetivismo. Esse debate estava inscrito nos estudos científicos de J. W. von Goethe (2007). O escritor alemão disputou o processo do conhecimento em íntima relação sujeito-objeto, motivo pelo qual tem sido citado entre os precursores da fenomenologia. De fato, Goethe propôs uma morfologia cujos procedimentos aproximam-se do pensamento de Husserl em seus aspectos fundamentais (HEINEMANN, 1934), em uma sistemática de observação de fenômenos vivos a partir das formas para a compreensão dos significados subjacentes. Ao desenvolver um método de observação da natureza, Goethe intro-

duziu o corpo do observador como parte do processo do conhecimento, abrindo uma concepção que integra a experiência estética e a atividade imaginativa.

Nesse âmbito, está-se trabalhando com “visões fenomenológicas”, para lembrar as palavras de Moritz Geiger (1958), e não estritamente do movimento fenomenológico husserliano, bem como procedendo a um recorte na totalidade da experiência por meio do conceito de estética. Para Geiger, a fenomenologia estética é uma forma de conhecimento que consiste em um conjunto de práticas sinteticamente distribuídas em três características básicas: 1) deter-se e investigar os fenômenos; 2) tais fenômenos não são apreendidos em sua condição individual ou acidental, mas em seus “momentos essenciais”; 3) a essência não deve ser apreendida por dedução nem por indução, senão por intuição. A esses procedimentos, Geiger (1958, p. 95) acrescenta a relevância da imaginação do pesquisador em sua potencialidade para visualizar as diversas facetas do fenômeno e projetar suas formas no desenvolvimento histórico.

Dentre as contribuições da morfologia de Goethe para as ciências humanas, está a proposição acerca do fenômeno como expressão no espaço de um processo temporal. Por exemplo, Wladimir Propp (1970 [1928]) investigou a morfologia dos contos russos, propondo a transferência do projeto de Goethe para a literatura. Nota-se, a partir daí, uma vertente de conhecimento que reúne a psicologia e a história. Na micro-história de Carlo Ginzburg (1989), as categorias emergentes do estudo das fontes documentais são projetadas em eixos históricos, em uma análise morfológica e transcultural. O objetivo dessa abordagem é examinar as sobrevivências e transformações de crenças, valores, imagens etc. Diante da amplitude desse tema, trata-se aqui tão somente de assinalar a importância da interface da história com a psicologia; à psicologia, é necessário situar suas categorias no processo temporal de expressões no espaço social.

No campo fenomenológico, a concepção de estética tem variado muito desde a formulação original em Moritz Geiger (1958), seja em Dufrenne (1953), seja em Merleau-Ponty (1964), entre outros. Para a pesquisa empírica em fenomenologia social interessa, sobretudo, a experiência recolhida nas narrativas e nas imagens coletadas em processos específicos, de que emergem categorias próprias, não diretamente relacionadas aos conceitos da filosofia fenomenológica.

O conceito de campo estético proposto por Arnold Berleant (2000 [1970]), inicialmente de modo restrito à estrutura do campo artístico, considera a formação da experiência estética em torno do objeto ou o processo artístico, o objeto intencional que é esteticamente significativo quando ocorre uma transação engajada do observador. Nesse sentido, a compreensão dessa experiência reúne tanto os agentes participantes do campo – o artista, o espectador, o *marchand* etc. – quanto os elementos constitutivos do espaço e tempo do acontecimento do objeto ou processo artístico. Assim, o próprio ambiente é requisitado, bem como a cultura e a natureza.

Trata-se de uma concepção que considera o caráter participativo do observador. A experiência estética torna-se um dos fundamentos das relações sociais.

O procedimento central desta metodologia está em coletar escritos, narrativas e discursos em correspondência a séries de imagens, de modo a situá-los em um ambiente histórico e social. Desse modo, pretende-se compreender os instrumentos e as formas de interpretação das imagens, circunscrevendo conceitos e categorias (imitação, representação, *mimesis* etc.). Com vistas à observação do processo temporal e um determinado espaço social, *os procedimentos podem ser sintetizados da seguinte maneira*: (1) estabelecer um conjunto de imagens em séries temáticas e ordem cronológica; (2) examinar narrativas e discursos por meio de entrevistas ou fontes documentais (textos de jornais, revistas etc.) para a *delimitação de termos associados às imagens e seus significados*; (3) agrupamento de aparições de termos correspondentes aos diversos discursos e imagens; (4) *indicação de uma categoria, dentre os termos identificados*; (5) a categoria é considerada em referência à experiência estética, de modo a *fornecer o eixo em torno do qual as imagens e os discursos são organizados*; (6) articulação e discussão da categoria em relação a conceitos teóricos, em referência à psicologia, à cultura e à sociedade, com o objetivo de integrá-la em relações de significados na rede do processo histórico e do espaço social.

Nas ciências humanas, o mundo das imagens está inscrito em um campo interdisciplinar e, portanto, sujeito a perspectivas diversas provenientes das ciências da comunicação, da antropologia, da história da arte, entre outras além da própria psicologia. Muitos trabalhos recentes em psicologia seguem uma abordagem orientada pelas ciências da comunicação, em termos como “signo”, “mídia” e “informação” (PRZYBORSKI; SLUNECKO, 2012). Ao optar-se pela investigação por meio da experiência estética, os conceitos centrais tornam-se “símbolo”, “corpo” e “sensibilidade”. Ambas as orientações procuram aferir os significados das imagens, mas em dimensões diferentes da experiência.

11.5 Estética e engajamento

Hans Jauss (1978) dizia que não se pode resgatar dos fenômenos artísticos nenhuma ligação objetiva entre as obras que não seja estabelecida pelos sujeitos da produção e da recepção, ou seja, há um “caráter intersubjetivo” da sua continuidade e definidor de seu destino. A recepção estética da exposição de Arte Incomum, de 1981, foi estudada de modo fundamental por João Frayze-Pereira (1995) quando inaugurou no Brasil uma perspectiva de investigação na interface da psicologia com as artes. Afirmou Frayze-Pereira (1995, p. 139): “no face a face com as obras os leitores contemplam a origem que se perdeu, o mito que a sociedade não oferece mais e que a extrema racionalidade tecnocrática faz perder cada vez mais”.

A sociologia procurou circunscrever os “instrumentos de percepção”, como Bourdieu e Darbel (1966) examinaram a visitação de museus franceses. A estrutura social organiza a percepção, mas o faz em relação à história, ou seja, ao processo de duração das formas de perceber conforme determinadas categorias de julgamentos artísticos. Daí a afirmação de Bourdieu (1968, p. 649): “o olho é histórico” e a obra de arte é feita pelo menos duas vezes, uma pelo artista e outra pelo público. Em síntese, “entre o público e a obra de arte funda-se um campo intersubjetivo formado por discursos e imagens representativos de tempos históricos distintos; as mediações na recepção de tais obras possuem, na mesma medida, temporalidades diversas” (ANDRIOLO, 2010, p. 107).

A concepção de experiência estética considera o campo fenomenal (ou campo estético) formado por meio das imagens, não apenas em relação ao objeto artístico, mas a todo o processo de significação estética. Nas palavras de Berleant (2000 [1970], p. 6), o engajamento “expressa o tipo de envolvimento da percepção além dos limites convencionais da arte em um domínio mais vasto da experiência humana”. Essa proposta reconhece a percepção das imagens como uma transação engajada do observador, situado em um ambiente natural e cultural, conduzindo a uma fenomenologia descritiva e uma estética ambiental (BERLEANT, 1992).

Uma das principais contribuições de Berleant ao debate contemporâneo deve-se ao estudo da estética referindo sua definição etimológica (*aisthesis*, percepção pelos sentidos), situando um domínio da experiência no qual estamos corporal e ambientalmente engajados. A formulação desse filósofo acerca do engajamento foi originalmente apresentada em 1970, em seu primeiro livro dedicado ao campo estético, depois desenvolvido em *Art and engagement* (1991), tornando-se central em seus escritos. Compreender a experiência estética por meio do conceito de engajamento resulta da posição crítica à estética desinteressada, herdada do século XIX, e da proposição do conceito de estética como fundamento da vida social (BERLEANT, 2010, p. 61).

Do ponto de vista teórico, o conceito de engajamento foi desenvolvido a partir de Merleau-Ponty, assim como nas interfaces da psicologia, notadamente com Kurt Lewin, em seu *Principles of topological psychology*, e com a noção de arte como experiência de John Dewey. Arnold Berleant conduziu sua abordagem fenomenológica do campo artístico para o espaço ambiental e social, atingindo o domínio do que designou estética política. A construção social do conhecimento (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974) é interpretada conforme a interação corporal, a partir do exame da experiência estética e das implicações políticas.

Tanto em Berleant quanto em Frayze, a experiência estética não se limita ao campo da visualidade. Ambos fazem compreender o processo social das imagens além dos domínios da cultura visual: como um movimento centrado no corpo do observador, a

partir do qual as imagens transitam e ganham significados. O engajamento do observador envolve todo o seu corpo e promove uma dinâmica entre o “mundo interior” e o “mundo exterior” a partir de relações entre o ambiente, os sentidos, as emoções, a cognição e as imagens mentais. Estes dois mundos não poderiam ser entendidos de modo dicotômico, senão como uma interação dinâmica e integradora de um fenômeno único, uma mescla no sentido merleau-pontiano.

Na área da psicologia, por exemplo, Gerald Cupchik (1992) propõe uma análise considerando vários níveis, a partir da qual o humano é reconhecido como uma totalidade e sua experiência organizada entre os níveis social, individual e fisiológico. Para esse autor, a experiência estética é dinâmica, tanto em processos *bottom-up* e *top-down* quanto na articulação individual e social: “episódios estéticos são únicos porque o *sensório material* e as *qualidades simbólicas* são frequentadas e integradas em uma experiência unificada” (CUPCHIK, 2002, p. 179, grifos do autor). Além disso: “uma vez que o tema é lançado dentro da integração, a experiência atinge todos os domínios do significado simbólico, tanto social quanto pessoal” (p. 180). Conforme Cupchik, dinâmica e integração podem ser compreensíveis no debate próprio da psicologia, em seu horizonte histórico. Neste caso, a imagem é examinada não como um objeto fixo, mas como um processo dinâmico de interação psíquica e social.

11.6 Considerações finais

Estes breves comentários acerca da proposição de recepção estética de João Frayze-Pereira, do conceito de engajamento de Arnold Berleant e da concepção dinâmica de Gerald Cupchik tiveram como objetivo responder à questão inicial sobre a dicotomia psíquico-social por meio do conceito de experiência estética. Considerando o fenômeno das imagens entre a situação corporal e os contextos sociais, a experiência estética é compreendida no mundo da vida.

Nos estudos de interpretação das imagens em psicologia social, pode-se notar duas contribuições preliminares. De um lado, a perspectiva da psicologia poderá contribuir com os debates surgidos na retomada da iconologia e na centralidade das imagens no mundo contemporâneo. Por outro lado, fornece uma abordagem complementar às investigações próprias do campo da psicologia, que vêm focalizando as imagens nas últimas décadas.

A experiência estética, compreendida por meio do engajamento do observador, faz pensar nas imagens a partir da atividade sensória, na qual os significados primários estão situados. A partir daí, a experiência da natureza e dos objetos culturais são articuladas em diferentes níveis de significação. Fatores sociais e culturais influenciam a experiência estética nas inter-relações do observador. Ao mesmo tempo em que informa o observador sobre seus diversos significados, a

imagem é produzida no interior de tradições culturais e sociais que dão forma aos significados socialmente estabelecidos.

No âmbito das pesquisas do Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte, são exemplares abordagens por meio do método iconológico com imagens específicas: a tese de Danilo Ide, *Perambulações no bairro da Liberdade: passeios ao vivo e em vídeo com moradores locais* (2014) e o mestrado de Lígia Ungaretti Jesus, *Uma pesquisa visual e compartilhada de Paraty: fotografias e narrativas de representação da cidade* (2015). Embora estas iniciativas tenham lançado foco sobre os objetos icônicos (pinturas, fotografias, filmes etc.), ao considerar-se a experiência estética, tem-se por objetivo ampliar o campo da iconologia considerando, também, imagens literárias e musicais. Nesse sentido, tivemos oportunidade de trabalhar em nossa equipe com estudos provenientes de oficinas musicais com Marcelo Petrágia – *O fazer musical como caminho de conhecimento de si e conhecimento do outro no contexto empresarial* (2015) – e a interpretação de poesias realizada por Ricardo Mattos – *Roberto Piva: derivas políticas, devires eróticos & delírios místicos* (2015).

A definição original do termo *estética*, em sua etimologia, proposto por Alexander Gottlieb Baumgarten (1750), forneceu a conceituação de estética como a ciência do conhecimento sensório. Devido à vinculação com a categoria do belo, foi aproximada do debate das artes durante o século XIX (em uma concepção de arte acadêmica). Porém, tratava-se de uma ciência, e não uma oposição a esta, que exploraria a experiência sensória. Como lembrou Berleant (2010, p. 26), Baumgarten retomou o significado dos gregos, literalmente “percepção pelos sentidos” (*aisthesis*). Trata-se de um domínio central da experiência.

Nesse sentido, não se trata apenas dos instrumentos sensórios em sua constituição físico-química, mas da experiência integral do corpo em sua dimensão simbólica. Conforme ensinou Frayze-Pereira (2006), o corpo próprio realiza a união dos sentidos: “se há na coisa uma simbólica que vincula cada qualidade sensível às outras, não podemos esquecer que abraçado às coisas encontra-se o corpo” (p. 163). E conclui: “os aspectos sensoriais de uma coisa constituem conjuntamente uma mesma coisa, como o olhar, o tato e todos os sentidos são conjuntamente os poderes de um mesmo corpo integrados em uma única ação” (p. 163).

O que anteriormente se procurou evidenciar na abordagem iconológica, recordando Belting (2006), é que o mental e o físico são dois lados de uma mesma moeda no processo entre a imagem, o meio e o corpo. A revisão do conceito de estética permite ampliar os domínios da imagem. Ou seja, a imagem não se restringe ao campo da visualidade, uma vez que a experiência é unificada pelo corpo. Nas palavras de Norval Baitello Jr. (2005), além de visuais, as imagens podem ser configurações acústicas, olfativas, gustativas, táteis e proprioceptivas. Esta concepção tem um impacto fundamental para a psicologia social, porque situa a imagem também nos domínios do invisível. Conforme a definição original de *imago*, na origem latina,

a imagem correspondia ao retrato de uma pessoa morta – na forma de pinturas, esculturas, sobretudo de máscaras mortuárias de cera –, cuja manifestação material organizava a experiência social entre presença e ausência. Portanto, o fenômeno da imagem abriga um jogo essencial da estrutura simbólica da humanidade; integra o psíquico e o social ao mesmo tempo em que articula o visível e o invisível.

Referências

- ANDRIOLO, A. A política das imagens do inconsciente: psicologia social e iconologia crítica. *Revista Eletrônica Memorandum: memória e história em psicologia*, Minas Gerais, v. 26, p. 90-109, 2014.
- ANDRIOLO, A. A pintura é um traço de nossa relação histórica com o mundo. *Revista Poiésis*, Santa Catarina, v. 17, p. 77-90, 2011.
- ANDRIOLO, A. A recepção da exposição de arte incomum e a questão da duração dos julgamentos artísticos. *Revista Visualidades*, Goiás, v. 8, n. 2, p. 95-112, 2010.
- BAITELLO JR., N. *A era da iconofagia: ensaios de comunicação e cultura*. São Paulo: Hacker, 2005.
- BELTING, H. *Image, medium, body: a new approach to iconology*. *Ghreb*, [S. l.], v. 8, p. 5-31, 2006.
- BERLEANT, A. *Sensibility and sense: the aesthetic transformation of the human world*. Exeter (UK); Charlottesville (US): Imprint Academic, 2010.
- _____. *The aesthetic field: a phenomenology of aesthetic experience*. Christchurch, New Zealand: Cybereditions Corporation, 2000. Edição original: 1970.
- _____. *The aesthetics of environment*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.
- BOSCO, A. *Entre a essência e a construção*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *L'amour de l'art, les musées d'art européens et leur public*. Paris: Ed. Minuit, 1966.

BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Éléments d'une théorie sociologique de la perception artistique*. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, [S. l.] v. 20, n. 4, p. 640-664, 1968.

CASSIRER, E. *An essay on man: an introduction to a philosophy of human culture*. New Haven: Yale University Press, 1944.

CUPCHIK, G. *From perception to production: a multilevel analysis of the aesthetic process*. In: CUPCHIK, G.; LÁSZLÓ (Ed.). *Emerging visions of the aesthetic process: in psychology, semiology, and philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 83-117.

_____. *The evolution of psychical distance as an aesthetic concept*. *Culture & Psychology*, [S. l.], v. 8, p. 155-187, 2002.

DIAS, D. et al. (Org.). *Psicologia e fotografia*. Porto Alegre: Quixote, 2009.

DUFRENNE, M. *Phénoménologie de l'expérience esthétique*. Paris: PUF, 1953. (v. 1).

FORRESTER, M. *Psychology of the image*. London: Routledge, 2000.

FRANCASTEL, P. *Pintura e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. Edição original: 1951.

FRAYZE-PEREIRA, J. A alteridade da arte: estética e psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 35-60, 1994.

_____. *Olho d'Água: arte e loucura em exposição*. São Paulo: Escuta, 1995.

_____. A dimensão estética da experiência do outro. *Pro-posições*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 19-26, 2004.

_____. *Arte, dor: inquietudes entre estética e psicanálise*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

GEIGER, M. *Problemática da estética e a estética fenomenológica*. Tradução N. Araújo. Salvador: Livraria Progresso, 1958.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOETHE, J. W. *Teoría de la naturaleza*. Tradução D. S. Meca. Madrid: Tecnos, 2007.

HEINEMANN, F. Goethe's phenomenological method. *Philosophy*, [S. l.], v. IX, p. 67-81, 1934.

JAUSS, H. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.

JUNG, H. Y. *An introductory essay: the political relevance of existential phenomenology*. In: JUNG, H. *Existential phenomenology and political theory*. Chicago: Regnery, 1972. p. XVII-LV.

LANGDRIDGE, D. Phenomenology and critical social psychology: directions and debates in theory and research. *Social and Personality Psychology Compass*, [S. l.], v. 2, issue 3, p. 126-1142, 2008.

MAURENTE, V.; TITTONI, J. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 33-38, 2007.

MENSESES, U. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 243-262.

MERLEAU-PONTY, M. *A fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Edição original: 1945.

_____. *L'oeil et l'esprit*. Paris: Gallimard, 1964.

MITCHELL, W. J. T. *Iconology: image, text and ideology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

_____. *Picture theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

NEIVA-SILVA.; KOLLER, S. H. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 7, n. 2, p. 237-250, 2002.

PANOFSKY, E. *Studies in iconology: humanistic themes in the art of Renaissance*. New York: Harper & Row, 1967. Edição original: 1939.

- PROPP, V. *Morphologie du conte*. Paris: Editions du Seuil, 1970.
- PRZYBORSKI, A. & SLUNECKO, T. Learning to think iconically in the human and social sciences: iconic standards of understanding as a pivotal challenge for method development. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 39-56, 2012.
- SATO, L. Olhar, ser olhado, olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 217-225, 2009.
- SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. *The structures of the life-world*. London: Heinemann Ed. Books, 1974.
- STEFANOU, J. *Études des paysages dans la carte postale: une iconologie expérimental de l'image*. Thèse de Doctorat d'Etat. Strasbourg: 1981.
- TITTONI, J. O fotografar, a poética e os detalhes. In: TITTONI, J.; ZANELLA, A. (Org.). *Imagens no pesquisar: experimentações*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011. p. 125-146.
- VERSTEGEN, I. *Cognitive iconology: when and how psychology explains images*. Amsterdam: Rodopi, 2014.
- WIESER, M.; SLUNECKO, T. Images of the invisible: an account of iconic media in the history of psychology. *Theory and Psychology*, [S. l.], v. 23, p. 435-457, 2013.
- ZANELLA, A. Sobre olhos, olhares e seu processo de (re)produção. In: LENZI, L. et al (Org.). *Imagem: intervenção e pesquisa*. Florianópolis: Ed. UFSC/NUP/CED, 2006. p. 139-150.
- _____.; TITTONI, J. (Org.). *Imagens no Pesquisar: experimentações*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011.

Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial?¹

Vera Paiva

Há um saber operante na prática que é fundamental para produzir sua renovação. Se desde a prática não nos dedicamos a teorizar, desperdiçamos o trabalho humano da reflexão. A inovação de práticas, técnicas e teorias implicadas na abordagem das dimensões sociais e psicossociais em processos saúde-doença, tema deste texto, foi fortemente estimulada pela emergência da epidemia da aids nos anos 1980 e pela resposta social construída no Brasil. A concepção brasileira do “modo psicossocial” na atenção ao sofrimento mental, produzida no bojo do movimento pela reforma sanitária dos anos 1980 que resultou na organização do Sistema Único de Saúde, como veremos, está entre os antecedentes mais importantes dessa inovação.

A primeira parte deste texto revisará criticamente a literatura sobre os usos e o sentido do termo psicossocial em periódicos brasileiros. Discutirei, então, como a perspectiva sobre o processo saúde-doença baseada nos direitos humanos e em análises da epidemia da aids no quadro da vulnerabilidade produziu uma vertente da psicologia social construcionista na saúde, que se define como psicossocial e em contraste com uma perspectiva *sociopsicológica*. Nessa vertente psicossocial, a noção de pessoa substitui a noção de “indivíduo biológico-comportamental”, que é o foco das práticas em psicologia da saúde nas abordagens que nomeamos de *sociopsicológicas*. A abordagem psicossocial, por outro lado, focalizará a compreensão da “intersubjetividade em cena” implicada em cenários socioculturais; nos encontros em serviços e programas de saúde, abordará as cenas cotidianas e a trajetória de cada pessoa, concebida como sujeito de discursos e de direitos.

1 Este texto é uma edição corrigida do texto originalmente publicado na Revista Temas em Psicologia, v. 21, n. 3, 2013, em espanhol e inglês. Conteí com o incentivo da bolsa PQ/CNPq (Produtividade em Pesquisa/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

A chamada “resposta brasileira à aids”, que testou a factibilidade e o efeito das abordagens psicossociais, tem sido um conjunto de programas e práticas organizados de modo pioneiro desde os anos 1980 (BERKMAN et al., 2005; KERRIGAN et al., 2013; NUNN, et al., 2009; PAIVA, 2002). Foi elogiada internacionalmente por expandir abordagens individualistas, por considerar o contexto social e adotar políticas na perspectiva da defesa e promoção de direitos humanos. Vários autores discutem o quanto ela dependeu da articulação entre pesquisadores e atores governamentais e da sociedade civil, que organizaram intervenções estruturais e institucionais antes mesmo da existência do SUS (Sistema Único de Saúde). Inspiração para outros países até o final da primeira década do século XXI, a produção de informação rigorosa que monitorava com o rigor da ciência as várias faces da epidemia e sempre contou com a participação de pessoas vivendo ou convivendo com a aids. Essa peculiaridade também distingue a resposta global à aids de respostas a outros agravos de saúde. No Brasil, seu mais notável sucesso foi a organização de uma rede de serviços de saúde articulados intersetorialmente, que, orientados pelos princípios do SUS, têm oferecido o acesso universal e gratuito à testagem e ao tratamento integral aos que são diagnosticados com a infecção pelo HIV, assim como à prevenção centrada na promoção do uso do preservativo (BERKMAN et al., 2005; GRECO; SIMON, 2007; MALTA; BEYRER, 2013; PAIVA, 2002).

É intuitivo reconhecer que essas ações dependeram fortemente de abordagens psicossociais que, como veremos, estão inspiradas na tradição das ciências humanas e sociais aplicadas ao adoecer, derivando técnicas e práticas da virada construcionista nos estudos da sexualidade e do gênero, saberes que na última década do século XX foram integrados às práticas em saúde baseadas nos direitos humanos (GRUSKIN; TARANTOLA, 2008, 2012; KALICHMAN; DINIZ, 2009; KERRIGAN et al., 2013; NUNN et al., 2009; PAIVA, 2002, 2008, 2012a). Com resultados comparáveis aos países mais ricos do hemisfério norte desde os anos 1990, no Brasil as práticas psicoeducativas e de aconselhamento garantiram a capacitação de profissionais em vários setores (saúde, educação, justiça, assistência social, nas empresas), investiu-se na compreensão e mitigação do processo de estigmatização e discriminação de pessoas afetadas pela epidemia na interação serviço-usuário. As políticas públicas e programas de aids conseguiram apoiar a adesão à medicação e ao preservativo em contextos de grande vulnerabilidade social.

Muitas dessas práticas são resultantes de uma produção brasileira sobre as dimensões psicossociais do processo saúde-doença, cujos autores nem sempre são psicólogos. Essa produção, teórica e prática, tem merecido a adesão de pesquisadores de outras áreas dedicados ao sofrimento psicossocial: sofrimento mental coproduzido pelo racismo e sexismo, afetados pela tuberculose e por hepatites virais, por outras doenças sexualmente transmissíveis, pelo uso abusivo drogas,

pelo excesso de peso. É uma produção que se articula com o movimento pela humanização das práticas de saúde, em especial no campo da saúde da mulher.

Este texto oferecerá referências para uma reflexão crítica sobre o contexto histórico e acadêmico desta experiência e um comentário sobre o sentido do termo psicossocial adotado neste caminho.

12.1 O uso do termo psicossocial

A “(baixa) qualidade da atenção psicossocial² e a necessidade de “(maior) atenção aos usuários em risco psicossocial”³ são ponderações frequentes de textos no campo da saúde. Nos documentos institucionais que organizam programas e políticas públicas, esta expressão indica largos princípios para a ação, no bom sentido de defender o princípio da integralidade que privilegia o cuidar e amplia uma clínica tradicionalmente reduzida ao tratar. Entre os artigos disponíveis na literatura mais acadêmica, entretanto, poucos definem precisamente o sentido do termo psicossocial ou do domínio psicossocial a ser abordado. Mais raramente ainda, essa literatura dedica-se a descrever a intimidade dessas práticas e os detalhes dos processos de trabalho que poderiam ser adotados nessa direção.

Não é uma tarefa simples: afirmar a dimensão psicossocial é integrar domínios por muito tempo tratados de modos separados na formação profissional – o social do individual, a sociedade da pessoa. Trata-se de dar conta do hífen em psico-social⁴, o sinal que indica uma ligação entre palavras compostas e quase abolido na reforma ortográfica da língua portuguesa⁵. Alguns autores de língua inglesa no campo *psi* o defendem na medida em que significaria a irredutibilidade da dimensão psicológica à social (e vice-versa), e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de um domínio existir sem o outro: são complementares. A manutenção do hífen traduziria uma insistência na diferença, “uma diferença que não pode ser superada e que continuamente convida ao engajamento e à exploração” (HOGGET, 2008, p. 13).

Como o termo psicossocial aparece nas bases de dados de livre acesso eletrônico? Embora seja recuperado em numerosos artigos, livros e teses⁶ em português, psi-

2 *Psicossocial care* é o termo mais frequente em inglês.

3 Termo utilizado em vários documentos do Ministério da Saúde do Brasil (2008).

4 O debate sobre o hífen foi iniciado no Departamento de Psicologia Social da Universidade de São Paulo pelos colegas Belinda Mandelbaum, Luiz Galeão e Nelson da Silva Júnior em um documento interno não publicado de 2011, a quem devo a inspiração.

5 O revisor deste texto em inglês e tradutor em espanhol nota que o hífen é utilizado quando a palavra é usada como adjetivo (*socio-psychological*, em inglês, mas *sociopsicología*, em espanhol). A separação por espaço entre as palavras é usada quando se refere ao substantivo também em inglês e espanhol (*social psychology*, psicología social).

6 Em agosto de 2013, recuperamos o termo psicossocial em resumos e no corpo dos 841 artigos no scielo.br, em 390 artigos na BVS e em mais 218 teses e 40 livros.

cossocial *não consta* como um descritor de busca, é encontrado apenas como adjetivo associado a outros unitermos. Não é um descritor na BVS-Psi ULAPSI (biblioteca virtual em saúde-psicologia) e não aparece como terminologia descritora das ciências da saúde (DeCS) utilizada no SciELO. Comparativamente, quando a fonte utilizada é a APA (American Psychological Association), o termo psicossocial qualifica “reabilitação” (cognitiva, física, de abuso de drogas); ou, ainda, aparece associado ao “desenvolvimento psicossocial” (ou desenvolvimento social, com o mesmo sentido), quando a obra de Erick Erikson é uma referência importante no texto, desenvolvimento social ou psicossocial quase sempre têm mesmo sentido. Distinguindo a produção brasileira, o termo *psicossocial* já aparecia em artigos frequentemente associados ao unitermo “centro de atenção psicossocial” ou “intervenção psicossocial”.

Na literatura que analisamos⁷, disponível no SciELO, encontramos no corpo dos artigos diversos sentidos para o que se definia como do *domínio psicossocial* ou para o adjetivo psicossocial, embora na maioria dos artigos não haja uma definição precisa do termo: costuma ser usado para definir uma dimensão que não depende exclusivamente do indivíduo (quando se estuda o indivíduo), ou então qualifica fenômenos compreendidos ao mesmo tempo como sociais e psicológicos, querendo dizer simplesmente que não poderiam ser apenas psicológicos ou sociais. Quando abordam o processo saúde-doença, os artigos disponíveis estão associados, em bom número, à definição clássica de saúde – como “bem-estar físico, mental, social e espiritual” – da Organização Mundial de Saúde (OMS). Seguem alguns exemplos.

Em processos de trabalho que descrevem a realização de uma *anamnese*⁸, no domínio psicossocial encontram-se as recomendações de levar em conta o contexto de vida do paciente e até mesmo uma avaliação realizada pelo profissional do local onde esta pessoa reside (sugestão comum de prática no sistema de avaliação judicial). Esta avaliação, que incluiria a situação de vida das pessoas, tem sido denominada “avaliação psicossocial” e se diferencia daquela baseada no processo “psicodiagnóstico”⁹, pautado apenas pela descrição de dinâmicas intrapsíquicas universais e sem contexto¹⁰.

7 Trata-se de uma revisão sobre o tema (ROTHER, 2007) realizada no corpo dos artigos científicos recuperados no SciELO, em uma busca que utilizou os termos “psicossocial” ou “psicossociais” e o ano de publicação (2000-2012). Indicada para os objetivos propostos neste texto, uma reflexão crítica sobre o uso do termo psicossocial no campo da saúde, escolhemos a base de dados SciELO porque esta é a base que concentra os periódicos que passam por rigorosa avaliação sistemática e inclui um número bastante expressivo e representativo dos artigos científicos brasileiros melhor avaliados.

8 Histórico que vai desde os sintomas iniciais até o momento da observação clínica, realizado com base nas lembranças do paciente ou de seu responsável.

9 Diagnósticos de doenças mentais que usam métodos ou testes psicológicos.

10 Interessante notar que se trata de uma tecnologia de avaliação psicossocial raramente ensinada nas grandes universidades naquele momento.

Outro conjunto de textos fala de “integração psicossocial”, referindo-se a um trabalho de apoio ou de reabilitação para adaptação das pessoas a uma nova condição de vida. O processo de trabalho será bem-sucedido no sentido da integração psicossocial se evitar o isolamento e a exclusão social. As expressões “adequação psicossocial” e “adaptação psicossocial” (ou “reabilitação psicossocial”) estão associadas a essa mesma literatura. Quando o tema são as crianças e adolescentes, encontra-se uma noção de adequação associada à noção de “desenvolvimento psicossocial”, com o sentido de adaptação ao que se espera de cada fase da vida. As fases são tratadas como essenciais e universais – essa noção de desenvolvimento raramente se refere ao contexto social, ao gênero, à cor da pele, à classe social e à tradição cultural nas quais crianças e jovens estão inseridos. A maioria desses artigos também não faz referência a qualquer autor ou conceituação precisa de desenvolvimento psicossocial; quando indicam alguma referência teórica, citam autores das diversas vertentes da psicanálise. Um grupo menor de artigos, dedicados a organizar a atenção integral à saúde dos adolescentes, concebe o contexto como “meio ambiente” e, neste caso, citam documentos do Ministério da Saúde do Brasil: “Entende-se por desenvolvimento psicossocial a capacidade de aquisição progressiva do ser humano de interagir com seu meio ambiente” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1993, p. 37).

Como neste documento dos anos 1990, quase 25 anos depois, a maioria dos textos analisados mantinha uma noção de “maturação biopsicossocial” e contrasta o “bom” desenvolvimento com o “risco de anormalidade” produzido pelo contexto: risco maior entre os mais pobres “no campo e nas periferias dos grandes centros urbanos” (Ministério da Saúde, 1993, p. 18). Ou seja, o contexto aparecia apenas como obstáculo a um “desenvolvimento ideal”, normal.

Em direção bem diferente, um conjunto crescente de textos disponíveis no SciELO considera como do domínio psicossocial o “apoio social”, como o oferecido pela família, pelas “redes sociais” e as “relações institucionais” – no mundo do trabalho, nas organizações da sociedade civil ou governamentais. Quando se referem à comunidade, abordam territórios ou segmentos específicos, caracterizados por uma identidade presumida ou assumida – como a da favela, dos homossexuais, de grupos religiosos ou de pessoas que vivem com HIV.

Esse uso do termo psicossocial que distingue a produção brasileira enraíza-se na formulação original do “modo psicossocial” de organizar a assistência aos portadores de sofrimento mental por meio dos centros de apoio psicossocial (CAP). Resultado do movimento de reforma sanitária que concebeu o SUS, o apoio psicossocial expressa uma atenção à saúde mental organizada como assistência na comunidade e na família (e não no hospital), além de fazer referência forte aos direitos humanos, em especial às noções de “autonomia” e “dignidade” incluídas no preâmbulo da Declaração dos Direitos Humanos. O modo psicossocial e a sua definição de atenção psicossocial aprofundam a prática da “integralidade” no

cuidado dos que padecem de sofrimento mental e das suas várias “necessidades” – frequentemente definidas na linguagem dos direitos humanos. Uma “clínica ampliada” deverá ampliar o cuidado, até então reduzido ao tratamento do problema (doença) definido por uma nosologia ou taxonomia. Há muitas referências no SciELO aos centros de atenção psicossocial (em algumas regiões do país chamados também de núcleos de atenção psicossocial – NAPS).

Se o termo psicossocial aparece nos artigos analisados comumente para ressaltar que “nem tudo depende do indivíduo” e em oposição a um genérico “modelo biomédico”, são ainda raras as descrições mais detalhadas sobre quais seriam as práticas realizadas com base no “modo psicossocial”.

Ao longo das primeiras décadas do século XXI, somaram-se a esse conjunto de textos os que incluem na categoria psicossocial as relações de poder, principalmente “relações de gênero” e de classe e, mais raramente, relações étnico-raciais. Referências à classe, ou à pobreza, ou às “questões de gênero” são incluídas no domínio considerado psicossocial, inspiradas pela tradição de estudos culturais e de gênero de perspectiva socioconstrucionista. Ao discutir sobre as diferenças encarnadas em certos segmentos sociais (mulheres e homens, pobres e ricos), afirmam que a desigualdade social resultante dessas diferenças não pode ser explicada pela natureza ou por processos macrossociais inevitáveis: a desigualdade não é natural, inevitável, nem tolerável¹¹. Nesse conjunto de textos, entretanto, raramente se marcam os marcadores da desigualdade como categoria de análise – na organização da análise e ao longo da narrativa do texto, como propõem Brah (2006) ou Scott (1988, 1995). Usa-se, por exemplo, a expressão “questões de gênero”, que nada define, apenas para sinalizar o reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres; raramente se operacionaliza *gênero como categoria de análise*.

Finalmente, nos textos analisados são diversos os fenômenos são definidos como da ordem psicossocial nas diferentes abordagens e epistemologias escolhidas: os artigos versavam sobre sentimentos, emoções, atitudes e práticas, ou ainda, sobre discursos (extraídos das falas de pessoas ou analisados com base em documentos), sobre dinâmicas relacionais, resistência e resiliência, cenas e contextos. Como qualificam esses fenômenos ou a atuação sobre eles?

A expressão “aspectos psicossociais” é escolhida pelos autores que incluiria no campo construcionista para definir um conjunto de fenômenos ou de dinâmicas psicossociais, como nos estudos sobre desigualdade ou sobre a relação indi-

11 Muitos autores latino-americanos que considero construcionistas citam Gergen e Ibañez, Berger e Luckmann ou se inspiram em George Mead e Goffman; incluiríamos também como construcionistas os que abordam o domínio psicossocial inspirados pelos interacionismo simbólico e pelo pragmatismo, pelos estudos culturais, estudos feministas e da sexualidade. Todos leram Foucault e foram marcados pelo marxismo e pela fenomenologia e/ou pela hermenêutica de Gadamer, Ricouer e Habermas.

víduo-grupo-instituições ou indivíduo-sociedade. O plano simbólico e cultural é adotado pelos autores construcionistas como expressivo da dimensão psicossocial, sempre em interação com outros “aspectos” ou mesmo “fatores” localizados na organização social e no indivíduo (também nomeado de sujeito ou pessoa). Um número crescente de artigos nesse campo define como psicossocial os “modos de ver o mundo” do sujeito; outro número crescente de artigos focalizam a produção “discursiva” e de “sentidos” nas interações sociais, interpessoais e nas instituições. É notável como o termo sujeito é bastante utilizado em oposição a “objeto”, mas sem que o uso da palavra defina um sentido teórico claro ou único – quase sempre é apenas sinônimo de indivíduo ou pessoa, tema que discutirei mais adiante.

Em outra direção, os autores que não incluiria no campo construcionista preferem o termo indivíduo nos artigos que tratam a dimensão psicossocial, sintetizando-a com a expressão “associação de fatores” ou “fatores psicossociais”, expressões típicas da social psychology. Nesses textos, a diversidade simbólica e cultural é traduzida em variáveis que definiriam diferentes conjuntos de fatores psicossociais: “percepções”, “atitudes”, “opiniões”, “crenças” ou, ainda, “graus de adesão às normas” e “identidades”. A análise dos “fatores psicossociais” busca produzir modelos explicativos com base na análise estatística das respostas a questionários, modelos que possam derivar intervenções sociopsicológicas. Por exemplo, o baixo conhecimento sobre prevenção constitui os indivíduos-tipo que estarão mais expostos a algum agravo (à infecção pelo vírus) e serão grupos prioritários nas intervenções de prevenção.

Respostas quantificáveis definem contextos e “condições de vida”, por exemplo, traduzidas em variáveis “socioeconômicas” – escolaridade, renda, religião, cor da pele. Certos tipos de indivíduos serão considerados “em maior risco” depois de tipificados em análises mediadas pela epidemiologia e serão parte de “grupos de risco” (negros, mais pobres, jovens solteiros, identificados como homossexuais etc.). Desses estudos sobre fatores associados à exposição maior ao risco, entretanto, raramente os autores derivam indicações significativas para a intimidade das práticas de atenção psicossocial. Quando o fazem, mais frequentemente indicam a necessidade de pacientes mudarem seu comportamento e oferecem técnicas/metodologias que atribui ao indivíduo a responsabilidade de lidar com o contexto, compreendido como obstáculo às atitudes e comportamentos adequados.

O campo da prevenção e do cuidado em aids discutiu longamente os efeitos contraproducentes da perspectiva sociopsicológica que, sem mediações, se mostrou estigmatizante, como veremos adiante. Na mesma direção, buscava-se uma alternativa à perspectiva “biopsiquicocomportamental” sobre sexualidade: aumentavam as evidências sobre como os constructos, concepções e metodologias derivadas das teorias sexológicas que definiam o “normal/patológico” e com ambição universalista/essencialista, dominantes no século XX, não eram produtivas para responder à emergência da epidemia, como já discuti em outro texto (PAIVA, 2008).

A compreensão construcionista da sexualidade adotada nas respostas à aids mais bem-sucedidas se beneficiou de uma abordagem em que a sexualidade é interpretada à luz das interações sociais e como uma atividade social¹², e compreendida no âmbito das relações de poder e dos direitos humanos – direitos sexuais e reprodutivos em especial –, perspectiva psicossocial e não sociopsicológica. Na abordagem construcionista social, desenvolvida como resistência à naturalização das desigualdades, os artigos frequentemente derivam ações políticas e programáticas ou, pelo menos, indicam agendas de pesquisa para compreender e mitigar os sexismos e a homofobia que, associados ao racismo, marcam a literatura sobre aids e sobre a saúde das mulheres e iniquidades de gênero. Interpretações e práticas propostas nessa perspectiva, por outro lado, não se pretendem universalistas e generalizáveis para qualquer contexto.

Essa nova perspectiva permitiu sustentar críticas à noção de “grupos de risco” ao longo do enfrentamento da epidemia da aids. A banalização dessa noção alimentava o estigma e a discriminação de segmentos descritos como de risco (como homossexuais e trabalhadores do sexo), além de incitar a negação da vulnerabilidade pessoal em pessoas que não se identificam com esse estigma (por exemplo, as mulheres casadas e com um único parceiro, que eram maioria entre as mulheres com aids). Não ofereciam técnicas e práticas ou processos de trabalho adequados aos princípios do Sistema Único de Saúde, reconhecido como principal elemento estrutural do sucesso da resposta à aids no Brasil (AYRES et al., 2006; BERKMAN et al., 2005; KERRIGAN et al., 2013; NUNN et al., 2009).

As análises de risco psicossocial, entretanto, predominam nos campos da psicologia da saúde e hospitalar e nas abordagens mediadas pela epidemiologia. Predominam mesmo quando se substitui o termo “risco” por “vulnerabilidade” sem que o sentido se altere, como discutiremos a seguir.

12 John Gagnon, recém-falecido, é o cientista social que escolho como ancestral do construcionismo e de uma abordagem dramaturgicamente psicossocial e da sexualidade. Intencionista e herdeiro do pragmatismo e da Escola de Chicago, seu uso das noções de “carreira” e “trajetória” ajudou-o a definir, com Simon (SIMON; GAGNON, 1969) e antes de Foucault, o sexo como uma atividade social como outra qualquer; defendeu que os discursos sociais sobre o sexo substituem com vantagem a noção de impulso. A conduta sexual, em termos simbólicos e físicos, pode expressar outros interesses (trabalho, política, religião) que não têm prioridade na explicação causal. Ou seja, inverte Freud ao afirmar que o sexo pode significar quase tudo na vida social e que o sexual não tem prioridade na explicação causal (GAGNON, 2006, p. 406). Bem antes de Butler, Simon e Gagnon descreviam a *performatividade* do sexual.

12.2 A dimensão psicossocial na organização das práticas de saúde

No campo da organização das práticas de saúde, como veremos nesta seção, palavras compostas também sintetizam concepções sobre o processo de produção da saúde e da doença. A definição do processo saúde-doença como biopsicossocial, por exemplo, pretendeu uma composição da perspectiva exclusivamente biológica ou biomédica e a exigência de uma atuação multiprofissional raramente detalhada. Abordagens psicossociais ou sociopsicológicas têm espaço no debate sobre prevenção das doenças e promoção da saúde; dependerão, entretanto, dos modos como se define o processo saúde-doença em cada espaço de atuação, como veremos a seguir.

Três movimentos paradigmáticos para pensar saúde-doença foram produzidos ao longo da segunda metade do século XX, como discutimos em Ayres, Paiva e França (2010, 2012). O *modelo da história natural das doenças* (HND) já nos anos 1950 postulava a superação dos limites disciplinares entre a intervenção social em saúde pública e a clínica, entre tratamento e prevenção. Leavell e Clark (1958) descreveram períodos de uma “história natural da doença” (HND) para intervir sobre a multicausalidade das doenças, e postularam que as abordagens ao longo do processo saúde-doença deveriam considerar três níveis de prevenção (NP). No primeiro nível, ações de *prevenção primária* evitam a instalação da doença no período pré-patogênico por meio da aplicação de vacinas ou do uso de preservativo, por exemplo; no período patogênico, quando o agravo já se instalou, a *prevenção secundária* evita o avançar da doença e sua transmissão, favorecendo melhores desfechos individuais e coletivos com a detecção precoce e a intervenção clínica adequada; a *prevenção terciária* resgata a melhor qualidade de vida possível em situações de seqüela ou cronificação inevitáveis por meio da reabilitação e do tratamento continuado. Neste modelo, a epidemiologia do risco surgiu como um dos principais saberes articuladores deste esforço interdisciplinar.

O segundo movimento, a “nova promoção da saúde” (NPS), articulou-se depois de seguidas conferências internacionais ao longo dos anos 1970. Questionava-se a centralidade do hospital como foco da ação política e programática em saúde para fortalecer a atenção primária e práticas de prevenção. Os determinantes sociais da saúde e as ciências sociais ganharam relevância nesse movimento, que concebeu a melhoria das condições de saúde individual e coletiva com base em princípios orientadores para a ação. O direito universal à saúde é um deles. No Brasil, foi inserido na Constituição de 1988, que encerrou a ditadura civil-militar. A NPS ao mesmo tempo afirma uma concepção *integral* de saúde (física, mental, social e espiritual) e a ação *intersectorial* – ressalta o empenho em ações *multiestratégicas* que promovam a *equidade* e a *sustentabi-*

lidade das ações em saúde e garantam a *participação* de usuários¹³. Todos esses são princípios orientadores do Sistema Único de Saúde brasileiro que a resposta brasileira à aids buscou implementar.

Introduziram-se, desde a NPS, algumas práticas para manejo de “variáveis” sociais. A psicologia que faz parte deste movimento se dedica a lidar com os aspectos/fatores psicossociais da cadeia multicausal responsável pelo adoecimento. Muitas práticas em psicologia na saúde constituíram-se no Brasil neste esforço pela integralidade. Os psicólogos e psicólogas que conversavam com profissionais da clínica médica interagiram no âmbito das práticas genericamente definidas como de “perspectiva biopsicossocial” e produziram novos arranjos de técnicas e procedimentos. Santos e Jacó-Vilela (2009) definem esses arranjos como “coletivos de pensamento”, mais estruturados e atuantes em hospitais gerais: a psicologia da saúde, a psicologia médica, a psicologia hospitalar e saúde mental, que têm como fundamento principalmente a psicossomática, o referencial teórico psicanalítico e a psicologia existencial.

Muitos autores desses coletivos da psicologia teorizaram o viver com aids ou interpretaram a associação entre estilos de vida e a prevenção do adoecimento e da infecção pelo HIV segundo modelos *sociopsicológicos* (*socio-psychological*) aplicados à saúde¹⁴. No caso da resposta à aids, essas psicologias estruturavam a prática em “saúde mental” dos serviços especializados para pessoas vivendo com HIV. Como discuti em outro texto (PAIVA, 2012b), antes da produção da medicação anti-HIV, a literatura internacional sobre as práticas junto aos doentes reduzia-se aos estudos sobre *stress* e *coping*, que investigavam as associações estatisticamente significativas entre experiências de vida cotidiana e adoecimento ou modos de lidar com a aids. Mais adiante e para pensar a prevenção, a literatura sociopsicológica introduziu análises com base em variáveis sociais – cor da pele, escolaridade, local de moradia, sexo, identidade sexual e religiosa, principalmente. Dois saberes têm mediado as práticas e metodologias sociopsicológicas no quadro da NPS: a tradição epidemiológica e as abordagens da psicologia comportamental e sociocognitiva.

Abordagens psicossociais alternativas dedicadas a instrumentalizar o acolhimento e cuidado de outros agravos de saúde tiveram mais dificuldades de se estabelecer como referência para a prática. Desenvolveram-se mais facilmente no campo da prevenção e da atenção básica em saúde, em que as práticas estavam

13 A participação dos usuários foi resultado do movimento de Reforma Sanitária que concebeu o Sistema Único de Saúde (SUS) e responde ao princípio de “controle social direto” dos usuários, inspirado na Constituição de 1988, conhecida como Constituição cidadã.

14 Nesse último caso, Bandura, Proshaska, Lazarus, Folkman, entre outros, são os autores mais conhecidos e mais citados na literatura internacional da chamada “psicologia da saúde” (TUNALA, 2012).

menos consolidadas pelos coletivos tradicionais de psicólogos e havia maior estímulo à interdisciplinaridade. No caso da aids, outros profissionais – enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, educadores, médicos e paramédicos – atuaram abordando aspectos psicossociais no aconselhamento pós-teste e para sustentar a adesão à medicação e o uso do preservativo; diversas atividades psicoeducativas (oficinas, rodas de conversa, intervenções em sala de espera) foram desenvolvidas na atenção básica e pelos serviços especializados em DST/aids.

Uma referência mais produtiva para instrumentalizar práticas alternativas foi integrada a essas experiências, enquanto se formulava o terceiro paradigma para pensar o processo saúde-doença foi desenvolvido: o *quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos* (V&DH). Sistematizado e validado internacionalmente justamente ao longo da construção da resposta global à aids nos anos 1990 (GRUSKIN; TARANTOLA, 2012; MANN; TARANTOLA, 1996; MANN; TARANTOLA; NETTER, 1992), o quadro V&DH ampliou significativamente as perspectivas biopsicossocial e sociopsicológicas que cresceram com a nova promoção da saúde. Ao aprofundar a compreensão dos determinantes sociais da saúde, concebeu-se a vulnerabilidade individual e social ao adoecimento como inextricavelmente integradas a uma dimensão programática – uma dimensão institucional e política produtivamente analisada pelo quadro dos direitos humanos (GRUSKIN; TARANTOLA, 2012; MANN; GRUSKIN; GRODIN; ANNAS, 1999). Os experimentos realizados nesse contexto programático de emergência epidemiológica foram fundamentais para validar globalmente as perspectivas socioconstrucionistas no campo da sexualidade. No Brasil, a perspectiva dos direitos humanos foi bastante expandida porque produzimos um Sistema Único de Saúde e pensamos programas a serem implementados por governos.

Os planos individual, social e programático têm sido concebidos como *planos de intersubjetividade* nas esferas dinâmicas da vida cotidiana, da cidadania e do sujeito portador de direitos (AYRES; PAIVA; FRANÇA, 2010, 2012; PAIVA, 2012a). Este quadro produziu, então, uma das vertentes de abordagem psicossocial construcionista na saúde que substituiu a noção de *indivíduo* concebido como conjunto de fatores *biosociopsicológicos*, da obra de Mann e colaboradores, pela concepção de *pessoa em contexto que é sujeito da saúde e do direito à saúde* (PAIVA, 1996, 2002, 2008, 2012a, 2012b).

Reconhecendo que a introdução das variáveis sociais na psicologia da saúde ampliou o necessário diálogo interdisciplinar, a unidade central ou porta de entrada da abordagem da dimensão psicossocial não é um “indivíduo” – que a tradição da *social-psychology* concebe como constructo resultante de fatores sócio-cognitivo-comportamentais. A unidade de análise escolhida é a “cena da interação intersubjetiva” – nos serviços, nas vidas social e cotidiana, em cada trajetória pessoal. Todos os três planos da vulnerabilidade estão mutuamente implicados como a Figura 12.1, a seguir, indica.

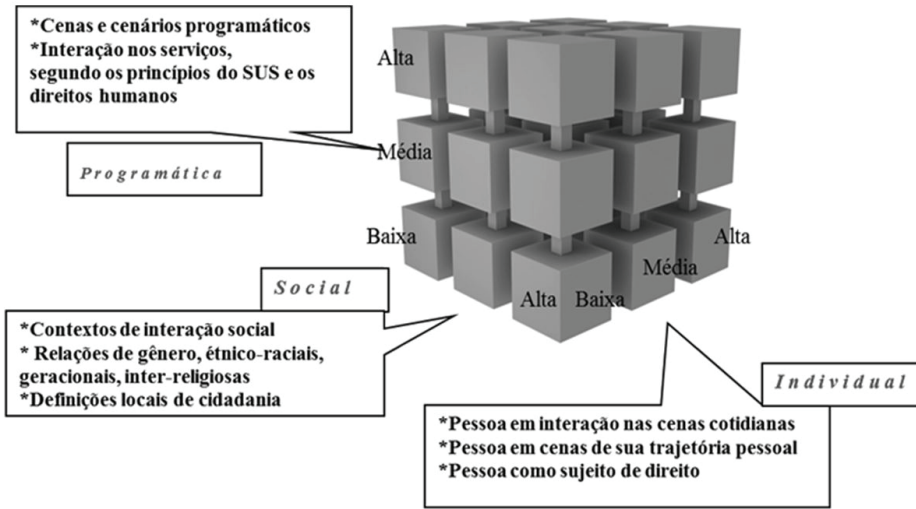


Figura 12.1 Interdependências das dimensões social, programática e individual da vulnerabilidade concebidas como intersubjetividade.

Fonte: Adaptado de Paiva et al. (2010).

Uma primeira novidade a ressaltar do terceiro movimento, vulnerabilidade & direitos humanos, em contraste com o da nova promoção da saúde (NPS), é a centralidade do político-programático, um determinante social e intersubjetivo que é mediador estruturante da vulnerabilidade social e individual. Sinteticamente, a vulnerabilidade ao adoecimento de pessoas que pertencem a segmentos socialmente mais vulneráveis e marginalizados (por exemplo, os mais pobres) será menor ou maior, ou seja, a vulnerabilidade diminui ou aumenta na presença ou ausência de programas de saúde – como a vacinação, a existência de saneamento básico, ações de prevenção da aids, acesso à atenção médica e a tratamentos. Essa abordagem explica alguns dos sucessos brasileiros na diminuição da propagação da aids ainda nos anos 1990, antes de começarmos a reduzir a pobreza, o machismo, a homofobia, o estigma associado à doença e o uso de drogas injetáveis e aumentarmos o acesso universal à saúde integral. Os programas de aids desenvolveram iniciativas inovadoras que abordaram técnica e programaticamente esses determinantes sociais; obtiveram resultados surpreendentes.

Essa mediação programática expressa de modo emblemático que quanto maior o desrespeito aos direitos humanos, maior a chance de adoecimento; de modo contrário, quanto maior o esforço de promoção e proteção de direitos – à saúde integral, aos direitos sexuais e reprodutivos, à não-discriminação, à segurança alimentar, à moradia digna, ao emprego decente, entre outros –, maior a sobrevivência e a chance de não se infectar. Assume-se nesse quadro que cada socie-

dade deve proteger e promover direitos para promover saúde e que seus governos (nacionais e locais) podem ser responsabilizados em caso de displicência ou violação (GRUSKIN; TARANTOLA, 2012). O uso deste princípio por ativistas e profissionais de saúde no SUS e em condições de responder às demandas do movimento social marcou a resposta brasileira à aids.

Trata-se de superar a individualização, assim como a culpabilização da “vítima”, que responsabiliza as pessoas pelo seu “mau comportamento” e pelos fatores sociais (aspectos contextuais) associados ao seu adoecimento. Programas e práticas baseados em uma análise da vulnerabilidade ao adoecimento necessariamente dependem da ação de diversos saberes em interação – de diversas clínicas, da epidemiologia, das ciências humanas e sociais – e de práticas na perspectiva dos direitos humanos (da gestão ao cuidado). Ou seja, as pessoas dependem que o sistema de saúde não as discrimine, que se garanta acesso universal aos serviços, à sua aceitabilidade e qualidade que, como é intuitivo, a participação dos usuários favorecerá.

Para pensar a chamada dimensão individual da vulnerabilidade, portanto, abandonamos no Brasil rapidamente a *social psychology* que ilustrava a obra original de Mann, Tarantola e Netter (1992, 1997) sobre vulnerabilidade e direitos humanos. Em outra direção, a tradição latino-americana da pedagogia, da psicoterapia e do teatro do oprimido (BOAL, 1975; FREIRE, 1968, 1973; MOFFAT, 1987; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2012), porque enfrentava contextos de grande vulnerabilidade, inspirou uma psicologia social dedicada à ação social e comunitária – uma “intervenção psicossocial” –, sintomaticamente definida como *uni-termo* pela SBD e não pela APA, como discutimos na primeira parte deste texto. Implicada na construção da cidadania pós-colonial e pós-ditaduras, essa tradição brasileira fez história no “modo de atenção psicossocial” introduzido no Sistema Único de Saúde.

Este foi o contexto acadêmico e político para o surgimento do movimento teórico-prático na direção de uma abordagem psicossocial na saúde no quadro da V&DH (PAIVA, 2012b).

Preferimos o termo *pessoa*, utilizado na linguagem dos direitos e uma definição de sujeito própria das vertentes construcionistas (CAÑÓN, 2008). Nesta abordagem psicossocial¹⁵, o *sujeito* não é um termo genérico para indivíduo ou pessoa e é concebido como sujeito *de discursos e de direitos*. Como “sujeitos sexuais”, as pessoas reelaboram os diversos discursos sobre o sexo – o da preven-

15 Quando estamos compreendendo e interpretando os dados de vários saberes sobre a vulnerabilidade de uma pessoa ou de um segmento social a um agravo de saúde, costumamos dizer que estamos no quadro da V&DH. Quando estamos desenhando e planejando a prática, os princípios das abordagens em direitos humanos ganham destaque e costumamos inverter a sigla: DH&V.

ção, o da religião, o da mídia – para realizar suas sexualidades a cada ocasião e a cada cena sexual (PAIVA, 1996, 2007), e as cenas serão o foco da análise e do debate com as pessoas ao longo da intervenção. Como “sujeitos religiosos”, interpretam dogmas e discursos religiosos, adaptando-os à sua religiosidade pessoal, inclusive na cena sexual (GARCÍA et al. 2009; SILVA et al. 2008). Com diferentes graus de autonomia, lidamos com os discursos a que temos acesso em cada trajetória e processo de socialização, processo que não sujeita (domina) completamente nenhuma pessoa; as pessoas, como a antropologia e a psicologia social na saúde indicam há décadas, vivem a reinterpretar discursos em diversos contextos de suas vidas.

É como sujeito de discursos e de direitos que o usuário do serviço deve ser concebido na intimidade das práticas e técnicas desta abordagem psicossocial. Nos encontros para o cuidado, respeita-se a autonomia e as escolhas de cada pessoa, concebida como especialista em sua vida; nos encontros para prevenção, as pessoas serão sujeitos na definição de seus processos de auto-cuidado, depois de informados sobre todos os recursos disponíveis; com a colaboração dos técnicos e de seu saber atualizado, serão agentes da emancipação da vulnerabilidade ao adoecer (PAIVA, 2002, 2008, 2012a; SEFFNER; PAIVA; PUPO, 2012). Como sujeitos portadores de direitos e do discurso sobre direitos, serão agentes na emancipação do seu sofrimento psicossocial - psicossocial porque implicado no contexto em que vive. A solidariedade entre as pessoas que compartilham um contexto de opressão pode mobilizar até a especificação de novos direitos – por exemplo, o direito de ser tratado pelo nome social que reconhece uma identidade da pessoa-trans atuará sobre seu sofrer pessoal e psicossocial.

12.3 Do hífen às flechas da interação e à centralidade da pessoa em cena

De volta ao tema do hífen, é interessante notar qual produção latino-americana dessa vertente de psicologia social na saúde está na mesma direção da reflexão crítica do Frosh (2013), psicanalista inglês que também discute o limite das teorias chamadas de sociopsicológicas (*socio-psychological*) e individualizantes. Frosh ressalta que esta sócio-psicologia que investiga cognições e comportamentos, mesmo quando considera contextos sociais, opera a noção de indivíduo como um dado, não como um constructo, sustentando a divisão intelectual de trabalho que separa em disciplinas diferentes os que estudam a sociedade (o *social* antes do hífen) dos que estudam o indivíduo (o psicológico depois do hífen). Frosh, entre muitos, valoriza a intersecção. Desafio complementar, na sua perspectiva, seria superar a noção de que existe algo “objetivo”, o indivíduo, que pode ser estuda-

do de uma posição “neutra”, como se não respondesse ao contexto e às ideias que o habitam. O autor valoriza as noções do “assujeitamento” ao trabalho da sociedade, na formulação de Butler (1997), e a possibilidade de sermos “sujeito” com poder de agir no mundo. Trata-se de uma ampliação da inspiração europeia assentada em Freud e Marx que conceberá e pesquisará um sujeito que é, ao mesmo tempo, social e psicológico para além da repressão, constituído socialmente, portador de agência e de vida interior.

No Brasil, desde os anos 1990, essa mesma crítica informava a produção das diversas vertentes da psicologia social construcionista, inclusive na saúde (SPINK, 2013). Não por acaso, essa vertente agregou muitos autores implicados na resposta à aids em algum momento de sua trajetória profissional¹⁶. Todos reconhecemos a centralidade do campo dos estudos de gênero e da sexualidade, que ampliou sua legitimação justamente no âmbito da resposta à aids e às demandas pela organização da saúde integral da mulher já na metade dos anos 1980. O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) transcendeu o hífen “materno-infantil” com outros termos: “saúde da mulher” e “saúde integral”. As perspectivas feministas e construcionistas de inspiração marxista acumuladas nas ciências sociais, na educação e no campo da saúde sexual e reprodutiva aumentavam sua influência na construção de programas e políticas.

Posicionando a reflexão crítica no campo dos direitos humanos e da vulnerabilidade, parece-nos significativo que *sócio* venha antes de *psicológico* nos modelos de intervenção e nas práticas resultantes de estudos de análise fatorial na psicologia da saúde ou da epidemiologia sociopsicológica. Para delinear e planejar a prática, estes modelos se baseiam nas associações entre fatores obtidas em grandes amostras, com base em dados agregados e populacionais que fazem sentido apenas para estudos de tendências e probabilidades macrossociais. Quando não recorrem a outros saberes (o clínico e o pedagógico), colonizam indevidamente, as práticas de cuidado e de prevenção; indevidamente porque essas tendências populacionais não são encontradas literalmente na vida cotidiana das pessoas e em todas as suas cenas, são abstrações. Sem recorrer a outros saberes não se consegue

16 O Brasil organiza o maior encontro que debate exclusivamente gênero (“Fazendo Gênero”), que junta milhares de pesquisadores brasileiros. A América Latina é coprodutora da grande virada epistemológica produzida pelos estudos de gênero e sexualidade construcionista, inspiração fundamental dessa vertente da psicologia há mais de duas décadas. Como Terezita de Barbieri sintetizou, a produção da categoria gênero de análise é “uma ruptura epistemológica, talvez a mais importante nas ciências sociais nos últimos 20 anos” (BARBIERI, 1993, p. 150). Os autores do campo da aids valorizavam os estudos de gênero bem antes de a obra de Butler ser conhecida e conquistar finalmente os que, de algum modo, foram inspirados, como ela, pela tradição psicanalítica.

oferecer recursos técnicos para renovar a relação face a face com os usuários e a intimidade das práticas em saúde e sua organização.

Como saber mediador único, portanto, as análises de risco colonizam indevidamente outros campos de saber com receitas de “estilos de vida adequados” para indivíduos “genéricos”, “biopsíquicos/comportamentais”, pessoas-tipo, que existem apenas como resultado da análise de questionários, dedicada ao debate acadêmico que interpreta fatores associados e o risco epidemiológico.

Além disso, como sintetizaram Kippax et al. (2013), as concepções sobre o plano do indivíduo adotado nas abordagens da epidemiologia de risco e sociopsicológicas, assim como por certa versão do quadro da V&DH adotada pela Organização Mundial da Saúde¹⁷, esquecem que as ações das pessoas não são simples produtos de suas características ou de suas escolhas racionais e estão implicadas em sentidos e significados. Portanto, quando o plano do indivíduo é reduzido a um determinado comportamento descrito como fator ou variável de interesse (“comportamentos de risco”, ou “sexo sem o uso do preservativo”, por exemplo), desaparecem os diferentes significados que as mesmas práticas sexuais assumem ao longo do tempo para uma mesma pessoa, nos diferentes lugares que ocupa e ocasiões que vive (como cônjuge ou amante; por amor ou sendo abusada). Esquecem que a normatividade cultural e as práticas sociais produzem constantemente o indivíduo e suas condutas, e a centralidade da cena viva, cuja resultante produz de fato cada ato, desaparece. Como já discuti em outro texto, o bom trabalho de cuidar e prevenir em saúde depende de sustentarmos as conversas com as pessoas com foco nas cenas vivas do seu cotidiano (PAIVA, 2008).

Kippax et al. (2013) propõem substituir a noção de indivíduo como foco da prevenção pela centralidade da comunidade, ou seja, pela focalização na ação coletiva e interação entre grupos e redes de pessoas. Mudanças sociais e de comportamento que foram articuladas comunitariamente transformaram os rumos da epidemia da aids, argumentam. Como exemplos da centralidade dessa noção de movimento comunitário para a promoção da saúde, lembram que a introdução do uso do preservativo, um artefato contraceptivo, passou a ser norma entre homens gays que, nos anos 1980, organizaram-se em um movimento social de resistência à epidemia; argumentam que a mobilização da solidariedade e do cuidado comunitário produziram o acesso universal ao tratamento antirretroviral na resposta brasileira à aids.

Por outro lado, o desafio de repensar o hífen apontado por Frosh, Kippax e autores construcionistas parece quase insuperável para quem trabalha no campo da saúde, em que a ambição de objetividade e o manejo cirúrgico e clínico do corpo individual, do indivíduo extraído de seu contexto cultural, têm efeito

17 Expresso em documento da UNAIDS (Joint United Nations Program on HIV/AIDS, 2011).

prático inquestionável. Considerem o tratamento da infecção pelo HIV de uma pessoa vivendo com aids: tem eficácia inquestionável em qualquer outro continente! Seus protocolos resumem um conjunto de hipóteses teóricas testadas por meio de técnicas e práticas que se apoiam em rigoroso manejo de substâncias e de corpos extraídos de seu contexto social para serem medicados e tratados (como indivíduos-biológicos!).

Os espaços de prática multidisciplinar que abordam o psicossocial, alternativamente, dependem da superação dessa noção de indivíduo biológico-comportamental para que se adotem abordagens tecnocientíficas que reconheçam que remédios são eficazes apenas quando se garante o acesso a eles e adesão ao tratamento, duas tarefas implicadas no contexto sociocultural, dependentes de uma atenção e de abordagem psicossocial.

Essa mesma discussão realizada no campo da sexualidade também parecia insuperável no início da epidemia da aids, quando a literatura global e as psicologias exportadas para várias outras formações disciplinares (formando educadores e profissionais de saúde) expressavam a hegemonia da sexologia essencialista e universalista. A sexologia concebe o sexo como biopsicológico e descreve um desenvolvimento psicosexual universal. Essa abordagem ainda se dedica a buscar as verdades sobre o sexo essencial ou natural, e a descobrir o psicosexual normal obtido por meio de inquéritos clínicos (contrastando cada caso com o “normal-essencial/natural”) ou *surveys* populacionais (que definem o “normal” pela maior frequência e prevalência). Para que a prevenção da transmissão sexual do HIV começasse a ter alguma eficácia, a resposta à aids apontou os limites desta concepção sobre o sexo e das técnicas dedicadas a garantir o “desenvolvimento psicosexual normal” ou “saudável”, derivadas da clínica de transtornos sexuais ou de programas para socialização e cuidado de adolescentes (PAIVA, 2008, 2012b; PAIVA; AYRES; FRANÇA, 2004).

O reconhecimento dos limites destes essencialismos para responder à aids permitiu o crescimento de visões alternativas, renovadoras na urgente resposta à epidemia explosiva. Especialmente no hemisfério sul, ou para pensar os bolsões pobres do hemisfério norte, ficou rapidamente evidente que uma sinergia de pragas sustentava a explosão dos casos de aids: a desigualdade social assentada na dominação de classe, nos sexismos, no racismo e na naturalização de genocídios de africanos e homossexuais (PARKER; CAMARGO, 2000). A epidemia, que permanecia descontrolada, exigiu que a reflexão crítica chegasse mais rapidamente à reformulação de protocolos para a prática que, então, desenvolveram-se implicados na referência ético-política dos direitos humanos. Foi possível, então, renovar a *técnica* (saber operacional que tem caráter normativo, prescritivo e metodológico) e a *teoria* (o saber teórico de caráter analítico e compreensivo).

Em outras palavras, onde há sinergia de desigualdades, estigmatização e maior vulnerabilidade ao adoecimento, um hífen parece pouco! Os envolvidos em promover a saúde precisam das flechas da interação e integração, de sinergia de saberes e intervenções em diferentes dimensões institucionais, estruturais e políticas. A emergência da epidemia da aids, em todo lugar, acirrou a necessidade de se agir sincronicamente, dinamicamente e ao mesmo tempo sobre todas as dimensões que afetam o processo saúde-doença. Nessa direção, tem sido fundamental manter aceso um diálogo interdisciplinar enquanto se estruturam espaços integrados para ação e para reconstruir práticas resultantes deste diálogo que beneficiem segmentos tradicionalmente incluídos na vida social pela via da discriminação (AYRES; PAIVA; BUCHALLA, 2012).

Portanto, a *segunda inovação do quadro da V&DH* e que distingue sua abordagem psicossocial das outras vertentes construcionistas na psicologia social é sua ambição de *produzir encontros férteis entre diversos saberes*. O enfoque hermenêutico ampliado na versão brasileira do quadro da V&DH o diferencia. A hermenêutica no sentido filosófico, e não apenas no sentido metodológico, introduziu uma perspectiva da relação eu-outro nos seus aspectos não apenas cognitivos, mas éticos, morais, políticos e estéticos (AYRES, 2007). Seja para abordar a vulnerabilidade começando pela dimensão individual ou social, seja desde o plano programático, a hermenêutica interdita as dicotomias entre o individual e o coletivo, entre o biológico e o social; interdita, também, o objetivismo que promove a redução do social aos estilos de vida e o sentido puramente instrumental dos aspectos estruturais; interdita a politização que permanece externa aos aspectos tecnocientíficos. Os aspectos sócio-estruturais devem estar implicados *na prática* – definida como saber baseado nas relações interpessoais, intersubjetivas, que é responsiva e particularizada. Esta hermenêutica permite politizar a *teoria* e a *técnica* na intimidade de seus protocolos e *práticas*¹⁸.

O objetivismo, as dicotomias e o estrutural concebido como barreira, assim como a política tratada como fator externo, ainda persistiram, mesmo que de contrabando, nos discursos e propostas da NPS e nas versões da vulnerabilidade criticadas por Kippax et al. (2013). No Brasil, a pedagogia de Paulo Freire já superava essa externalidade no campo da educação com sua pedagogia anticolonização, que inspirou concepções de promoção da saúde em todo mundo. A inclusão da hermenêutica fortaleceu a opção pelo uso multicultural e emancipatório das abordagens em direitos humanos, como propõe Boaventura Souza Santos (2003), cuja *hermenêutica diatópica* opera o quadro dos direitos com uma preocupação anticolonialista, como a de Freire (PAIVA, 2012a).

18 Sobre essas definições de *teoria, técnica e prática*, ver Pupo (2012).

Essa perspectiva hermenêutica ressaltou a centralidade da intersubjetividade para pensar a saúde nos planos individual/pessoal, social e programático (Figura 12.1) e destacou a reflexão crítica ao individualismo. Porque o sentido forte de diálogo na perspectiva hermenêutica, como para Gadamer (1997), é o da “fusão de horizontes”. Essa reflexão crítica se ampliará com participação direta de usuários dos serviços, nos encontros para o cuidado e em qualquer plano institucional e político (AYRES, 2007). Abordagens psicossociais estão implicadas, também, no planejamento e na gestão em saúde, nesta perspectiva. Recupera-se das intervenções estruturais sua dimensão intersubjetiva: melhor que denunciar os traços macrossociais da desigualdade será compreender a concretude das relações de gênero e raciais, de classe e de geração, que também encontramos no cotidiano das pessoas e das práticas em serviços de saúde e no modo como se realizam.

Em síntese, a *perspectiva psicossocial* adotada nesta vertente brasileira – vertente das abordagens em saúde baseadas nos direitos humanos – não prescinde da *centralidade da pessoa*, concebida como sujeito em interação com outros e como sujeito em relação com os direitos humanos. Como *sujeito em relação*, toda pessoa pode experimentar um dado processo de adoecimento ou se proteger dele, o que envolve sua constituição física e o modo singular de produzir seu cotidiano como parte de uma comunidade. Como *sujeito portador de direitos*, pode reivindicá-los para si ou, na posição de agente comunitário ou do estado – situado em algum programa de saúde –, solidariamente atuar para promover e proteger os direitos de outras pessoas, que deve encontrar como cocidadãos.

Comunidades e programas ou políticas públicas não existem apenas abstratamente nas normas e em referências culturais e discursivas. Estão *encarnadas em pessoas*¹⁹, que irão reproduzi-las em cada território e comunidade; dependerão de pessoas que, como agentes institucionais, vão implementá-las e legitimá-las em suas práticas; nos dois casos, marcarão socialização de novas gerações. Pessoas também encarnarão o horizonte de transformação social, posicionando-se como agentes a mobilizar a transformação, liderando movimentos sociais: comunidades e pessoas convivendo com aids e muitos profissionais de saúde exemplificaram essa possibilidade ao longo da construção da resposta brasileira à epidemia.

Essa perspectiva para compreender o processo saúde-doença neste quadro dos direitos humanos e da vulnerabilidade é, portanto, psicossocial, e não sociop-

19 A noção de “encarnada” está na mesma direção da noção de “*embodied health movements*”, que discute movimentos de saúde nos Estados Unidos (BROWN et al., 2004). Os autores discutem que esses movimentos introduzem o corpo biológico em movimentos sociais, em narrativas de sua experiência de sofrimento e negligência, especialmente sua experiência emocional, e não apenas cognitiva; interpelam a medicina e ciências hegemônicas; incluem a colaboração de ativistas com cientistas e profissionais de saúde para acessar tratamentos, prevenção, pesquisa e financiamentos.

sicológica (*socio-psychological*). Nesse modo de interpretá-la, a vulnerabilidade ao adoecimento será sempre de *uma pessoa* (uma mulher), e não de um grupo de risco (prostitutas) ou de uma comunidade (um território, um grupo que compartilha uma identidade homossexual); será sempre concebida como vulnerabilidade *em uma determinada situação social* (vivida por cada pessoa em cenas dinâmicas em um cenário sociocultural) em que seus *direitos* estão garantidos ou violados, negligenciados. As vulnerabilidades social e pessoal a um agravo de saúde serão maiores ou menores *na presença ou ausência de um programa* (de prevenção, de apoio psicossocial, de assistência à sua saúde).

12.4 O processo de renovação das práticas deve ousar até a renovação da teoria

A contribuição das ciências sociais, da história e da filosofia tem sido central para o desenho de novas práticas e para a inovação teórica produzidas no bojo da resposta à aids. Mais politizada, a vertente brasileira da psicologia social na saúde coproduziu práticas de vários segmentos profissionais que focalizam o intersubjetivo e articulam coletivos multiprofissionais dedicados à saúde no âmbito do SUS – no plano da clínica e da saúde coletiva. Foi longo o caminho para validação de sua eficácia prática. Foram intensas as mudanças de rotas para que cada prática e seus saberes específicos fossem aplicados nas abordagens psicossociais no cuidado das pessoas vivendo com aids e no encontro com as populações mais vulneráveis socialmente à aids.

A resposta brasileira foi sendo articulada às práticas em saúde do sistema universal, que apenas começava a ser desenhado ou imaginado quando a epidemia emergiu. O SUS começou a ser implementado apenas nos anos 1990, depois que a Constituição de 1988 garantiu o direito à saúde para todos os brasileiros, direito que até então não existia. Os princípios da universalidade, equidade, integralidade e participação no SUS foram inspirados pelo movimento Nova Promoção da Saúde (NPS). E para implementar uma abordagem psicossocial baseada nos direitos humanos e legitimá-la na saúde, foi fundamental a inspiração da psicologia social latino-americana: a psicologia comunitária, a psicoterapia do oprimido e outros modos de intervenção e atenção psicossocial. A atenção psicossocial produzida pelo movimento antimanicomial e pela reforma psiquiátrica concebeu o “modo psicossocial” no bojo da Reforma Sanitária que produziu o SUS. Apenas recentemente esse esforço de reflexão crítica e sistematização de protocolos para as práticas exigidas pela organização do SUS e, mais recentemente, de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) resultaram em textos que expressam uma

importante renovação teórica. Essa produção é especialmente visível na segunda década do século XXI.

Portanto, é preciso ter coragem de transformar coletivos de pensamentos e práticas em aportes teóricos que sustentem a formação disciplinar das psicólogas e psicólogos brasileiros das próximas gerações, ainda muito limitados a escolas dogmáticas, a este ou àquele autor de outro século, ou às sociopsicologias produzidas para responder questões em outro contexto social.

A perspectiva construcionista e dos direitos humanos na saúde sustenta *que não há uma história natural da doença, senão uma história social da doença*, porque são sociais e históricos os conteúdos dessa história e, ao mesmo tempo, porque social e histórica é também a forma de contá-la (AYRES; PAIVA; FRANÇA, 2010, 2012).

Espero que este texto estimule, em diferentes campos e temas, a coragem de inovação teórica, técnica e prática para benefício dos brasileiros que contam conosco para aliviar ou prevenir seu sofrimento, sempre atravessado por uma dimensão que preferimos chamar de psicossocial.

Referências

- AYRES, J. R. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 73-92, 2004.
- AYRES, J. R. et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção de saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo, SP: Hucitec, 2006. p. 375-417.
- AYRES, J. R. C.; PAIVA, V.; FRANÇA-JR, I. From Natural History of Disease to Vulnerability: changing concepts and practices in contemporary public health. In: R. Parker, M. Sommers (Orgs). London/New York: Routledge/Taylor and Francis, 2010. p. 98-107.
- AYRES, J. R.; PAIVA, V.; BUCHALLA, C. M. Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde: uma introdução. In: PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. (Org.). *Coletânea: Vulnerabilidade e direitos humanos*. Curitiba, PR: Juruá, 2012. p. 9-22. (Prevenção e promoção da saúde, v. 1., Da doença à cidadania)
- AYRES, J. R.; PAIVA, V.; FRANÇA JR., I. Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. In: AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M.; PAIVA, V. (Org.). *Coletânea: Vulnera-*

bilidade e direitos humanos. Curitiba, PR: Juruá, 2012. p. 71-94. (Prevenção e promoção da saúde, v. 1., Da doença à cidadania). [Reproduzido a partir de PARKER, R; SOMMER, M. (Ed.) *Routledge Handbook of Global Public Health*. London: Routledge, 2010. p. 98-107. (v. 1).]

BARBIERI, T. Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. In: AZERÊDO, S.; STOLCKE, V. (Coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo, SP: Fundação Carlos Chagas, 1991. p. 25-45.

BERKMAN, A. et al. A critical analysis of the Brazilian response to HIV/AIDS: lessons learned for controlling and mitigating the epidemic in developing countries. *American Journal of Public Health*, [S. l.], v. 95, n. 7, 2005.

BOAL, A. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas* [Theatre of the Oppressed]. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1975.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jul. 2006.

BROWN, P. et al. Embodied health movements: new approaches to social movements in health Sociology. *Health & Illness*, v. 26, n. 1, p. 50-80, 2004 Jan.

BUTLER, J. *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1997.

CAÑÓN, O. E. Las huellas del sujeto en narrativas de autores construccionistas [Subject's tracks in the narratives of constructionista authors]. *Revista Diversitas - Perspectivas em Psicologia*, v. 4, p. 2, p. 245-257, 2008.

FARR, R. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1973. Edição original: 1968.

FROSH, S. Psychosocial theory. In: TEO, T. (Ed.). *Encyclopedia of Critical Psychology*. New York: Springer, 2013.

GADAMER, H. G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GAGNON, J. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2006.

GARCÍA, J. et al. Local impacts of religious discourses on rights to express same-sex sexual desires in peri-urban Rio de Janeiro. *Sexuality Research & Social Policy*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 44-60, 2009.

GRECO, D. B.; SIMÃO, M. *Brazilian policy of universal access to AIDS treatment: Sustainability challenges and perspectives*. *AIDS*, [S. l.], suppl. 4, p. 37-45, 2007, July 21.

GRUSKIN, S.; TARANTOLA, D. *Universal access to HIV prevention, treatment and care: assessing the inclusion of human rights in international and national strategic plans*. *AIDS*, [S. l.], v. 22, suppl. 2, p. 123-132, 2008.

_____. Um panorama sobre saúde e direitos humanos. In: PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. (Org.). *Coletânea: Vulnerabilidade e Direitos Humanos*. Curitiba, PR: Juruá, 2012. p. 23-41. (Prevenção e promoção da saúde, v. 1., Da doença à cidadania).

HOGGET, P. *What's in a hyphen? Reconstructing psychosocial studies*. London: Palgrave, 2008.

JOINT UNITED NATIONS PROGRAM ON HIV/AIDS. *UNAIDS Terminology Guidelines*. 2011, Oct.

KALICHMAN, A.; DINIZ, S. AIDS treatment in Brazil: what kind of evidence do we need? *The Lancet*, [S. l.], v. 374, n. 969, p. 1066, 2009.

KERRIGAN, D. et al. *The global HIV epidemics among sex workers*. Washington, DC: World Bank, 2013.

KIPPAX, S. et al. Between individual agency and structure in HIV prevention: understanding the middle ground of social practice. *American Journal of Public Health*, [S. l.], v. 103, n. 8, p. 1367-1375, 2013, June 13.

LEAVELL, H. R.; CLARK, E. G. *Textbook of preventive medicine*. New York: McGraw-Hill, 1958.

MALTA, M.; BEYRER, C. The HIV epidemic and human rights violations in Brazil. *Journal of the International AIDS Society*, [S. l.], v. 16, p. 18817, 2013.

MANN, J. et al. (Ed.). *Health and human rights: a reader*. New York: Routledge, 1999.

MANN, J.; TARANTOLA, D. J. (Ed.). *AIDS in the world II*. New York: Oxford University Press, 1996.

MANN, J.; TARANTOLA, D. J.; NETTER, T. W. (Ed.). *AIDS in the world*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

_____. *A AIDS no mundo*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Normas de atenção à saúde integral de adolescente: v. 1. Diretrizes gerais para atendimento de adolescentes. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. Distúrbios da puberdade. Desenvolvimento psicológico do adolescente. 1993. Brasília, DF.

_____. Portaria nº154. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família/NASE. 2008. Brasília, DF.

MOFFAT, A. *Psicoterapia do oprimido*. São Paulo, SP: Cortez, 1987.

NUNN, A. S. et al. (2009). AIDS treatment in Brazil: Impacts and challenges. *Health Affairs*, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 1103-1113, 2009.

OLIVEIRA, E. C.; ARAÚJO, M. F. Aproximações do teatro do oprimido com a psicologia e o psicodrama. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 340-355, 2012.

PAIVA, V. Sexualidades adolescentes: escolaridade e gênero, e o sujeito sexual. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. (Org.), *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1996. p. 213-224. (v. 1).

_____. Sem mágicas soluções: a prevenção e o cuidado em HIV/AIDS e o processo de emancipação psicossocial. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 6, n. 11, p. 25-38, 2002.

_____. Gendered scripts and the sexual scene: promoting sexual subjects among Brazilian teenagers. In: PARKER, R. *Culture, Society and Sexuality: a reader*. 2. ed. New York: Routledge, 2007.

- _____. A psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, p. 641-651, 2008.
- _____. Cenas da vida cotidiana: metodologia para compreender e reduzir a vulnerabilidade na perspectiva dos direitos humanos. In: AYRES, J. R.; BUCHALLA C. M.; PAIVA, V. (Org.). *Coletânea: Vulnerabilidade e Direitos Humanos*. Curitiba, PR: Juruá, 2012a. p. 165-208. (Prevenção e promoção da saúde, v. 1, Da doença à cidadania).
- _____. A dimensão psicossocial do cuidado. In: PAIVA, V.; CALAZANS, G.; SEGURADO, A. (Org.). *Coletânea: Vulnerabilidade e Direitos Humanos*. 2. ed. Curitiba, PR: Juruá, 2012b. p. 41-72. (Prevenção e promoção da saúde, v. 2, Entre indivíduos e comunidades).
- PAIVA, V.; AYRES, J. R. C. M.; GRUSKIN, S. Being young and living with HIV: the double neglect of sexual citizenship. In: P. Aggleton; R. Parker (Orgs.). New York: Routledge, 2010. p. 422-430.
- PAIVA, V.; AYRES, J. R.; FRANÇA JR., I. Expanding the flexibility of normative patterns in youth sexuality and prevention programs. *Sexuality Research & Social Policy*, San Francisco, v. 1, n. 1, 2004, Jan.
- PAIVA V, SILVA, V. N. Facing negative reactions to sexuality education through a multicultural human rights framework. *Reproductive Health Matters*, [S. l.], v. 23, p. 96-106, 2015.
- PARKER, R.; CAMARGO JR., K. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 89-102, 2000.
- PINHEIRO, R.; LOPES, T. C. (Org.). *Ética, técnica e formação: as razões do cuidado como direito à saúde*. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2010.
- PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2006.
- PUPO, L. R. As dimensões teórica, técnica e ético-operacional: multidimensionalidade da ação preventiva e de cuidado à saúde. In: PAIVA, V.; CALAZANS, G.; SEGURADO, A. (Org.). *Coletânea: Vulnerabilidade e Direitos Humanos*.

2. ed. Curitiba, PR: Juruá, 2012. p. 41-72. (Prevenção e promoção da saúde, v. 2. Entre indivíduos e comunidades).

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multi-cultural*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, F. M.; JACÓ-VILELA, A. M. O psicólogo no hospital geral: estilos e coletivos de pensamento. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 43, p. 189-197, maio/ago. 2009.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. [Revisão de SILVA, T. T. a partir de _____. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-50.]

SEFFNER, F.; PAIVA, V.; PUPO, L. Educação em saúde e emancipação: explorando possibilidades da prevenção no quadro dos direitos humanos. In: PAIVA, V.; SEFFNER, F.; PUPO, L. R. (Org.). *Coletânea: Vulnerabilidade e Direitos Humanos*. Curitiba, PR: Juruá, 2012. p. 253-268. (Prevenção e promoção da saúde, v. 3, Pluralidade de vozes e inovação de práticas)

SILVA, C. G. et al. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, 2008.

SIMON, W.; GAGNON, J. H. On psychosocial development. In: GOSLIN, D. A. (Ed.), *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago, IL: Rand McNally, 1969. p. 733-752.

SPINK, M. J. *Psicologia social e saúde*. Práticas, saberes e sentidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TUNALA, G. L. Modelos teóricos como subsídios da prática da promoção da saúde em DST/Aids no quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos. In: PAIVA, V.; CALAZANS, G.; SEGURADO, A. (Org.). *Coletânea: Vulnerabilidade e Direitos Humanos*. 2. ed. Curitiba, PR: Juruá, 2012. (Prevenção e promoção da saúde, v. 2, Entre indivíduos e comunidades).

Conhecimento, opinião, estereótipo e o medo da alteridade

Alessandro de Oliveira dos Santos

Resumo: neste breve ensaio, apresento uma reflexão derivada das tensões colocadas pelo meu trabalho como docente em psicologia no campo da construção sociocultural das diferenças, numa tentativa de contribuir para o debate sobre a alteridade. São abordados os conceitos de conhecimento, opinião e estereótipo com vistas à produção de conhecimento no âmbito dos currículos e da formação dos(as) psicólogos(as), capazes de disparar a suspeita crítica em direção à superação da alienação, auxiliar na reflexividade acerca dos processos de socialização em contextos de dominação e desigualdade e desinstrumentalizar estereótipos.

Palavras chaves: conhecimento, opinião, estereótipo, alteridade.

“És alguém que olha? Ou estende a mão? Ou que desvia o olhar e se afasta?...” (NIETZSCHE, 1989[1888], p. 19).

Neste breve ensaio, apresento uma reflexão derivada das tensões colocadas pelo meu trabalho como docente em psicologia no campo da construção sociocultural das diferenças, numa tentativa de conhecer como lidamos com as diferenças (étnico-racial, corporal, cultural, social, entre outras) e de contribuir para o debate sobre o tema da alteridade no âmbito da formação dos(as) psicólogos(as).

O conhecimento deriva da relação do ser humano com os outros seres vivos e com os fenômenos que o cercam, possuindo, matricialmente, as funções de autoconservação e adaptação. Entretanto, conhecimento não significa uma relação imediata e harmoniosa entre o ser humano, os seres vivos e fenômenos. Pelo contrário, envolve tensão e luta. Conhecer o mundo é humanizar o mundo. É contra um mundo sem ordem, finalidade, que o conhecimento precisa lutar. É com esse mundo que o conhecimento se relaciona para permitir que o ser humano possa expressar seus universais (linguagem, valores) e se conduzir na vida (NIETZSCHE, 1983 [1881]).

O conhecimento é um esforço para resistir a uma visão simples e imediata dos seres e fenômenos com os quais o ser humano se relaciona. Quando esse esforço não existe ou fracassa, o ser humano permanece no nível da *doxa*, no nível de uma consciência ingênua, incapaz de atingir o *logos*, o conhecimento que conduz a verificação da verdade e a formação de uma consciência crítica (FREIRE, 1996).

A *doxa* ou consciência ingênua não se preocupa em conhecer pela causa os seres e fenômenos; contenta-se com a apreensão imediata deles, buscando conformá-los às suas experiências anteriores ou a informações já transmitidas sobre eles. Na consciência ingênua, não existe conhecimento, apenas opinião enquanto expressão de uma consciência tida como válida, mas que não busca a verdade. A pessoa vive na “opacidade das certezas”, incorporando apenas o que lhe é semelhante (BOSI, 2004, p. 115).

As motivações por detrás da opinião – aceitação e segurança – são diferentes das motivações por detrás do conhecimento – busca da verdade, esforço em resistir a qualquer sugestão. Destarte, a complexidade das relações entre o ser humano e os seres vivos e fenômenos que o cercam exige uma simplificação. Essa é uma etapa na direção do conhecimento. Mas existe um perigo em permanecer nesse plano, o perigo de adotar, sem crítica, as normas e valores estabelecidos por um grupo particular que foi associado, em algum momento, ao pensamento ordenador e que impõe seu sistema de interpretação de mundo, ou seja, sua cultura, como verdade universal.

Faz-se necessário refletir sobre essa tendência humana de formar noções simplificadas, a partir das quais o ser humano se relaciona com os seres vivos e fenômenos que o cercam. Pois quando a consciência permanece no nível do estereótipo, ocorre uma interceptação da informação ou da experiência que forja uma percepção incompleta ou falsa da realidade e do outro e impede a construção de uma consciência crítica (BOSI, 2004).

O estereótipo não se baseia em um conhecimento enraizado na experiência; seus componentes centrais são a falta de atenção e a ignorância. Ele consiste na generalização e atribuição de valor a características de um grupo, sendo um produto da cultura cujas funções são: auxiliar na pré-categorização da realidade, impedir a identificação e evitar a reflexão (CROCHIK, 1995). Por ser um julgamento anterior a uma experiência pessoal, o estereótipo produz a deformação da imagem e do sistema de interpretação de mundo do outro, envolvendo distorção e empobrecimento da realidade.

Por meio do estereótipo, constituem-se barreiras atitudinais que se concretizam em ações discriminatórias. Isso porque, quando as atitudes são formadas de modo automático e irrefletido, as opiniões tendem ao estereótipo (AMARAL, 1995; BOSI, 2004). Trata-se, portanto, de uma construção psicológica defensiva

para lidar com o outro diferente, que, em geral, é reduzido à condição de inferior ou visto em situação de desvantagem, delimitando-se, assim, seu lugar na sociedade, enquanto lugar de poder, de oportunidades.

Não há espaço para surpresas ou desafios quando os estereótipos triunfam como categoria de interpretação da realidade e do outro (AMARAL, 1995). Ocorre uma redução da percepção. Ela se torna unidimensional e o ser humano passa a lidar com o outro por meio das mediações que lhe são impostas. Existe um medo de afrontar o pensamento ordenador e seus valores estabelecidos que impede a construção de novas significações sobre formas diferentes de ser, existir e pensar.

Opinião e estereótipo têm como origem o medo do conhecimento e o medo da alteridade. A função de ambos é o empobrecimento da verdade e a dominação. Eles distorcem, ocultam, reduzem a uma única dimensão a percepção da realidade social e do outro, servindo, assim, à dominação, ou seja, à hegemonia de um sistema de interpretação de mundo que impõe uma única ética, lógica, estética, espiritualidade como fundamento da relação do ser humano com a natureza e os outros seres vivos.

O desrespeito à diversidade das formas de ser, existir e pensar, a imposição de um único modelo, considerado verdadeiro e ideal, só faz sentido em uma sociedade hierarquizada e extratificada, e são o sintoma do rebaixamento político geral dos indivíduos que a compõem. Na base da dominação está o rebaixamento político, a impossibilidade dos grupos subordinados de participar da vida social como sujeitos históricos e de desejo e de influenciarem na construção de regras de convivência e na construção do futuro (GONÇALVES FILHO, 2004).

Desde o início da vida, o ser humano precisa lidar com a alteridade, com a presença de um outro, diferente, que funda o reconhecimento de si mesmo. Ora, quando o encontro com esse outro ocorre numa situação de subordinação, construções defensivas como o estereótipo entram em cena para facilitar a opressão e justificar a imposição de sistemas de interpretação de mundo. O encontro com o diferente revela a incerteza do eu e do mundo construído. Ao produzir estranhamento, o outro ameaça (FREUD 1976 [1919]).

A dimensão política do medo da alteridade revela-se no etnocentrismo, a dimensão psicológica nos processos de projeção e sombra. A alteridade mostra que a diferença, ao mesmo tempo em que constitui a base da vida social, é a fonte permanente dos conflitos (VELHO, 1974). Por isso, não adianta incorporarmos a diferença (étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, associada à deficiência) nos âmbitos da teoria e do discurso, se na prática não nos encontramos politicamente como iguais. No igual direito de falar, tomar iniciativa, construir regras de convivência e projetos de felicidade.

Minha experiência como docente em psicologia tem mostrado que a opinião, o estereótipo e o medo da alteridade estão presentes na atuação dos(as)

psicólogos(as) ao lidarem com as diferenças, visto que elas refletem e expressam a manutenção de relações historicamente desiguais, como as relações norte x sul, capital x trabalho, campo x cidade, eficiência x deficiência e as relações interculturais, de gênero e étnico-raciais. O que coloca a necessidade de produzirmos um conhecimento, no âmbito dos currículos e da formação dos(as) psicólogos(as), capaz de: disparar a suspeita crítica em direção à superação da alienação e das opiniões facilmente capturadas pelo estereótipo; auxiliar na reflexividade acerca dos processos de socialização em contextos de dominação e desigualdade; e ajudar na desinstrumentalização dos estereótipos, mostrando como se formam, operam e, principalmente, a quem servem.

Referências

- AMARAL, L. *Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)*. São Paulo, Robe, 1995.
- BOSI, E. Entre a opinião e o estereótipo. In: *O tempo vivo da Memória*. São Paulo: Ateliê, 2004. p. 113-126.
- CROCHICK, J. L. *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Robe, 1995.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREUD, S. (1919). *O estranho*. Tradução sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 17).
- GONÇALVES FILHO, J. M. Subjetividade, humilhação social e sofrimento. In: SILVA, M. V. (Org.). *Psicologia e direitos humanos – Subjetividade e exclusão*. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia, Casa do Psicólogo, 2004. p. 123-135.
- NIETZSCHE, F. (1881). *Aurora*. Porto: Res Editora, 1983.
- _____. (1888). *Crepúsculo dos Ídolos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- VELHO, G. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974.

Parte 5

Psicologia social e método

A psicologia social como projeto utópico

Gustavo Martineli Massola

O tema geral deste livro propõe que se reflita sobre as significações do hífen presente na expressão (adaptada) “psico-social”. Trata-se de um tema da máxima relevância, sem dúvida, especialmente no momento em que as discussões de fundo sobre os variados campos da ciência parecem perder lugar para seus frutos tecnológicos. Isso, infelizmente, também constitui uma característica contemporânea da psicologia. O presente trabalho parte do princípio de que a questão do *hífen* pode ser proveitosamente entendida como uma busca pelo objeto da psicologia social e, sem pretender esgotar a questão, será aqui discutida tomando-a neste sentido.

É comum encontrarmos alunos de graduação com dificuldade para responder a esta pergunta aparentemente simples: o que estuda a psicologia social? Isso deve nos dizer algo sobre nossa área de atuação. A situação parece mais complicada quando encontramos alunos de pós-graduação com a mesma dificuldade. Mas tudo se torna nebuloso quando profissionais deste campo apresentam dificuldade semelhante. Como consequência, temos que admitir, por simplicidade, que há algo no próprio campo do conhecimento que explica este estado de coisas. Além disso, temos que admitir que há algo neste campo que explica a necessidade de perguntar por seu objeto. Esta necessidade deve ser de ordem geral nas disciplinas científicas e as respostas devem ter grau variável de dificuldade. Adorno (1995) entende que a definição dos termos *sujeito* e *objeto* apresenta uma dificuldade filosófica fundamental: se se quisesse definir ambos os termos, cair-se-ia em uma aporia que se junta à problemática do definir, continuamente retomada pela filosofia moderna desde Kant. É que, de certa maneira, os conceitos de sujeito e de objeto – ou melhor, aquilo a que se referem – têm prioridade sobre qualquer definição. Definir é o mesmo que capturar – objetividade, mediante o conceito fixado, algo objetivo, não importa o que isto seja em si. Daí a resistência de sujeito e objeto a se deixarem definir (p. 182).

Mas a psicologia social parece especialmente fadada a eludir respostas simples.

Da mesma forma que a resposta simples à pergunta pelo objeto da biologia seria “a vida” – até que novamente se pergunte sobre o que “é” a vida –, a resposta simples à pergunta pelo objeto da psicologia social remete à relação entre psicologia e sociologia ou entre indivíduo e sociedade. Esta resposta, porém, não nos permite avançar muito na compreensão desta área do conhecimento e parece soar aos alunos e estudiosos da área como uma fórmula vazia, repetida ao infinito. Como se dá esta relação e o que significam exatamente os termos relacionados permanecem como problemas inexplicados nesta fórmula.

Uma resposta possível é dizer que não há uma única psicologia social, e sim várias, porque várias são as psicologias. Desta forma, estamos eximidos de buscar uma resposta geral para aquele problema. Mas essa resposta tem dois problemas: admitir sem questionamento que a psicologia social é uma subárea da psicologia – e, por consequência, que seus problemas teóricos derivam desta outra área – e, se supusermos que há várias psicologias sociais distintas, não explicar por que dar um mesmo nome para elas. Assim, uma psicologia social psicanalítica pode ser distinta de uma psicologia social humanista – mas por que chamá-las a ambas de “psicologia social”? O que essa resposta não explica é se há algo que unifica o campo da psicologia social em suas várias abordagens e se há algo que unifica o campo da psicologia. Gostaríamos de defender que há. Isso torna possível saber se uma teorização pode recair no campo da psicologia social ou não.

Também não nos parece adequado fazer como os manuais recentes, que identificam o campo com os temas que ele estuda. Um livro como o de Myers (2000, p. xi) exemplifica bem as explicações correntes e alguns de seus problemas. Ele pode afirmar que esse campo estuda como as pessoas pensam, influenciam e se relacionam umas com as outras. Ao estudar o tema do relacionamento, enumera alguns fenômenos: preconceito, agressão, altruísmo, atração. Surgem dois problemas: 1. parece evidente que qualquer um desses temas pode ser estudado por muitas outras áreas do conhecimento; 2. definir a psicologia social como a área que estuda certos temas não explica por que esses temas deveriam estar compreendidos nesta área.

Neste mesmo manual, encontramos três outras possibilidades explicativas: 1. “a maneira como as pessoas encaram e afetam umas às outras [...] é disso que a Psicologia Social trata” (MYERS, 2000, p. 2). Trata-se aqui dos temas do pensamento e da influência social; 2. “a Psicologia Social é uma ciência que estuda as influências de nossas situações, com atenção especial para a maneira como encaramos e afetamos uns aos outros” (MYERS, 2000, p. 1). Apesar de incluída no tema da influência, a tônica aqui é o poder da situação, o que parece apontar para uma sutil distinção em relação à primeira definição; 3. ao contrário dos sociólogos, com quem compartilham o interesse pelo fenômeno dos grupos, “a

maioria dos psicólogos sociais estuda indivíduos – como uma pessoa pensa sobre os outros, é influenciada pelos outros, ou se relaciona com os outros” (MYERS, 2000, p. 3). Dessas três definições, concluímos que se trata de uma área do conhecimento que estuda o poder da situação social sobre o indivíduo.

Seria uma definição simples e mais completa que a fórmula da relação entre psicologia e sociologia, não fosse a dificuldade representada pela palavra “indivíduo”. Não está claro nesses casos o que significa o “indivíduo” sobre o qual se fala, e a palavra é usada como um significante relacionável univocamente com um objeto do mundo: “aquela” pessoa individual, “aquele” ser humano que ali está, um “indivíduo” – um ser humano individual, ou seja, “singular, separado e distinguível”, “sinônimo de pessoa ou ser humano” (VELHO, 1987, p. 591). No entanto, as palavras têm sua história e este termo tão livremente definido carrega o peso de séculos de reflexão. Isso porque “indivíduo” comporta um viés específico pelo qual se diz algo “daquele” ser humano. É bem sabido que a palavra significa, etimologicamente, “indivisível”, e é a tradução latina do termo grego *ἄτομον*, “átomo”. Desta forma, encontra-se já nas origens da filosofia com Demócrito. Está envolvida em uma longa discussão filosófica a respeito da possibilidade real de se conhecer racionalmente um indivíduo singular – ou seja, conhecer suas determinações. Se as determinações que permitem conhecer um gênero podem ser enumeradas – os mamíferos, por exemplo –, conhecer uma espécie exige lançar mão de um número bem maior de determinações – o *homo sapiens sapiens*, por exemplo – a fim de distingui-la de outras espécies. Conhecer um indivíduo e distingui-lo de todos os outros indivíduos exigiria lançar mão de infinitas determinações, tornando impossível conhecê-lo racionalmente.

A aplicação desta palavra aos seres humanos, porém, é bastante recente e data do período da Modernidade, quando a noção de indivíduo como base da sociedade torna-se representação social – a aplicação da palavra para designar o ser humano singular data do século XVII. O conceito de mônadas de Leibniz oferece um “modelo conceptual para a visão individualista do homem concreto na sociedade burguesa” (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 46). Neste sentido, implica uma forma específica pela qual a humanidade ocidental passou a ver a si mesma: “o indivíduo surge, de certo modo, quando estabelece o seu eu e eleva o seu ser-para-si, a sua unicidade, à categoria de verdadeira determinação” (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 52). É, portanto, a consciência de sua singularidade frente a todos os outros seres humanos que define alguém como indivíduo. Essa consciência só pode existir em certas condições sociais, aquelas nas quais o todo social se estrutura a partir da ação aparentemente livre e autônoma dos agentes sociais e que se consolida com a economia da livre concorrência no século XIX. Deste modo, o indivíduo é um produto de certas condições sociais.

O século XIX viu surgir uma área dedicada a estudar este objeto: a psicologia científica, que, em sua primeira forma, a psicofísica (FECHNER, 1966), já em 1860 visava estudar os “fenômenos internos” – de fato, uma característica do indivíduo burguês é a ênfase em sua vida interna, sua subjetividade ou consciência, e os processos psicológicos são aqueles que atuam “no íntimo do indivíduo” (FROMM, 1983, p. 10). A psicologia surge como uma área do conhecimento voltada para entender o indivíduo e sua subjetividade, e grande parte das suas disputas teóricas tem caráter metodológico: como acessar esses fenômenos cientificamente? Este ponto é corretamente sintetizado por Skinner (1963): “de qualquer forma, o problema de como alguém pode conhecer o mundo subjetivo de outro tem que ser enfrentado. Além da questão do que ‘conhecer’ significa, o problema é a acessibilidade” (p. 952). Ninguém pode “ver” o mundo interno de outro e até hoje se discute qual a melhor forma de conhecê-lo. Esta busca determina a origem deste campo do conhecimento e o unifica, pois cada uma das abordagens teóricas da psicologia vai tentar responder de forma singular à necessidade de definir os métodos de acesso à subjetividade. Deste ponto de vista, nossa individualidade não é imediata ou naturalmente “dada”, e é, ao contrário, o fruto de um laborioso processo histórico. Face ao “indivíduo” empiricamente dado, “àquele” ser humano que está ali, o “indivíduo” da psicologia pressupõe uma complexa abstração. O que vemos empiricamente são corpos que se movem, falam, agem em conjunto com outros objetos animados ou inanimados. É apenas por um processo intelectual sofisticado que retiramos desse fenômeno empírico uma característica, seu mundo interno, que, segundo supõe parte da psicologia, determina-o. Quanto desta individualidade deve-se a seus aspectos naturais ou sociais resta para ser definido, e talvez não se possa fazê-lo de uma vez por todas: se algo de nossa individualidade tem caráter social, a relação entre indivíduo e sociedade deve mudar com as transformações sociais. Por consequência, os aspectos naturais do indivíduo – o indivíduo como um ser biológico – também pressupõem uma abstração.

Todas as ciências humanas e sociais abstraem deste fenômeno empiricamente dado um conjunto de aspectos que elegem para estudar. Horkheimer e Adorno (1973, p. 45), por exemplo, afirmam que “o que há de específico na sociologia não são os seus objetos, que também estão presentes [em] outras ciências, mas a ênfase que dá sobre o objeto, isto é, a relação entre todos esses objetos e as leis da socialização”. O mesmo se pode dizer da antropologia, da economia, da linguística, da ciência política, da demografia e da geografia humana, cada uma investigando uma específica determinação do fenômeno humano. Surge deste conjunto, porém, uma necessidade que ocasionalmente aparece de forma explícita, e aqui cito os exemplos de dois livros. Os editores do livro *Modernity and Self-Identity* (GIDDENS, 1991b), que examina o tema da

identidade psicossocial na Modernidade Tardia, fizeram constar na contracapa dois elogios significativos. O primeiro, da revista *New statesman and society*, afirma que este livro “supre o link psicológico que faltava na obra cada vez mais substancial [do sociólogo] Anthony Giddens”. O segundo, do professor Dennis Wrong da Universidade de Nova Iorque, elogia como um “avanço intelectual real ter um teórico social desta envergadura revivendo o estudo central mas longamente ignorado da [relação entre] personalidade e cultura, caráter e sociedade”. De forma semelhante, o prefácio de Lucia Coelho (2007) ao livro *Estrutura social e dinâmica psicológica*, de Ruy Coelho (2007), afirma que “todo estudioso do comportamento humano [...] busca [...] esclarecimentos sobre o modo de articulação entre as normas e valores coletivos e os processos psicológicos” (COELHO, L., 2007, p. 7). De maneira especialmente significativa, ela afirma que “a junção do social e do psicológico cessa de ser um mistério se admitirmos que indivíduo e sociedade apenas se distinguem pela abstração que se opera na elaboração de modelos teóricos” e que “é preciso ter em mente que a ação humana é essencialmente una, incluindo em seu bojo atributos sociais e biológicos que a constituem” (p. 16). A necessidade de *articulação* entre as várias ciências sociais é, às vezes, entendida como a busca por uma ciência do social, a busca de “um conceito comum a todas essas ciências [...] uma tentativa de unificar as disciplinas enumeradas” (KOLB, 1987, p. 184), e deve ser distinguida da busca por *intercâmbio*, no qual as ciências sociais permanecem como campos separados do conhecimento e que prevaleceu em certo momento da história (KOLB, 1987, p. 186). O esforço característico da psicologia social não se define por seus temas, que, segundo Farr (2001), Wundt já entendia como coincidentes com os de outras ciências sociais:

No início da era moderna da psicologia social, os objetos de estudo da *Völkerpsychologie* de Wundt, isto é, a língua, a religião, os costumes, o mito, a magia e fenômenos similares era, em geral, pensados como sendo objetos de estudo de outras ciências, como a linguística, a sociologia e a antropologia (FARR, 2001, p. 56).

Esta necessidade de articulação entre as diversas áreas do conhecimento aparece claramente em um manual de psicologia social como o de Asch (1972). Mas os termos que ele utiliza talvez não sejam os melhores:

o indivíduo é o ponto de interseção de quase tudo que influi na esfera social. Podemos, por conveniência, dividir nosso interesse e concentrar-nos numa fase determinada do processo social – a econômica, a política ou a religiosa. Mas estas fases são apenas aspectos dos homens (p. 12).

Talvez esses termos se expliquem por sua concepção, segundo a qual a psicologia “ocupa, no estudo do homem, uma posição ímpar e de comando [...] o que a física é para as ciências naturais, a psicologia é para as ciências humanas” (ASCH, 1972, p. 12). Sendo a psicologia a ciência do indivíduo, e sendo esta a responsável última pela articulação entre as ciências humanas, o ponto em que elas se articulam deve ser o indivíduo. Mas a forma como ele entende a palavra “indivíduo” parece excessivamente ampla, considerando sua etimologia, e, conseqüentemente, inadequada para expressar o objeto resultante da síntese das diversas ciências humanas e sociais – a ciência que estuda o indivíduo não pode ser responsável por esta articulação.

Se buscamos o objeto concreto resultante das várias ciências humanas, entendendo o concreto, aqui, da mesma forma que Marx (1987):

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (p. 16).

Devemos buscá-lo em uma área do conhecimento que não seja uma das diversas ciências sociais, mas que seja o campo em que elas se articulam. Os trabalhos que buscam tal articulação devem ter caráter interdisciplinar, muitas vezes, ensaístico, refletindo o fato de que este esforço é sempre a síntese parcial, inacabada, do conjunto das disciplinas que os alimentam. Novamente, Lucia Coelho (2007) o diz claramente: todo estudioso do comportamento humano busca compreender como se articulam os valores coletivos e “os processos psicológicos atuantes em cada ser humano concreto” (p. 7). Além disso, ela segue: “o principal interesse desse livro [*Estrutura social e dinâmica psicológica*] decorre, sobretudo, do fato de ele focalizar suas exposições e comentários críticos nas encruzilhadas entre diferentes áreas do conhecimento” (COELHO, L., 2007, p. 7). Com as ressalvas já feitas ao termo “psicologia”, o desafio é apresentado por Asch (1972, p. 12): “a tarefa nuclear da psicologia humana é formular uma *teoria do homem* fundamentada na observação direta e no estudo da ação e da experiência humanas, na sua relação com o meio físico e social” e que aparecerá “como fundamento de todas as disciplinas sociais” (p. 12). Este esforço, sem anacronismos, recebeu de Wundt o nome de *psicologia dos povos* e, em seguida, de psicologia social. Isso é o que se pode depreender da análise de Farr (2001). Segundo ele, para Wundt, a psicologia era apenas em parte, um ramo das ciências naturais (FARR, 2001, p. 40) e a mente, em suas manifestações externas, de caráter cultural, era em parte um objeto das ciências sociais (FARR, 2001, p. 42):

Os processos generativos implicados na produção de fenômenos mentais coletivos, tais como a linguagem, são interacionais e, conseqüentemente, sociais [...] Um [projeto] – a psicologia social – não podia ser reduzido ao outro – psicologia fisiológica. Um se referia à comunidade de pessoas (um *volk* – povo), enquanto o outro se referia ao indivíduo (Farr, 2001, p. 46).

Por isso, a psicologia social merece ser considerada uma subárea da psicologia tanto quanto de qualquer outra ciência social ou humana.

A relação entre psicologia social e história, conseqüentemente, tem caráter logicamente necessário se, concordando com os pressupostos apresentados por Dilthey em 1883 para o projeto de uma ciência social, entendermos que “a disciplina central desse projeto era a história, e a mente humana era concebida em termos históricos” (FARR, 2001, p. 43). Wundt também parece ter, segundo Farr (2001), extraído de sua psicologia dos povos a conseqüência de que “a mente, nesse contexto, é [...] claramente um fenômeno histórico” (FARR, 2001, p. 46). Partindo desta concepção, causa estranheza a comoção gerada por um trabalho como o de Gergen (2008), que defende que a psicologia social é uma área do conhecimento diretamente relacionada à história, e uma explicação plausível é apresentada por Gouveia (2015), para quem o trabalho “teve repercussão por ter sido publicado no periódico mais importante da área: *Journal of Personality and Social Psychology*” (p. 492).

Uma conseqüência dessas características da psicologia social é o fato de que ela aparece como uma área central e marginal, forte e fraca, onipresente e esquecida. É, por assim dizer, uma não disciplina, a caixa de vácuo das ciências humanas e sociais. Por isso é tão elogiada e tão deplorada, tão importante e tão desprezada. Localiza-se numa espécie de “campo minado” (DE QUEIROZ JR., 2007), sempre sob suspeição: “livre de intolerância ou desconfiança em relação à psicologia, [Ruy Coelho] reconhece as contribuições das grandes correntes psicológicas...” (DE QUEIROZ JR., 2007). Como bem notam Tassara e Ardans (2007), Florestan Fernandes aponta-o claramente:

A psicologia social constitui uma matéria híbrida situada num ponto de confluência da psicologia, da sociologia e da antropologia. Embora ela seja fundamental para cada uma destas ciências, a problemática específica da sociologia se define além e acima desse campo híbrido, marginal e necessariamente interdisciplinar (FERNANDES, 1975, p. XI).

Seu objetivo deve ser o de buscar as sínteses possíveis em cada momento entre as diversas disciplinas humanas e sociais. Por isso, jamais cessamos de nos perguntar por seu objeto e jamais conseguimos responder adequadamente a esta pergunta.

A existência da psicologia social justifica-se por alimentar e alimentar-se de todas essas disciplinas. Sob a perspectiva de uma crítica social do conhecimento, as diversas disciplinas científicas que estudam o ser humano podem bem expressar a cisão real de seu objeto num momento em que o capital, e não a humanidade, é sujeito da história. Também expressam uma condição na qual as diversas esferas sociais da cultura, da economia, do direito, da privacidade, encontram-se cindidas e autonomizadas, do que bem servem de exemplo tanto a discussão de Marcuse (1973, p. 144) sobre a separação entre ética e epistemologia quanto a discussão de Giddens (1991a, p. 39)”title”: “As consequ\u00eancias da modernidade”, “type”: “book”), “locator” : “39”, “suppress-author”: 1, “uris”: [“http://www.mendeley.com/documents/?uuid=a2b0fa47-b9c8-43b3-ab37-99809c6ec958”]]], “mendeley”: {“formattedCitation”: “(1991a, p. 39 sobre o caráter reflexivo da modernidade. Significa que a síntese dessas várias ciências, sendo possível apenas no momento em que tais esferas articularem-se na vida social real, tem algo de utópico. Convém frisar: uma psicologia social, no sentido aqui defendido, só será possível quando – e se – o projeto iluminista da emancipação por meio da razão se realizar. Talvez por isso o objeto concreto fruto desta síntese não deva, ainda, apresentar um nome reconhecível.

Referências

- ADORNO, T. W. Sobre sujeito e objeto. In: ADORNO, T. W. (Ed.). *Palavras e sinais: modelos críticos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 62-75.
- ASCH, S. E. *Psicologia social*. Dante Moreira Leite e Mirian Moreira Leite, Trans. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1972. Disponível em: <<http://www.amazon.com/dp/B001IKWLW6>>. Acesso em:
- COELHO, L. Prefácio. In: *Estrutura social e dinâmica psicológica*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 7-20.
- COELHO, R. *Estrutura social e dinâmica psicológica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DE QUEIROZ JR., T. Contracapa. In: *Estrutura social e dinâmica psicológica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FARR, R. M. (2001). *As raízes da psicologia social moderna (1872-1954)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FECHNER, G. *Elements of psychophysics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

- FERNANDES, F. *Comunidade e sociedade no Brasil*. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- FROMM, E. *O medo à liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GERGEN, K. J. A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 475-484, 2008. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300018>>. Acesso em:
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. 5. ed. São Paulo: UNESP, 1991a.
- _____. *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Stanford Calif.: Stanford University Press, 1991b.
- GOUVEIA, V. V. Psicologia social como ciência e prática: o que pensam pesquisadores brasileiros? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, n. 4, p. 491-500, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/0102-37722015042306491500>>. Acesso em:
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (Ed.). *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- KOLB, W. L. Ciências Sociais. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 184-6.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARX, K. Introdução [à crítica da economia política]. In: GIANNOTTI, J. A. (Ed.). *Marx*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 3-25. (v. I).
- MYERS, D. *Psicologia social*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- SKINNER, B. F. Behaviorism at Fifty: The rapid growth of a scientific analysis of behavior calls for a restatement of the philosophy of psychology. *Science*, v. 140, n. 3570, p. 951-958, 1963. Disponível em: <<http://doi.org/10.1126/science.140.3570.951>>. Acesso em:
- TASSARA, E. T. de O.; ARDANS, O. A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social. *Revista Psicologia*

Política, v. 7, n. 14, 0, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200008&nrm=iso>. Acesso em:

VELHO, O. G. Indivíduo. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 591.

O psíquico e o social: releituras e reflexões em busca de uma reconstrução do sentido¹

Sandra Maria Patrício Ribeiro

“Sempre busquei e busco e continuarei buscando aquilo que denomino o Fenômeno Total, ou seja, o Todo da consciência, das relações, das condições, das possibilidades, das impossibilidades...” (VALÉRY, P.)²

Este ensaio assume como ponto de partida a definição largamente aceita da psicologia social como campo disciplinar que tem por objeto a *interação humana*. O conceito de interação, oriundo da física, indica a influência mútua ou recíproca entre dois ou mais sistemas. No campo da psicologia social, o conceito de interação geralmente se aplica às relações interpessoais, intragrupais e intergrupais, sendo cada um dos indivíduos e/ou grupos envolvidos considerados como um sistema, cuja natureza híbrida conjugaria aspectos psicológicos e sociológicos. É neste sentido que o termo “psicossocial” vem sendo utilizado em diversos setores (saúde, educação, assistência social etc.) para expressar a conjugação de fatores psíquicos e sociais influentes no comportamento humano, individual ou coletivo. Ainda mais frequentemente, a própria expressão “fatores psicossociais” vem sendo utilizada para afirmar a existência não apenas de uma possível relação entre o social e o psíquico, mas também que se trataria de uma relação linear e unidirecional, na qual o psíquico seria “afetado” pelo social. Veja-se, por exemplo, a nota explicativa para o termo “fatores psicossociais” na terminologia da Biblioteca Virtual em Saúde, referida ao Dicionário de psicologia APA (2010):

FATORES PSICOSSOCIAIS. Fenômenos e influências sociais, culturais e ambientais que afetam a saúde mental e o comportamento do indivíduo e

1 O presente texto recupera a comunicação proferida na mesa redonda *Psicologia social e ambiente*, no bojo do primeiro Simpósio do PST: *A questão psico-social: significações do hifen*, ocorrido em 30 de novembro de 2015.

2 Paul Valéry (*Cahiers*, XII, p. 722) apud Ítalo Calvino, 1990 (p. 132).

de grupos. Essas influências incluem situações, relacionamentos e pressões sociais, como competição por acesso e educação, tratamento de saúde e outros recursos sociais, mudança tecnológica rápida; prazos de trabalho; e mudanças nos papéis e posições de mulheres e grupos minoritários.

Ora, as relações entre o social e o psíquico estão longe de estarem bem demonstradas, e o está menos ainda que sejam relações do tipo linear que o enunciado denota e conota – afinal, o que se entende por “afetar”? No texto, o emprego do verbo parece referir a um de seus sentidos latos, que é a ação de atingir e causar lesão. Assim, o enunciado sugeriria uma relação de causalidade local, na qual o social seria a causa e o psíquico, seu efeito, com conotações redutoras e deterministas tão evidentes quanto questionáveis. Mas as questões colocadas pelo enunciado que aqui se pretende discutir são outras, as mais singelas, mas também as principais e mais graves: o que é o “psíquico”? O que é o “social”? Se levadas a sério, talvez estas perguntas não admitam respostas e, de qualquer modo, não admitem respostas triviais. Seria preciso repisar as afirmações de que tal questionamento, aliás, atravessa os séculos da história do pensamento ocidental, senão de todo o pensar? Repisemos apenas aquela com que Maurice Reuchlin (1965) inicia seu livro introdutório à história da psicologia: “se a psicologia ainda fosse aquele ramo da filosofia consagrado ao estudo da ‘alma’, sua história começaria com os primeiros sinais do pensamento humano” (p. 7).

Logo, em vez de buscar apressadamente uma resposta, o melhor é manter uma atitude de abertura ao pensar. Sobretudo, é preciso cautela para que o pensamento não seja tragado pelas seduções e sequestros que, diuturnamente e a cada dia mais vigorosamente, ameaçam desencaminhar todo o conhecimento para fins, em última análise, imediatistas e utilitários – não importando, aqui, se estes fins possam ser revestidos por uma roupagem ideológica de aparência mais ou menos benigna.

Mas, para instalar a necessária abertura do pensar é preciso, antes, afastar, ou pelo menos relativizar, ideias hoje comumente aceitas, que têm como efeito o velamento ou a distorção das perguntas sobre o “psíquico” e o “social”. Uma consideração a afastar definitivamente é que o “psíquico” equivale ao objeto de estudo da psicologia e, similarmente, o “social” equivale ao objeto de estudo da sociologia – portanto, caberia a estas duas disciplinas oferecerem as respostas buscadas e, neste caso, o “psíquico” seria as funções mentais e comportamentais (gerais e diferenciais) e o sentido vivido por indivíduos singulares, enquanto o “social” seria as estruturas institucionais e regulações coletivas, as determinações e significados sociais dos comportamentos. Tais considerações devem ser afastadas porque não nos fazem avançar um passo sequer; no caso do “psíquico”, apenas substituímos a misteriosa palavra “psique”, plena de simbolismos e ressonâncias míticas e históricas, por “mente”, “comportamento”, “sentido vivido” – de todo modo, ainda pre-

cisamos perguntar o que são, em que consistem, como se originam, desenvolvem-se e funcionam, que papel jogam entre si e nas relações humanas e, sobretudo, se esgotam ou não o campo antes recoberto pela palavra “psique”... Evidentemente, estas são perguntas que desafiam a pensar muito além da psicologia e, *mutatis mutandis*, isso se aplica ao caso do “social”.

A abertura ao pensar exige, também, uma relativização dos pensamentos já estabelecidos, o que implica, necessariamente, uma revisão destes pensamentos. Esta revisão, porém, não é tarefa a ser executada nos limites deste texto; aqui, pretendo apenas sugerir uma releitura “ingênua” de três textos em psicologia social. Estou plenamente cônica de que a “ingenuidade” tem sido, com razão, um qualificativo ruim para a psicologia e para a psicologia social, sinônimo de uma atitude acrítica; mas eu a utilizo em outro sentido. A ingenuidade pode ser entendida, também, como a condição fundamental de todo aprender, e seu reconhecimento, a condição fundamental de todo ensinar; neste sentido, uma postura ingênua pode, paradoxalmente, sustentar uma atitude crítica profunda e genuína. Assim, as próximas páginas consistem em releituras ingenuamente críticas de textos escritos por três reconhecidos mestres da psicologia social: José Bleger, Jean Maisonneuve e Frederic Munné, buscando reencontrar neles sendas abertas em direção ao sentido dos termos “psíquico” e “social” que não foram ainda suficientemente exploradas.

Em seu livro *Psicologia da conduta*, Bleger (1984) teve a declarada intenção de apresentar uma “espécie de plano ou projeto de uma psicologia geral da conduta” capaz de conferir coerência e unidade à psicologia e, inobstante ela ter, ainda hoje, a mesma “aparência de uma verdadeira dispersão, sem ordem, sem nexos, sem sentido, sem comunicação” (p. 11) que o incomodava décadas atrás, sua contribuição não foi inócua e suas teses foram incorporadas, às vezes de modo implícito e até inadvertido, em muitos setores da psicologia social latino-americana. Daí que seja válido o esforço no sentido de distinguir, dentre suas proposições quanto ao sentido do “psíquico” e do “social”, aquelas que favorecem seu esclarecimento daquelas que favorecem seu obscurecimento. O livro foi publicado pela primeira vez em 1963 e reeditado vinte anos depois pela Editorial Paidós de Buenos Aires (no ano seguinte, uma tradução de Emília de Oliveira Diehl e Mario Fleig foi publicada no Brasil pela Editora Artes Médicas de Porto Alegre); nesta segunda edição, incorpora-se ao livro um apêndice, no qual figura um novo capítulo (“Psicologia e níveis de integração”). Em notas de rodapé no prólogo (p. 11) e no apêndice (p. 206), o autor informa que esse novo capítulo data, de fato, de 1964, e que modifica o tratamento dado ao assunto no capítulo correspondente no corpo principal do livro (capítulo seis, “Níveis de integração da conduta”, que consta essencialmente inalterado mesmo na reedição). Estas notas do autor justificam, portanto, que os dois textos sejam tomados conjuntamente.

No texto de 1963, Bleger postula cinco níveis de integração para a conduta humana: físico-químico, biológico, social, psicológico e axiológico. A compreensão do autor sobre estes “níveis de integração” é dada na passagem:

Entende-se por integração um desenvolvimento no qual há um progressivo e crescente aperfeiçoamento e complexidade na organização, na estrutura e na função, e essa progressiva complexidade e aperfeiçoamento cumprem-se por etapas, planos ou níveis. Em cada um desses níveis, a crescente diferenciação, complexidade e aperfeiçoamento da organização funcional coincidem com o aparecimento ou surgimento de novas qualidades ou características que não existiam nos níveis precedentes (p. 61).

Há uma evidente estratificação hierarquizada destes níveis, indicada tanto pelas figuras que ilustram o capítulo, quanto por diversas passagens do texto. Nesta estratificação, os níveis físico-químico e biológico são consistentemente apontados como sendo, no caso humano, superados pelo nível psicológico; já o nível social ora apresenta-se como distinto e “precedente” ao psicológico (como na passagem citada a seguir e na Figura 15.2), ora como compondo-se a este (como na Figura 15.1). Em suas próprias palavras:

[o nível psicológico de integração] é o nível funcional que corresponde ao ser humano e é o que alcança o grau maior de integração de todos os níveis de organização existentes, não só no homem como também na natureza e entre os seres vivos. Toda conduta do ser humano manifesta-se sempre no nível psicológico de integração, quer dizer, que tem os caracteres que correspondem à qualidade de acontecimento humano, contendo e sintetizando, por sua vez, os níveis biológico e social (BLEGER, 1963, p. 65).

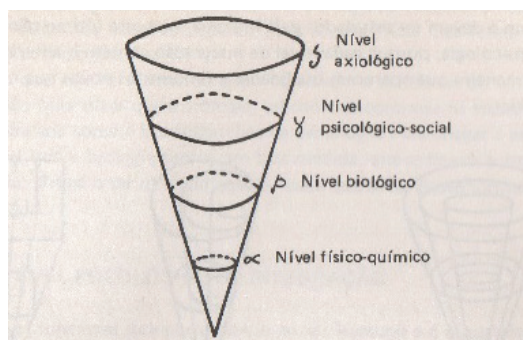


Figura 15.1 Reprodução da figura 15, que apresenta a primeira formulação de José Bleger dos níveis de integração.

Fonte: BLEGER, José. **Psicologia da Conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. p. 63.

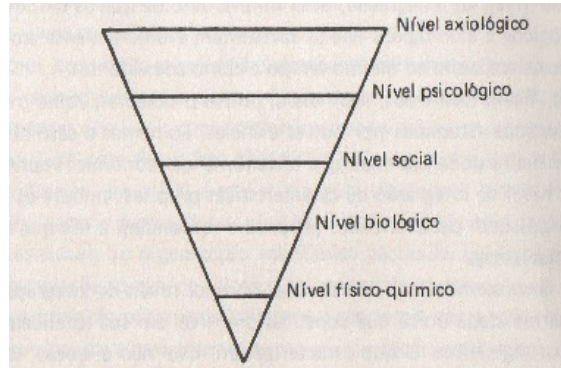


Figura 15.2 Reprodução da figura 27, que, no apêndice do livro, apresenta-se como uma recuperação da primeira formulação de José Bleger dos níveis de integração, para a corrigir (mas, note-se, não é idêntica à Figura 15.1).

Fonte: BLEGER, José. **Psicologia da Conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. p. 207.

A modificação deste primeiro modelo dos níveis de integração da conduta humana apresentada no apêndice de 1984 (mas que teria sido formulada já no ano seguinte à publicação do livro) causa alguma perplexidade. Primeiro, porque se trata de uma reformulação drástica, realizada em relativamente muito pouco tempo; segundo, porque, em vez de reformular o capítulo publicado inicialmente, o autor prefere compor um capítulo inteiramente novo e fazê-lo publicar como apêndice, sem suprimir a versão original – esta circunstância sempre me fez suspeitar que o próprio Bleger jamais esteve plenamente convicto que sua primeira formulação era tão simplista, inadequada e errônea quanto ele próprio diz em seu apêndice (p. 207).

Neste novo texto, Bleger apresenta sua concepção de “nível de integração” como “uma organização particular que abarca um conjunto de objetivos e fenômenos, constituindo uma unidade que responde às leis particulares que lhe são inerentes e específicas”, e prossegue: “Nesse sentido, o ser humano apresenta, evidentemente, uma organização e uma unidade muito particulares, que nos permitem admitir *um nível de integração especificamente humano*” (1984, p. 206, grifo do autor).

A reformulação expressa-se em duas teses: a primeira delas é que “os fenômenos psicológicos, sociológicos e axiológicos não constituem três níveis diferentes e sim uma segmentação da vida humana em três parcelas que logo necessitamos reunir, integrar ou sintetizar” (p. 208); a segunda é que os “fenômenos estudados pela psicologia, sociologia e axiologia correspondem a um mesmo nível que podemos chamar de nível humano de integração” (BLEGER, 1984, p. 208). Outra tese que emerge do texto, embora não seja explicitada como tal pelo autor, é que este “nível humano” estaria constituído por segmentos – ou “subestruturas” – correspondentes aos fenômenos econômicos, psicológicos, sociais, jurídicos e biológicos, como se representa na Figura 15.3:

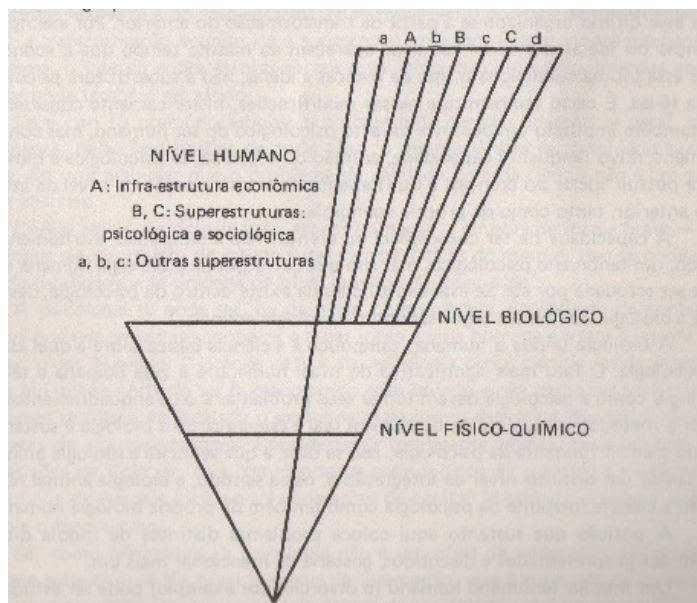


Figura 15.3 Reprodução da figura 28, que apresenta a segunda formulação de José Bleger dos níveis de integração.

Fonte: BLEGER, José. **Psicologia da Conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. p. 211.

Bleger salienta dois aspectos deste modelo, que cumpre comentar. Primeiro, nesta nova formulação, a “fratura” que demarcaria o nível biológico e o nível humano, já indicada no primeiro modelo, é radicalizada ao extremo; tal fratura estaria dada, segundo o autor, pelo *aparecimento do homem como ser social*: “a vida humana introduz uma verdadeira *fratura* na evolução (embora essa evolução tenha se cumprido também gradualmente) e essa fratura está dada pelo aparecimento do homem como ser social” (1984, p. 211, grifo do autor).

A partir desta suposta fratura, Bleger defende que seria necessário distinguir o nível de integração “biológico” (campo da biologia e da “psicologia animal”, que, nesta perspectiva, em nada contribuem para os estudos do homem) de possíveis ciências ainda não criadas, as quais deveriam se ocupar dos aspectos biológicos do ser humano, mas em seu específico nível de integração – nomeadamente, uma “biologia humana” e uma “medicina humana”, que viriam a ocupar um lugar entre as demais subestruturas do “nível humano”.

Deve-se notar que a suposta fratura evolutiva, insistentemente defendida por Bleger, é uma tese extremamente controversa. Em favor da brevidade, é preciso omitir a exposição dos argumentos que sustentariam a tese contrária, provindos da etologia, da paleoantropologia etc., e tão somente apontar que, primeiro, na escala evolutiva, a emergência da sociabilidade é muito anterior ao aparecimento do ser humano; segundo, que se houvesse, de fato, uma “fra-

tura” absoluta e intransponível entre os níveis biológico (para nem falar do físico-químico, base de toda a farmacologia) e humano, não se poderia esperar que avanços em campos como, por exemplo, a neurobiologia (boa parte deles propiciados a partir de estudos realizados com animais não-humanos) pudessem vir a contribuir para a compreensão de fenômenos como a linguagem, o aprendizado e a memória (entre outros). No entanto, isto é o que se verificou ao longo de todo o último século, desde os trabalhos pioneiros de localização cortical das funções mentais superiores, como a linguagem e a memória, e sobretudo em seu último quartel, com o desenvolvimento de técnicas não invasivas de imageamento em tempo real do funcionamento cerebral, como a tomografia por emissão de pósitrons (PET), que vêm propiciando indícios diretos do funcionamento cerebral subjacente ao comportamento. Estes estudos exerceram um poderoso impulso para a elaboração de hipóteses e o desenvolvimento de procedimentos de pesquisa cada vez mais refinados, relativos aos processos neuronais e sinápticos (e até genéticos) implicados nas condutas normais e patológicas.³ Portanto, mesmo sendo verdadeiro que “o ser humano apresenta, evidentemente, uma organização e uma unidade muito particulares, que nos permitem admitir *um nível de integração especificamente humano*” (1984, p. 206, grifo do autor), isto não basta para sustentar a defesa de um “nível de integração especificamente humano”, introdutor de uma “uma verdadeira *fratura* na evolução”.

O segundo aspecto salientado por Bleger que cumpre retomar é o papel determinante da economia sobre os fenômenos próprios das demais subestruturas do nível humano – papel este que estaria adequadamente qualificado pela “relação admitida entre infra-estruturas e superestruturas”:

Quando um movimento revolucionário modifica a estrutura econômica de uma sociedade, modificam-se as superestruturas e isso significa que, como subestrutura, a economia tem, no sistema total, um valor de tal magnitude que nos permite modificar – partindo dele – as características de *todo* o nível humano em seu conjunto e em todas as suas manifestações (1984, p. 209, grifo do autor).

Novamente, Bleger toma como assentes as teses que ele próprio admite – no caso, a tese marxista de que a infra-estrutura econômica determinaria a superestrutura social. Também aqui, em vez de uma explicitação dos seus pressupostos e a indicação dos fatos conhecidos que os corroboram, toda a argumentação an-

3 Uma ampla revisão destes avanços é apresentada em KANDEL; SCHWARTZ; JESSELL (1997).

cora-se na fórmula “*Sabemos* que, nesse nível de integração constituído pela vida humana, nossa organização econômica joga um papel fundamental na determinação de outros fenômenos do mesmo nível, tais como os fenômenos psicológicos, sociais etc.” (1984, p. 209, grifo nosso)

Note-se que sobre tais operações, digamos, retóricas, ancoram-se as afirmações sobre a existência de um “nível de integração especificamente humano” e sobre o “papel fundamental” (determinante) exercido pela economia em relação às demais subestruturas deste mesmo nível – afora afirmações que atribuem à “alienação” econômica e social a causação de todos os equívocos científicos (por exemplo, 1984, p. 209) e a algo como a “participação”, a superação de todos os obstáculos ao conhecimento, bem como de todas as mazelas da humanidade (1984, p. 210). Ademais, é preciso notar que, sobre os frágeis alicerces retóricos apontados anteriormente, vem se sobrepôr uma hierarquização que confere ao “psicológico” e ao “social” um papel de algum modo “mais básicos” ou “mais significativos” (1984, p. 211) que o de outras subestruturas (“superestruturas”) admitidas no nível humano, como a biológica (no sentido de “biologia humana”) e a jurídica (vide Figura 15.3, anteriormente).

Na defesa do texto de Bleger, podemos sempre destacar que, já em seu segundo parágrafo, ele próprio assume expressamente a aceitação de “uma quantidade de pressupostos que não desenvolverei aqui” e que não pretende “uma exposição rigorosa e sim a reflexão sobre esses problemas” (1984, p. 206); por isso mesmo, não parece impertinente que o tenhamos tomado como objeto de crítica, se com isto pudermos reencontrar nele a inspiração para uma *reabertura do pensamento*. E é nesta direção que vale destacar uma passagem com implicações epistemológicas particularmente instigantes:

Quando estudamos o ser humano, no nível de integração que ele possui, temos a rigor que estudar a vida humana; e essa proposição é válida, seja que a estudemos no indivíduo, no grupo, na instituição ou na comunidade, quer dizer, nos distintos âmbitos da vida humana ou em distintos campos (escola, fábrica, família, etc.) (BLEGER, 1984, p. 207, grifo nosso).

Esta passagem, que li pela primeira vez nos tempos do bacharelado, nunca deixou de inspirar minhas buscas, inclusive me levou a explorar campos muito distantes daqueles habitados pelo próprio Bleger – e não é esta a função primordial de um mestre? Por isto mesmo, esta releitura, se aponta os pressupostos reducionistas adotados por Bleger, sobretudo no referido apêndice, pretende muito mais destacar seu esforço sincero para apreender de modo sistemático a “totalidade e unidade concreta” da vida humana, evidenciado na conceituação inicial dos

“níveis de integração da conduta” – esta é uma diretriz que cabe sempre retomar em psicologia social.⁴

Este esforço, embora fundamentado em outros pressupostos, também se patenteia num texto bastante conhecido de Jean Maisonneuve (1977), no qual a psicologia social (ou psicossociologia, com o mesmo sentido) apresenta-se como o campo de conhecimento incumbido de investigar exaustivamente a interação dos processos sociais e psíquicos no nível das condutas concretas e a interação das pessoas e dos grupos no quadro da vida cotidiana, bem como promover a junção entre o aprobe objetivo e o do sentido vivido no nível do(s) agente(s) em situação (p. 5). Esta imagem de uma *ciência charneira*, a ciência da “encruzilhada” entre psicologia e sociologia, é enfatizada pelo autor:

É com efeito (e nisso insistimos), esse cuidado de concretude e de exaustividade que caracteriza a psicossociologia e seu papel de charneira: pois a sociologia, reduzida a si mesma, se limita ao jogo das estruturas institucionais e das regulações coletivas. Assim também, o aprobe puramente psicológico se aplica a ‘funções mentais’ encaradas em sua generalidade, ou sob seus aspectos diferenciais. Nem um nem outro está em condições de assumir integralmente a descrição e a interpretação de uma conduta em situação, seja porque esta é estudada sem personalizar os sujeitos, seja porque se estudam os sujeitos sem situar-lhes suficientemente as condutas (MAISONNEUVE, 1977, p. 5-6).

O autor é bastante claro ao apontar as “tendências imperialistas e redutoras manifestadas tanto pelos psicólogos como pelos sociólogos” (p. 7 e seguintes), as quais engendrariam concepções dicotômicas da realidade humana. A superação destas tendências redutoras dependeria, basicamente, da mediação feita pela psicologia social, em seu cuidado de concretude e exaustividade.

Maisonneuve, aliás, prima pela amplitude com que expõe as relações da psicologia social com alguns ramos da sociologia (nomeadamente a etnologia) e da psicologia (nomeadamente, com as abordagens psicanalíticas e fenomenológicas) – em cada um destes ramos, esquadrinha os matizes mais ou menos culturalistas ou naturalistas e neles sublinha as contribuições que podem oferecer à tarefa da psicologia social. Neste trabalho, por diversas vezes, Maisonneuve chega a tan-

4 Diga-se de passagem: na perspectiva de uma reabertura ao pensar, talvez a própria ideia de um “nível especificamente humano de integração” pudesse ser retomada com base em outros pressupostos – mesmo que a ideia em si não se sustentasse, outros *insights* poderiam advir disto. Aliás, a mudança brusca do ponto de vista de Bleger seria, em si, uma questão de pesquisa muito pertinente do ponto de vista da história da psicologia social latino-americana...

genciar aspectos implicados nas condutas concretas que extrapolam os objetos classicamente estudados pela psicologia ou pela sociologia, sem que isto chegue a se converter numa ultrapassagem radical deste conflituoso campo – até ao contrário, todo o seu texto assume a quase suficiência dos conhecimentos produzidos por estas duas disciplinas, ressaltando-se a necessidade de articulá-los entre si, função a ser cumprida pela psicologia social.

Assim, mesmo que o modifique um pouco, Maisonneuve não chega a alterar radicalmente a espécie de “Tratado de Tordesilhas” celebrado entre psicologia e sociologia em relação ao estudo das condutas humanas. Mas este tratado reflete clivagens bem mais antigas – natureza-cultura, ética-política, indivíduo-sociedade etc. –, que deram os primeiros contornos da psicologia e da sociologia e, também, quase ao mesmo tempo, define o campo da psicologia social como apenso à primeira.

Mas a aludida clivagem natureza-cultura terá um desdobramento muito significativo, por volta dos anos 1930, no campo da psicologia: o embate entre teses instintualistas (que também poderíamos chamar “naturalistas”) *versus* teses ambientalistas (que, por sua vez, desdobram-se em muitas versões). Em áreas como a psicologia do desenvolvimento, este embate contribuiu para avanços, tanto do ponto de vista teórico como metodológico. No caso da psicologia social, ao contrário, conduziu à exclusão das teses naturalistas. Este resultado implicou o esmaecimento da conotação sobretudo psicológica da psicologia social; por outro lado, a perspectiva ambientalista tendia a borrar sua diferença em relação à sociologia, impondo a necessidade (sobretudo “institucional”) de uma nova configuração de suas fronteiras. Um quadro matizado desta situação é oferecido por Tassara (2006, p. 7-8):

Neste período [ao redor dos anos 1930] se iniciaram tentativas, muitas vezes não convincentes, de diferenciação entre o objeto da psicologia social em relação ao da sociologia; um certo consenso se estabeleceu na formulação de que, de um lado, o contexto coletivo constituía-se em objeto de estudo de ambas, mas, de outro, a sociologia se interessaria exclusivamente pelo significado social e as determinações sociais dos comportamentos, enquanto que a psicologia social os examinaria como expressões vividas pelos indivíduos singulares. Essa diferenciação foi depois sempre perdendo incisividade, dado que a psicologia social passou a assumir cada vez mais objetos de estudo tradicionais da sociologia (como a comunicação de massas) e, de outra parte, pela emergência da micro-sociologia, a qual passou a enfrentar temáticas relacionadas às relações inter-pessoais (por exemplo, como na obra de Goffman).

Muitos outros autores que comentam este período referem-no como um período de crise e falam na “derrota” das teses instintualísticas (por exemplo, MUNNÉ,

2008, p. 29 e seguintes). Podemos encontrar ainda em Tassara (2006, p. 3) uma citação de Koselleck feita por ela como um parêntese, lembrando-nos que:

A palavra *kritik*, crítica (em francês *critique*; em inglês *criticks*, hoje apenas *criticism*) tem em comum com *krise* (em francês, *crise*; em inglês, *crisis*) a origem grega, de verbo significando: separar, eleger, julgar, decidir, medir, lutar e combater. O emprego grego de *krisis*, *crise* em português, significa em primeiro lugar, separação, luta, mas também decisão, no sentido de uma recusa definitiva, de um veredicto ou juízo em geral, que hoje pertence ao âmbito da crítica.⁵

Parece-me que estas lições – se bem aprendidas – devem nos fazer supor que tudo estaria bem se as teses instintualísticas (ou “naturalistas”) tivessem sido terminantemente refutadas e, assim e por isto, tivessem deixado de ecoar. Todavia, se ainda ecoam em outros campos, deve-se considerar a hipótese que tais teses apenas tenham saído vencidas em um embate que logrou *forcluí-las* da psicologia social instituída desde então. E mais: que até aqui nada autorizaria supor como cientificamente válidos nem as motivações de quaisquer dos contendores, nem os argumentos que empregaram nesta luta.

Ora, ocorre que, para o bem e para o mal, tais teses (sob formas mais ou menos “instintualistas”, “inatistas”, “nativistas” ou “naturalistas”) continuaram alimentando o pensamento e a pesquisa sobre o comportamento social em muitos campos. Evidentemente, não haveria espaço aqui para analisar este e outros “ecos” instintualistas; mas, atendo-nos à psicologia e aos bons desdobramentos, não se pode ignorar, por exemplo, a cuidadosa revisão do conceito de instinto procedida por John Bowlby no bojo de suas investigações sobre o apego conduzidas ainda na década de 1950 e já de há muito difundida por meio da segunda parte do primeiro volume constitutivo da trilogia *Apego e perda* – e desdobrada, por sua vez, em diversos outros estudos teóricos e empíricos sobre as interações humanas (BOWLBY, 2002). Este único exemplo, *de per si*, autoriza – até exige – que se reconsidere atentamente as controvérsias naturalismo *versus* ambientalismo e o tipo de resolução que lhe é dado não apenas pelo comportamentalismo, como também, e sobretudo, pelas mais variadas formas do construcionismo social e pelas psicologias sociais de índole humanista ou marxista.

Esta reconsideração atenta é especialmente importante hoje, quando a popularidade alcançada pela perspectiva construcionista nas ciências humanas tende a ter como efeito a quase dispensa de fundar seus argumentos em evidências empíricas e argumentos válidos. Desnecessário dizer que um “efeito colateral” desta

5 KOSELLECK, R. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999. p. 201-2. apud TASSARA, 2006, p. 3.

popularidade é a aproximação de uma dinâmica da hegemonia, extremamente danosa à correção do pensamento. Cabe ressaltar que o que está em questão aqui não é a correção das teses instintualistas/naturalistas – é a legitimidade de sua exclusão do campo da psicologia social, como frequentemente se tem visto acontecer, muitas vezes sob a justificativa de que as teses naturalistas teriam um “uso ideológico”. Ora, tal argumento é espúrio se consideramos que nunca estaremos isentos, “puros”, de ideologia: não se descure que as teses ambientalistas foram e são, igualmente, usadas com fins ideológicos!

Considerada nesta perspectiva, a exaustividade exigida por Maisonneuve, conquanto represente um avanço para a superação das querelas que sempre opuseram as orientações psicologistas e sociologistas em psicologia social, pode também ser vista como um “esquecimento” que recobriria (ocultando)⁶ a tese naturalista, na medida em que deixa intocada – senão velada – a questão da relação natureza-cultura, desde sempre incrustada no seio destas discussões. Aliás, conquanto se trate de questão que se espria por quase todos os campos do pensamento ocidental/ocidentalizado, é fato notável que seja cada vez menos debatida – em vez do debate, como no caso das querelas psicologistas e sociologistas em psicologia social, aqui também se verifica um insulamento das orientações primariamente possíveis: de um lado, reúnem-se os pensadores naturalistas, de outro, os culturalistas – e entre eles muito pouca conversa é viável. Mas, a despeito deste insulamento, também é fato notável que esta questão segue ganhando sempre novos contornos e importância à medida que avançam a etologia comparada, a psicobiologia e a neurociência. Em suma, caberá dizer que as questões que envolvem as relações natureza – cultura, por mais espinhosas que sejam, são inarredáveis – e cumpre a quem queira pensar seriamente sobre as interações humanas encontrar um ponto de vista adequado para as enfrentar...

Frederic Munné, professor emérito da Universidade de Barcelona e nosso contemporâneo, oferece-nos uma outra imagem da psicologia social – bem mais complexa que aquela oferecida pelo “nível de integração especificamente humano” inteiramente determinado pela economia de Bleger e do que a “encruzilhada” bidimensional de Maisonneuve. Diga-se de passagem, Munné advoga que tanto a investigação como a intervenção sobre o comportamento humano exigiria, ao contrário do que costuma ser advogado sob a égide da “espada de Ockham”, a adoção de conceitos apropriados (sem reducionismos) das chamadas “teorias das complexidades”, cujo fundo epistemológico, segundo ele, diz respeito às chamadas ciências “humanas”, “do comportamento” ou “sociais”, de certo modo até mais profundamente do que às ciências naturais em meio às quais emergiram (para

6 Aqui, as palavras “esquecimento” e “ocultação/ocultamento” são empregadas propositalmente, como referência à análise empreendida por Heidegger (2005) a respeito da palavra *aletheia* e sua contra-essência, em seu estudo sobre Parmênides.

uma exposição mais detalhada de seus argumentos, ver MUNNÉ, 2012). Para este autor, compreender o comportamento social exige recorrer a um modelo integrador das diversas dimensões do comportamento humano enquanto tal, o qual se organizaria em três eixos: indivíduo-sociedade, espaço-temporal e bio-ecológico (MUNNÉ, 2008, p. 142-143). Segundo este modelo, as ciências do comportamento poderiam representar-se em um prisma, cuja descrição verbal nos é dada por Munné nos seguintes termos:

Na base do prisma está a ciência do comportamento animal que chamamos etologia. Através dela, todas e cada uma das ciências do comportamento enraízam-se na biologia (e, em último termo, na genética), representada pelo plano sobre o qual assenta-se o prisma. Sobre a base etológica (na realidade, a dupla base bio-etológica) edificam-se e trabalham a partir de distintos planos de observação, a psicologia, a sociologia e a psicologia social, planos que correspondem respectivamente ao estudo das manifestações uni, trans e interpessoais do comportamento. As três faces frontais e a face superior do prisma representam estes três planos. A antropologia e a história, como eixo espaço-temporal do comportamento, estão representadas, respectivamente, nas faces laterais do prisma, de tal modo que se nele fizermos cortes transversais, obtemos análises intraculturais, e se compararmos estes cortes entre si obtemos análises inter ou transculturais. O prisma é prolongável longitudinalmente, como indicam as flechas e os traços descontínuos da face H, para representar o processo contínuo e sem fim da história. O modelo contém também a dimensão referente às relações do indivíduo com o meio ambiente, objeto de estudo da ecologia. Mas o fator ambiental é muito particular: de certo modo, engloba todos os aspectos anteriores, ou seja, todos os campos são “invadidos” por esta variável. No prisma, o ambiente corresponde, digamos, ao “ar” que preenche seu interior. Talvez não fosse necessário esclarecer que o comportamento não corresponde à soma o ao conjunto das diversas faces do prisma, senão ao volume do mesmo (p. 143).

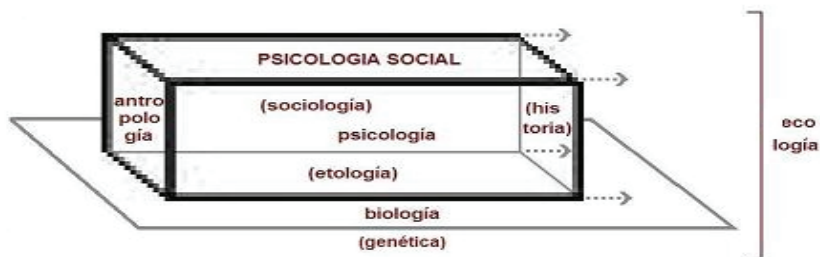


Figura 15.4 O modelo prismático do comportamento humano.

Fonte: Extraído de Munné, F. La psicología social como ciencia teórica. Edição online, p. 142).

A explanação crítica deste modelo, de suas potencialidades e limitações, não caberia nos limites deste texto. Por ora, cabe dizer que, diferentemente do título dado por Munné à figura que o apresenta, penso que seu prisma não deve ser tomado como um modelo do comportamento humano, mas antes como um “mapa” (uma “cartografia”) tridimensional das áreas de estudo do comportamento humano (mesmo que algumas delas não se assumam como “ciências do comportamento”). Caberia também explicitar que emprego a palavra “comportamento” de um modo convergente tanto com a definição de Henri Piéron (1969, p. 84): “Esta velha palavra usada por Pascal, foi reintroduzida na linguagem psicológica por PIÉRON (1907)⁷ como equivalente a behavior (ou Verhalten). Designa as maneiras de ser e agir dos animais e seres humanos, as manifestações objetivas de sua atividade global”; quanto com a de Lagache (apud BLEGER, 1984, p. 25): “o conjunto de operações (fisiológicas, motrizes, verbais, mentais) pelas quais um organismo em situação reduz as tensões que o motivam e realiza suas possibilidades”.

E é assim, como uma “cartografia das ciências do comportamento”, que caberá destacar a proximidade do prisma de Munné em relação ao caráter híbrido, marginal e interdisciplinar da psicologia social, conforme defendem Tassara e Ardans (2008), bem como o fato de conservar tanto a busca pela totalidade e unidade de Bleger quanto a busca pela exaustividade proposta por Maisonneuve. Em acréscimo, o prisma de Munné traz a vantagem de ampliar o reconhecimento das fronteiras e das relações intrínsecas (não meramente adjacentes, como em Maisonneuve) entre a psicologia social, a antropologia e a história, além de incorporar as dimensões bio-etológicas e ecológicas ao quadro compreensivo do comportamento humano.

Neste sentido, esse prisma representa um contributo interessante para estimular debates entre os vários campos de conhecimento nele nomeados e para inspirar uma psicologia social orientada para buscar vislumbrar com maior clareza não apenas as relações mais simples entre o psíquico e o social, mas as complexas relações que vinculam nossa vida interior e nosso comportamento ao nosso meio físico e social imediato e, direta ou indiretamente, à toda a Terra e ao universo. Nesta perspectiva, a questão da significação do hífen em psicossocial perde importância – pode ser vista como apenas um resíduo das insustentáveis clivagens de que tanto a psicologia quanto a sociologia são como que herdeiras, e que cumpre superar.

7 O autor refere-se às suas próprias palavras na abertura de uma série de conferências sobre a evolução do psiquismo, que proferiu entre 1907 e 1908 na Secção de Ciências Naturais da *École Pratique des Hautes Études* (França), as quais foram publicadas em março de 2008 na *Revue du Mois*, p. 291-310 (conforme Dagfal, s. d.).

O movimento da transdisciplinaridade pode carrear para as ciências humanas elementos que promovam tal superação; isto sob a condição de que não nos apressemos. Não caberia aqui uma apresentação deste já não tão novo olhar transdisciplinar; valendo-me da exposição de Nicolescu (1999), indicarei apenas que tem entre seus pressupostos a lógica lupasciana (impropriamente denominada “lógica do terceiro incluído”), a noção de nível de realidade desenvolvida no campo da física quântica (e que, alerta, não deve ser confundida com os “níveis de organização” ou “integração” definidos nas abordagens sistêmicas) e o chamado “paradigma da complexidade”, já antes mencionado. O que é preciso enfatizar é que o olhar transdisciplinar não corresponde nem a objetos nem a métodos de pesquisa específicos, não prescinde do rigoroso trabalho propriamente disciplinar nem dos exaustivos esforços interdisciplinares – ao contrário, exige-os; mas, ao mesmo tempo, impulsiona também a uma ultrapassagem destes objetos e métodos disciplinares.

*À guisa de conclusão, penso que vale a ilustração da potência do olhar transdisciplinar mediante a referência aos estudos sobre o imaginário e a paisagem.*⁸ Um bom exemplo é a constituição de uma renovada perspectiva para os estudos sobre a imaginação e a vida simbólica, que tem em Gilbert Durand um de seus máximos expoentes. Dentre os conceitos propostos por Durand, merece destaque o de trajeto antropológico, definido como “a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (DURAND, 2002, p. 41); conforme ele próprio esclarece:

Afinal, o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual, reciprocamente, como provou magistralmente Piaget⁹, as representações subjetivas se explicam “pelas acomodações anteriores do sujeito” ao meio objetivo (DURAND, 2002, p. 41).

8 Para um maior detalhamento deste ponto: RIBEIRO, S. M. P. *Preâmbulo: a trajectividade... apud RIBEIRO, S. M. P.; ARAÚJO, A. F. Paisagem, Imaginário e Narratividade: olhares transdisciplinares e novas interrogações da psicologia social.* São Paulo: Zagodoni, 2015. p. 7-14.

9 Durand refere-se ao livro de Jean Piaget, *A formação do símbolo na criança*, publicado no Brasil com tradução de Álvaro Cabral (PIAGET, 1978). Nesta obra (p. 345 e seguintes), Piaget apresenta sua concepção acerca da gênese de todas as formas de pensamento representativo (imitação, jogo simbólico e representação cognitiva) que, segundo ele, desdobram-se solidariamente ao longo do desenvolvimento, posto em marcha pelo funcionamento da estrutura biológica de um organismo que responde às solicitações exógenas em função do equilíbrio progressivo dos dois polos adaptativos, a saber: a assimilação e a acomodação.

E, adiante, acrescenta: “podemos dizer, parafraseando a equação de Lewin¹⁰, que o símbolo é sempre o produto dos imperativos biopsíquicos pelas intimações do meio” (DURAND, 2002, p. 41).

Colocado dessa forma, o trajeto antropológico pode, de forma indistinta, partir tanto da cultura como da natureza (incluído aí o natural psicológico), já que o que existe de essencial da representação e do símbolo se estabelece entre esses aspectos reversíveis da realidade. Importa sublinhar que esta formulação *trajetiva* do imaginário permite compreender, melhor que as abordagens explicativas lineares, o notável poder dos símbolos, de ligarem os elementos mais díspares e até inconciliáveis desde um ponto de vista positivista, e de ultrapassarem as segregações geográficas, sociais, históricas e culturais.

No campo da geografia cultural, por outro lado, esta concepção contribuiu para a elaboração dos conceitos de “mediância” e de “trajeto mesológico”, por Augustin Berque. Tais conceitos buscam esclarecer a ligação do homem ao seu meio físico e social imediato e, direta ou indiretamente, a toda a Terra e ao universo, por meio de dois mo(vi)mentos inseparáveis e complementares que estruturam nossa existência individual e coletiva: “a exteriorização de nossa corporeidade pela técnica e seu repatriamento pelo símbolo” (BERQUE, 2000b, p. 47). Assim, este autor aplica a palavra *trajetividade* para caracterizar a qualidade de coisas cuja realidade depende, ao mesmo tempo, de existência física (ou “objetiva”; “sensível”) e mental (ou “subjativa”; “simbólica”); este seria o caso de tudo quanto compõe o mundo humano. Esta definição *trajectiva* da paisagem a recomenda como categoria mais acertada para pensar a experiência humana do lugar do que podem ser as categorias “ambiente” ou “território”.¹¹ Desta forma, compreende-se que ele defina a paisagem como “dimensão sensível e simbólica do meio; expressão de uma mediância” (BERQUE, 2000a, p. 48) – ou seja, como expressão do modo singular como uma coletividade humana habita um dado lugar.

Em suma, pode-se dizer que a “paisagem” e o “imaginário” oferecem um enquadramento teórico mais propício à apreensão não reducionista das situações sociais e psíquicas que sustentam as condutas concretas dos homens, contribuindo para a superação das dicotomias “natureza-cultura”, “sujeito-objeto”, “mente-corpo” e “indivíduo-sociedade”, que caracterizam o projeto científico

10 Aqui, Durand faz menção ao livro de Kurt Lewin, *Princípios de psicologia topológica* (LEWIN, 1973). Nesta edição, a formulação da equação parafraseada por Durand encontra-se na página 27 e seguintes (tópico “A representação construtiva da situação”). Resumidamente: “Todo e qualquer evento psicológico depende do estado da pessoa e, ao mesmo tempo, do ambiente [...] Assim, podemos estabelecer a nossa fórmula [...] para todos os eventos psicológicos como $C = f(PA)$ ” – sendo que $C =$ o comportamento ou qualquer evento mental, $P =$ pessoa e $A =$ ambiente.

11 Para um maior detalhamento deste ponto, ver: RIBEIRO; BARTALINI, 2015.

moderno e, ademais, marcam profundamente a emergência e o desenvolvimento da psicologia científica.

Referências

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Dicionário de psicologia APA*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BERQUE, A. *Médiance*. De Millieux em Paysages. 2. ed. Paris: Belin/Reclus, 2000a.
- _____. Raison trajective et dépassement de la modernité – en hommage à Nakamura Yûjirô. In: *Furansu tetsugaku.shisô kenkyû (Revue de philosophie française)*, v. 5, 2000b. p. 29-48.
- BLEGER, J. *Psicología de la conducta*. Buenos Aires: EUDEBA, 1963.
- _____. *Psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BOWLBY, J. *Apego e perda: Apego*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes (Psicologia e pedagogia), 2002 [1969]. (v. 1).
- CALVINO, I. C. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DAGFAL, A. (s. d.). *El concepto de conducta en la psicología francesa contemporánea*. Disponível em: <<http://www.elseminario.com.ar/>>. Acesso em:
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1960].
- HEIDEGGER, M. *Parmênides*. Madrid: Akal, 2005 [1942-1943].
- KANDEL, E. R.; SCHWARTZ, J. H.; JESSELL, T. M. *Fundamentos da neurociência e do comportamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.
- LEWIN, K. *Princípios de psicologia topológica*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.
- MAISONNEUVE, J. A psicossociologia, ciência-charneira e ciência da interação. In: _____. *Introdução à Psicossociologia*. São Paulo: Ed. Nacional: Edusp, 1977.

- MUNNÉ, F. *La psicologia social como ciência teórica*. 2008. Disponível em: <<http://www.portalpsicologia.org/pdfs/2008Munne.pdf>>. Acesso em:
- MUNNÉ, F. A explicação do comportamento humano deve ser o mais simples possível ou o mais complexa possível? In: VICHETTI (RIBEIRO), S. M. P. *Psicologia social e imaginário*. São Paulo: Zagodoni, 2012. p. 27-42.
- NICOLESCU, B. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.
- PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PIÉRON, H. *Dicionário de Psicologia*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969 [1951].
- REUHLIN, M. *História da Psicologia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- RIBEIRO, S. M. P.; BARTALINI, V. Notas para uma conceituação de paisagem. In: TASSARA, E. *Terra, anomia e violência: olhares sobre a atual sociedade capitalista brasileira*. 2015. no prelo.
- _____. *A psicologia social e o enfrentamento da crise ambiental*. Texto apresentado em Prova de Erudição para a obtenção de título de Professora Titular junto ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em 05/05/2006. São Paulo: mimeo, 2006.
- TASSARA, E.; ARDANS, O. A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social. *Psicologia Política*, v. 14, n. 7, 2008. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=95>>. Acesso em:

Leituras políticas de questões de método: o caso da psicologia social¹

Eda Terezinha de Oliveira Tassara

[...] S'ils (les concepts scientifiques) ne sont pas en harmonie avec les autres croyances, les autres opinions, en un mot avec l'ensemble des représentations collectives, ils seront niés; les esprits leurs seront fermés; ils seront par la suite comme s'ils n'étaient pas. Si aujourd'hui, il suffit en général qu'ils portent l'estampille de la science pour rencontrer une sorte de crédit privilégié, s'est que nous avons foi dans la Science (DURKHEIM).²

"Il eut été plus difficile d'étudier, par exemple, une théorie physique sous le même angle, celui de la représentation sociale, en particulier parce qu'il s'agissait d'ouvrir un domaine de recherche" (MOSCOVICI).³

A Escola de Frankfurt, em suas diferentes gerações, tem como objeto prioritário de investigação científica a subjetividade vista como esfera desprovida de

-
- 1 Este ensaio é baseado em Tese de Livre-Docência apresentada pela autora ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em agosto de 2003, intitulada *Conhecimento e poder. A criação científica à luz de relações lógica-linguagem-pensamento*. Foi parcialmente publicado na *Revista Diálogos Possíveis*, v. 12, n. 1, 2013.
 - 2 Tradução livre: "... se (os conceitos científicos) não estão em harmonia com as outras crenças, as outras opiniões, em uma palavra com o conjunto de representações coletivas, eles serão negados; os espíritos lhes estarão fechados; em consequência, eles existirão como se não existissem. Se hoje, em geral, é suficiente que eles tragam a estampilha da ciência para que adquiram uma espécie de crédito privilegiado, é porque temos fé na ciência".
 - 3 Tradução livre: "Seria mais difícil estudar, por exemplo, uma teoria física sob o mesmo ponto de vista, o da representação social, em particular porque se trataria da abertura de um domínio de pesquisa".

autonomia, uma configuração reificada em processo de subjugação pelo domínio da razão técnica, instrumentalizada a serviço do poder. Como movimento político-intelectual, busca, por meio da crítica, a compreensão desta temática para subsidiar a emancipação humana, no contexto do racionalismo ocidental. No entanto, sob tais propósitos, em epígrafe do artigo “Adorno sem ornamentos”, Giannotti (2003) afirma que a “tentativa de santificação da obra do pensador alemão (Adorno) encobre a incapacidade da razão técnica em explicar a violência produzida no mundo contemporâneo pela relação entre poder e conhecimento” (p. 12).

Apontando-se esta última relação como responsável frente à “deformação dos indivíduos pelo cativeiro social moldado pelo aparato da auto-conservação” (MUSSE, 2003 p. 11), decorre que, para enfrentá-la, tal crítica deve, necessariamente, introduzir-se no âmago da criação científica para apreender, mesmo que fragmentariamente, aspectos da relação conhecimento (ciência)-poder. De outra forma, estar-se-á aprofundando uma leitura seletiva da modernidade que, assim como faz Habermas em sua obra (6), restringe a herança iluminista à sua vocação emancipadora, colocando fora a possibilidade de encontro de nexos entre racionalidade e opressão.

Para propiciar este encontro, propõe-se refletir sobre a ciência no sistema-mundo contemporâneo.

Sustenta Habermas (1988), em suas análises da modernidade, que não teriam faltado intenções de se conectar o conhecimento científico com as práticas ordinárias, as doutrinas éticas com a conduta comum, mas os resultados destes movimentos foram pobres. A este respeito, sugere este autor que se considere a modernidade um projeto inconcluído. Aprofundando uma leitura seletiva da modernidade restringindo a herança iluminista à sua vocação emancipadora, preconiza que se busquem outras vias de inserção da cultura especializada na práxis diária, para que esta não se empobreça na repetição das tradições, agora esvaziadas de seu conteúdo pela permeabilidade das instituições culturais frente à luta política na economia mundializada.

Por outro lado, tais fatos podem ser interpretados *post hoc* à luz da expansão da cultura europeia, que tem a ciência como núcleo central, que se processa vinculada à expansão da economia capitalista. A esta expansão extrínseca, estaria acoplada uma expansão intrínseca que representaríamos pelas palavras de Wildelband (1970) ao afirmar: “A história da filosofia é a história através da qual a humanidade europeia transformou em conceitos científicos sua visão de mundo” (p. 10).

A este respeito, Karl Jaspers, citado por Vargas (1992), identifica a vocação expansiva do conhecimento científico, caracterizando suas motivações racionais: “A ciência é conhecimento metódico cujo conteúdo se impõe irresistivelmente como certo e universalmente válido, das coisas que encontramos em nossa vida prática”. E prossegue: “Na ciência moderna há a disposição de tornar objeto de investigação científica tudo o que existe e a criar um mundo que se expande indefinidamente, abarcando com leis científicas, e, portanto, humanas, todo o universo” (p. 103). Assim, a globalização do ocidente decorreria, também, da vocação metodológica do conhecimento científico.

Por outro lado, tal globalização obriga este conhecimento a se relacionar, como produto da cultura do mundo compreendido como o ocidente, com as diversidades culturais extra-europeias e, por meio da aquisição da consciência histórica, a inscrever os sistemas de interpretação da realidade que produz em um processo de historicização. Assim, para descrever a globalização, torna-se necessário compreender como se processa o movimento da criação científica em sua evolução enquanto método intelectual de crítica e em seu processo de expansão histórica.

A análise do método intelectual de crítica – o método lógico da ciência moderna – implica, por sua vez, na análise de suas duas dimensões caracterizadoras: a razão – a dos métodos racionais, dos algoritmos lógicos ou matemáticos aos quais recorrem; e a experiência – a das técnicas da manipulação da matéria com as quais opera. Por outro lado, a análise do processo de expansão da ciência como expressão da cultura do ocidente não pode se desvincular de seu contexto de historicização, ou seja, de incremento da consciência histórica *de e em* suas extensões, intrinsecamente contextualizadas pela dinâmica dos movimentos epistemológicos, e extrinsecamente pela dinâmica dos movimentos utópicos da modernidade.

A criação da física dinâmica na era moderna levou à construção de um sistema de mundo que produziu um conhecimento matemático do movimento. Nesse processo, dois aspectos teriam caracterizado a conduta intelectual de seus criadores (de Galileu a Newton). Em primeiro lugar, o objeto imediato dos estudos não era o mundo material, mas a experiência sobre o mundo material. Em segundo lugar, as leis enunciadas eram leis sobre o movimento, e não sobre os corpos em movimento (SINGER, 1961).

Assim, a epistemologia clássica constituiu-se sob esta forma do conhecimento científico que primeiro nasceu no pensamento moderno: a física dinâmica e sua matematização. Uma forma precisa de racionalidade que se refere a um objeto atemporal, a uma lógica atemporal (GAGLIASSO, 1990).

Este ideal científico preciso, devido à axiomatização oferecida pela lógica matemática, de local (física), tornou-se global (ciência), permitindo à epistemo-

logia moderna fundar critérios de demarcação entre ciências e pseudo-ciências, saberes empíricos, conhecimentos exatos, em função da distância metodológica das várias disciplinas com relação à metodologia da física teórica.

No entanto, no século XIX, ao lado desta articulação mensurativa espaço-tempo, o tempo que transforma os objetos começa a consolidar uma dimensão científica. Trata-se de uma lenta transição de pensamento, que gera verdadeiras e específicas teorias científicas em setores de estudo diferentes (termodinâmica, evolucionismo, psicanálise, marxismo e outros) e que coloca no centro das reflexões uma pluralidade de tempos que, no transcorrer, modificam o objeto. Esta é uma transição de perspectiva que se constitui em uma verdadeira e nova forma de pensar a realidade – não é mais o espaço a dar razão de ser ao tempo, mas delinea-se uma realidade natural ou social, que é modificada pela ação do tempo histórico processual. Introduce-se a dimensão construtiva do futuro, de uma realidade de referência temporal precedente àquela que a suceder.

Este estilo de pensamento, contemporaneamente, validou as competências metodológicas restritas às disciplinas de partida para se tornar problema de método – os critérios de conhecimento implicados das teorias começam a incidir sobre regras normativas da epistemologia clássica, tornando problemática a demarcação neo-positivista entre ciências e saberes. Radicalizando, pode-se até chegar a rediscutir a antinomia fundamental entre demonstração e narração, a partir da qual separou-se a noção de verdade histórico-literária da verdade científica.

Em decorrência, o quadro que se apresenta mostra como inevitável o entrelaçamento da forma de inquirir do historiador com a do cientista. Uma situação que, do ponto de vista filosófico, significa rever sobre outras bases uma clássica vocação metodológica do pensamento moderno: a mútua exclusão entre ciências da natureza e ciências do espírito ou do social.

Trata-se, portanto, de ideais científicos que põem o sujeito em uma outra relação com o mundo natural e consigo mesmo como sujeito observador – não mais o lugar isolado da invariância, contraponto à transformabilidade humana, mas, sim, obrigando a se circunscrever, de tempos em tempos, qualquer discurso sobre o método, para evitar de envolver o autor do discurso, parte integrante do sistema observado, em improváveis abstrações universalizantes.

Estes novos ideais científicos, emulados pelos movimentos epistemológicos interiores ao próprio processo de evolução da ciência moderna na modernidade histórica, constituem componente motivacional, atuando na direção oposta daquela resultante das pressões exteriores, identificadas por estudo desenvolvido por Dominique Pestre (1992), referentes aos efeitos das transformações das orga-

nizações de pesquisa efetuadas pela Nova Aliança nos Estados Unidos e de suas repercussões sobre o processo científico internacional.

A identificação deste desencontro permite se delimitar uma região de luta, o lugar de um jogo concorrencial em que o objeto de disputa é o monopólio da autoridade científica, nas palavras de Bourdieu (1983): “o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente que é socialmente outorgado a um agente determinado” (p. 127), aqui deslizando-se sutilmente do campo do poder político-econômico para o campo da ortodoxia-heterodoxia, instalando-se na práxis epistemológica.

Decorre, como conclusão, que a totalidade na história e na geografia não pode ser esquecida quando se deseja considerar a desigualdade política, como apontada nesta transposição ideológica. A totalidade objetivada requer uma análise estratégica e, portanto, geopolítica.

Sob tais considerações e como um complemento, não se pode ignorar que o quadro mundial contemporâneo vem se caracterizando, de um lado, pela disseminação de informações chamada pós-moderna e pela pretensa descentralização democratizadora; de outro, pelo crescimento das formas mais concentradas de acumulação de poder e centralização transnacional da cultura que a humanidade conheceu. Neste processo, diferenças regionais ou setoriais originadas da heterogeneidade de experiências culturais e a divisão técnica e social do trabalho são elementos estratégicos utilizados por categorias sociais hegemônicas na obtenção de uma apropriação privilegiada do patrimônio comum. Desta forma, embora os patrimônios culturais sirvam para unificar nações e agregados nacionais, o enfoque geopolítico na sua análise exige que os estude como espaço de luta material e simbólica inter-classes, grupos e etnias, face às ditas desigualdades em sua formação e apropriação (BOURDIEU, 1970). Este princípio metodológico corresponde ao caráter complexo das sociedades contemporâneas sob o capitalismo global, em função da realidade econômica hodierna que domina o sistema-mundo.

Sob tal ótica e do ponto de vista sociológico, pode-se, portanto, afirmar que, a este propósito, o conhecimento histórico traz analogias que permitem conclusões. Em primeiro lugar, pode-se concluir que as relações planetárias contemporâneas são manifestações cíclicas da reorganização da produção mundial. Em segundo lugar, que esta reorganização se faz sob o aprimoramento de condições científico-tecnológicas a ela inerente, implicando no incremento da eficiência de subordinação de humanidades ao processo global de produção e seu corolário, o consumismo. Este aprimoramento se processa pela diminuição do conhecimento compreensivo sobre o trabalho e do poder sobre o processo científico, por sua vez também subordinado ao processo produtivo, agora sob regime mercantil. Ou seja, as dinâmicas de transformação dos vínculos sociais e territoriais expressariam processos de substituição de determinados grupos sociais no processo produtivo por novos outros, e sua in-

tensificação significaria o aumento da força de reprodução de papéis sociais estruturalmente fracos. Consistem em violentos processos de revolução social e de criação de conflitos gerados pelas forças político-econômicas, veiculadoras e sustentadoras do processo mundializado de produção.

Deve-se notar que a análise aqui desenvolvida não comporta a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual como categorias distintas, mas, sim, traz como decorrência que a divisão crucial situa-se na distinção entre trabalho diretivo (o poder de decidir sobre o futuro – o comando político) e trabalho executivo (o poder de realizar a decisão – o conhecimento técnico-científico ou empírico-tradicional sobre operações práticas ou teóricas).

A ciência é, aqui, portanto, vista como um elemento de um processo de revolução tecnológica, subordinada, por meio da subordinação de sua organização, ao processo produtivo. Esta revolução implicaria agora, também, na reorganização da produção do ponto de vista tecnológico, por meio da flexibilidade com que se articula e mimetiza e da maneira como se contextualiza, permitindo a globalização da produção. Assim, a socialização da riqueza, do poder e do conhecimento, sem os quais o próprio capital deixa de funcionar, incorpora-se ao processo de reorganização tecnológica do qual é parte inerente, integrando redes de informação e conhecimento que definem a direção capitalista do processo produtivo no sistema-mundo (o desenvolvimento) e, por consequência, aqueles maquiavelicamente (aqui no sentido literal) excluídos.

A natureza e a escala destas transformações, implicando na exclusão de grupos participantes do processo de produção, sustentam-se não apenas em transformações sobre as relações entre o processo científico e o processo produtivo, mas também em transformações, atuando sobre as práticas e os comportamentos dos cientistas.

Confirmando esta conclusão, Dominique Pestre (1992), estudando os físicos nas sociedades ocidentais do pós-guerra, identifica uma mutação nas suas práticas técnicas e nos comportamentos sociais e culturais, apresentando uma visão sobre a ciência hodierna e a percepção que temos dela como subsídio para se pensar sobre o que pode revestir de sentido uma história cultural da ciência. Segundo Pestre, a partir do projeto Manhattan, geraram-se as condições de entrada decisiva na etapa histórica da terceira revolução industrial, que se constitui em substrato da mundialização contemporânea. O sistema-mundo seria, segundo esta interpretação e como o percebemos hoje, uma projeção de uma nova geografia econômica, produzida no bojo da transformação do processo científico-tecnológico em processo produtivo e, por consequência, em propriedade industrial.

Afirma Pestre:

Os decênios 1940 e 1950 são dois decênios decisivos na história dos países desenvolvidos. Abertos por uma guerra total à qual seguiram-se quinze

anos de forte tensão entre dois blocos determinados a não ceder nada, eles são, também, aqueles nos quais a ciência vem ocupar seu lugar no coração do político e do militar, do econômico e do imaginário para não os deixar jamais. Nestes processos desencadeados pelo Projeto Manhattan de construção das duas bombas atômicas americanas (e sua utilização sobre Hiroshima e Nagasaki), seguido pela guerra da Coréia e o primeiro desenvolvimento em larga escala da eletrônica de defesa e dos grandes computadores, em fim, pelo Sputnik e a corrida desenfreada pelos mísseis e pelo espaço, a produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos passa de um estatuto de atividade uma pouco mais que marginal àquele de atividade central para a sociedade civil e a sobrevivência do estado. Em 20 ou 25 anos, a inovação permanente como motor da segurança nacional e como meio privilegiado da conquista dos mercados, torna-se a norma de um mundo profundamente transformado pelas novas práticas científicas e técnicas (p. 56).

O trabalho de Pestre permite inscrever o conhecimento científico decididamente na categoria de recurso raro a ser disciplinado mediante hierarquias estratégicas na dimensão geopolítica.

A ciência subordinada teria gerado, então, as condições materiais e não materiais para a entrada no que George Bush chamou de Nova Ordem Mundial.

Para caracterizar sua realidade contemporânea no âmbito da ciência, tem-se que caracterizar as profundas transformações que se exerceram sobre o papel da Europa no quadro da pesquisa científica mundial, tarefa desenvolvida com brilho por Dominique Pestre em seus estudos sobre o comportamento dos físicos e da pesquisa física contemporânea na França e nos Estados Unidos.

Conclui este autor que a Europa científica perdeu, no pós-guerra, a supremacia que vinha sendo sua desde a revolução científica do século XVII. A potência americana já se houvera firmado nos anos 1930, mas o centro de gravidade da física fundamental permanecera na Europa. Depois de 1945, ao contrário, a situação inverteu-se em quase todos os domínios da física – só o Reino Unido permanecendo, por um tempo ainda, uma força autônoma. O caso se estendeu sobre todo o continente europeu, uma vez que a regra se tornou, desde antes do fim das hostilidades, reconstruir importando ideias, técnicas, materiais, temas e competências das universidades americanas e britânicas, e exportando para lá, para períodos de aprendizagem de longa duração, os jovens físicos de talento. É que as novas maneiras de se fazer física que se implementaram nos Estados Unidos alteraram o campo, sendo que elas definiram, a partir de então, as novas regras do jogo, as normas às quais cada um deveria se submeter para ser reconhecido – e que estas maneiras são de uma irreduzível eficácia na interface da ciência com a tecnologia.

A aprendizagem europeia fez-se durante os dois decênios do pós-guerra, a ritmos variados. Esses ritmos dependeram das culturas locais e das disciplinas – as maneiras próprias de fazer de cada país – e da “complexidade” dos sistemas em jogo – um caso limite sendo o da experimentação em torno dos grandes aceleradores. Uma das conclusões mais interessantes do estudo desenvolvido por Pestre no CERN (*Centre Européen de Recherches Nucleaires*) foi a de que teria sido a aprendizagem da *big science* (LESLIE, 1987) que se constituiu em tarefa mais difícil para os europeus. Foi possível aos engenheiros europeus construir aceleradores comparáveis em qualidade aos aparatos americanos, foi possível aos físicos europeus equipararem-se rapidamente aos seus colegas dos Estados Unidos em toda a experimentação com dispositivos de pequeno porte, mas foram necessários muitos anos para que a conjunção entre estes dois mundos se operasse na Europa e se tornasse plenamente eficaz.

As razões para tal lentidão, segundo Pestre, teriam sido as de que a aprendizagem não foi “orgânica”, que os meios dos físicos universitários e os meios dos engenheiros constituíam-se, na Europa, em dois mundos pouco interpenetráveis e com escalas de valores muito diferentes. A ciência e a técnica sendo duas atividades separadas, e sem a mobilização da guerra para produzir uma conjunção forçada, a Europa experimentou enormes dificuldades diante da grande obra da física americana dos decênios 1940 e 1950, caracterizada por Sam Schweber (1985) por uma sinergia cada vez mais íntima entre ciência, tecnologia e técnicas de engenharia. Desde o fim da década de 1950, entretanto, e principalmente a partir do início dos anos 1960, a transição operou-se e um modelo idêntico ao norte-americano nos seus traços fundamentais implementou-se em todos os países mais desenvolvidos.

Naturalmente, estas macro-transformações apoiavam-se em micro-transformações nas práticas físicas operadas nos Estados Unidos, em consequência de reordenações políticas decorrentes da chamada Nova Aliança, aliança que se processou gradativamente entre cientistas, indústrias, militares e políticos (1945-1960) e que se consolidou na hegemonia dos Estados Unidos na pesquisa mundial. Estas mudanças produziram efeitos culturais notáveis.

Não teriam sido apenas os temas abordados, as maneiras teóricas de os tratar, os instrumentos e a cultura material dos experimentalistas que se modificaram, mas a relação dos físicos com o mundo, seus comportamentos, a imagem que eles têm deles mesmos.

Pestre considera como marco distintivo importante neste processo a participação maciça da elite dos físicos dos Estados Unidos em vários *Summer studies* e *Think tanks*, reuniões que se apresentam como estruturas de reflexão exteriores à universidade, à administração e à indústria, compostas por “civis independentes”. A mais importante para o meio físico, entretanto – e a mais conhecida em função

do fato de que vários prêmios Nobel participavam de seus trabalhos –, teria sido o *Institute of Defense Analysis*, uma associação de universidades criada em 1956 em resposta a uma sugestão do Secretário de Estado de Defesa dos Estados Unidos, justificando-a como uma necessidade para promover uma relação mais efetiva entre segurança nacional e aprendizagem científica. Herdeiras das práticas da pesquisa operacional do tempo de guerra, estas *Think tanks* são estruturas desconhecidas antes da guerra e contribuíram fortemente para a inserção dos físicos no que o presidente Eisenhower foi o primeiro a chamar de complexo militar-industrial.

As motivações dos cientistas que participaram destas atividades não foram estudadas sistematicamente. Quaisquer que tenham sido, porém, as razões individuais, estabeleceu-se entre o antes da guerra e o depois do Sputnik uma profunda modificação no estatuto social e político dos físicos, uma alteração radical de suas relações com o mundo antes da guerra – a imagem que eles tinham deles mesmos era a de servidores da verdade construindo um edifício enriquecedor da cultura humana integral; os físicos nascidos na ciência durante os períodos das guerras (quente e, depois, fria) encontram-se em implicação direta com os negócios cotidianos do mundo, em uma postura que não pode senão estar afastada das grandes interrogações sobre a ciência e a natureza dos saberes. À imagem de personagens praticando uma disciplina intelectual, desenvolvendo ao máximo as virtudes morais, contrapõe-se a imagem de profissionais capazes de resolver todos os problemas técnicos de seus países. A maneira americana de fazer física que se expande nos anos 1950 consagrou, de fato, uma espécie de “tudo é aceitável” metodológico, uma falta de interesse total face a todo e qualquer debate sobre o método. Tornando-se um “técnico” quase empirista em seus tateios, o físico buscava fabricar teorias e modelos que “servem”, que sejam operacionais, eficazes, úteis.

Antes de 1940, ao contrário, a regra para o grande cientista é a de vir a se tornar uma figura do mundo cultural que reflete, também, sobre sua própria prática. A ciência seria um jogo epistemológico maior – pois ela é um dos motores superiores do conhecimento, a forma por excelência do saber – e sua marcha mereceria ser compreendida e analisada. Deixar alguns escritos filosóficos ou de reflexão moral constitui-se, portanto, em um dever. O cientista permanece um intelectual no sentido mais forte do termo, um sábio – filósofo depositário de uma cultura, devendo evidenciar uma visão coerente do mundo. Nos decênios 1940 e 1950, este tipo de homem tende a desaparecer, substituído por práticos cuja heurística seria muito mais a da improvisação ou a do risco. Um excelente índice deste retorno é a natureza dos testamentos que legam os novos “sábios” às gerações futuras, textos contando fatos científicos e políticos de uma vida – e, bem raramente, obras de reflexão.

A expansão dos efeitos desta aliança instrumental processada entre cientistas, industriais, políticos, militares e sistemas de informação culminou na produção

da referida *big science* nos Estados Unidos, agora genericamente denominada de “sistema científico-tecnológico”, apresentando-se como paradigma, contendo a produção de todas as demais ciências. Sob tal modelo de funcionamento da instituição científica, não ocorrem separações temporais entre a produção do conhecimento científico e sua aplicação tecnológica.

Dessa forma, pode-se concluir que a análise da luta que se desenvolve pela propriedade do conhecimento e pelo domínio do processo de criação científica aponta para a identificação de uma ação de propaganda (MOSCOVICI, 1961), visando a construção de uma representação social da ciência vista como naturalmente idêntica à configuração de seu domínio pela Nova Aliança. Esta visão seria uma elaboração instrumental de uma modalidade de expressão de um grupo de interesses em uma situação de conflito e visaria o domínio do processo mundial de construção do futuro.

O conflito estaria situado nas diferentes opções estratégicas de interface entre ciência e sociedade, cada uma das quais comprometidas com sistemas arbitrários de valores de verdade. Estas opções estariam sendo apresentadas como se fossem determinações naturais, portanto, idênticas aos paradigmas de ciência e de comportamentos do cientista projetados, tendo em vista associá-los a imagens difusas, representando uma indiscernibilidade entre o domínio do processo científico pela Nova Aliança, a produção intelectual do cientista e as propriedades desta produção.

A ação de propaganda atuaria por meio da organização de temas e princípios sistemáticos, visando reduzir a força do impacto da ação de difusão dos processos autônomos de criação científica, uma vez que, pelas suas características de descontinuidade e não ordenação, não poderiam ser por ela controlados.

Ou seja, esta luta estratégica visaria criar condições de passagem, por meio da propaganda, do fato da propriedade por captura do conhecimento científico, à conclusão de que esta seria a direção natural histórica do processo de criação científica. Esta passagem seria feita mediante a tática de impedimento ou dificultação da emergência da consciência deste domínio e objetivaria a conquista do poder de determinação do futuro.

Durkheim (1926) entendia que educação seria a socialização da criança. No contexto da dinâmica complexa da sociedade contemporânea, expandimos sua conceituação, considerando-a como um processo *ad infinitum*, contínuo, ininterrupto, aberto para o futuro e para o exterior social, no qual ocorre intensa

sinergia entre racionalidade, de um lado, e, de outro, a racionalização, configurando uma luta entre a consciência do domínio e seu escamoteamento a serviço do poder.

Milton Santos (2002), ao discorrer sobre tais fatos, abre perspectivas para a emancipação, refletindo sobre o que denomina de situações não-razoáveis, afirmando:

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não-razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades (p. 309).

O mesmo autor coloca o horizonte da questão apoiando-se em Habermas que, por sua vez, retoma teses de Max Weber sobre a racionalização ocidental. Habermas, citado por Milton Santos, afirma que, para Weber, racionalização significa

em primeiro lugar, a extensão dos domínios da sociedade que se acham submetidos aos critérios de decisão racional. Paralelamente assistimos a uma industrialização do trabalho social o que faz com que os critérios da atividade instrumental penetrem também em outros domínios da existência (urbanização do modo de vida, tecnicização das trocas e das comunicações). Nos dois casos, o que se vai impondo é um tipo de atividade racional com respeito a um fim: em um, refere-se à organização de certos meios; em outros, trata-se da escolha entre os termos de uma alternativa (p. 289).

Apoiando-se neste conceito de racionalização, Milton Santos formula o que caracteriza como sua “afirmação central”:

a marcha do processo de racionalização, após haver (sucessivamente) atingido a economia, a cultura, a política, as relações inter-pessoais e os próprios comportamentos individuais, agora, neste fim de século XX, estaria instalando-se no próprio meio de vida dos homens, isto é, no meio geográfico. A questão crucial é saber se é lícito falar de uma racionalidade do espaço geográfico, ao mesmo título com que nos referimos à racionalidade ou à racionalização de outras facetas da realidade social (p. 290).

É mister reparar que racionalidade e racionalização não são suficientemente distinguidas nesta afirmação de Milton Santos, como acreditamos que seja necessário proceder. O termo racionalidade refere-se a processos lógicos e epistemoló-

gicos nos quais, a partir de determinadas premissas e pela via da argumentação, derivam-se consequências legítimas, do ponto de vista formal; a relação lógica implica que, se for aceita uma afirmação, estarão sendo aceitas as suas premissas. A racionalidade exige, precisamente, tornar transparente essa derivação lógica pela via argumentativa, o que torna possível a crítica, seja do ponto de vista formal ou seja do ponto de vista do conteúdo da afirmação em questão. Deste modo, crítica e racionalidade são componentes inseparáveis do mesmo processo epistemológico (TASSARA; ARDANS, 2013).

O termo racionalização, por sua vez, refere-se a afirmações cujas premissas são desconhecidas ou deliberadamente escamoteadas, impedindo o conhecimento da argumentação (que leva da afirmação às suas premissas) e impossibilitando, por consequência, a crítica.

“Verdades” cujo fundamento desconhecemos são ideologia, pois, ao serem apagadas as premissas, são incorporadas como conhecimento estabelecido, absoluto, atemporal, o que, entretanto, é ilegítimo, por desvincularmos a “verdade” de sua fundamentação lógica. Deste modo, o racionalismo ocidental hodierno pode ser considerado como sendo contextualizado pelo solapado trânsito da racionalidade à racionalização ou, talvez mais apropriadamente, seu *zeitgeist* configura lutas para tornar indistinguíveis processos de racionalização e racionalidade, processos ideológicos que apresentam como verdades afirmações cuja origem foi deliberadamente escamoteada no processo de modernização social a serviço do poder: passa-se a entender como racionalidade o que é apenas racionalização.

Então, a questão que se coloca é a seguinte: aquilo que Milton Santos denomina como racionalidade dominante é, nos termos que propomos, racionalização dominante, que, pelo exercício do poder que dispõe, chama de irracional tudo o que não se compõe com ela, ou, nas palavras do autor, situações não-razoáveis, evidentemente do ponto de vista dessa racionalização dominadora. Mas essas situações, precisamente porque não são razoáveis do ponto de vista da dominação, trazem consigo a possibilidade da racionalidade, abrindo-se perspectivas emancipadoras.

Sob tais considerações, na crítica da relação conhecimento-poder e de suas implicações sobre a produção da violência social que, para Gianotti, no texto que abre este ensaio, é dificilmente explicada pela razão técnica, seria necessário apresentar, ao longo do processo de (re)socialização dos indivíduos, a maneira como a construção simbólica se dá no interior da criação científica, expondo sua racionalidade. Esta exposição, face ao caráter iniciático da linguagem científica e, portanto, da compreensão deste processo de constituição de conhecimento, teria que se fundamentar: para os leigos, sobre a apreensão da natureza humana de sua produção, o que significaria penetrar nas suas interrelações lógica-linguagem-pensamento; e, para especialistas, na evolução dos produtos gerados por esta

forma de conhecimento, sem perder de vista os seus fundamentos. Ou seja, conduzindo-os em uma reflexividade dos processos de (re)socialização aos quais são submetidos e submetem os demais.

A violência social poderia, assim, ser entendida como derivada da institucionalização de relações opressivas, das quais resultariam, sob a ótica de uma racionalidade ética, situações irracionais ou, como prefere Milton Santos, situações não-razoáveis. Portanto, ao refletir sobre o escamoteamento racionalidade-racionalização, abrir-se-iam as possibilidades para se instalarem contra-racionalidades por meio do processo de crítica da representação social (MOSCOVICI, 1961), hegemônica da ciência. Tal representação, ocultando o domínio do conhecimento por um sistema de interesses frente às possibilidades do futuro histórico, omite a concessão deste poder (do conhecimento) ao poder político a ele correspondente. Assim, permite associar-se a uma relação contingente poder-conhecimento um caráter absoluto, atribuindo-se a ela a responsabilidade frente à violência do mundo contemporâneo – uma forma de racionalização instrumentalizando preconceitos relacionados à ciência, à técnica e à história, enfim, um substrato de alienação do processo social.

Desenvolver uma racionalidade da relação conhecimento-poder por meio do esclarecimento crítico sustentaria, então, a possibilidade lógica de uma racionalidade ética. Para produzi-la, seria necessária a instauração de instâncias de reflexividade da (re)socialização, aplicada às suas dimensões epistêmica, psicossocial e psicológica.

* * * *

É neste complexo e restritivo panorama histórico-político que se inscreve qualquer crítica de métodos de investigação e seus eventuais comprometimentos éticos frente às implicações de escolhas de procedimentos, temas e formas de apropriação de produtos científicos pelo chamado sistema científico-tecnológico. Ou seja, interrelacionar poder-conhecimento-ética obriga a avaliar os comprometimentos das investigações com processos de subordinação e subjugação de humanidades a interesses não tematizáveis ou tematizados na esfera pública. Naturalmente, aqueles passíveis de serem detectados. Logo, obriga a um sistemático e ininterrupto processo de crítica de produtos técnicos e/ou sociais decorrentes das investigações, em sua ubiquidade espaço-temporal contemporânea. Sua sustentação estaria, necessariamente, condicionada pela formulação coletiva de projetos utópicos definidores de metas e caminhos de investigação e/ou intervenção e/ou ação, na direção do bem comum.

Assim, pode-se concluir, reafirmando o já dito em trabalhos anteriores (TASSARA, 1994, 2003, 2014, 2015; TASSARA; ARDANS; OLIVEIRA, 2013), com as palavras de Tassara e Ardans (2008):

Esse processo crítico fomentaria a transparência das interações humanas na vida social, aceitando o hibridismo gerado pela diversidade das possibilidades humanas, aproximando suas fronteiras de sua consecução utópica. Qual seria, então, o papel da Psicologia Social neste processo? Quando as políticas públicas coincidem com a Política, no sentido aristotélico, a Psicologia Social consiste nesse processo de desconstrução crítica e no conhecimento dele derivado sobre a vida social como um todo. Seu método: a pesquisa-ação. Seu instrumento: a intervenção psicossocial emuladora da crítica do processo de socialização. Seus resultados: o incremento do processo de desnaturalização histórica e identitária e a emergência e consolidação da consciência histórica e social dele resultante. O conhecimento daí decorrente é o esclarecimento do processo de construção histórica da interação humana e de seus resultantes psicossociais no plano material e simbólico (p. 328).

Referências

- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. Tradução P. Monteiro e Auzmendi. São Paulo, Ática, 1983.
- _____. *Le marché des biens symboliques*. Paris, Centre de Sociologie Européenne, 1970.
- DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris, 1912.
- _____. *Éducation et sociologie*. Paris. Alcan, 1926.
- GAGLIASSO, E. Tempo della misurazione. Tempo della trasformazione: problemi epistemologici. In: AA.VV. *Percorsi della ricerca filosofica. Filosofie tra storia, linguaggio e politica*. Roma, Gangemi, 1990. p. 129-139.
- GIANNOTTI, J.A. Adorno sem ornamentos. In: Folha de S. Paulo. Caderno MAIS. Adorno, T. W., São Paulo, 31 de agosto de 2003.
- HABERMAS, J. *Le discours philosophique de la modernité*. Paris, Gallimard, 1988.
- LESLIE, S. W. Playing the education game to win: the military and interdisciplinary research at Stanford. *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences (HSPS)*, v. 18(1), p. 55-88, 1987. (Número especial).

- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse. Son image et son public*. Étude sur la représentation sociale de la psychanalyse. Paris: PUF, 1961.
- MUSSE, R. Dialética negativa. *Folha de S.Paulo*, caderno MAIS, ADORNO, São Paulo, 31 ago. 2003.
- PESTRE, D. Les Physiciens dans les sociétés occidentales de l'après-guerre. Une mutation des pratiques techniques et des comportements sociaux et culturels. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 39-1, p. 56-72, janv./mars 1992.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo, EDUSP, 2002.
- SCHWEBER, S. The empirist temper regnant. Theoretical physics in the United States, 1920-1950. *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences (HSPS)*, 17, p. 55-98, 1985.
- SINGER, C. *Breve storia del pensiero scientifico*. Tradução F.T. Negri. Turim: Einaudi, 1961.
- TASSARA, E. T. de O. Relatório final de atividades desenvolvidas na Itália, em programa de pós-doutoramento, apresentado à FAPESP (Proc. 92/4411-7). Pisa: Dipartimento di Fisica della Università degli Studi di Pisa. Abril de 1994.
- _____. *Conhecimento e Poder*. A criação científica à luz de relações lógica-linguagem-pensamento. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo. São Paulo: IP-USP, 2003.
- _____. Ética, conhecimento e poder. Leituras políticas de questões de método. *Revista Diálogos Possíveis*, v. 12, n. 1, 2013.
- _____. *O hibridismo da psicologia social*. I Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do IP-USP. São Paulo: IP-USP, 30 de novembro de 2015.
- TASSARA, E. T. de O.; ARDANS, O. A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social. *Revista Psicologia Política*, v. 7, n. 14, 2008.
- _____. Participação emancipatória: reflexões sobre a mudança social na complexidade contemporânea. In: SORRENTINO, M. et al. *Educação ambiental*

e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências. Curitiba: Editora Appris, 2013. p. 281-294.

TASSARA, E. T.; ARDANS, O.; OLIVEIRA, N. N. de O. Psicologia socioambiental: uma psicologia social articulando psicologia, educação e ambiente. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, v. 45, n. 3, p. 425-435, 2013.

VARGAS, M. Ciência e realidade. *Revista USP*, v. 14, p. 96-103, 1992.

WINDELBAND, W. *Historia General de la Filosofía*. Tradução Francisco Larroyo. Barcelona: El Ateneo, 1970.

Parte 6

Psicologia social e trabalho

Os hifens das relações eu-outro e homem-trabalho no século XXI

Sigmar Malvezzi

A relação eu-outro e a relação homem-trabalho são duas interfaces do ser humano interconectadas entre si, já largamente exploradas em diferentes campos do conhecimento, com inegáveis contribuições para a compreensão da sociedade e da pessoa humana em sua condição ontológica e em sua existência (ARENDR, 2001; ASHBY, 1947; COOPER, 1983, 1998; HOMANS, 1951; LANE; CODO, 1984; MALVEZZI, 1988; MEAD, 1934; RICOEUR, 1990, 2008; SAINSAULIEU, 1977). Ambas têm sido objeto de escrutínios que exploraram as relações do indivíduo com o outro e com o trabalho, nas quais a inserção do ser humano no tempo e no espaço revelou suas potencialidades, sua diversidade de formas de interação e razões de sua existência. O conhecimento produzido nessas duas interfaces explica as transações que nelas ocorrem, evidenciando as estruturas subjetivas que constituem e mobilizam a pessoa, as macroestruturas que a circundam, as condições e os mecanismos implicados na construção de sua existência frente às possibilidades que o mundo lhe oferece (BAXTER, 1982). As transações entre o eu, o outro e o trabalho são matérias primas férteis para a investigação do ser social. Grande parte dos conceitos e teorias que constituem as ciências sócio-comportamentais, particularmente a psicologia social e a psicologia das organizações e do trabalho, é produto da investigação dessas interfaces. Esses conhecimentos tornaram-se referência que ilumina a compreensão da sociedade, da pessoa, da busca da emancipação, da justiça e o bem-viver (LINDSEY; ARONSON, 1968). Embora já largamente exploradas, essas duas interfaces são territórios sempre abertos a novos questionamentos, como fontes inesgotáveis de reflexão sobre a condição humana, o estar no mundo, os determinantes e sentidos da ação, a qualidade de vida, a felicidade e a construção do futuro. Na trajetória secular desses questionamentos desponta um elemento transversal que é o hífen entre o eu, o

outro, o mundo e o trabalho. O que seria esse hífen? A busca de respostas a esta questão é o objeto de análise deste capítulo.

17.1 O hífen

A investigação desse hífen tem sido rotina na história das ciências sociais e seguirá sendo questão aberta diante da complexidade da condição humana e de sua inserção dentro de uma sociedade em contínua evolução, em todos os seus aspectos (MALVEZZI, 2016). Até mesmo, o olhar superficial e intuitivo sobre as transações entre o eu, o outro, o mundo e o trabalho sugere a existência de algum hífen que materializa suas influências mútuas. Este hífen emerge nas suas atividades. Estes são movimentos que produzem e veiculam transações que revelam interdependência entre essas duas interfaces. O eu, o outro, o mundo e o trabalho se relacionam, expondo-se mutuamente em suas potencialidades, condição que viabiliza transformações neles mesmos ou no *lócus* que os abriga e sustenta. As atividades são conjuntos coordenados de movimentos dos seres vivos ou máquinas que alteram propriedades, funções, identidades, transações em suas interfaces.

Toda mudança é produzida por alguma atividade na interação entre diferentes elementos (CROZIER; FRIDBERG, 1978), numa espécie de movimento “cooperativo” entre eles. A argila se “deixa moldar” pelas mãos do oleiro. A criação e articulação desses movimentos “cooperativos” possibilitam mudanças no *status quo* do mundo real, criando algo novo, promovendo ajustes funcionais em propriedades e funções, provocando novos movimentos, gerindo conflitos, redesenhando contextos, fomentando novas interfaces ou instituindo agentes (CALDWELL, 2006). Aristóteles (1908) foi um dos pioneiros no reconhecimento das atividades como hifens entre o eu, o outro e o mundo. Ele as diferenciou em duas categorias de causalidade, que denominou de “produção natural” e de “produção pela arte”.

A “produção natural” é constituída por atividades cuja articulação em cadeias de causas está programada na própria natureza. Essa forma de produção requer alguma causa desencadeadora de sua programação, que Aristóteles chamou de *causa efficiens*, sem necessidade de algum agente. Assim, a semente de laranja contém a programação de todas as etapas da cadeia de atividades necessárias para a produção da laranjeira. Essa programação está intrínseca na semente. A transformação da semente em laranjeira dependerá somente da existência de condições externas favoráveis, mas não de algum agente (CALDWELL, 2006) que articule as atividades necessárias para a produção da laranjeira. Para Aristóteles, atividades como os terremotos, as ondas do mar ou a reprodução dos vegetais, como a laranjeira, independem de escolhas por parte de algum agente. As atividades da “produção natural” são explicadas e compreendidas pelas propriedades físicas e químicas dos

objetos a partir da *causa efficiens*, que, no caso da laranja, é a programação biológica. Esta dispensa algum agente que organize, avalie e escolha as cadeias de movimentos. Efetuada dessa forma, a “produção natural” não coloca a questão do hífen entre o ambiente. Neste caso, o hífen é a programação e sua ativação feita pela *causa efficiens*. Diferentemente, a “produção pela arte” ocorre a partir de escolhas dos indivíduos, como se observa nos movimentos de caça dos animais e das pessoas para a satisfação de necessidades, realização de desejos e a produção de projetos (MALVEZZI, 1988), como observado no trabalho artesanal.

Sendo o resultado de escolhas, a “produção pela arte” requer algum agente que identifique potencialidades, disponibilize-as entre si, como a argila para o oleiro e vice-versa, para movimentos que explorem as possibilidades para servir uma à outra. Entre seres que interatuam movidos pela capacidade de serem disponibilizados para a criação de alguma cadeia de causas que não ocorreria naturalmente, surge a demanda de mediação que identifica, avalia e escolhe os movimentos. Essa mediação é a questão do hífen. Para caçar ou construir ninhos, animais, como os lobos e os passarinhos, escolhem locais, buscam materiais, organizam contingências e avaliam posições de tocaia, identificando e articulando os meios em cadeias de eventos que têm potencialidade para gerar os efeitos desejados, como se constata na arte do joão de barro (MALVEZZI, 1988, capítulo III). O agente realiza diversos movimentos – observa, busca, processa, escolhe – para criar as cadeias de causas, ou seja, as atividades. A construção dessas cadeias de causas é observada nos diversos seres dotados de cérebro (agora também no já conhecido Watson).

As neurociências têm explicado esse processo de organização da “produção pela arte” no funcionamento cerebral de animais e de seres humanos pela instrumentalidade de reações cerebrais. Nesse processo, há diferenças radicais entre artesão humano, que é sujeito, e o artesão animal, que é agente (MALVEZZI, 1988; EHRENBERG, 2007).

Os agentes procuram e processam sinais que revelam propriedades dos objetos, das pessoas e das atividades deles em sua capacidade para “cooperar” entre si, em relações funcionais com potencialidades para realizar alguma transformação desejada nos objetos pelas atividades articuladas nas cadeias de causalidades que constituem a produção “pela arte” (DOMANESCHI; PENCHO, 2016). Em seus trabalhos, Pignocchi (2015) distingue diversas funções cerebrais (motora, visual, linguística...), atribuindo significativa importância ao cérebro “social” na “produção pela arte”. Sua função é apreender e processar transações entre os comportamentos do eu e do “outro”. Por meio desse processamento do “cérebro social”, o indivíduo aprende a relação entre diferenças nos objetos e comportamentos e a eficácia das atividades. Heider (1970) pesquisou os mecanismos desse funcionamento nas relações interpessoais. Ele concluiu que essas funções permitem ao

indivíduo diferenciar causalidade impessoal, na qual o outro é agente, e causalidade pessoal, na qual o outro é sujeito. Funcionando dessa forma, as atividades produzidas pelas pessoas (e por animais dotados de cérebro) são elos entre o eu que procura, processa, escolhe e a transformação almejada no outro, ou seja, o hífen entre ambos. Assim, as atividades da “produção pela arte” são hifens entre o sujeito, ou agente e os efeitos, ou as transformações desejadas no outro, ou no mundo. No exercício dessa mediação, as atividades criam a interdependência pelas relações funcionais que ligam as interfaces. Esta interdependência revela a condição do ser social, que não é um objeto estático, inerte, mas uma relação que integra demandas, necessidades e reações entre o eu e o outro a partir da identificação de potencialidades para as transações entre eles. Assim, a relação eu-outro, expressão emblemática do ser social, é apreendida nas atividades entre os indivíduos que as realizam pela materialização da interdependência entre eles, que emerge como o fato relacional. Explicadas as atividades, resta outra questão, que é: por que os indivíduos procuram transações com os outros, criando o fato relacional entre eles?

A psicologia social é o ramo das ciências comportamentais que estuda o fato relacional entre o eu e o outro. Em síntese genérica, a investigação desse fato tem revelado que os movimentos entre o eu e o outro despontam de duas carências básicas: a busca que ambos revelam de complementaridade e a expectativa de estabilidade social e afetiva no ambiente no qual estão. Essas duas fontes de movimentos promovem a relação eu-outro como evidenciada na investigação dos contratos psicológicos (CHIUZZI, 2014) e dos mecanismos de interação social (GERGEN, 2009). Tanto os contratos como a interação social revelam relações de interdependência viabilizadas pelas atividades – os hifens entre o eu e o outro. Os contratos psicológicos são vínculos criados reciprocamente para o controle das atividades entre o eu e o outro. Por meio desses vínculos, materializados em atividades, os indivíduos trocam informação, afeto, prioridades, diversão, apoio, sentimentos etc. para atender suas demandas de complementaridade e de estabilidade. Igualmente, pelas atividades externas e internas, visíveis pela observação ou acessadas pelas inferências, os indivíduos administram seus desempenhos e as estruturas subjetivas que sustentam suas relações, como as identidades, os sistemas de valores e de papéis, as representações sociais e os vínculos. A gestão das atividades de “produção pela arte”, que fazem a mediação da relação eu-outro nos contratos psicológicos e nas relações interpessoais, consiste na gestão do hífen por parte dos dois agentes. A história da psicologia social evidencia a busca dos elementos que constroem e regulam a existência do fato relacional nessas atividades. Desde o pioneirismo de George Mead (1934), de contribuições impactantes como a teoria de campo de Kurt Lewin (1934), a relação eu-outro vem sendo explorada em seus componentes subjetivos, objetivos e nos mecanismos que os

colocam em relações funcionalmente interdependentes. Esse campo de produção de conhecimentos tem sido um dos mais férteis na psicologia. Nele, avanços na identificação e compreensão da interdependência das atividades que constituem o fato relacional são rotinas que evidenciam crescente número de desafios.

Para ilustrar essas contribuições, aqui são apresentados dois estudos escolhidos como amostra sobre as relações eu-mundo e eu-outro. Esses dois estudos explicam e ilustram a ação mediadora das atividades, expondo os elementos e mecanismos nelas implicados. Um deles consistiu no relato de experimentos realizados por Richard Walk e Eleonor Gibson (1961) num programa de pesquisa dedicado à investigação da relação entre percepção de si e a sensibilidade e segurança da ação. O outro é um ensaio elaborado por Simone Weil (1972), no qual ela reflete sobre o impacto da ação na vida dos indivíduos. Embora partindo de questões e perspectivas distintas, tanto o relato como o ensaio convergem para a mesma suposição de que a relação eu-outro (eu-mundo), por meio de atividades que se interinfluenciam, protagoniza a fronteira entre o homem e os ambientes físico e social.

Walk e Gibson (1961) estudaram experimentalmente as atividades pela observação sistemática de bebês e de animais, na qual investigaram a percepção da mediação da própria ação na relação eu-mundo. Nesses experimentos, eles aprenderam que a gestão da fronteira com o mundo é função do próprio controle que o indivíduo apreende ao observar suas próprias atividades. Criando duas situações experimentais semelhantes em todos os seus aspectos, menos na percepção, ou não, dos próprios movimentos, eles testaram as reações de gatos na atividade de caminhar sobre ladrilhos “verdadeiros” e “falsos”. Gatos foram colocados para caminhar puxados por uma canga. Alguns caminhavam vendo seus próprios corpos e os movimentos de suas patas, e outros tinham seus corpos cobertos por um pano e eram, portanto, impedidos de observar seu próprio corpo e os movimentos de suas patas. “Treinados” dessas duas formas, os gatos foram colocados para caminhar livremente numa sala cujo piso era de ladrilhos. Alguns desses ladrilhos foram retirados de propósito e substituídos por vidro transparente, que permitia a percepção de espaços vazios (buracos) no chão.

Os gatos impedidos de ver seus próprios movimentos caminhavam sobre o ladrilho de vidro transparente, demonstrando não perceber que caminhavam sobre espaços vazios. Diferentemente, os gatos que viram seus próprios passos, diante do ladrilho de vidro, pararam, pisaram nele, testaram sua existência com uma de suas patas dianteiras, revelando sua percepção das lâminas de vidro – “ladrilhos falsos” sobre espaços vazios. A percepção das próprias atividades aperfeiçoou a percepção que os gatos tinham do mundo, evitando o risco dos passos sobre o ladrilho falso. Walk e Gibson concluíram que, agindo, o indivíduo aprende sobre si mesmo e se capacita para suas transações com a natureza. A percepção dos

próprios passos diferenciou o controle adquirido sobre a própria ação no mundo. Baxter (1982) interpreta os resultados desses experimentos como indicadores da relação eu-mundo ativa ou passiva. Os gatos que viram seus passos tiveram relação ativa, ao passo que os outros, relação passiva, indicando aprendizado sobre o mundo a partir de suas próprias atividades. A “competência” criada pela experiência do agir é confirmada no ensaio de Simone Weil (1972). Nele, Weil infere a função de hífen nas atividades ao assumir que as potencialidades do indivíduo são a ele expostas pelo conhecimento que ele adquire atuando sobre as possibilidades que o mundo lhe oferece. Esse conhecimento desponta de seu agir como agente, como no caso dos gatos.

Interagindo com o outro (ou transformando o mundo), o indivíduo percebe os efeitos de sua ação (da atividade da qual ele é agente) e apreende suas potencialidades para superar sua inferioridade em relação às forças poderosas da natureza.

O segredo da condição humana está na falta de equilíbrio entre ele e as forças da natureza que o excedem infinitamente, quando ele está inativo, o equilíbrio ocorre apenas quando ele está agindo que é a forma dele recriar sua própria vida através do trabalho (WEIL, 1972, p. 157).

Para Weil, o aprendizado produzido pela experiência com as próprias atividades revela o poder do indivíduo para interagir com o mundo e superar as forças que o excedem. É na ação que ele percebe força em suas potencialidades, que são instrumentos de enfrentamento da natureza. Assim, a relação de equilíbrio entre ele e o mundo ocorre quando ele se põe em movimento, atuando como sujeito. Na ação como sujeito que a interdependência entre ele e a natureza é sinal da reciprocidade entre ambos. Quando inativo, ele se aliena de si mesmo, incapaz de perceber quem ele é; mas, quando em atividade, seu autoconhecimento é autêntico, porque revela sua condição de ser interdependente em relação com o mundo. A inferência de Weil mostra que as atividades são o caminho de sua emancipação.

Assim, as atividades da “produção pela arte” propiciam competências e sentido à própria existência humana, ao servirem como hífen entre o indivíduo, o outro, o mundo ou o trabalho, capacitando-o para organizar sua vida administrando propósitos pelos quais ele constrói sua existência. As competências adquiridas pelas próprias atividades capacitam o indivíduo a ser sujeito em suas escolhas. Assim, segundo Weil, o estar no mundo somente tem sentido e corresponde à sua condição humana se ele estiver em atividade. Essa é a justificativa de Weil para assumir que o homem só encontra equilíbrio na ação. O trabalho, como atividade que transforma o ambiente, revela sua condição de sujeito, oferecendo-lhe a condição para lograr relação de equilíbrio com o mundo. Por isso, o trabalho

tem sido largamente reconhecido como hífen crucial com o mundo (SMELSER; ERIKSON, 1980). Essas propriedades das atividades situam-nas como hifens que instituem a relação de interdependência entre o indivíduo e o mundo, revelando a existência de um disponível para servir à existência do outro, em relação de equilíbrio e de reciprocidade. Nessa relação, o trabalho desponta como atividade privilegiada, porque é o instrumento apropriado para a sustentabilidade do mundo e crescimento do eu.

Construindo, desconstruindo e reconstruindo suas atividades para interagir com o outro e consigo mesmo, o indivíduo descobre e aprofunda o poder transformador de sua ação – seu hífen com o mundo e com o trabalho –, por meio do qual ele busca a complementaridade que necessita do outro e do mundo para realizar seus projetos e estabilizar os vínculos sociais e afetivos que mantêm suas parcerias com o outro e com o mundo. Nesse aprendizado, acessando e atualizando suas potencialidades, ele toma consciência de sua condição de ser indeterminado, crítico, criativo, sujeito emancipável e protagonista das realizações práticas e sublimes de sua existência, fortalecendo sua “força ontológica” (DE CHARMS, 1968), que o capacita para voos à altura de seus ideais e para superar a si mesmo. É no protagonismo da construção do hífen que o ser humano se reconhece como ser social, cuja condição de estar no mundo implica na aceitação e construção de sua interdependência com o outro e com o mundo. Na interdependência ele encontra a possibilidade de atividades que confirmam sua liberdade para realizar desejos e viabilizar o ambiente para si e seus descendentes. Seu protagonismo alimenta a consciência de sua condição de um ser em relação, ou seja, de um ser que constrói sua existência tomando em conta a si mesmo, o outro e as potencialidades de ambos. O ser humano apreende sua condição ontológica pelo aprendizado da eficácia ou fracasso de suas ações, criando atividades no *locus* da fronteira entre suas interfaces com o mundo. Ele constrói a si mesmo administrando seus hifens com o mundo no qual vive. Para tanto, ele explora e direciona sua existência, transformando potencialidades em atividades. Gerard Mendel (1998) confirma a força das atividades na formatação da consciência, do conhecimento e da emancipação. Identificando as atividades como atos, Mendel explica como as atividades transitam da esfera metafísica, revelando o ser humano em sua condição ontológica para a esfera da intervenção, identificando as atividades como poder que ele pode desenvolver para se capacitar a viver.

Pode-se concluir dessas análises que a construção das atividades exercidas pelos indivíduos faz diferença em sua relação com o mundo, ensinando-os sobre as contingências presentes em suas interfaces e sobre as potencialidades a elas intrínsecas como condição crucial para seu equilíbrio na construção de sua história. Relacionadas dessa forma, as interfaces entre o eu, o outro e o trabalho são o *locus* de oportunidades no qual os indivíduos podem agir e crescer em suas

competências e ideais para empreender o controle e o desenvolvimento de sua relação com o mundo. Sendo o hífen que revela as potencialidades que fazem a conexão entre um e o outro, elas ensinam o sujeito a compreender a si mesmo, o outro e o mundo e seu protagonismo na criação de sua existência. As interfaces com o outro e com o trabalho tornam-se o *locus* de aprendizado e de construção do hífen, que viabiliza sua realização como sujeito autêntico, ou seja, protagonista de sua interdependência relação com o outro e com o trabalho. Nela, o indivíduo satisfaz sua necessidade de complementaridade e de estabilidade.

Alicerçada na compreensão do hífen entre o eu e o outro, a Seção 17.2 explora as atividades na relação homem-trabalho. Seu escopo não é propor alguma tese ou teoria, mas analisar as atividades do trabalho nas contingências criadas na sociedade do século XXI. Nelas, tanto as relações eu-outro como a relação homem-trabalho foram sacudidas por impactos da tecnologia da teleinformação, que apresentou, desde sua implementação, significativo poder sobre os hifens. Essa tecnologia abriu novas potencialidades na complementaridade e desafios na sustentabilidade, recriando as equações que balizam a interdependência entre o eu, outro e o trabalho. As novas tecnologias interferiram na construção dos hifens (AUBER, 2006; MALVEZZI, 2016). Reconhecendo que a sociedade mudou, Peter Sloterdijk (2005, p. 15) pergunta “onde estamos quando estamos no século XXI?”. No que essas tecnologias alteraram os hifens da relação homem-trabalho? Esta pergunta direciona esta análise para o escrutínio da interface do homem com o trabalho e foi inspirada na esperança de avanço da psicologia social e da psicologia do trabalho e das organizações na compreensão do hífen.

17.2 O contexto da relação eu-outro-trabalho no século XXI

O século XXI criou condições peculiares para a sociedade, a partir das quais o trabalho se reinstitucionaliza (ESPRIT, 2009; LI VIGNI, 2015; METZGER; CLÉACH, 2004; TOURAINE, 2013; VELTZ, 2015). Nessas novas condições, os eventos estão articulados em redes de fluxos, movimentam-se em interdependência e em alta velocidade (SUTHERLAND, 2013). Desde os anos 1990, as redes de fluxos evoluem rapidamente pela criação e invenção de novas derivações que otimizam, sem cessar, a compressão do tempo e do espaço na velocidade de tecnologia digital. Existindo dentro de redes movimentadas em fluxos digitais, as atividades tornaram-se multiplicadas, velozes, fragmentadas e facilmente acessíveis por meio dos aparatos eletrônicos que funcionam como próteses, como ironicamente Papa Francisco os denomina. Desde então, grande parte da “produção pela arte” foi integrada a múltiplas redes. Estar no século XXI é estar dentro de redes de fluxos, que são fer-

ramentas-sistemas que criam e processam atividades. Basta constatar o tempo que as pessoas gastam consultando e criando atividades nas redes, comunicando-se e trabalhando à distância em seus *smartphones*, *laptops* e *iPads*. A estrutura das redes modificou significativamente a relação eu-outro e a relação homem-trabalho por sua interferência na criação e processamento das atividades.

Dentro das redes de fluxos, as atividades ocorrem dentro de uma espécie de desordem legitimada, na qual estruturas, trajetórias, identidades e competências são desafiadas por propriedades emergentes que criadas pela velocidade e interdependência das redes de fluxos. Nessa gramática, despontaram efeitos visíveis, como a cultura da urgência, a ideologia da inovação, a criação do trabalhador nômade, a volatilidade das identidades, a carreira sem fronteiras e a rotina dos paradoxos. Em sua análise dessa gramática, Sloterdijk (2005) chama a atenção à relação eu-outro por meio de hifens paradoxais. Neles, as atividades integram e isolam interfaces, criando a condição de “co-isolamento”, que ele explica pela metáfora da espuma. A espuma é uma estrutura construída por bolhas que se sustentam umas às outras, sem requerer outra transação entre si que não seja o apoio físico. Cada bolha está integrada às vizinhas para sua própria sustentação. As bolhas têm vida própria, mas sua sustentabilidade depende do apoio físico das bolhas ao seu redor. Assim, as bolhas estão integradas umas às outras, sem outra transação entre elas que não seja o apoio físico à sua existência. É uma conexão que enfraquece a atividade de sujeito. Como as bolhas são frágeis pela susceptibilidade ao vento e às alterações de temperatura, uma massa de espuma sofre constantes alterações em sua estrutura devido à implosão de bolhas. Analogamente, a estrutura das redes de fluxos tornou-se um paradoxo que, ao mesmo tempo, integra os indivíduos, facilita seus isolamentos e não demanda vínculos entre eles que não sejam informações e seus processamentos. Assim, nas redes de fluxos, os indivíduos estão integrados, mas carecem do controle sobre a sustentabilidade de suas identidades, carreiras e vínculos (LI VIGNI, 2016). Nessa gramática, as escolhas necessárias à “produção pela arte” tornaram-se igualmente paradoxais e, portanto, mais complexas. Nela, o desempenho individual requer autonomia de escolha e sinergia com os fluxos nas ferramentas-sistemas, impondo duas demandas aos desempenhos. Uma é a demanda de constante adaptação e a outra é o cuidado com o enfraquecimento das fronteiras. Ambas impactam na compreensão e manejo dos hifens.

Dentro de redes de fluxos, os eventos tornaram-se objetos voláteis, facilmente alterados em suas propriedades e funções, dificultando as escolhas e o cumprimento de trajetórias na “produção pela arte”. Os desempenhos recebem, continuamente, demandas de adaptação nas propriedades, funções e interfaces dos eventos. A demanda de adaptação tornou-se tarefa de rotina que transforma as atividades em ações artesanais. Identificar, avaliar, processar e escolher tornaram-se

tarefas mais complexas, para as quais autonomia, criatividade e compromisso são requisitos cruciais. Essa demanda é o motivo pelo qual hoje os empregos perderam sustentabilidade, porque foram concebidos como tarefas fixas dentro de alguma estrutura. Essa institucionalização do trabalho evoluiu para o formato do trabalho artesanal, que leva o nome de trabalho autônomo precário (IRIBARNE, 2015). Essa forma de trabalho complicou tanto a vida do trabalhador que mereceu a denominação de trabalho perverso (GAULEJAC, 2011) pela carga de demandas emergentes, pela responsabilidade sobre os resultados e pela insegurança gerada no trabalhador em função da oscilação de suas competências, condições que fomentam o *stress*. Na gramática das redes de fluxos, o trabalhador é o empreendedor da adaptação de suas tarefas, gestor de seus vínculos e competências e alocado em trajetórias de carreira construídas por ele mesmo (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996; TAMS; MARXHALL, 2011).

A segunda demanda desponta na labilidade das fronteiras dentro das redes de fluxos. As fronteiras são elementos cruciais nas identificações, avaliações e escolhas que articulam as atividades. Identidades, trajetórias, reconhecimentos, competências, prazos e modelos propiciam limites que fundamentam as escolhas na articulação das atividades. Dentro das redes de fluxos, as fronteiras tornaram-se limites voláteis, debilitadas no controle das influências externas sobre as propriedades, funções e identidades dos eventos. Para Greblo (2015), a movimentação e flexibilização das fronteiras complicaram a maioria das ações humanas, exigindo mais atenção, experiência prévia e interlocução para o enfrentamento das incertezas. Em recente ensaio, escrito para revisar o conceito de fronteira, Torno (2015), partindo da análise dos desafios da experiência da comunidade europeia, explica as próprias fronteiras como fluxos das redes, tornando-se condições incontrolláveis pela multiplicação das interfaces e velocidade dos movimentos. Essa labilidade dificulta significativamente a tarefa de escolher atividades e articulá-las em hifens.

Dentro dessas condições, há pouco espaço para atividades serializadas, uma vez que os hifens necessitam de constante adaptação, as interfaces requerem compreensão, duas variáveis diretamente ligadas à intersubjetividade. O desempenho no trabalho demanda instrumentos de gestão que considerem a intersubjetividade entre os sujeitos, uma vez que todos se tornaram protagonistas que criam propriedades emergentes para os outros. É por esse motivo que a liderança ganha prestígio como ferramenta de gestão em correlação com o enfraquecimento das forças da autoridade e das instituições. Esta foi pedra angular do *locus* burocrático e a subjetividade foi ignorada e até mesmo evitada. No entanto, no *locus* do século XXI, a subjetividade tornou-se pedra angular pela força sobre os fluxos e pelo caráter artesanal da adaptação que sustenta os eventos. Nesse *locus*, a sinergia entre as diversas equipes e as ferramentas-sistemas depende da legitimação

das atividades, que emerge da intersubjetividade. É por esse motivo que a reinstitucionalização do trabalho se distancia das grandes estruturas organizacionais (que requerem atividades serializadas) para evoluir na direção de projetos com os quais o formato do trabalho autônomo precário tem compatibilidade (McKAY et al., 2012). Essa gramática que demanda adaptação artesanal dos desempenhos dentro de contextos estratificados por fronteiras instáveis e lábeis impõe pesados desafios à análise da relação homem-trabalho sob a perspectiva de sua dimensão prática, uma vez que a institucionalização do trabalho não contempla regularidades. Na gramática dos fluxos em redes, a serialização de práticas para a relação homem-trabalho seria outro paradoxo. De que serviria a oferta de critérios e práticas para a criação de atividades no *locus* sem fronteiras no qual a “produção pela arte” é artesanal e sujeita a incertezas? A análise dessas questões demandaria outro capítulo para este livro.

17.3 A relação homem-trabalho

No contexto do século XXI, não obstante a fluidez dos eventos, a relação homem-trabalho mantém seus status de hífen crucial, cuja construção migra das mãos dos gestores para a gestão comunitária dos diversos *stakeholders*. Essa compreensão do hífen foi desenvolvida por Malvezzi (1988) em sua tese de doutorado. Nesse texto, Malvezzi dissecou critérios e projetos de mudança organizacional sob o ponto de vista da humanização do trabalho, que era a perspectiva da relação homem-trabalho desde o início dos anos 1970. A retomada da análise desenvolvida por Malvezzi neste capítulo visa propor ao leitor o cotejo entre as condições do século XXI e a condição humana. Esta conclusão para este capítulo agrega ao reconhecimento das atividades como hífen entre o homem e o trabalho um olhar a mais e sua relação com a perspectiva de construção comunitária entre os diversos *stakeholders*.

O estudo da relação homem-trabalho tem como eixo a análise do próprio trabalho. Este é uma forma de “produção pela arte”, pela qual os indivíduos realizam atividades que transformam objetos, oferecem serviços e criam valores para sobreviver (função econômica do trabalho), realizar-se (função psicológica do trabalho) e cooperar na produção do bem viver de todos (função social do trabalho). Engajado nessas três contribuições, o trabalho desponta como atividade multifuncional necessária, sem o qual a sociedade teria que ser reinventada. A multifuncionalidade do trabalho torna-o uma atividade conectada a diversos fins e efeitos, como energia, mercadoria, instrumento de produção, desgaste, satisfação e responsabilidade moral, entre muitas outras possibilidades. O trabalho é o hífen do engajamento e articulação social e política pela qual a sociedade sobrevive e constrói emancipação, justiça e paz. A multifuncionalidade do traba-

lho expõe a relação homem-trabalho que dá conta de conflitos potenciais entre as contingências físicas, econômicas, subjetivas e sociais. Essa condição foi o argumento de Shimmin (1966) para assumir o trabalho como atividade plural que transcende os limites de qualquer categoria de análise. Sua compreensão requer a consideração de diversas categorias de análise. Obviamente, a busca de uma interface constituída por hifens polivalentes emerge como utopia. Dificilmente, algum hífen daria conta de tantas demandas, que, no século XXI, tendem a se tornar ainda mais desafiadoras. A relação homem-trabalho cria o hífen que interliga as interfaces entre a sociedade, a pessoa, as tecnologias e o desempenho dentro de fluxos em redes que se movimentam em alta velocidade.

É inútil imaginar as transações entre essas interfaces a partir da racionalidade da engenharia e da autoridade que está alicerçada em pressupostos de estabilidade, equilíbrio e autossustentação. As teorias, conceitos e modelos, até hoje suficientes para a compreensão e gestão do trabalho na sociedade, são hoje desafiadas pelas condições e problemas das redes de fluxos; das fronteiras móveis; das propriedades emergentes e dos paradoxos que impediriam a medição de hifens dependentes de planejamento e controle de cima para baixo. Ao contrário, tais condições direcionam o hífen para o protagonismo artesanal. Essa direção não implica algum sentido de ação imanente ou pragmática, mas, ao contrário, implica a busca de algo transcendente que compense o pragmatismo e a volatilidade diante dos imperativos da condição humana. Esboçando um hífen capaz desse feito, Malvezzi (2006) reflete sobre as potenciais contribuições da psicologia das organizações e do trabalho para a reinstitucionalização do trabalho, hoje em curso em toda a sociedade, considerando que o hífen da relação homem-trabalho passa pelo paradoxo da gestão dos processos regulatórios do desempenho e dos processos emancipatórios da pessoa do trabalhador. O trabalho requer eficácia em seus fins objetivos (heteroprodutivo) e recursos para o trabalhador (autoprodutivo). Essa visão teve origem em sua tese de doutorado (MALVEZZI, 1988), na qual ele redesenha o conceito de relação homem-trabalho a partir de duas categorias de análise. A primeira dessas categorias foca nos níveis de mudanças e a segunda foca nos predicados das atividades que materializam o hífen dessa relação. Essas categorias seriam, segundo Malvezzi, as referências para os protagonistas da construção do hífen entre o homem e o trabalho. Essas referências colocam as questões ontológicas, cuja aplicação concreta seria uma tarefa de caráter comunitário entre os *stakeholders* desse artesanato. Sem espaço neste capítulo para analisar e discutir a proposta de Malvezzi, sua apresentação será limitada à descrição nominal de seus principais pontos, uma vez que sua análise e justificativa demandariam outro capítulo para este livro.

Na primeira categoria, Malvezzi entende que a criação de hifens que assumam a mediação das atividades de trabalho com a condição humana requer

empreendimentos em três focos de mudanças. O primeiro foco é a gestão da subjetividade, ou seja, a consideração das demandas e potencialidades presentes nas estruturas internas dos indivíduos. Na subjetividade, estão suas motivações, seus ideais, suas tensões, entre outros elementos que atuam como *stakeholders* nas atividades para a eficácia dos desempenhos e a qualidade de sua vida. O segundo foco de mudança é direcionado para as condições de trabalho. Estas criam as contingências do ambiente, aqui e agora, como mediadoras da instrumentalidade presente nas máquinas e na pessoa do trabalhador, diretamente implicadas na eficácia e na qualidade de vida. O terceiro foco é a construção das relações institucionais. Estas criam as macroestruturas que balizam o poder, a mobilidade dos indivíduos e a gramática que rege as ações políticas. Malvezzi conclui em seu trabalho que a gestão da relação homem-trabalho é construída nos empreendimentos sobre esses três focos de ação. Sua justificativa está no reconhecimento de que os três expõem estruturas poderosas, que produzem os diferentes determinantes das atividades de trabalho e a potencialidade destas de contribuir para a integração do agir hétero ao agir autoprodutivo. Para ele, reformulação e otimização das condições de trabalho, como ocorreu no movimento de relações industriais, nos anos 1960, ou nos movimentos da qualidade total, nos anos 1970, ou as reformulações políticas que ocorreram em algumas sociedades articuladas em modelos socialistas, não deram conta das demandas da integração entre atividades hétero e autoprodutivas.

Na segunda categoria, Malvezzi entende que as atividades que constituem o trabalho sejam uma forma de “produção pela arte”, que tem impactos diretos em quatro condições da própria pessoa humana. O primeiro é a capacidade do trabalho de promover no indivíduo o reconhecimento de sua condição de agente-sujeito (sua condição ontológica). O trabalho implica na integração da mente, que cria, e da mão, que executa. O segundo impacto trata do controle que o trabalhador tem sobre os meios de produção. A falta desse controle torna estéril sua condição de agente-sujeito do trabalho. O terceiro impacto trata da articulação da interdependência entre o indivíduo e o mundo e a sociedade, de tal forma que eles vivam a relação de reciprocidade, ou seja, que lhe seja reconhecido o exercício de protagonista interdependente em relação às próprias atividades e suas consequências. Este impacto é corroborado pela análise de Weil, apresentada anteriormente. O quarto e último impacto é a capacidade do trabalho de espelhar ao trabalhador sua plena condição ontológica, ou seja, a possibilidade de reconhecimento de sua condição ontológica em seu trabalho.

Embora essas duas categorias de análise tenham luz própria para fomentar e fundamentar a discussão do hífen na relação homem-trabalho, o cruzamento entre elas e sua abertura para confrontos com as “condições empíricas” da organização do trabalho de articulação das tarefas funcionariam como um critério

de validação. A categoria foco oferece três articulações cuja gestão é tratada em diferentes níveis e atividades. A categoria relativa aos impactos oferece predicados identitários da condição humana, que requerem consideração na organização do trabalho e na articulação das tarefas. Os *stakeholders* da organização das atividades encontram nesses sete pontos uma espécie de modelo no qual o hífen dispõe de algum padrão transcendental para enfrentar o pragmatismo da “sociedade líquida” presente nas redes de fluxos. Assumidos sob a luz desses pontos, a relação homem-trabalho surge como representação do ser humano e de suas atividades, que alimenta a compreensão do contexto e oferece critério para a ação artesanal que hoje domina o cenário das empresas, profissões e autônomos.

Considerada na perspectiva desses sete pontos, a relação homem-trabalho emerge mais como um movimento de reflexão contínua, produzida por parte dos *stakeholders*, do que como um modelo no qual a realidade deve ser enquadrada. O empreendimento dessa reflexão em cotejo com as redes de fluxos certamente não produzirá soluções, como foi proposto pelas teorias de administração, mas propiciará a interlocução continuada entre a condição humana e a realidade com suas demandas, limites, prazos e contingências, dos quais emergem práticas que poderão ser consideradas pela comunidade dos *stakeholders*. Nesse sentido, esse conjunto de pontos revela que a construção do hífen da relação homem-trabalho é uma questão sempre aberta, em contínua operacionalização, administrada na relação eu-outro (*eu-stakeholders*), e direcionada para a sociedade, o indivíduo e o bem-viver, dos quais espera-se como resultado um contínuo processo de aprendizagem sobre a natureza, a pessoa e o hífen que as conecta.

O conceito de relação homem-trabalho reconhece os hifens entre o eu, o outro, o mundo e o trabalho como seu objeto de ação e de reflexão e como construções produzidas por diversas mãos em complementaridade de valores, visão de mundo e de ações. Esses hifens são construídos para dar conta da interdependência entre auto e hétero, entre os processos regulatórios e os emancipatórios, sob as perspectivas da sustentabilidade do mundo e da transcendência da condição humana dentro de um contexto frágil. O reconhecimento da interdependência entre esses processos coloca os hifens diante das demandas da eficácia e das demandas da condição humana para a vida de liberdade, justiça e qualidade.

Tomado como reflexão e contínua construção, o hífen entre o eu, o outro, o mundo e o trabalho emerge como articulação de atividades que não são impostas à sociedade, mas construídas como o ser humano é: um ser social, em relação com o outro e o mundo.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. São Paulo, Editora Forense, 2001.

- ARISTOTELE. *The works of Aristotle*. Editores Smith J. and W. Ross. Clarendon Press, Oxford, 1908.
- ARTHUR, M.; ROUSSEAU, D. *The Boundaryless Career*. USA: Oxford University Press, 1996.
- ASHBY, W. Principles of the self-organizing dynamic system. *Journal of General Psychology*, v. 37, p. 125-128, 1947.
- AUBER, N. *L'Individu hypermoderne*. Paris: Érès, 2006.
- BAXTER, B. *Alienation and authenticity*. London: Tavistock, 1982.
- CALDWELL, R. *Agency and change*. London: Routledge, 2006.
- CHIUZZI, R. *As dinâmicas de formação e continuidade dos contratos psicológicos*. Tese de Doutorado. São Paulo: IP-USP, 2014.
- COOPER, R. *The other*. In: MORGAN, G. (Org.). *Beyond method*. London: Sage, 1983.
- _____. Interview with Robert Cooper by Robert Chia & Jannis Kallinikos. In: CHIA, R. *Organized worlds*. London: Routledge, 1998.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *L'Acteur et le Système*. Paris: Seuil, 1978.
- DE CHARMS. *Personal causation*. New York: Academic Press, 1968.
- DOMANESCHI, F.; PENCO, C. *Come no Detto, usi e abusi de sottisintesi*. Editori Laterza, Bari, 2016.
- EHRENBERG, A. Sciences neurales, sciences sociales: de la totemisation du soi à la sociologie de l'homme total. In: WIEVIORKA, M. *Les sciences sociales en mutation*. France: Editions Sciences Humaines, 2007.
- ESPRIT. *Esprit, Homo Numericus*, n. 3-4, p. 68-217, mars-avril 2009.
- GAULEJAC, V. *Travail, les raisons de la colère*. Paris, Seuil, 2011.
- GERGEN, K. *Relational being*. New York: Oxford University Press, 2009.

- GREBLO, E. *Confini in discussione. Rivista di Storia delle Idee*, v. 4, n. 1, p. 52-68, 2015.
- HEIDER, F. *Psicologia das relações interpessoais*. São Paulo: Editora Pioneira; Edusp, 1970.
- HOMANS, G. *The human group*. USA: Transaction Publishers, 1951.
- IRIBARNE, A. La nouvelle révolution industrielle. *Futuribles*, n. 406, p. 21-34, mai-juin 2015.
- LANE, S.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEWIN, K. *Princípios de psicologia topológica*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1934, 1973.
- LI VIGNI, A. Rispondo dunque Sono. *Il Sole 24 Ore*, Doménica, Roma, 2015.
- LINDSEY, G.; ARONSON, E. (Org.). *Handbook of social psychology*. USA: Addison Wesley, 1968.
- McKAY, S. et al. *Study on precarious work and social rights*. London: Working Lives Research Institute, London Metropolitan University: Apr. 2012.
- MALVEZZI, S. O tempo e a existência: uma relação crucial na sociedade globalizada. *Revista de Marketing Industrial*, ano 20, v. 70, p. 70-77, 2016.
- MALVEZZI, S. *A Psicologia das organizações e do trabalho – uma identidade em construção*. Tese de Livre Docência. São Paulo: IP-USP, 2006.
- MALVEZZI, S. *The man-work relationship and organizational change*. PhD Thesis. UK: University of Lancaster, Department of Behaviour in Organizations, 1988.
- MEAD, H. G. (1934, 1962). *Mind self and society*. USA: The University of Chicago Press.
- MENDEL, G. *L'act est une aventure*. Paris, Broché, 1998.

- METZGER, J.-L.; CLÉACH, O. Le teletravail des cadres: entre suractivité et apprentissage de nouvelles temporalités. *Sociologie du Travail*, v. 46, p. 433-450, 2004.
- PIGNOCCHI, A. *L'oeuvre d'art et ses intentions*. Paris: Odile Jacob, 2015.
- RICOEUR, P. (1990, 2008). L'interprétation de soi. Allocution prononcée à heidelberg. *Cités*, Paris, n. 33, p. 139, 2008.
- SAINSAULIEU, R. *L'identité au Travail*. Paris: Presse de la Fondation National de Sciences Politiques, 1977.
- SHIMMIN, S. *Concepts of work, occupational psychology*, 40, p. 195-201, 1966.
- SLOTERDIJK, P. *Écumes*. Paris: Hachette, 2005.
- SMELSER, N.; ERIKSON, E. (Ed.). *Themes of work and love in adulthood*. London: Grant McIntyre, 1980.
- SUTHERLAND, T. Liquid networks and the metaphysics of flux: ontologies of flow in an age of speed and mobility. *Theory Culture & Society*, v. 30, n. 5, p. 3-23, 2013.
- TAMS, S.; MARXHALL, J. Responsible careers: systemic reflexivity in shifting landscapes. *Human relations*, v. 64, n. 1, p. 109-131, 2011.
- TORNO, A. Como sta cambiando il senso di frontiera. *Il Sole 24 Ore*, Domenica, 2015.
- TOURAINÉ, A. *La fin des sociétés*. Paris: Seuil, 2013.
- VELTZ, P. *La société hyperindustrielle et ses territoires. Futuribles*, p. 5-18, 2015.
- WALK, R.; GIBSON, E. A comparative and analytical study of visual depth perception. *Psychological Monographs*, v. 75, n. 15, 1961.
- WEIL, S. *Gravity and grace*. Glasgow Collins, 1972.

Psicossocial: *continuum* ontológico do processo relacional

Marcelo Afonso Ribeiro

18.1 Introdução

A questão do psico-social ou do sócio-psicológico, ou, ainda, da intersubjetividade, ou, se quisermos sintetizar, da clássica relação eu-outro, foi compreendida ao longo da história das ciências humanas e sociais por meio de dois olhares puros: o olhar da psicologia individual e o olhar da sociologia, cada qual privilegiando um dos eixos da relação – ou seriam *extremos* da relação? A questão psico-social e as significações do hífen, como linha analítica central proposta para o presente texto e questão fundante para o campo da psicologia social, colocam em cena o velho dilema anteriormente postulado, representado pelo hífen, sobre a origem da determinação da vida humana: a pessoa é gerada pela estrutura social ou a estrutura social é fruto da relação entre as pessoas? Posturas subjetivantes e posturas socializantes governaram a trajetória da construção argumentativa das ciências humanas e sociais, mas foram sendo interpeladas por posturas mais híbridas, no sentido que Latour (1994) propõe, ou seja, de ser individual e social ao mesmo tempo, pela ruptura da separação dicotômica entre ambos, corroborada pela ideia de junção – o híbrido não opera com a lógica do “ou”, e sim com a lógica do “e” (SANTAELLA; CARDOSO, 2015).

Tanto no campo tradicional das ciências sociais, por meio de autores como Talcott Parsons, Erving Goffman, Alfred Schutz, George Mead, Peter Berger e Thomas Luckmann, quanto no campo tradicional da psicologia, por meio de pensadores como Sigmund Freud, Erik Erikson, Maurice Merleau-Ponty e Donald Winnicott, este dilema se coloca, persistindo na contemporaneidade dos estudos de Alain Touraine, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Claude Dubar, René Käs e Stephen Frosh, entre outros, que buscaram propor sua significação própria do hífen da relação eu-outro, ou, no limite, eliminar o hífen, transformando o psico-

social ou o sócio-psicológico em psicossocial, como o fizeram Bruno Latour, John Shotter e Kenneth Gergen.

Esta última perspectiva será a perspectiva adotada no presente texto, com a apresentação de uma proposta de compreensão do psicossocial como *continuum* ontológico do processo relacional, ou seja, substituindo a lógica moderna da polarização dicotômica entre duas estruturas distintas e separadas (*eu* e *outro*) pela concepção de um *continuum* com dois polos extremos (extremo subjetivo e extremo social), no qual não há separação possível entre *eu* e *outro*; por isso, um processo relacional indissociável com dois extremos (subjetivo e social), que podem ou não se abrir e fazer com que a pessoa fique aprisionada em um dos extremos pelos individualismos ou pela hiperadaptação, o que será melhor detalhado ao longo do presente capítulo.

Para além da batalha política de supremacia ontológica entre o subjetivo e o social, a questão epistemológica requisita peremptoriamente dos pensadores contemporâneos algum tipo de elaboração teórico-conceitual acerca da relação eu-outro, com ou sem hífen, no singular ou plural das duas dimensões envolvidas ou da mesma dimensão com dois extremos constituintes. Apesar desta interpelação fundante da análise da relação eu-outro, ainda pode se ver um predomínio de uma dimensão sobre a outra, gerando, muitas vezes, a redução de uma à outra. Como ir além da divisão subjetivismo/objetivismo buscando superar as possíveis visões dicotômicas estruturantes do pensamento científico tradicional?

18.2 Propostas para análise da relação eu-outro

Figueiredo e Coelho Jr. (2004), por meio do eixo da experiência da intersubjetividade, propõem quatro matrizes para pensar a relação *eu-outro* (transsubjetiva, traumática, interpessoal e intrapsíquica) com base nas diferentes dimensões da alteridade, variando da concepção da alteridade como emergente constituinte das experiências subjetivas por seu caráter de inclusão primordial (matriz transsubjetiva, representada por Scheler, Heidegger, Merleau-Ponty), da alteridade como irrupção e acontecimento traumatizante (matriz traumática, representada por Lévinas), da alteridade como campo das relações construídas nas interações entre sujeitos (matriz interpessoal, representada por Mead) e da alteridade como presença de objetos externos na realidade psíquica (matriz intrapsíquica, representada por Freud, Klein, Fairbairn, Winnicott).

Dentre as matrizes apresentadas, Mead (1953), fundamentado no interacionismo simbólico e baseado numa matriz interpessoal na qual a alteridade é vista como campo das relações construídas nas interações entre sujeitos, faz uma proposta inicial da concepção de psicossocial como qualidade de uma relação produtora da identidade (relação *eu-outro*) por meio da construção compartilhada de

significados que seria, ao mesmo tempo, identidade social (*eu* como *mim*, que é a dimensão do *self* em que a pessoa é objeto para si mesma) e identidade pessoal (*eu* como *eu*, que é a dimensão do *self* em que a pessoa é sujeito para si mesma), o que garantiria processos de permanência e mudança na pessoa – básicos para sua vida psicológica e social.

Autores oriundos da sociologia, como Alain Touraine, Anthony Giddens, Claude Dubar e Pierre Bourdieu, buscaram, cada um à sua maneira, propor uma compreensão da relação *eu-outro*.

Seja pelas posições relacionais do indivíduo diante do mundo, focando nas relações sociais, não nas estruturas, como a sociedade e os indivíduos, corporificadas na concepção de sujeito (TOURAINÉ, 2006).

Seja pela ideia da dependência mútua entre a agência humana (capacidade de realizar coisas) e a estrutura social com foco na produção da ação, referência ontológica fundacional para a investigação da relação *eu-outro* da praxiologia estruturacionista (GIDDENS, 1991).

Seja pela concepção interacionista simbólica contemporânea de que a pessoa não seria um produto antecipável, mas uma resultante, não previsível, gerada pela articulação de dois processos heterogêneos: processo relacional e processo biográfico (DUBAR, 2000).

Seja, ainda, pela concepção da sociedade como uma estrutura estruturada objetivamente, que, entretanto, transforma-se e/ou se conserva pelas relações de interação entre agentes sociais (teoria da prática) que têm posições e disposições específicas do seu *habitus* de classe no interior de um campo, que é um segmento do social, sendo, também, uma estrutura estruturante atravessada pelas relações de poder em um jogo de forças e lutas. A posição e a disposição no campo, determinadas pelo *habitus*, representam a distribuição de diferentes formas de capital (material, social, simbólico, político) de que cada agente dispõe e que determina sua ação social, referência ontológica fundacional para a investigação da relação *eu-outro* do estruturalismo praxiológico (BOURDIEU, 1996).

No campo da psicologia, poderíamos analisar as possibilidades de concepção da relação *eu-outro* por meio das propostas epistemológicas contemporâneas que, segundo Greene (1990) e Guba (1990), seriam: (1) pós-positivismo, (2) interpretativismo (construtivismo e construcionismo) e (3) teoria crítica.

Para o pós-positivismo, a produção de conhecimentos é definida por uma engenharia social (*social engineering*) na qual há uma dicotomia entre as dimensões subjetiva e social, sendo a realidade um fenômeno objetivamente determinado (ontologia realista). Para as teorias críticas, a produção de conhecimentos é definida por um engajamento político (*political engagement*), preconiza a indissociabilidade entre as dimensões subjetiva e social (totalidade histórica dialética), sendo a realidade um fenômeno objetivamente determinado por estruturas materiais e

ideológicas predefinidas (ontologia realista). Por último, para as propostas interpretativistas, a produção de conhecimentos é definida pela produção de narrativas (*storytelling*) e

[...] tem duas vertentes: o Construtivismo e o Construcionismo, ambos definidos por meio de uma epistemologia intersubjetiva, mas que diferem nas suas concepções ontológicas. Enquanto o Construtivismo concebe que a produção de narrativas seria marcada pela construção de representações mentais sobre a realidade, inacessível diretamente (ontologia realista), o Construcionismo postula que não existiria uma realidade objetiva, somente realidades narrativas produzidas em relação psicossocial (ontologia relacional) (RIBEIRO, 2014, p. 90).

Ontologia realista ou ontologia relacional? Em termos da proposição conceitual da relação *eu-outro*, as propostas epistemológicas com base numa ontologia realista, com exceção de algumas teorias críticas, privilegiariam a manutenção do hífen numa insistência na diferença fundacional (PAIVA, 2013¹), enquanto que as propostas de base ontológica relacional buscariam a supressão do hífen como afirmação da indissociabilidade *eu-outro*, embora Mandelbaum (2012) afirme que o hífen, paradoxalmente, poderia ser a marca da divisão ao mesmo tempo em que seria a marca de sua indissociabilidade, constituindo-se como “a natureza do psicológico e do social” e se instaurando “para juntar campos aparentemente separados – o psicológico e o social”, pois “o hífen serve para deixar surgir a própria essência relacional que é inerente a cada um dos elementos, para que estes possam existir como tais” (p. 18).

Apesar da bela imagem trazida por Mandelbaum (2012) acerca do hífen, julgamos que ela ainda carrega em si a marca da separação, sendo uma ponte entre duas dimensões distintas, mas que, se a ponte rui, a divisão ressurge e a indissociabilidade se rompe. Diante desta outra imagem da ponte rompida e buscando concepções que preconizem a indissociabilidade *eu-outro*, como pensar o psicossocial sem hífen como afirmação desta indissociabilidade?

18.3 Base teórica para uma concepção do psicossocial

A presente proposta elegeu o construcionismo social que, como enfoque interpretativista e fundado numa ontologia relacional, assume, epistemologicamen-

1 Cf. Capítulo XXX.

te, a supressão do hífen como afirmação da indissociabilidade *eu-outro* e seria uma possível perspectiva para compreensão e análise do psicossocial sem hífen.

Com base numa síntese das ideias socioconstrucionistas, inicialmente propostas por Gergen (1985, 1996, 1997, 1999) e ampliadas e modificadas por Burr (1995), Harré (1998), Mcnamee e Gergen (1999) e Shotter (1993), entre outros, bem como pelas produções brasileiras de Rasera e Japur (2005), Rasera, Guanaes e Japur (2004) e Spink (2003), os pressupostos e inspirações teóricas da presente proposição, baseados na perspectiva socioconstrucionista, auxiliam-nos a pensar a indissociabilidade *eu-outro* da concepção do psicossocial sem hífen por meio de:

1) Uma *ontologia relacional*, na qual, segundo Gergen (1996, 1997), Harré (1998), Mcnamee e Gergen (1999) e Shotter (1993), os conhecimentos são produzidos em relação e a realidade é intersubjetivamente construída via narrativas, discursos e práticas sociais. É importante salientar que falar em uma ontologia relacional não significa negar a existência material das pessoas e das coisas, porque a única realidade existente seria a realidade da relação, na qual pessoas, coisas e sociedade existem como constituintes da relação.

2) Uma *epistemologia intersubjetivista*, pois o conhecimento emerge da trama intersubjetiva, sendo um discurso sobre a realidade, nunca a realidade mesma; por isso, busca-se compreender a dinâmica da realidade sem partir de pressupostos apriorísticos (BURR, 1995; GERGEN, 1985, 1999).

3) Uma *metodologia dialógica e transformativa* (hermenêutica diatópica, SANTOS, 2003), na qual a interpretação sobre a realidade é construída e negociada na relação psicossocial, que cria a própria realidade com os discursos e as práticas resultantes desta relação (RASERA; GUANAES; JAPUR, 2004; RASERA; JAPUR, 2005).

Santos (2003) nomeia de hermenêutica diatópica o processo de interpretação (hermenêutica) realizado entre pessoas ou grupos em posições socioculturais distintas e desiguais (*di* – dois e *topoi* – posições ou lugares de produção de conhecimentos), em que um diálogo intercultural é gerado entre saberes diferentes e desiguais com base em quatro princípios preconizados em Santos (2014): (a) reconhecimento de incompletudes mútuas; (b) troca operada entre universos de sentido diferentes, constituindo-se, portanto, em uma perspectiva dialógica e psicossocial; (c) inteligibilidade mútua com base numa teoria de tradução, pela abertura para o interculturalismo (intersubjetividade), sem um saber anular o outro, mas ambos produzindo um terceiro saber como resultante do encontro, na qual há uma coconstrução gerada por ambos, na ideia do saber mestiço (SANTOS, 2001); e (d) hierarquia de saberes dependente do contexto que requisita uma tradução intercultural.

4) Um *projeto ético-político*, que preconiza a indissociabilidade entre produção de conhecimentos e intervenção social, visando gerar micronarrativas teó-

ricas, não macronarrativas, embora coconstruídas relacionalmente, levando em conta “de um lado, a existência de um valor absoluto e universal, inerente a todo ser humano em qualquer tempo e lugar; e, de outro, o caráter particular.. o universal não é o ponto de partida, mas sim o de chegada” (ROSENFELD; PAULI, 2012, p. 322).

Para Latour (2012), haveria uma falácia na ideia de macro, pois não há algo maior, mais amplo ou superior hierarquicamente, mas, antes, “micros” conectados a tantos outros.

Santos (2014) nomeia esta relação entre universal e particular de uma ecologia de saberes, que tem como premissa básica a ideia de que todos os conhecimentos têm limites e que sua produção deveria se dar por meio do diálogo de saberes distintos encarnados em distintas práticas sociais, e é assim denominada por se basear no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles o da ciência moderna) e a tentativa de pensar o conhecimento como relacional (interconhecimento).

Em suma, é uma ciência polissêmica voltada ao cotidiano (SPINK, 2003).

18.4 Proposta de concepção do psicossocial como *continuum ontológico do processo relacional*

Antes de mais nada, é importante marcar a pluralidade de possibilidades contextuais contemporâneas, o que nos obriga a pensar a relação *eu-outro* como *eu-outros*, no plural, como propõe Malo (2007) na noção atualizada de *outros generalizados*, oriunda de *outro generalizado* proposto por Mead (1953).

Assim, as propostas interpretativistas construcionistas se colocam como opção epistemológica pertinente para pensar o psicossocial ao preconizar a indissociabilidade *eu-outros* e uma ontologia relacional (conhecimentos são produzidos na relação), atendendo, neste sentido, à busca de uma posição epistemológica que pudesse oferecer subsídios para a tentativa de reflexão acerca da questão postulada anteriormente: como pensar o psicossocial sem hífen como afirmação da indissociabilidade *eu-outros*?

Se a ontologia é relacional, fica pressuposto que tanto as pessoas quanto as realidades são processos psicossociais: discursivos e indissociáveis, marcando uma posição ontológica e epistemológica clara, ao mesmo tempo que traz um posicionamento político de ruptura com a tradição discursiva das ciências humanas e sociais de separação entre subjetivo (pessoa) e sociedade (social), pois, mesmo quando a relação era tomada como significativa, ela aparecia como “psico-social” ou “sócio-psicológica”, sendo que o hífen é a marca concreta desta divisão, que

é também uma divisão de poder sobre “o que” e “quem”, no interior dos campos do saber, podem se dedicar a estudar (RIBEIRO, 2014, p. 98).

Segundo Frosh (2012), uma teoria psicossocial focaria a inter-relação entre subjetividades e identidades pessoais com as formações históricas sociais e políticas contemporâneas, na busca de entender processos por meio dos quais as duas dimensões (subjetiva e social) se constituem de forma mútua.

Paiva (2013), inspirada pela hermenêutica e pelo construcionismo social, postula o psicossocial como a “intersubjetividade em cena” implicada em cenários socioculturais, focalizando cenas cotidianas e das trajetórias das pessoas, plurais e heterogêneas, não numa resultante consensual como propunha o pensamento moderno em geral.

Latour (1994) corrobora este princípio e versa que o ser humano somente pode ser concebido como “híbrido”, ou seja, individual e social simultaneamente, caracterizado por um campo de tensões heterogêneas, no qual uma síntese não é um resultado necessário. Ao contrário de qualquer possibilidade de leitura dualista dicotômica da realidade baseada na existência de dois polos privilegiados, Latour (1994) propõe uma ontologia de geometria variável, no interior da qual há possibilidade de múltiplas entradas e conexões. Assim, para o autor, o híbrido tem um propósito muito claro, que é desmontar “a ilusão moderna de que é possível isolar o domínio da natureza, das coisas inatas, do domínio da política, da ação humana” (SZTUTMAN; MARRAS, 2004, p. 397).

Mas o que seria um híbrido?

Para Madeira (2010), *híbrido* advém do termo grego *hybris*, que “remete para uma trama de ligações cujo denominador comum é a mistura de coisas de ordens distintas, da qual resulta algo excessivo (ou, no seu inverso, algo em falta)” (p. 1), muitas vezes denominado *monstro*, que advém de *monstrum*, relacionado a anunciar ou mostrar o que emerge da relação com um fenômeno excepcional ou diferente do usual ou do normal, sendo um termo comumente utilizado desde a mitologia grega e chegando à ciência moderna em áreas como a biologia, geografia, história e religião.

Segundo a autora, qualquer um dos híbridos “representa o resultado da mistura de coisas/objectos/práticas de ordem diferente; qualquer um deles não se integra em categorias como ‘puro’, ‘fixo’ ou ‘classificável’, senão nas suas categorias híbridas e/ou monstruosas” (MADEIRA, 2010, p. 2), e seria uma categoria relacional central para pensar a contemporaneidade que tem rompido, gradativamente, com as classificações binárias dicotomizantes da experiência psicossocial humana, por exemplo, com a ruptura da divisão dos sexos e do gêneros e a proposição dos(as) transgêneros, com a conseqüente pluralização das definições (ou falta de definições) das identidades sexuais, ou, ainda, no campo do trabalho, da ruptura da lógica dicotômica entre trabalho formal, focado no emprego, e trabalho informal, e da multiplicação das formas reconhecidas socialmente de

trabalhar na contemporaneidade. Assim, Madeira (2010) conclui que, ao “tentar nomear alguns objectos, práticas e processos da nossa contemporaneidade, apenas a palavra ‘híbrido’ parece servir para dar algum referente à experiência. O híbrido invade os nossos quotidianos” (p. 1).

Da articulação entre os termos *híbrido* e *monstro* se constrói o mundo atual. O(a) transgênero, por exemplo, mostra-se socialmente, primeiramente, como um “monstro” ou emergente relacional diferente do usual, como anômalo, fora da ordem, para depois ir se banalizando como híbrido e se integrando na ordem das coisas, podendo existir como fenômeno no mundo das relações psicossociais e guardando a potencialidade de romper, gradativamente, com a rigidez dos dualismos e hierarquias constituídos, numa concreta multiplicação dos papéis, identidades e lugares sociais – multidimensionais, fragmentados, relacionais, performativos – e desconstrução possível de dualismos considerados intransponíveis, como os de natureza/cultura, centrais para a compreensão da questão do(a) transgênero, por exemplo (MADEIRA, 2010). O híbrido trata do heterogêneo (DUBAR, 2000), do mestiço (SANTOS, 2001), do líquido (BAUMAN, 2007). Um híbrido, então, seria tudo aquilo que rompe com o dualismo moderno e consegue fazer uma leitura da atual realidade psicossocial ao reconectar a relação *eu-outros* separada pelo hífen.

Gergen (1996) coloca que a única realidade existente seria a realidade da relação como “dado palpável do que é inseparável” (p. 19), sendo complementado pela ideia de Shotter (1993) de que o psicossocial não seria nem social, nem subjetivo, mas uma “terceira coisa”, construída como processo discursivo relacional.

Frosh (2012) também partilha desta proposta ao compreender o psicossocial como maior do que a relação entre subjetivo e social, pensados separadamente, “significa testar-se pela negação, questionando suas próprias premissas, e buscando engajar-se com um espaço que não é nem ‘psico’, nem ‘social’, mas transcende a separação de elementos para criar algo novo” (p. 148), como “pessoa no contexto e contexto na pessoa”, retomando uma expressão utilizada por Rodrigues (2005).

O psicossocial, então, não é nem subjetivo, nem social, mas os dois simultaneamente, materializados no relacional – realidade possível na proposta socioconstrucionista. Segundo Blustein, Flum e Schultheiss (2004), o vocabulário discursivo do relacional teria as seguintes propriedades:

- a) *Imbricação*, pois as “pessoas são parte integrante dos contextos e os contextos são parte integrante das pessoas, numa indissociabilidade ontológica que marcaria o psicossocial” (RIBEIRO, 2014, p. 100).
- b) *Pertencimento* ou inclusão em uma teia de relações e de processos de significação, significados e práticas compartilhados em contextos múltiplos, complexos e entrelaçados.
- c) *Reciprocidade* ou “experiência de união (estar juntos) que transmite o sentido de transcender a si mesmo” (BLUSTEIN; FLUM; SCHULTHEISS, 2004, p. 429).

d) *Interdependência*.

e) *Multiplicidade* entendida como teia de processos com uma diversidade intrínseca, pois é diversa e, ao mesmo tempo, singular, sendo múltiplo concebido como sinônimo de ausência de unidade, como um substantivo, não adjetivo, como propõe Latour (SANTAELLA; CARDOSO, 2015).

A relação *eu-outros*, como realidade psicossocial, não seria nem estrutura, nem

[...] realidade objetiva, mas sim discursos produzidos e compartilhados sobre a realidade entendida como relações e práticas sociais, sempre um processo dinâmico, no qual discursos sobre as práticas sociais (dizer) legitimam socialmente as próprias práticas (fazer), construídas em relação: a dimensão intersubjetiva produz discursos possíveis sobre as formas de ação no mundo, que são legitimadas psicossocialmente enquanto práticas sociais reconhecidas (RIBEIRO, 2011, p. 56).

A realidade, portanto, seria realidades narrativas, não um fato objetivamente constituído, pois, como aponta Savickas et al. (2009), “se existirem várias maneiras de interpretar suas próprias experiências diversas de vida, diferentes perspectivas de vida e projetos se tornam possíveis” (p. 243).

Os discursos são constituídos pelos significados, enquanto as narrativas, pelos sentidos, tendo funções antagônicas, pois, de um lado, discursos visam cristalizar posicionamentos coletivos (macronarrativas) por meio da produção de significados, e, por outro lado, narrativas singulares (micronarrativas) visam interpelar e desconstruir discursos por meio da produção de sentidos. Assim, a pessoa, na perspectiva proposta, é psicossocialmente coconstruída

[...] pelas relações e práticas psicossociais, nas quais são gerados significados, que como discursos possíveis, orientam as ações e experiências cotidianas, tendo como foco a pessoa no contexto e o contexto na pessoa, que produzem construções discursivas sobre si, sobre os processos sociais e sobre as práticas sociais, configurando a realidade, que é sempre relacional (RIBEIRO, 2011, p. 56).

O psicossocial, então, não é nem subjetivo, nem social, mas os dois simultaneamente, em que subjetivo e social não são separados, pois a realidade é uma coisa só; são extremos de um mesmo *continuum* ontológico relacional, que pode ser analisado separadamente, mas nunca sem levar em conta a outra extremidade, “porque o *continuum* marca a qualidade psicossocial e indissociável da relação” (RIBEIRO, 2014, p. 129).

A concepção de psicossocial pressupõe, então, um processo de coconstrução contínua e compartilhada, não um ajustamento ou adaptação de uma pessoa (narrativas pessoais) a uma realidade (discursos sociais), pois ambos não devem ser pensados como processos discursivos delimitados e separados, mas antes como um único processo marcado por um elo de continuidade do subjetivo ao social (e vice-versa). Assim, a dualidade subjetivo-social seria uma unidade discursiva inseparável, com dimensões distintas, conforme vemos na Figura 18.1, pois

[...] tanto o subjetivo quanto o social seriam polos extremos de uma mesma realidade discursiva processual global, que é produzida através de processos de construção e significação no seio das práticas e discursos sociais: do subjetivo ao social e vice-versa, num movimento contínuo. A realidade é sempre processual e discursiva, nunca substantiva (RIBEIRO, 2014, p. 99).



Figura 18.1 *Continuum ontológico relacional.*

Fonte:

Apesar da sustentação da ideia de indissociabilidade entre subjetivo e social, injunções em ambas as extremidades do *continuum* ontológico do processo relacional podem gerar rupturas nelas, colocando as pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial ou de tentativa de afirmação de si sobre o coletivo e aprisionar a pessoa em uma destas extremidades, como pode ser visualizado na Figura 18.2:

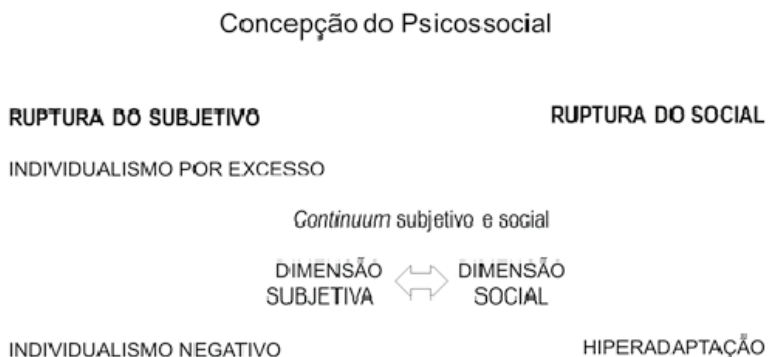


Figura 18.2

Fonte:

Quando a ruptura acontece no extremo subjetivo, gera uma situação de individualismo por excesso ou de individualismo pela falta (individualismo negativo, segundo Castel, 2009), entendendo que seria falta ou excesso de possibilidades de estabelecimentos de vínculos e redes na realidade psicossocial, levando a pessoa a ficar presa às suas narrativas pessoais sem uma relação constitutiva com os outros para se construir, o que, invariavelmente, paralisa a pessoa e a relega a uma situação de repetição de modelos de relação com o mundo pela falta de injunções sociais desestruturantes e interpeladoras das narrativas pessoais.

No caso do individualismo por excesso, a pessoa rompe a relação com o coletivo pela crença na capacidade de ser e fazer no mundo de forma apartada do social, numa tentativa de afirmação de si sobre o coletivo em função de um excesso de condições e oportunidades psicossociais de vida, constituindo uma construção de si que utiliza o mundo para si, não interage com o mundo para gerar benefício mútuo, situação restrita a um grupo pequeno de pessoas localizadas na chamada zona de integração (ou filiação) proposta por Castel (1995).

No caso do individualismo pela falta (individualismo negativo, segundo Castel, 2009), as pessoas não rompem a relação com o coletivo, mas são levadas compulsoriamente a esta ruptura em função da falta de suporte e de possibilidades de vínculos e constituição de redes, ficando sozinhas para a construção de si no mundo, por isso, em situação de vulnerabilidade ou, no limite, desfiliação, conforme postula Castel (1995).

Quando a ruptura acontece no extremo social, gera uma situação de hiperadaptação, na qual a pessoa abre mão da participação ativa na construção de si, ficando presa nos discursos sociais, que passam a ser concebidos como suas próprias narrativas pessoais, o que, invariavelmente, também paralisa a pessoa e a relega a uma situação de repetição de modelos de relação com o mundo, agora não pela falta de injunções sociais, mas pela redução subjetiva ao social.

Em suma, podemos dizer que as rupturas do *continuum* psicossocial acontecem por falta ou excesso do social, sendo situações, em geral, temporárias, pela insustentabilidade da falta de coconstrução de si na relação com os outros gerada pelas rupturas descritas.

Uma última situação central e fundante de ruptura seria a própria implosão do *continuum* psicossocial, que pode acontecer e gerar híbridos, como o exemplo do transgênero anteriormente citado, com duas resultantes possíveis: ou o híbrido não é reconhecido e se torna um monstro, ou ele é reconhecido e legitimado de forma gradativa e gera uma nova possibilidade relacional, claramente psicossocial, reconstituindo, novamente, o *continuum* ontológico do processo relacional. Desta forma, ao não ser nem subjetivo nem social, o psicossocial seria marcado pelos híbridos (ou monstros) materializados no relacional – realidade possível na proposta socioconstrucionista apresentada.

Em suma, o psicossocial é um processo contínuo e compartilhado de co-construção e significação realizado pelas práticas, discursos e narrativas em dado contexto, ou seja, um *continuum* ontológico do processo relacional.

Referências

- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2007.
- BLUSTEIN, D., FLUM, H., SCHULTHEISS, D. P. Toward a relational perspective of the psychology of careers and working: a social constructionist analysis. *Journal of Vocational Behavior*, v. 64, n. 3, p. 423-440, 2004. doi: 10.1016/j.jvb.2003.12.008.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo, SP: Papirus, 1996.
- BURR, V. *An introduction to social constructionism*. London, UK: Routledge, 1995.
- CASTEL, R. De la exclusión como estado a la vulnerabilidad como proceso. *Arquipélagos*, Barcelona, n. 21, 1995.
- _____. *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*. Paris, France: Seuil, 2009.
- DUBAR, C. *La crise des identités: l'interprétation d'une mutation*. Paris, France: PUF, 2000.
- FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JR., N. E; Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.
- FROSH, S. Psychosocial theory. In: TEO, T. (Ed.). *Encyclopedia of critical psychology*. New York, NY: Springer, 2012. p. 144-149.
- GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, v. 40, p. 266-275, 1985. doi: 10.1037/0003-066X.40.3.266.
- _____. *The saturated self*. New York, NY: Basic Books, 1996.

_____. *Realities and relationships*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

_____. *An invitation to social construction*. London, UK: Sage, 1999.

GIDDENS, A. *Modernity and self-identity*. Stanford, CA: Stanford University, 1991.

GREENE, J. C. Three views on the nature and role of knowledge in social science. In: GUBA, E. G. (Ed.). *The paradigm dialog*. London, UK: Sage, 1990. p. 227-245.

_____. The alternative paradigm dialog. In: GUBA, E. G. (Ed.). *The paradigm dialog*. London, UK: Sage, 1990. p. 17-27.

HARRÉ, R. *The singular self – An introduction to the psychology of personhood*. London, UK: Sage, 1998.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, SP: 34, 1994.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, BA: Edufba, 2012.

MADEIRA, C. *Híbrido: do mito ao paradigma invasor?* Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2010.

MALO, E. M. Las dimensiones fragmentaria y performativa de las subjetividades de clase. *Universitas Psychológica*, Bogotá, v. 6, n. 11, p. 11-25, 2007.

MANDELBAUM, B. P. (2012). Sobre o campo da psicologia social. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 15-43, 2012. doi: 10.1590/S0103-65642012000100002.

MCNAMEE, S.; GERGEN, K. J. *Relational responsibility*. London, UK: Sage, 1999.

MEAD, G. H. *Espiritu, persona y sociedad*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1953.

PAIVA, V. S. F. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 3, p. 531-549, 2013. doi: 10.9788/TP2013.3-EE00-PT.

- RASERA, E. F.; GUANAES, C.; JAPUR, M.. Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 2, p. 157-165, 2004. doi: 10.1590/S0102-79722004000200004.
- RASERA, E. F.; JAPUR, M. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia*, v. 15, n. 30, p. 21-29, 2005. doi: 10.1590/S0103-863X2005000100005.
- RIBEIRO, M. A. Algumas contribuições brasileiras para a orientação profissional: o enfoque socioconstrucionista em orientação profissional – uma proposta. In: MELO-SILVA, L. L.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Compêndio de orientação profissional e de carreira*. São Paulo, SP: Vetor, 2011. p. 53-79. (v. 2).
- _____. *Carreiras: um novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado*. Curitiba, PR: Juruá, 2014.
- RODRIGUES, A. M. *Indivíduo, grupo e sociedade: estudos de psicologia social*. São Paulo, SP: EDUSP, 2005.
- ROSENFELD, C. L.; PAULI, J. Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. *Cadernos CRH*, v. 25, p. 319-329, 2012. doi: 10.1590/S0103-49792012000200009.
- SANTAELLA L.; CARDOSO, T. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. *Matrizes*, v. 9, p. 1, p. 167-185, 2015. doi: 10.11606/issn.1982-8160.v9i1p167-185.
- SANTOS, B. S. Nuestra America: Reinventing a subaltern paradigm of recognition and redistribution. *Theory, Culture & Society*, v. 18, n. 2-3, p. 185-217, 2001. doi: 10.1177/02632760122051706.
- _____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Reconhecer para libertar*. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 427-463.
- _____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: MENESES, M. P.; SANTOS, B. S. (Org.), *Epistemologias do sul*. São Paulo, SP: Cortez, 2014. p. 21-71.

SAVICKAS, M. L. et al. Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, v. 75, p. 239-250, 2009. doi: 10.1016/j.jvb.2009.04.004.

SHOTTER, J. *Conversational realities*. London, UK: Sage, 1993.

SPINK, M. J. P. Subvertendo algumas dicotomias instituídas pelo hábito. *Athenea Digital*, v. 4, p. 1-7, 2003.

SZTUTMAN, R.; MARRAS, S. Por uma antropologia do centro: entrevista com Bruno Latour. *Mana*, v. 10. n. 2, p. 397-413, 2004. doi: 10.1590/S0104-93132004000200007.

TOURAINE, A. *Novo paradigma para compreender o mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

O trabalho como fenômeno psicossocial

Fábio de Oliveira

Gostaria de abordar nesta apresentação algumas visadas a respeito do trabalho humano que se tornaram possíveis a partir de um movimento de renovação da psicologia do trabalho que inclui seu envolvimento profícuo com alguns campos interdisciplinares de estudos do trabalho (OLIVEIRA, 2014).

Ao fazer isso, pretendo ilustrar como a reflexão sobre situações concretas de trabalho pode oferecer elementos para o debate em torno do que se convencionou chamar de psicossocial.

Em um seminal artigo publicado no final dos anos 1980 – fruto da reflexão sobre uma longa colaboração entre trabalhadores fabris, sindicalistas e pesquisadores –, Yves Schwartz interroga-se: “o trabalho é um lugar adequado para se abordar o problema da subjetividade?” (SCHWARTZ, 2000, p. 35)

A pergunta não é sem razão. Afinal, prossegue o autor, o trabalho na sociedade contemporânea, ainda mais se tomarmos como paradigma o universo fabril, não seria justamente o território do mecânico, do serial e do repetitivo?

Seria, não fosse a constatação de quem se dedica a conhecer o trabalho de perto, como o faz certa psicologia do trabalho, de que é a ação inteligente dos trabalhadores o que permite articular em situações concretas objetivos, meios e fins. Isto é, por mais controladas que sejam as circunstâncias em que a atividade acontece, é o sujeito que trabalha quem opera o “ajuste fino” entre o que lhe é mandado fazer e a realidade que tem diante de si, incluindo a realidade de seu próprio corpo. É justamente nesse hiato entre o trabalho prescrito e o trabalho real que o trabalhador é convocado a agir como sujeito, por mais paradoxal que isso pareça. Assim, para que a produção faça “uso” do trabalhador, na sua redução incompleta a um “recurso”, é preciso que ele próprio faça uso de si mesmo. Segundo Lhuilier (2013):

Esta dualidade do uso de si remete ao encontro de uma história singular e de um contexto social, mas é necessário destacar que esta história não pode ser lida unicamente como adaptação, ou como interiorização, em um processo de sentido único. O sujeito não pode ser compreendido pelo modelo de ‘esponja’ no sentido em que ele não teria mais nada a fazer do que absorver o social. [...] Não se trata de uma adaptação ao estado de coisas existentes, mas sim da construção da capacidade de colocar em questão esta ordem (p. 484).

O agir, que não é mera execução de ordens pelo simples fato de não ser possível equacionar em prescrições o circunstancial e o imprevisível, ocupa o vazio deixado pelas normas formais que regulam o trabalho. Conforme esclarece Silva (2008):

a automatização de um processo de trabalho é sempre parcial; por mais refinados que sejam seus recursos técnicos, sempre há espaço para o imprevisto. Deparando[-se] com essas situações, não previstas pelas normas oficiais, os trabalhadores são obrigados a elaborar uma solução. Assim, recorrer à criação de normas não-prescritas é condição intrínseca para a existência e continuidade da produção. [...] Na prática, as normas informais reconfiguram as formais, de modo a complementar suas lacunas e imperfeições. [...] Reinventar maneiras de realizar uma atividade laboral ocorre tanto em função das características pessoais do indivíduo (ritmo, movimento, porte físico, raciocínio, disciplina) quanto dos imprevistos surgidos em dada tarefa e a cada momento diferente (p. 113).

O vazio das normas apresenta aos sujeitos horizontes desde os quais se impõe a necessidade de fazer escolhas que permitam conciliar os elementos presentes na situação do aqui-agora do trabalho. Contrariamente à imagem legada pela tradição taylorista, não há um único modo de realizar uma tarefa (SILVA, 2008; SCHWARTZ, 2000), e as escolhas sobre como agir envolvem a história singular de cada sujeito, sua experiência, os saberes formais adquiridos e os saberes coletivos informais construídos no convívio contínuo com os meios de trabalho. As pequenas escolhas feitas no dia-a-dia de trabalho configuram verdadeiras “dramáticas do uso si” (SCHWARTZ, 2004) e atualizam na atividade cotidiana debates de valores que são travados em esferas mais amplas da sociedade.

Ao refazerem as normas, os trabalhadores buscam conciliar o prescrito com o real para tornar o trabalho “possível” e, concomitantemente, as decisões envolvidas nesse processo de renormatização procuram dar conta dos debates de valores suscitados pela atividade, os quais envolvem, por exemplo, questões do campo da ética e dilemas entre produtividade e saúde.

Até este ponto, podemos afirmar que a questão do psíquico (ou da subjetividade) na perspectiva sobre o trabalho apresentada anteriormente aparece sob a forma de uma “redescoberta” da experiência operária, obliterada pelas concepções tayloristas (ODDONE; RE; BRIANTE, 1981). O conceito de “uso de si” proposto por Schwartz justifica-se pela necessidade de afirmar que, lá onde só haveria o uso pelos outros, há a “manifestação de um sujeito” (SCHWARTZ, 2014, p. 260).

Ao mesmo tempo, trata-se de um sujeito não solipsista e o modo de apreender o psicossocial, neste caso, opera-se pela escolha de um “objeto” no qual essa separação pareceria forçada: como separar nos debates de valores o que é do sujeito e o que é da sociedade?

O mesmo tipo de escolha de “objeto” pode ser reconhecido no modo como a clínica da atividade de Yves Clot aborda os saberes de ofício, denominados pelo autor como “gênero profissional” (CLOT, 2006), como apresentado a seguir.

Os saberes práticos constituem um elo de ligação entre os conhecimentos técnico-formais (de aspirações universalistas) e as situações concretas e singulares nas quais estes últimos devem ser aplicados. A experiência ensina às pessoas as circunstâncias em que a “teoria” se aplica ou não. “Manhas, macetes, jeitinhos, gambiarras são expressões que denunciam a presença desses modos compartilhados de fazer” (OLIVEIRA, 2014, p. 44).

O conjunto desses saberes – produzidos no cotidiano de trabalho e acumulados por gerações de trabalhadores ao longo da história de um ofício ou de uma profissão – cumpre para o sujeito a função de promover sua inserção em um coletivo e de permitir que faça melhor do que faria sozinho. Lhuillier (2013) sintetiza o entendimento de Clot a respeito da função psicológica do trabalho:

Assim, o trabalho tem uma função social essencial: é uma atividade que liga aos outros e que implica se ajustar a eles para produzir algo útil. Ele tem, também, uma função psicológica essencial, pela qual ele é ‘o operador simbólico indispensável do separar-se de si mesmo, da delimitação de si’ (Clot, 1999 [2006]). Trabalhar é se livrar das preocupações pessoais para se engajar em uma outra história que não a sua própria, para cumprir suas obrigações sociais. É o que permite não se viver como um inútil no mundo (p. 487).

Ora, os trabalhadores apoiam-se nesses saberes herdados e são, ao mesmo tempo, seus autores. Para Clot (2006), o gênero profissional é capaz de desenvolver-se e este processo se dá a partir da inventividade de cada sujeito diante de seu meio de trabalho. Ao colocar em prática o gênero nas circunstâncias peculiares com que se defronta, o trabalhador introduz variações que Clot denomina de *estilo*.

Essas variações podem vir a ser experimentadas por outros trabalhadores e, se passarem por uma espécie de “filtragem social” (que envolve debates de valores), são incorporadas ao gênero profissional.

Vemos, novamente, um “recorte” de “objeto” que liga irreconciliavelmente o psíquico e o social (ou: o individual e o coletivo). Afinal, esses saberes, produzidos pelas contribuições de indivíduos singulares apoiados em uma herança coletiva, constituem, a um só tempo, um recurso individual e social. Como não reconhecer no estilo de um trabalhador a potência do gênero profissional? Ou como não lembrar que na história de um modo peculiar de utilizar um instrumento há a criatividade de um trabalhador que ousou fazer de modo diferente o que seus companheiros de profissão lhe ensinaram quando aprendiz?

Enfim, esses são alguns dos elementos com os quais, em minha compreensão, os estudos interdisciplinares do trabalho podem contribuir para a discussão em torno da noção de “psicossocial”. Outros elementos, que ficam para uma próxima conversa, referem-se ao empenho de Schwartz em integrar o corpo a uma noção “encarnada” de subjetividade (a partir do conceito de *corpo-si*, que certamente convida a resgatar as lições de Merleau-Ponty) e ao papel da materialidade na configuração do que chamamos de psicossocial e que, muitas vezes, é compreendido como descolado do mundo dos objetos e das coisas, materialidade que se impõe de modo especial nas situações de trabalho (MARCUSE, 1998).

Referências

- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LHUILIER, D. Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.
- MARCUSE, H. Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho da ciência econômica. *Cultura e sociedade*, v. 2, p. 7-50, 1998.
- ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Éditions Sociales, 1981.
- OLIVEIRA, F. Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. *Psicologia USP*, v. 25, n. 1, p. 41-50, 2014.
- SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. *Pro-Posições*, v. 11, n. 2, p. 34-50, 2000.
- _____. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004.

_____. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*, v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014.

SILVA, C. A. F. A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho. *Saúde e Sociedade*, v. 17, n. 4, p. 111-123, 2008.

Capítulo 20

Stress, coping, burnout, resiliência: troncos da mesma raiz

Esdras Guerreiro Vasconcellos¹

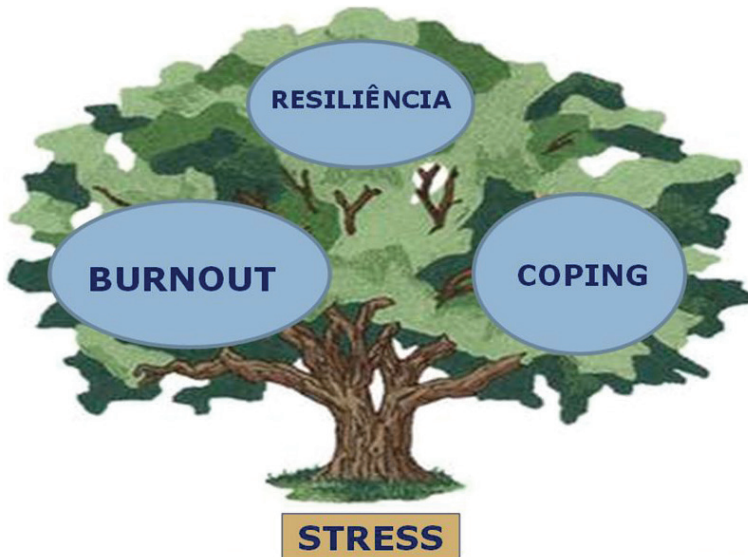


Figura 20.1 *Stress, coping, burnout, resiliência: troncos da mesma raiz.*

Fonte: Adaptado de: <<http://votoconscientejundiai.com.br/wp-content/uploads/2013/02/arvore.jpg>>.

Iniciei meus estudos e pesquisas sobre *stress* na segunda metade dos anos 1970. Mais precisamente, em 1976. Desde então, tenho acompanhado as diferentes fases conceituais desse importante fenômeno social. Se antes ele era visto como fator que deveria ser ferozmente combatido, hoje o aceitamos como parceiro no

¹ Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (PST).

desenvolvimento pessoal, profissional, afetivo e social. Sucesso, felicidade, saúde, prazer, paixão, vida familiar e crescimento são conquistas que implicam uma determinada e inevitável ativação psiconeuroendócrina. Assim como qualquer veneno só se tornará letal na relação com a dose, da mesma forma, o *stress* não deve superar a possibilidade de *coping* que cada indivíduo tenha disponível para elaborar o estado *stressante*. O equilíbrio entre desafio e enfrentamento deve ser cuidado de maneira consciente e planejada.

Se antes as pesquisas apontavam tão somente para os efeitos deletérios do *stress* sobre a saúde física (doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão), com o surgimento da síndrome de *burnout*, descobrimos o dano que eles geram na dimensão emocional da vida do ser humano: depressão, pânico, despersonalização, exaustão emocional, distanciamento social. Em situações de extremo *stress*, em que as condições de suporte interno ou externo existentes não permitem a construção de um *coping* eficaz, surge, então, a *resiliência*, como uma quase inexplicável força de superação e sobrevivência. Entender o que seja realmente o *stress*, considerando seu contexto histórico até nossos tempos atuais e as dele derivadas variantes de manifestação e reação, exige, portanto, uma revisão conceitual mais abrangente e paradigmaticamente mais flexível e integradora. As dissertações e teses desenvolvidas e em elaboração na nossa linha de pesquisa no PST têm procurado revisar e expandir esse conceito e visão.

20.1 *Stress*: um fenômeno psico-social

(Observação: adotamos a nomenclatura internacional para os termos chaves – *stress*, *coping*, *burnout* –, compondo os demais com os prefixos e sufixos necessários)

Conhecimentos neurocientíficos modernos nos mostram que o conceito de *stress* tem uma abrangência mais ampla que a inicial, outrora circunscrita à patologia e doença. Ele ganhou sentido para todo e qualquer processamento de informação. Sendo a vida humana uma incessante resposta a estímulos, podemos inferir que *stress* é um inevitável aspecto da condição humana (individual e social). Quando a demanda estimulatória é processada de forma a gerar um sentimento prazeroso para nossa vivência, denominamo-la *eustress*. Se, porém, desagradável e geradora de sofrimento, chamamo-la *distress*. Em 2015, Vasconcellos² passou a classificar os fatores desencadeadores do *stress* prazeroso como *eustressores*, e os do desprazer, como *distressores*.

Muito embora o conceito moderno de *stress* tenha começado no âmbito da endocrinologia (o conceito original vem da física), sabemos da necessidade de,

2 Conceituação divulgada em sala de aula, publicação no prelo.

atualmente, integrá-lo com conhecimentos da neurologia e da psicologia moderna. O que antes era tão somente fator gerador de doenças físicas, hoje tem vínculo com todas as manifestações de vida animal e humana. É possível dizer, sem medo de errar, que não existe vida se não existir *stress*. Mais ainda, na perspectiva individual *stricto sensu*, em não havendo um meio ambiente social, o ser humano teria, apenas, o *stress* da sobrevivência física. Isso equivale a dizer que na perspectiva social se concentram as questões mais importantes da conceitualização e da pesquisa sobre *stress*. Quase que exclusivamente na relação social, constitui-se a modalidade do fenômeno, que tem ampla importância para o conhecimento científico. O *stress* da sobrevivência física, portanto, da perspectiva puramente biológica, é de importância relativa, visto que muito raramente encontramos seres humanos que vivem isolados de algum ou qualquer contexto social. O indivíduo que assim viva estará sujeito exclusivamente ao *stress* de sobrevivência biológica e a nenhum outro, pois que ninguém se *stressa* consigo mesmo. Exceto quando, na consciência, surgirem-lhe sentimentos de saudade social (solidão, tristeza, falta de um interlocutor). Do ponto vista psicológico e, sobretudo, psicossocial, o estudo do *stress* é, portanto, de incomensurável relevância. A partir do momento em que um ser humano tem convivência com outro, constitui-se uma dinâmica de socialização em que regras e valores individuais podem conflitar com as de seu parceiro, gerando, então, uma situação de *stress* que, na forma de conflito, afetará sua homeostase física e psíquica. Nesse sentido, podemos denominá-lo *stress* sócio-existencial.

Para estudar o *stress* da sobrevivência biológica propriamente dita, nada precisaríamos saber do psiquismo humano. O *stress* da natureza não gera doenças. Contrariamente, o *stress* existencial implica no envolvimento de todo o psiquismo com seus registros e arquivos históricos e as deles decorrentes atitudes. Selye concebia o organismo como portador de um *quantum* de energia que ia sendo gasto a cada reação de *stress*. Dependendo da quantidade utilizada em cada ação, a doença poderia se instalar ou não, ocorrendo sempre, porém, uma perda de energia desse quantum original. Tal perda contribui, por sua vez, para o gradativo processo de envelhecimento.

20.2 Coping

O sistema neocortical, no qual se localiza o funcionamento do aparelho psíquico, tem capacidade de avaliar toda e qualquer situação e, conforme com a história de vida pessoal, interromper o processo biológico de reação que o sistema límbico – com base na sua sabedoria quase que puramente natural – tenha antes desencadeado. Após o bloqueio da ativação, o organismo retorna, então, à homeostase. No entanto, perdurando a demanda, o sistema neocortical constrói um processo cognitivo

para lidar com a ameaça e com o efeito deletério dos *stressores* contidos na situação *stressante*. Nosso aparelho psicofisiológico responde ao estado de *stress* estabelecido com mecanismos de *coping*. A eficácia desses mecanismos é variável e individual. Em 1966, Lazarus os classificou em *coping focado na emoção* e *coping focado no problema*. Desde 2011,³ Vasconcellos tem classificado as estratégias de *coping* de acordo com sua capacidade de resolução do problema, portanto, *eu coping* e *dis coping*.

Sabemos que todo ser humano possui e faz uso de estratégias para alcançar o desejado estado de bem-estar. Nessa constatação, **não consideramos a pertinência ou não das estratégias, mas tão somente o fato de todo ser humano tê-las. Impreterivelmente, todos desenvolvemos coping.** Do camponês analfabeto que viva no mais profundo interior do país, totalmente afastado da civilização e informação, até o mais laureado cientista do MIT ou prêmios Nobel do Max-Planck Instituto, todos possuem essa capacidade. Todos desenvolvemos estratégias para reduzir o *stress* e o desprazer.

Após décadas de estudo e pesquisa sobre os diversos efeitos do *stress*, o olhar moderno deve voltar-se, sobretudo, para o *coping*, pois que o *stressor* somente gerará doença e desgaste se não dispormos de uma boa e eficiente estratégia para combater essa consequência deletéria implícita. Ilustramos esse efeito com um exemplo da infectologia: o vírus tem uma virulência potencial para desencadear uma doença, mas isso só ocorrerá se o sistema imunológico não tiver capacidade de imunizá-lo. Similarmente, todo *stressor* pode causar doença, mas o objetivo da estratégia de *coping* deve sempre ser a redução ou eliminação dessa ameaça. A eficácia das estratégias varia na relação com as circunstâncias, os diversos tipos de personalidade e as especificidades dos dispositivos usados no combate aos potenciais perigos.

Quando, em 1966, Lazarus desenvolveu o conceito de *coping* para explicar como o aparelho psicofisiológico (cérebro e funções psicológicas da emoção e cognição) processa e elabora estímulos e informações, ele teorizou as duas dimensões de avaliação que precedem a tomada de decisão ou a reação comportamental ao estímulo *stressante*. São elas: a avaliação *primária* elaborada pelo neocortex (denominada cognitiva) e a avaliação *secundária* processada pelo sistema límbico (denominada emocional). Cientistas europeus invertem, porém, a ordenação destas duas avaliações. Com razão. Eles se baseiam na cronologia desses processos, pois que, em verdade, eles acontecem primeiramente no sistema límbico e secundariamente no sistema neocortical.

Apesar de desenvolvermos uma estratégia de *coping* para lidar com a situação desfavorável, essa estratégia pode, mais tarde, gerar problemas, os quais se somarão aos já manifestados. Todos conhecemos casos em que a “solução” agrava mais ainda o problema pré-existente. Nessas situações o *coping* gera *distress*.

3 Esdras G. Vasconcellos, conceitos introduzidos em 2011, em sala de aula. Publicação no prelo.

Também sabemos que, muitas vezes, os melhores remédios são amargos. Certas medidas eficazes para resolução de uma crise podem gerar primeiramente desconforto. Ao final da primeira fase, o *distress* gerará *eucoping*. Plenitude, êxtase e alegria são *eustresses*. Se, porém, o estado de *eustress* for permanente, ele alterará, na mesma proporção que o *distress*, o funcionamento natural do organismo, e isso acarretará perigo, pois poderá entrar na fase de exaustão e até mesmo provocar a morte. Nesse caso, morrerá de felicidade. Aqui temos *eustress-distress*.

Existe um continuum recíproco entre *eustress* e *distress*. Cabe aqui, então, um hífen para demonstrar a dinâmica desse fenômeno. Segundo neurocientistas modernos (CYRULNIK, 2009; EISENBERG; LIEBERMAN; WILLIAMS, 2003), o sistema nervoso humano é configurado de tal forma que, após processos de contínua estimulação da região cerebral responsável pelos sentimentos de felicidade, o próprio cérebro desvia a ativação neuronal para a região da infelicidade. É como se tivéssemos um *waze* interno que, quando ocorre saturação, desvia o fluxo estimulatório.

Conforme apontado, e em similaridade aos conceitos de *eustress* e *distress*, podemos conceber o *coping*, o *eucoping* e o *discoping*. Noite-dia, bem-mal, frio-quente, saúde-doença, presente-futuro, tempo-espaço e muitos outros fenômenos da natureza apresentam uma dinâmica tão fluida que, na maioria das vezes, não conseguimos definir o fim de um estado e o início do outro.

Temos trabalhado nos últimos anos no aprimoramento dessa conceituação, de forma a considerar as múltiplas possibilidades e manifestações do *coping*. Algumas delas demonstraremos a seguir:

Eucoping-discoping – Quando a estratégia que antes solucionava bem a situação *stressante* passa a ser ineficaz e irrelevante para tal. Exemplos: a adaptação à droga após o uso contínuo de medicamentos “tarja preta”; o uso crônico do cheque especial; o hábito alcoólico surgido no *happy-hour*.

Discoping-eucoping – A estratégia inicial foi difícil, dolorosa, causou desconforto, mas, no decorrer do tempo, gerou alegria e satisfação. Exemplos: o tratamento de reabilitação ortopédico; a prestação alta da casa própria; desenvolvimento de uma tese de doutorado; cursinho para o vestibular; a gravidez; a depressão criativa.

Se associarmos *eustress* e *distress* com essas categorias de *coping*, teremos, então: *Eustress-eucoping*, *Eustress-discoping*; *Distress-eucoping*; *Distress-discoping*.

1. *Eustress-eucoping* – Quando uma situação prazerosa de *stress* gera uma estratégia igualmente prazerosa para reduzir o efeito desgastante da ativação de *stress*. Exemplos: relaxamento após atividade física intensa; após um período de saudades, encontrar-se com a pessoa amada; fazer compressas de gelo após uma corrida de longa distância.
2. *Eustress-discoping* – Quando uma situação prazerosa de *stress* gera uma estratégia de *coping* ineficiente para reduzir o efeito maléfico da ativação

neuroendócrina. Exemplos: *uso de medicação para combater efeito de uma bebida; dirigir após grande ingestão de álcool; fazer uso de drogas e sair fazendo baderna pelas ruas da cidade.*

3. *Distress-eucoping* – Quando uma situação desprazerosa gera uma estratégia prazerosa para combater o efeito maléfico da situação. Exemplos: fazer uma viagem há muito sonhada após decepção amorosa; separação litigiosa que gera pais mais dedicados aos filhos; obesidade e dieta alimentar com grande redução do peso.
4. *Distress-discoping* – Quando a situação desprazerosa de *stress* gera uma estratégia de combate ineficiente. Exemplo: aumento de impostos para tapar buraco de déficit orçamentário; desempregado contrair empréstimo; colocar criminoso numa cela superlotada de marginais.

Sendo o *coping* uma reação à situação de *stress*, ele também pode gerar, por si, uma nova situação de *stress*, diferente da inicial.

6. *Eucoping-eustress* – A estratégia processada gera um estado de alívio prazeroso, porém com forte ativação de *stress*.
7. *Eucoping-distress* – A estratégia de *coping*, apesar de eficaz, gera um novo estado de *stress*, negativo para o organismo.
8. *Discoping-eustress* – Uma péssima estratégia gera, porém, um nível agradável de *stress*.
9. *Discoping-distress* – Quando uma estratégia ineficaz de *coping* gera uma situação de *stress* desagradável.

O Gráfico 20.1, a seguir, ilustra essas possíveis combinações de reação e de estratégia de enfrentamento (*coping*):

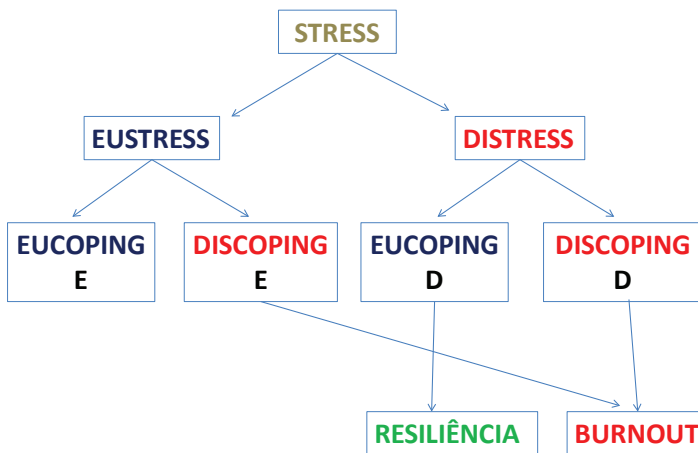


Figura 20.2 Do stress ao burnout e a resiliência: relações e dimensões.

20.3 Burnout

Concebido na década de 1970 como síndrome do esgotamento e exaustão emocional, o *burnout* representa a cronificação de uma situação altamente *stressante* para a qual o aparelho psicológico não conseguiu construir um *coping* eficaz. Um caso típico de *distress* – *discoping*.

Trata-se de uma expressão de sofrimento, geralmente associada ao trabalho, com consequências biopsicossociais negativas para o indivíduo, acarretando adoecimento, distúrbios de ordem relacional, prejuízos à qualidade de vida e ao serviço prestado pelo profissional. Segundo Benevides-Pereira (2008) e Bortoletti (2012), *burnout* é um processo caracterizado pela presença da *exaustão emocional*, *despersonalização* e *diminuição da realização pessoal*. Freudenberger (1972), um dos pioneiros no estudo dessa síndrome, demonstrou doze estágios de desenvolvimento dessa doença: 1) necessidade de se afirmar profissionalmente; 2) intensificação de esforços no afã de alcançar reconhecimento; 3) descaso com as próprias necessidades; 4) recalque de conflitos com a profissão ou instituição; 5) reinterpretação de valores, estabelecendo primazia aos relacionados com o trabalho; 6) negação de que esteja tendo problemas; 7) reclusão social, passando a viver apenas para o trabalho; 8) mudanças evidentes de comportamento no âmbito institucional e privado; 9) despersonalização ou rompimento do contato consigo mesmo e com os outros; 10) vazio interior, que passa a ser compensado com medicamentos, drogas, álcool; 11) depressão, indiferença, desesperança; 12) esgotamento profissional ou colapso físico e psíquico.

Muito do que atualmente se afirma serem “doenças do *stress*” são, na verdade, sintomas do *burnout*. Não se deve atribuir ao *stress* aquilo que, realmente, é falha do *coping*. A síndrome de *burnout* é ainda pouco reconhecida e diagnosticada.

20.4 Resiliência

Nos anos 1990, duas gerações de pesquisadores começaram a estudar, paralelamente, a capacidade de resistência e/ou invulnerabilidade de indivíduos ao *stress* relacionado à condição de vida adversa que tinham (LUTHAR, 1993).

A primeira geração, cujos representantes mais importantes são Werner e Smith (1992), conduziu suas investigações no Hawaii, acompanhando o desenvolvimento de 505 pessoas por 32 anos. Iniciaram-no em 1955, quando do período pré-natal, até a vida adulta de seus sujeitos. Eles detectaram que fatores como *sólida auto-estima* e *autonomia* tinham influência decisiva na superação das dificuldades existentes.

A segunda geração denominou o conjunto de fatores usados por pessoas nesse estado para combater o risco inerente de *mecanismos protetores* (RUTTER,

1991), enquanto Edith Grotberg (1995) introduziu o conceito de resiliência para o fenômeno como um todo.

Conforme Gordon Allport (1984)⁴ enfatizou, o resiliente compreende que a vida é sofrimento e que a) sobreviver implica encontrar sentido na dor; b) aceitar a responsabilidade de resolver ele próprio seu destino; c) ter o forte desejo de crescer apesar de todas as indignidades; d) erguer-se acima do destino externo; e) optar por ser digno do seu sofrimento; f) enfrentar com coragem a ubiquidade do sofrimento e das forças adversas; g) assumir uma visão surpreendentemente positiva da capacidade humana de transcender situações difíceis; e h) descobrir uma verdade adequada à sua situação.

Viktor Frankl (2006), enumerando uma vasta gama de fatores característicos, afirmou que o resiliente acredita: a) que o sucesso só acontecerá se houver uma dedicação pessoal, especial a uma causa maior, na busca da felicidade; b) que não deve ter inclinação para o desespero; c) deve resaltar a importância do sentimento religioso; d) construir uma couraça emocional que o torne insensível a emoções negativas e a dores físicas; e) reduzir a percepção da realidade como mecanismo de autoproteção da psique; f) ter grande disciplina; g) ter senso de humor; h) ter independência de pensamento e ação; i) ter forte capacidade de trocas nas relações; j) ter senso de responsabilidade; k) reconhecer e desenvolver dons e talentos pessoais; l) ter uma vasta gama de interesses; m) ter flexibilidade; n) concentrar-se no que faz e nos objetivos de vida; o) ter uma filosofia de vida na qual as experiências pessoais ganhem significado e esperança, até mesmo nos momentos mais desalentadores da vida; p) ter autorrespeito; q) ser criativo; e r) apoiar-se numa forte esperança.

Vasconcellos (2011)⁵ diferencia *coping* de resiliência, vendo o primeiro como mobilização consciente de recursos para solucionar problemas, enquanto vê a resiliência como mobilização intuitiva-inteligente desses e de outros recursos não imagináveis (não-habituais) para superar obstáculos.

Observação importante:

A despeito das sucintas considerações sobre o *burnout* e a resiliência, lendo atentamente os fatores que caracterizam os quadros anteriormente descritos, podemos observar: a) que ambos os indivíduos convivem com um estado de *stress* duradouro e ameaçador; b) uma relevante diferença de resposta a esse estado desfavorável: os sujeitos afetados pelo *burnout* respondem com estratégias de *coping* ineficazes para a resolução de um estado inicial de *stress*, o que resulta em

4 Gordon W. Allport, *Prefácio* para a edição norte-americana de 1984 do livro de Viktor Frankl, *...trotzdem Já zum Leben* (1981, *copyright* de 1977). Editado no Brasil em 2006 com o título *Em busca de sentido* (Petrópolis: Editora Sinodal; Editora Vozes).

5 Esdras G. Vasconcellos. Conceituação introduzida em sala de aula. Publicação no prelo.

um agravamento dele no decorrer do tempo. *Resilientes* desenvolvem estratégias de *coping* eficientes e de verdadeira superação.

Como sabemos por meio da narrativa de Plutarco, em certo momento, o genial Arquimedes disse: “dêem-me um ponto de apoio e eu levantarei o mundo”. O resiliente sabe encontrar o ponto arquimediano interior para superar as adversidades de sua vida.

20.5 Hífen: ainda há fios entre os postes

No sistema elétrico de nossas cidades, os postes recebem por meio de fios a energia que produzirá a luz que irradiarão. Juntos, interligados, esses postes iluminam todo o campo. Cada um é parte de um todo. No estudo do *stress*, *coping*, *burnout* e da resiliência, temos um quadro semelhante. O *stress* é o gerador principal da luz que será irradiada em cada um de seus postes. Dependendo da intensidade (megawatts) transmitida, ou seja, dependendo da intensidade ameaçadora dos *stressores* (tanto dos *eustressores* como dos *distressores*), esses postes do *coping*, do *burnout* ou da resiliência serão acionados.

Olhar para o fenômeno de forma integrada requer ser capaz de ver, estudar, pesquisar e conhecer, ao mesmo tempo, suas partes e a unidade indivisível que formam. Tal olhar requer uma postura que Haken (1985) chamou de Teoria Sinérgica. Ele diz que “[...] a mínima flutuação da nossa percepção visual provoca rupturas na simetria do que vemos” (p. 42). Certamente que estamos longe de conseguir ver simultaneamente o vaso grego branco e a figura dos rostos e, dessa forma, perceber a figura sem limites e recortes (esse fenômeno foi ilustrado com essas figuras pelo psicólogo dinamarquês Edgar Rubin em 1915).

Santos (1988) afirma que “Todo o conhecimento é local e total” e, também, que “...todo conhecimento científico-natural é científico-social” (p. 22). Tal paradigma, aplicado à psicologia social, provoca a visão que superará a distinção entre os nossos diversos e divergentes campos de investigação. Um propósito assim parece, atualmente, ser mais fácil de ser conquistado do que aquele que Eugene Wigner, prevendo a evolução da ciência, afirmava estar por vir quando dizia que “a distinção corpo/alma deixara de ter sentido” (p. 21) e, como consequência dessa transcendência, a física e a psicologia acabarão por “se fundir numa única ciência”. E Santos, concebendo aquilo que chama “paradigma emergente”, completa: “No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal de que fala Wigner ou a totalidade indivisa de que fala Bohm” (p. 28).

Em verdade, nenhum dos fenômenos aqui citados (*coping*, *burnout*, resiliência) prescinde da existência de um processo de *stress*. A condição *sine qua non* imperativa e necessária para eles ocorrerem é a existência de uma situação de

stress. Sendo assim, **não existe apenas stress**, mas sempre *stress-coping* e/ou *stress-discoping-burnout* e/ou *stress-eucoping-resiliência*.

Entender os fenômenos interligados por hifens é o **primeiro passo na direção dessa nova visão. Uma vez criadas novas metodologias capazes de poder investigá-los na sua conjuntividade**, transcenderemos para a visão integrada em que esses hifens perderão seu sentido, e teremos, então, *stresscoping*, e *stressdiscopin-gburnout*, e *stresseucopingresiliência*. Enquanto esse estágio não chega, treinamos diariamente a necessária adaptação de mentalidades. A transdisciplinaridade é o caminho para tal.

Referências

- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Burnout: o processo de adoecer pelo trabalho. In: *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 21-31.
- BORTOLETTI, F. F. *Análise dos fatores de risco de desencadeadores da Síndrome de Burnout em obstretas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2012.
- CYRULNIK, B. *De corpo e alma, a conquista do bem-estar*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- EISENBERG, N. I.; LIEBERMAN, M. D., WILLIAMS, K. D. Does rejection hurt? A fMRI study of social exclusion. *Science*, v. 302, p. 290-2, 2003.
- FRANKL, V. E. *Em busca de sentido*. Petrópolis: Editora Sinodal; Editora Vozes, 2006.
- FREUDENBERGER, H. J. *Staff burn-out*. *Journal of Social Issues*, v. 30, issue 1, p. 159-166, 1972.
- GROTBERG, E. *A guide to promoting resilience in children: strengthening the human spirit*. The Hague: The Bernard van Leer Foundation, 1995.
- HAKEN, H. Synergetics: an interdisciplinary approach to phenomena of self-organization. *Geoforum*, v. 16, issue 2, p. 205-211, 1985.
- LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer Publishing Company, 1966.

- LUTHAR, S. S.; DOERNBERGER, C. H., ZIEGLER, E. Resilience is not a unidimensional construct: Insights from a prospective study of inner-city adolescents. *Dev Psychopathol*, v. 5, n. 4, p. 703-717, fall 1993.
- PLUTARCO. *A vida dos homens ilustres*. São Paulo: Editora das Américas, s. d. (v. 3).
- RUTTER, M. Resilience concepts and findings: implications for family therapy. *Journal of Family Therapy*, v. 21, issue 2, p. 119-144, 1999.
- SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estud. av.*, São Paulo, v. 2, n. 2, maio-ago. 1988.
- WERNER, E.; SMITH, R. *Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*. New York: McGraw-Hill Book, 1982/1992.
- WIGNER, E. *Symmetries and Reflections. Scientific Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 226.

